



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Ana Carolina da Conceição Figueiredo

Milton Hatoum no parlatório: entre crônicas e paratextos digitais

São Gonçalo

2019

Ana Carolina da Conceição Figueiredo

Milton Hatoum no parlatório: entre crônicas e paratextos digitais



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Literários.

Prof. Dr. Paulo César Silva de Oliveira

São Gonçalo

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

F475 Figueiredo, Ana Carolina da Conceição.
Milton Hatoum no parlatório: entre crônicas e paratextos digitais / Ana Carolina da Conceição Figueiredo. – 2019.
140f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Silva de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. HATOUM, Milton, 1952- – Crítica e interpretação – Teses. 2. Crônicas brasileiras – História e Crítica – Teses. I. Oliveira, Paulo César Silva de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 4994

CDU 869.0(81)-95

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ana Carolina da Conceição Figueiredo

Milton Hatoum no parlatório: entre crônicas e paratextos digitais

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Literários.

Aprovada em 10 de dezembro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo César Silva de Oliveira (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Marcia Lisbôa Costa de Oliveira
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Danielle Cristina Mendes Pereira Ramos
Universidade Federal do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, pessoa que eu nunca toquei nem nunca vi, mas que é real para mim. Todos os dias, o Seu amor de Pai envolve o meu ser. À minha família, por me incentivar e por viver os meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, quem eu desejo conhecer cada dia mais e mais, para que eu seja semelhante a Ele em tudo. Meu Pai amado em quem encontrei refúgio e segurança nesses 7 anos de estudos acadêmicos. Nele, eu encontro o amor, a inspiração e a coragem para prosseguir nessa caminhada. Com certeza, eu não teria conseguido sem Ele.

A minha família, porque sempre me incentivou a enfrentar os meus medos e a persistir em busca dos meus sonhos. Vocês são insubstituíveis. Amo vocês.

A minha irmã, Roberta, em especial, pelas palavras de encorajamento e apoio.

Ao meu namorado, Pablo Sant'Ana. Obrigada por ser meu grande amigo e por suas palavras de incentivo. “Brilham bem mais as manhãs que antes eram tão cinzas, porque agora eu tenho você”.

A minha amiga, Aline Barbosa, porque sempre tem uma palavra de sabedoria para me encorajar a prosseguir.

As minhas amigas, Andreia Brust, Ana Beatriz, Elaine Coelho, Jéssica Coutinho, Marcela Mello e Vanessa Ribeiro, presentes da Uerj/FFP. Amigas queridas, amigas para vida.

Aos meus amigos Aídes Gremião, Pamela Mendes, Erick Bernardes, por dividir comigo momentos de diversão, de alegria e de angústia no decorrer desses dois anos de mestrado.

A Dione Molina, uma amiga muito especial, que confirma o cuidado que Deus tem com a minha vida.

Aos amigos Júlio César, Rosiméria e Dilma, pelo carinho e incentivo.

Ao meu orientador, professor Paulo César de Oliveira, pela atenção e cuidado com a minha pesquisa. Quero agradecê-lo por todas as nossas conversas, por sua paciência. Obrigada por compartilhar um pouco do seu conhecimento comigo durante esse tempo de orientação e pesquisa. Muito obrigada por tudo.

À professora Marcia Lisbôa Costa de Oliveira, minha eterna orientadora, porque me ajudou em vários momentos, inclusive, durante o mestrado. Você é mais do que uma orientadora, é uma amiga. Muito obrigada por todas as vezes que você parou para me ouvir com atenção e carinho. Não esqueça que “Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas”. Muito obrigada por tudo, Marcinha.

À professora Danielle Mendes, obrigada por aceitar o convite para participar da minha banca. Acredito que os seus apontamentos serão muito valiosos para o meu trabalho.

Aos coordenadores e aos professores do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística.

A Pollyana, secretária do PPLIN, porque é sempre tão atenciosa e disposta a nos ajudar.

As colegas do grupo de orientação, Carolina Pina, Célia Regina, Isabella Azevedo e Rosane.

À turma de Fundamentos do Ensino de Língua Portuguesa Literatura I, onde eu realizei o meu estágio docente. Foi maravilhoso o tempo que pudemos compartilhar conhecimento. Aprendi muito com vocês.

Nós só podemos compartilhar a nossa existência com outros seres humanos se soubermos olhar para eles sem preconceito, arrogância e prepotência.

Milton Hatoum

RESUMO

FIGUEIREDO, Ana Carolina da Conceição. *Milton Hatoum no parlatório: entre crônicas e paratextos digitais*. 2019. 140f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

Este trabalho tem por objetivo discutir o posicionamento do escritor brasileiro Milton Hatoum no campo literário focalizando sua produção como cronista. Propomos a ideia do parlatório como um modo de entrada nesta modalidade de escrita na obra do amazonense e para tanto estudamos um corpus de 56 crônicas publicadas na Revista Eletrônica *Terra Magazine*, nos anos de 2006 a 2010. Acrescentamos ao estudo algumas postagens do autor em redes sociais acerca da espécie crônica. Adicionalmente, elaboramos uma reflexão sobre a problemática da crônica no Brasil, a fim de pensarmos as relações entre esta espécie literária e o advento da imprensa, uma vez que a crônica é um gênero híbrido e sua trajetória se confunde com a história do jornal. Com isso, fez-se necessário revisitar algumas definições da espécie, bem como questões do campo da Teoria Literária (COUTINHO, 2003; MASSAUD, 1968; CANDIDO, 1992) acerca dos limites e impasses na conceituação da crônica. Em nosso estudo, o termo “crônica de” Milton Hatoum visa a ressaltar as marcas de estilo singulares que formam uma poética de autor, de cujo corpus mencionado retiramos 12 crônicas, classificadas em três categorias: Autobiográficas, Metanarrativas e Metaideológicas (CEIA, 2009). A imagem do escritor no parlatório, a partir da leitura comparativa entre Machado de Assis e Milton Hatoum, nos leva a afirmar que desde a obra do bruxo já se problematizava a imagem de “escritores de gabinete”. O parlatório é visto como um lugar onde o escritor procura ‘dar a cara a tapas’, ao militar, criticar e denunciar os problemas sociais do país e do mundo, seja nos meios digitais, impressos ou nas redes sociais. Por fim, defenderemos que, no parlatório, há uma “conversa barulhenta” entre escritor e público, como veremos nos estudos sobre os paratextos (GENETTE, 2010), com foco nas redes digitais de que participa Hatoum.

Palavras-chave: Milton Hatoum. Terra Magazine. Crônica. Parlatório. Paratextos digitais.

ABSTRACT

FIGUEIREDO, Ana Carolina da Conceição. *Milton Hatoum in the parlatory: between chronicles and digital paratexts*. 2019.140f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

This paper aims to discuss the position of Brazilian writer Milton Hatoum in the literary field focusing his production as a chronicler. We propose the idea of the “parlatory” as a way of entering this type of writing in the work of the amazonense and for this we study a corpus of 56 chronicles published in *Terra Magazine*, from 2006 to 2010. We add to the study some posts by the author in his networks. Additionally, we elaborate a reflection on the problem of the chronicle in Brazil, in order to think about the relations between this literary species and the advent of the press, since the chronicle is a hybrid genre and its trajectory is confused with the history of the newspaper. Thus, it was necessary to revisit some definitions of the species, as well as questions from the field of Literary Theory (COUTINHO, 2003; MASSAUD, 1968; CANDIDO, 1992) about the limits and impasses in the conceptualization of the chronicle. In our study, the term “chronicle” by Milton Hatoum aims to highlight the unique style marks that form an author's poetics, from whose corpus mentioned we removed 12 chronicles, classified into three categories: Autobiographical, Metanarrative and Metaideological (CEIA, 2009). The image of the writer in the parlatory, from the comparative reading between Machado de Assis and Milton Hatoum, leads us to affirm that since the work of the “Bruxo” the image of “cabinet writers” has been problematized. The parlatory is seen as a place where the writer seeks controversy as he denounces the social problems of the country and the world, whether in digital environments, in print or in social networks. Finally, we will argue that there is a “noisy conversation” between writer and audience in the parlaments, as we will see in the studies on paratext (GENETTE, 2010), focusing on digital networks in which Hatoum participates.

Keywords: Milton Hatoum. Terra Magazine. Chronicle. Parlatory. Paratexts digital.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	A PROBLEMÁTICA HISTÓRICA DA CRÔNICA NO BRASIL	13
1.1	A crônica, o jornal e a literatura	15
1.2	Revisitando as teorias da crônica	23
1.3	A escrita sem papel: os blogs e as crônicas virtuais	29
2	A “CRÔNICA DE” MILTON HATOUM NA REVISTA ELETRÔNICA TERRA MAGAZINE	32
2.1	A infância e ‘os lugares da memória’: as fabulações da escrita de si	36
2.2	A criação literária e o leitor: uma leitura da metanarrativa	43
2.3	Crônicas contra a barbárie: análises metaideológicas	49
3	O ESCRITOR NO PARLATÓRIO: AS PRODUÇÕES DO SUJEITO INTELECTUAL	56
3.1	A desconstrução da imagem do escritor em silêncio: a do gabinete ao parlatório	58
3.2	A tribo dos escritores da <i>Internet</i>: Milton Hatoum e Bernardo Carvalho ...	67
3.3	O barulho democrático no parlatório da <i>Internet</i>: um leitura do epíteto digital	71
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS	83
	ANEXO – Crônicas da Revista Eletrônica <i>Terra Magazine</i>	92

INTRODUÇÃO

O estudo das crônicas de Milton Hatoum aqui apresentado teve início no ano de 2016, sob a orientação da professora Marcia Lisbôa Costa de Oliveira, na Especialização em Estudos Literários. No mesmo ano, apresentei as minhas primeiras impressões críticas sobre a crônica de Milton Hatoum, no VII Fórum de Literatura Brasileira Contemporânea da UFRJ. Naquela comunicação, que resultou na redação e publicação do artigo “Ficção, realidade e recepção em ‘Exílio’ (2013), de Milton Hatoum” (FIGUEIREDO, 2017) foi possível tecer breves considerações referentes à recepção da obra do escritor amazonense e à relação entre real e ficcional em suas crônicas. O trabalho tinha como ponto de partida a cooperação entre texto e leitor na dicotomia real/ficcional. O percurso de pesquisa sobre a crônica de Hatoum prosseguiu no curso de Especialização em Estudos Literários, com o trabalho de conclusão de curso intitulado de A “crônica de” Milton Hatoum (FIGUEIREDO, 2018), sob a orientação do professor Paulo Cesar Silva de Oliveira.

Antes de darmos continuidade à apresentação da pesquisa, convém fazer algumas considerações. Passemos a elas. Ler a crônica de Milton Hatoum, independentemente do suporte ao qual ela está vinculada, requer lidar com um texto cuja característica fundamental é a interação sugerida com o público leitor e isso se mostra no aspecto mais genérico das engrenagens que movem o debate crítico nestes textos curtos de Hatoum e no alcance de suas propostas, para além do âmbito do texto literário, ou seja: as crônicas se dirigem também ao campo intelectual do qual o projeto criador estabelecido no campo literário é uma importante parte.

Desse modo, quando pensamos o trabalho de Milton Hatoum com suas crônicas publicadas na Revista Eletrônica *Terra Magazine*, estamos discutindo não só uma poética que busca o manejo estilístico e o artesanato literário, características geralmente apontadas pela crítica quando se trata do autor amazonense, mas também a ideia de um escritor no parlatório que precisa se dividir entre o campo literário e o campo intelectual. Ao longo de nossas discussões críticas na orientação, nos surgiu a imagem de um Milton Hatoum no parlatório que, em um primeiro momento, consideramos apenas um caminho estratégico para entrarmos na produção de Hatoum na revista *Terra Magazine*, mas que, em um segundo momento, nos permitiu desconstruir a imagem de escritor recluso propagada pela crítica.

No parlatório da *Terra Magazine*, o escritor amazonense se posiciona em crônicas, que abordam temas e gêneros textuais variados, nos anos de 2006 a 2010. Entretanto, como

veremos no capítulo 3, o parlatório possibilita um diálogo entre escritor e leitor, o que pode ser comprovado em crônicas publicadas na *Terra Magazine* como uma espécie de “conversa barulhenta”, em que há a liberdade para discursar. No entanto, esse diálogo só é possível, porque o escritor, ao romper com a imagem de homem de “gabinete”, separado do público por paredes ou grades, se posiciona no campo intelectual, corroborando a condição paratópica a qual ele está submetido.

Além das crônicas da *Terra Magazine*, Milton Hatoum tem usado a Internet como um parlatório, espaço de alarido em que milita, critica, discursa, polemiza, com ênfase em temas e problemas sociais. Neste parlatório digital, o da sua página pessoal do Facebook, Hatoum compartilha com seus leitores e seguidores as suas crônicas publicadas no jornal O Estado de São Paulo e também comenta reportagens de colunistas do jornal Folha de São Paulo. Nessas postagens do Facebook, o autor de *Um solitário à espreita* (2013) interage e trava uma conversa por vezes barulhenta com os seguidores de sua página. Vale ressaltar que o próprio formato do Facebook, com epítextos digitais, instiga o sujeito leitor das postagens a comentar, seja concordando seja discordando do escritor. Dessa forma, o parlatório consiste em um lugar onde escritor e público podem falar abertamente. Com base em tais constatações, chegamos ao título desta dissertação: Milton Hatoum no parlatório: entre crônicas e paratextos digitais.

Sistematizando, o foco deste trabalho é o estudo da posição de Milton Hatoum no parlatório, que terá como corpus as 56 crônicas publicadas na Revista Eletrônica *Terra Magazine*, das quais selecionamos 12 para um estudo mais detido. As crônicas serão discutidas a partir de algumas concepções teóricas acerca desta espécie literária, das quais destacamos as propostas de Antonio Candido (1992), Roberto Acízelo (1999) e Maria Cristina Ribas (2013).

No primeiro capítulo, “A problemática histórica da crônica no Brasil”, faremos uma abordagem do percurso da crônica no Brasil, subdividindo a discussão em três momentos: 1) A crônica, o jornal e a literatura; 2) Revisitando as teorias da crônica e 3) A escrita sem papel: entre blogs e crônicas virtuais. Primeiramente, abordaremos de forma sucinta o surgimento da imprensa no Brasil (MOREL, 2003; PENA, 2019), seu impacto na sociedade em seu momento histórico e as relações entre jornalismo e literatura, fundamentais para a consolidação da crônica como uma espécie nova de textos. Propomos, ainda, com relação ao primeiro tópico, problematizar a crônica como produto que teve forte influência do jornalismo literário, o que nos provoca a falar sobre o imediatismo da espécie crônica, visto que intimamente relacionada às consonâncias entre literatura e jornalismo.

Já em “Revisitando as teorias da crônica”, discutiremos a divisão em categorizações, conforme propuseram os críticos Antonio Candido (1992), Afrânio Coutinho (1986; 2003) e Massaud Moisés (1968), autores que de certa forma acabaram limitando o alcance do termo, o que, para uma análise mais atualizada das crônicas de Hatoum na *Terra Magazine* se mostra insuficiente, pois não conseguem dar conta do hibridismo que ronda esta espécie literária.

Para a finalização deste primeiro capítulo, no terceiro tópico, “A escrita sem papel: entre os blogs e as crônicas virtuais”, trataremos dos aspectos performáticos do autor/cronista na contemporaneidade e abordaremos os mais variados suportes (blogs, redes sociais, revistas eletrônicas etc.) em que as crônicas vêm sendo publicadas.

No segundo capítulo, ““A crônica de” Milton Hatoum na Revista Eletrônica *Terra Magazine*”, faremos uma abordagem geral do conjunto das 56 crônicas de Hatoum ali publicadas. Dentre as 56 crônicas, selecionamos 12, a partir de três categorias analíticas: Autobiográficas, Metanarrativas e Metaideológicas (Cf. CEIA, 2009). Esse capítulo está subdividido em três partes: 1) “A infância e ‘os lugares da memória’: as fabulações de uma escrita de si”; 2) “A criação literária e o leitor: uma leitura da Metanarrativa” e 3) “Crônicas contra a barbárie: análises metaideológicas”.

No primeiro subtópico, analisaremos as crônicas “Brasília: trauma e reconciliação” (HATOUM, 2007g); “Prece de um amazonense em São Paulo” (HATOUM, 2007l); “Espingarda e um livro de papai Noel” (HATOUM, 2007m) e “Elegia para todas as avós” (HATOUM, 2008x), as quais foram enquadradas na categoria Autobiográfica (CEIA, 2009) e discutidas com base nas considerações de Silvia Molloy (2003).

Em “A criação literária e o leitor: uma leitura da metanarrativa”, analisaremos as crônicas “O arquiteto que não fui” (HATOUM, 2008r); “Escrever em qualquer lugar” (HATOUM, 2007i); “A vez do leitor” (HATOUM, 2008g) e “Fim de romance” (HATOUM, 2007d), a lemos nos parâmetros da Metanarrativa (CEIA, 2009). Por fim, em “Crônicas contra a barbárie: análises metaideológica”, examinaremos “Esperança roubada” (HATOUM, 2007c); “Desprezo pelos professores” (HATOUM, 2007k); “Lei Rouanet para a igreja Universal” (HATOUM, 2007f) e “Marina Candidata” (HATOUM, 2008k) a partir da concepção Metaideológica (CEIA, 2009).

No capítulo 3, “O escritor no parlatório: as produções do sujeito intelectual”, discutiremos a concepção do Milton Hatoum, escritor-intelectual no parlatório, e três subtópicos: 1) “A desconstrução da imagem do escritor em silêncio: a do gabinete ao parlatório”; 2) “A tribo dos escritores da Internet: Milton Hatoum e Bernardo Carvalho” e 3) “O barulho democrático no parlatório da Internet: uma leitura do epítexto digital”.

No primeiro item, analisaremos comparativamente o parlatório de Machado de Assis e o de Milton Hatoum, lendo criticamente algumas crônicas das coletâneas *Bons dias!* e *Balas de estalo* (ASSIS, 2019). Para construir tal análise, faremos uma digressão a fim de abordar que tanto Machado, quanto Hatoum são escritores que abordam temas do tempo histórico de sua produção literária. Além disso, o modo como ambos os escritores se posicionam no parlatório nos direcionará para desconstruir a imagem de escritores de gabinete defendida pela crítica.

No segundo, discutiremos a ideia de tribo proposta por Dominique Maingueneau (2001), pensando Milton Hatoum e Bernardo Carvalho como escritores que publicam em jornais digitais. Entendemos que Hatoum e Carvalho exemplificam bem a noção de tribo, porque não só compartilham o parlatório da Internet, publicando os seus textos em renomados jornais de São Paulo, mas também estão submetidos à condição paratópica. (MAINGUENEAU, 2001)

Por último, abordaremos a questão do barulho democrático (KARNAL, 2019) presente no parlatório da Internet, em que o Facebook configura-se como um canal onde Hatoum se posiciona sobre diversos assuntos, estabelecendo, assim, diálogos com seus seguidores. No decorrer das análises de algumas postagens do autor, abordaremos o epitexto (GENETTE, 2010) digital da página do Facebook, além de tratar dos fenômenos paratextuais como um todo.

1 A PROBLEMÁTICA HISTÓRICA DA CRÔNICA NO BRASIL

Quem sabe se traçar a crônica do folhetim não
é um pouco fazer o folhetim da crônica!

Marlyse Meyer

Machado de Assis, em 1859, nomeava como folhetim o espaço em que se publicavam as crônicas, espécie que se consolidou no Brasil a partir de meados do século XIX. O folhetim originou-se na França e configurou-se como um texto criado para o espaço do jornal, mais precisamente, o rodapé, onde eram publicados os assuntos voltados ao “entretenimento”: piadas, poemas, narrativas diversas (os *faits divers*) de crimes, receitas, charadas, críticas em geral. No decorrer do tempo, o folhetim passará a diversificar os conteúdos a serem publicados, outros temas se tornarão corriqueiros e outras espécies de textos surgirão, como as críticas de teatro e as resenhas de livros.

O termo “crônica” tem sua origem etimológica na palavra *chronus*, que significa tempo, aspecto para se estabelecer uma relação direta com a temporalidade histórica e a memória. Ao longo da história, a crônica atua como registro de acontecimentos resultando, de certa forma, em documento memorialístico de uma dada época. Para exemplificar, podemos mencionar que os navegantes utilizavam a crônica para relatar o seus achados territoriais, os acontecimentos e os lugares por onde passavam, como, por exemplo, a carta escrita por Pero Vaz de Caminha sobre o descobrimento do Brasil, considerada por muitos estudiosos como a primeira grande narrativa em forma de crônica no Brasil. No entanto, para alguns pesquisadores, é um exagero pensar a carta de Caminha como a primeira crônica brasileira, porque ela estaria mais voltada para uma narrativa de viagem, diferentemente das modalidades de crônica que surgirão mais adiante, nos folhetins brasileiros. Silvânia Siebert ressalta que:

A falta de precisão histórica, ou de um consenso entre os pesquisadores, sobre a origem do termo em terras brasileiras não nos parece difícil de entender; afinal, a crônica, nas primeiras décadas do século XIX, era um gênero discursivo novo, sendo constituído pelos discursos da história, do jornalismo e da literatura, que se entrecruzavam e teciam, aos poucos, o novo gênero: a crônica brasileira. Outro fator que dificulta a identificação do gênero pode estar ligado a sua autoria, pois na primeira metade do século XIX era escrita por jornalistas que não ganharam reconhecimento no campo literário (2014, p. 1).

A crônica é “filha do jornal e da era da máquina” (CANDIDO, 1992, p. 14). Com essa afirmação, Antonio Candido historiciza o gênero, como apontam alguns, levando a discussão para o campo das grandes transformações da era moderna que viriam a afetar, inclusive, o processo de produção e difusão de certas formas literárias. A crônica se estabelece no momento em que o jornal se torna um objeto cotidiano para um determinado público, que crescia e se estabelecia como leitor dos *fait divers*, sendo assim a crônica foi considerada efêmera, passageira, relato do cotidiano, o “rés-do-chão”. Quando assumiu o espaço do livro, a crônica se colocaria como um gênero anfíbio, que resiste à efemeridade do jornal, especialmente quando passa às páginas do livro, surpreendendo por sua durabilidade, embora seja enganosa a ideia de que é no livro que impera a durabilidade da crônica. Nas palavras de Antonio Candido, a crônica é:

[...] despreziosa, insinuante e reveladora. E também porque ensina a conviver intimamente com a palavra, fazendo com que ela não se dissolva de todo ou depressa demais no contexto, mas ganhe relevo, permitindo que o leitor se sinta na força dos seus valores próprios (CANDIDO, 1992, p. 15).

Com o tempo, o gênero foi atenuando o seu objetivo de informar e comentar, ganhando, por um lado, um tom mais humorístico e, por outro, uma linguagem que passou a demonstrar também delicadeza, graça e sabor, tornando-se descompromissada, afastando-se, assim, “da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar poesia adentro” (CANDIDO, 1992, p. 15). Antonio Candido (1992, p. 15) acreditava que “a fórmula moderna, onde entra um fato miúdo e um toque humorístico, com o seu *quantum satis* de poesia, representa o amadurecimento e o encontro mais puro da crônica consigo mesma”. Ao apontar esse caráter de transformação do gênero que se consolida, Candido nos abre portas para o estudo da crônica por meio de um caminho singular, no qual a argumentação, a crítica política, a poesia, o ensaio, o humor e a seriedade se conjugam na formação de um discurso que nos provoca a pensar a questão da especificidade, sem perder de vista o hibridismo e a imprecisão que marcaram a história da consolidação dessas espécies narrativas até a forma com que as recebemos hoje.

Do ponto de vista das condições de produção, a crônica se situa entre o discurso jornalístico e o literário, já que o cronista recolhe os acontecimentos do cotidiano e os mescla à reflexão ficcional, tendo como veículo de propagação de suas reflexões os jornais. Além disso, ao prever a participação efetiva do leitor, o cronista constrói argumentos que se pautam pelo tom crítico, desse modo, a crônica dialoga com a ambiguidade e a rapidez dos espaços

propiciados pelo jornal e potencializados pelo caráter literário desses textos, que provocam não só a vontade de se informar, mas também o desejo de problematizar o real.

Essa amálgama entre os dois discursos coloca em evidência o caráter híbrido e flexível da crônica, uma vez que ela consegue agregar temáticas variadas e outros gêneros textuais à sua reflexão, sem esquecer o dado criativo da imaginação.

1.1 A crônica, o jornal e a literatura

Historicamente, o nascimento da imprensa acompanha e relaciona-se as transformações nos setores públicos, as modernizações políticas e culturais “de instituições, ao processo de independência e de construção do Estado Nacional.” (MOREL, 2003, p. 7). Nesse contexto, a liberdade de imprensa vai interferir no processo de cisão entre Brasil e Portugal, embora não tenha sido o único fator determinante para tal separação. Tratava-se, segundo Marcos Morel (2003, p. 11), “de época marcadamente híbrida entre práticas e valores ainda consagrados ao que passava a se chamar de Antigo Regime, e outros, que se pretendiam modernos”.

Por volta do século XVIII e início do século XIX, a imprensa de opinião coloca em cena o homem público, indivíduo que ainda não era uma realidade na região da América Portuguesa. O jornalista – ou o panfletário/redator, ou gazeteiro – tinha uma missão não só de cunho político, mas também pedagógico, com perfil diferente dos filósofos iluministas que circulavam no século XVIII. Diferentemente destes, aquele homem público do jornal era nacionalista e propagador de ideias e discussões. Além disso, era ele quem publicava:

[...] livros provavelmente, mas produziam, sobretudo, impressos de combate imediato, de apoio ou ataque a pessoas e a facções e de propagações de “novas ideias”, dirigidos ao povo e à nação ou, quando fosse o caso, para formação destes (MOREL, 2003, p. 16).

A primeira geração de jornalistas brasileiros, que surgiu no começo do século XIX, era composta por escritores nacionais e liberais e também por autores nostálgicos que formavam a República das Letras na metade do século XVIII. Os dois grupos apresentavam características voltadas para os espaços públicos que estavam em transformação, conforme aponta Morel (2003). Desde o século de XVIII, os jornais vindos da Europa circulavam no Brasil, mas não

havia debates e nem público consumidor expressivo, apenas a propagação de informações e opiniões. De acordo com Morel (2003, p.17), “é na criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões políticas tornadas públicas destacavam-se dos governos, que começa a instaurar-se a chamada *opinião pública*”. Os jornais *O correio Brasiliense* e *A Gazeta de Notícias*, periódicos produzidos na Europa e lidos no Brasil durante a época, possuíam pontos dicotômicos, entretanto, compartilhavam posicionamentos semelhantes, que não compõem o objetivo da nossa discussão.

As razões do atraso na implantação do jornalismo no Brasil, ao contrário dos países da América Espanhola, estão relacionadas aos aspectos culturais, econômicos e políticos. A não circulação dos jornais antes de 1808 se deve a motivos sociais, econômicos e políticos, embora a proibição não tenha impedido “a existência de tipografias clandestinas e a circulação de manuscritos com o sentido de fazer proliferar ideia e opiniões. Portanto, razões mais concretas de natureza material exclusivamente não explicam o chamado atraso brasileiro em relação às outras colônias” (BARBOSA, 2010, p. 20).

Todavia, é importante frisar que essas impressões clandestinas não são suficientes para se afirmar a existência da imprensa e do jornalismo, pois, para existir imprensa, é necessário que a distribuição dos jornais seja acessível à maioria do público. Dessa forma, existe a circulação e troca mútua de informações e notícias, “mas não existe a imprensa” (BARBOSA, 2010, p. 20), porque só é possível falar em imprensa quando há a compreensão da ideia ampla de público, qualquer que seja este. Além do mais,

Para existir a imprensa e se atribuir a ela o valor de transmissora de opinião e informação, é preciso que se desenvolva essa mentalidade abstrata. Assim, se os portugueses que aqui aportaram em 1808 já trazem essa disposição, seria necessário ainda um longo período para que o valor abstrato da imprensa se esparramasse pelas cidades, criando efetivamente um público ávido por informações. Não é tão-somente o analfabetismo que impede a explosão da imprensa. Numa sociedade oralizada por excelência, as letras impressas sempre foram mais ouvidas do que lidas (BARBOSA, 2010, p. 21).

Em 1808, a *Gazeta do Rio de Janeiro* dá início, segundo Marialva Barbosa (2010, p. 21), “à impressão no Brasil e à circulação regular de periódicos que aqui passam a ser impressos e se tornam, gradativamente, acessíveis a um público mais amplo.” Surgiram também publicações de livros, jornais, boletins e impressos clandestinos, portanto, as informações saem do espaço privado para o público.

Com a instauração da chamada opinião pública, verifica-se uma abertura e legitimação para as práticas políticas (MOREL, 2003, p. 21), ou seja, nasce uma consciência política no

âmbito do espaço público. Essa consciência política se consolida através do público formado por intelectuais, os quais elaboravam leis morais para tecer críticas ao poder, estabelecer uma influência nos setores públicos, “e ultrapassar os limites do julgamento privado” (MOREL, 2003, p. 22). Em setembro de 1820, o governo da revolução constitucional portuguesa delibera a liberdade de imprensa, em seguida, D. João VI, instalado no Brasil e preocupado com a possibilidade de perder seu espaço, assina em 2 de março de 1821 a suspensão provisória da censura à imprensa. Convém sublinhar que:

É nesse momento crucial que começa a se fazer de maneira mais consciente, no Brasil, a passagem de um espaço público marcado pelas formas de comunicação típicas dos Antigos Regimes (como gazetas, pregões, bandos, exibição de cartazes impressos ou manuscritos nas ruas, leituras coletivas e proclamações em voz alta, entre outras formas) um espaço público onde se consolidavam debates por meio da imprensa (que nem sempre era vinculada ao poder oficial do Estado) e onde ganhavam importância as leituras privadas e individuais, permitindo a formação de uma opinião de caráter mais abstrato, fundada sobre o julgamento crítico de cada cidadão leitor e representando uma espécie de somatório das opiniões (MOREL, 2003, p. 24).

A chegada da Corte Real ao Brasil resultou em inúmeras transformações, por exemplo, o estímulo às culturais. Portanto, começaram a surgir os primeiros públicos consumidores de literatura e arte e o interesse pela temática nacional crescia, embora os jornais apresentassem espaços pequenos para esses assuntos. Escritores como Hipólito da Costa, Evaristo da Veiga, Frei Caneca e Araújo Guimarães compunham a primeira geração da imprensa brasileira e representam os momentos que deram início a formação de uma literatura brasileira (MOREL, 2003). No decorrer dos anos seguintes, a ligação entre jornalismo e literatura se fortalecia, de tal maneira que, no Romantismo (na década de 1830), os escritores brasileiros ganharam nítido reconhecimento e a literatura de caráter nacional caía nas graças do público.

O folhetim, como era conhecido o espaço do rodapé do jornal onde eram publicadas piadas, charadas, receitas, influenciou no incremento da publicação e do consumo dos jornais. Contudo, passou por transformações até apresentar partes de narrativas, que eram “fatiadas”, despertando o interesse do leitor, o qual acabava comprando o jornal. Com o sucesso das obras estrangeiras publicadas em folhetim, autores brasileiros começaram a ter espaço nos jornais. Os destaques da época de 1850 foram José de Alencar, que publicou *O guarani*, *Cinco minutos* e, em 1860, *A viúvinha*, todos no jornal *Diário do Rio de Janeiro*; Joaquim Manuel de Macedo, com *A carteira de meu tio*; e *Memórias de um Sargento de Milícias*, entre 1852 e 1853, no *Jornal do Comércio*.

Após o rebuliço tecnológico e informativo, valores e saberes, antes confinados, passaram a ser universais e compartilhados socialmente. Esse processo de desenvolvimento da comunicação possibilitou a ascensão da liberdade de expressão, tendo em vista que grupos de profissionais e intelectuais/escritores reuniam as informações no jornal para esclarecer, informar e entreter.

Dessa forma, o jornal, embora marcado pelo seu caráter efêmero, passou a fazer parte do dia-dia das pessoas, e formou um público sedento por assuntos atuais e periódicos. Apesar de ser considerada efêmera, como apontou Candido (1992), a crônica, em seu formato moderno, apresentou textos duráveis sobre assuntos transitórios, como bem faziam, por exemplo, os modernistas Mario de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, e no cenário atual, como faz Milton Hatoum em crônicas publicadas no Jornal *O Estado de S. Paulo*, no *O Globo*. Em uma das suas crônicas mais recentes, datada do dia 21 de junho de 2019, Milton Hatoum, ao analisar a obra e a importância de Machado de Assis em comemoração ao aniversário de 180 anos do escritor, finaliza o texto em tom de ironia e críticas ao novo Ministério da Educação:

Se o Ministério da Educação fosse bem menos obtuso, distribuiria aos estudantes e professores da escola pública um livro com uma seleção de contos de Machado. Mas seria pedir o impossível a quem acredita que o nosso planeta é plano, que o aquecimento global é uma ficção e que é um desperdício investir em ciências humanas e artes. Machado trataria com escárnio essa bestialidade em série. E nem assim os obtusos entenderiam... (HATOUM, 2019).

Nessa crônica do dia 21 de junho, Hatoum aproveita a data comemorativa para comentar um fato atual, depois de fazer uma breve abordagem da biografia do Bruxo do Cosme Velho. A partir da leitura da crônica, achamos pertinente discutir que o sujeito cronista é diferente dos demais colunistas, porque estes, “em regra, ou dispõem de fontes de informação próprias ou comentam fatos atuais, interpretando e opinando, sem maior preocupação com a transcendência ou durabilidade do texto. Crônica, em sua forma moderna, como se pratica, é literatura, que vai dá emoção à ironia;” Em contrapartida, “a coluna flutua entre o jornalismo excelente e o palpite não solicitado [...]”, conforme escreveu Nilson Laje (2005, p. 22-23). O modo como Nilson Laje entende o cronista levanta questões problemáticas. Vejamos: a emoção não consiste num elemento suficiente para discutir a crônica e a literatura, pois, qualquer tipo de escrita pode despertar emoções, sendo este um critério vago para se definir qualquer fenômeno artístico.

É fundamental pontuarmos que a atualidade e a periodicidade configuram-se como pilares da informação jornalística (LUCAS, *apud* BRITO, 2007, p. 10), pois, enquanto a atualidade está ligada ao papel do jornalista em pesquisar, interpretar e coletar notícias para informar, a periodicidade “diz respeito ao fornecimento cotidiano de novidades desejadas pelo público”. Por outro lado, o grande fluxo de notícias construído dentro do campo jornalístico desenvolveu problemáticas no que dizem respeito ao controle de opinião do seu público e à disseminação de discursos ideológicos.

Durante a década de 1820, os 53 jornais que circulavam no Brasil – número que aumentou no decorrer do Período Regencial – foram essenciais para o fomento de uma cultura política. Para Barbosa (2010, p. 49), “esses periódicos efêmeros ou duradouros encenam suas batalhas verbais numa espécie de palco, no qual personagens situados em campos opostos se movimentam.” Por esse viés, a autora entende que o jornalismo dessa época passa por processos que o “transforma num teatro performático, no qual os temas da atualidade são discutidos e debatidos entre os periódicos” (BARBOSA, 2010, p. 49). As transformações, a abordagem de temas atuais e a retórica constituem elementos que conquistam um público, com isso, o jornal vai sendo incluído no dia a dia e passa a ser objeto das conversas dos indivíduos. Vale acrescentar que os insultos verbais, xingamentos, chacotas e outras formas textuais publicadas nesses jornais estão relacionados à sociedade daquele período.

Assim, podiam não apenas insultar, como também entreter e divertir. Produtos dos conflitos entre grupos situados no mesmo lugar social – ou seja, aqueles que ganhavam voz pelo da impressão cotidiana – são quase sempre repetitivos. Os mesmos insultos e xingamentos migram de um jornal para outro constituindo uma teia de significações impressas. [...] Nenhum tipo de comunicação pode ser entendido sem referência ao contexto social o interior do qual é produzido. (BARBOSA, 2010, p. 50).

Nesse sentido, o discurso jornalístico, quando tende para a manipulação, atua como uma espécie de instrumento de poder de um determinado grupo para controlar outros, tendo em vista que “o discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, [...]” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). O jornalista e o colunista têm a capacidade de influenciar a opinião das pessoas e faz isso, na maioria das vezes, “de uma forma disfarçada e oculta”, conforme aponta Norman Fairclough (2001, p. 144). Todavia, convém afirmar que nem todas as informações e notícias são manipuladas pelo jornal que a veicula, pois, se assim fosse constantemente, o jornalismo perderia a sua importância na sociedade.

A função comunicativa exercida pelo jornalista o aproxima do escritor, uma vez que ambos se valem da palavra escrita para exprimir aspectos sociais, culturais e políticos relacionados à vida coletiva e individual. No entanto, o modo como cada um manuseia o trabalho com a escrita difere, porque o escritor visa ao literário e o jornalista limita-se aos interesses do jornal no qual se encontra veiculado, recorrendo a uma linguagem mais coloquial, próxima da oralidade das pessoas comuns. Essa explicação esbarra, entretanto em uma questão que verifica somente o suporte e não o objeto suportado. Por outro viés, não se pode dizer que a oralidade defina ou não o trabalho do escritor.

O jornalismo e a literatura atuam no / através do tempo, fazendo emergir o *hic et nunc*, o aqui e agora. O primeiro trabalha com assuntos do cotidiano, da realidade, já a literatura imbrica, no texto, o imaginário, a ficção e a realidade, mas tanto a literatura quanto o jornalismo têm a palavra como procedimento. A partir dessa discussão, podemos pensar a crônica como uma espécie inscrita em entre-lugar, pois herdou traços jornalísticos e literários, como já discutimos anteriormente. Além de recolher os fatos miúdos, a crônica tem o imediatismo, *hic et nunc*, como elemento que também a aproxima do jornal.

Se a escrita e a leitura aproximam o jornalismo e a literatura, o tempo é um elemento que os diferencia, segundo Carlos Heitor Cony (*apud* BRITO, 2007, p. 9), pois o texto jornalístico é datado, característica que marca o imediatismo e a efemeridade do jornal. No entanto, vale questionar tal afirmação de Cony: toda arte não é datada? Quais elementos tornam algo a ser datado ou não? Como ter certeza de que alguma coisa se perpetuará? Assim como o jornal, o livro também não é datado, efêmero? É mais coerente pensar que um texto permanece não por si mesmo, mas por causa dos leitores, tanto do texto jornalístico quanto do literário, que elaboram gestos performativos próprios para cada um deles e decidem como os lerão.

Por isso mesmo, certas discussões e críticas em torno das tentativas de definição, de caracterização, de diferenciação ou de correlação entre o jornalismo e a literatura tornam insuficientes, vazias e inviáveis, visto que acabam diminuindo e inferiorizando um ou o outro. A precariedade presente nesses debates aponta o esquecimento (para não falar na questão do gosto) da função social do jornalismo e da literatura: o conhecimento, o saber e a ação. Assim, são tentativas que trazem “uma entonação ideológica desagradável” (VILAS BOAS, *apud* BRITO, 2007, p. 19).

No artigo intitulado “O jornalismo literário como gênero e conceito” (2006), o autor e pesquisador Felipe Pena constrói seus argumentos em torno da influência da literatura no jornalismo a partir da definição de Ciro Marcondes Filho (2001), que divide a evolução da

imprensa em cinco períodos diferentes: (1) a pré-história do jornalismo, de 1631 a 1789; (2) o primeiro jornalismo, 1789-1830; (3) o segundo jornalismo, 1830 a 1900; (4) o terceiro jornalismo, de 1900 a 1960; e (5) o quarto jornalismo, 1960 em diante. Portanto, segundo Felipe Pena (2006, p. 5):

Pela classificação de Marcondes Filho, portanto, a influência da literatura na imprensa está mais presente nos chamados primeiro e segundo jornalismo. Estamos falando justamente dos séculos XVIII e XIX, quando escritores de prestígio tomaram conta dos jornais e descobriram a força do novo espaço público. Não só comandando as redações, mas, principalmente, determinando a linguagem e o conteúdo dos jornais. E um de seus principais instrumentos foi o folhetim, um estilo discursivo que é a marca fundamental da confluência entre jornalismo e literatura.

No Brasil, o jornalismo literário se desenvolveu a partir de 1960, mas ressurgiu com força no final de 1990. Dessa forma, “voltou a ser, no Brasil, uma alternativa valiosa para o processo de busca por compreensão social, assim como fora a literatura realista no século XIX – ela que, por sinal, foi quem soprou vida ao próprio jornalismo literário que então ainda engatinhava” (VILAS BOAS, *apud* BRITO, 2007, p. 23). Essa busca por compreensão social pode ser pensada como ampliar a visão das pessoas sobre os acontecimentos da realidade. Em outros termos, o jornalista literário tem a preocupação de contextualizar os fatos, as informações, trabalho que, segundo a nossa opinião, destoa do limitado ambiente jornalístico. Assim, cabe a ele detalhar as informações, relacionar a outros acontecimentos, investigar, fazer comparações, refletindo como tal assunto poderá colaborar para a formação do indivíduo.

Existem no Brasil diferentes formas de classificação do Jornalismo Literário, como aponta Felipe Pena (2006). Alguns autores o compreendem apenas como uma parte histórica do jornalismo, tempo em que escritores atuavam como editores, redatores, cronistas e escritores de folhetins. Outros entendem o jornalismo literário como referência “à crítica de obras literárias veiculada em jornais. Há ainda os que identificam o conceito com o movimento conhecido como *New Journalism*, iniciado nas redações americanas da década de 1960. E também os que incluem as biografias, os romances-reportagem e a ficção jornalística” (PENA, 2006, p. 13).

Fazer jornalismo literário é ir além dos meandros da redação de um jornal e escrever texto ou reportagem com base nos artifícios literários. É exercer um trabalho de produção escrita que, segundo Felipe Pena (2006, p. 6) potencializa “os recursos do jornalismo”, ou seja, o jornalista literário não descartará as técnicas narrativas que aprendeu no jornal, pois “os velhos e bons princípios da redação continuam extremamente importantes, como, por

exemplo, a apuração rigorosa, observação atenta, a abordagem ética e a capacidade de se expressar claramente, entre outras coisas” (PENA, 2006, p. 6-7), porém, a partir dessas técnicas narrativas, o objetivo é desenvolver novas formas de aprimoramento do texto.

Nessa perspectiva, os jornalistas-autores trazem para os seus textos elementos que compõem a estrutura narrativa dos textos ficcionais – o monólogo interior, fluxo de consciência e digressões. Sendo assim, unem características distintas do texto jornalístico e do texto literário para compor uma reportagem que seja duradoura. O objetivo é que os textos do jornalismo literário perdurem, diferentemente do que acontece com as reportagens que costumam ser esquecidas no dia posterior a sua publicação, virando papéis para forrar chão.

Ao aplicar as técnicas da narrativa literária, o jornalista literário mescla forma e conteúdo, possibilitando que ambos formem uma parceria como na literatura. A intenção do jornalismo literário é, de acordo com Camila de Melo Silva (2014, p. 17), elaborar uma “nova roupagem e/ou criar possibilidades de inovação estética/linguística”. Necchi (2007, p. 103, *apud* SILVA, 2014, p. 17) corrobora ainda que o jornalismo literário caracteriza-se pela “profunda observação, imersão na história a ser contada, fartura de detalhes e descrições, texto com traços autorais, reprodução de diálogos e uso de metáforas [...]”. Tais investimentos narrativos dão mais sabor ao texto e, juntamente com o conteúdo real, delimitam o que é de cunho literário e jornalístico.

A junção da literatura ao jornalismo, como acontece no jornalismo literário, gera questionamentos polêmicos, por exemplo: A crônica é uma forma de jornalismo literário? Textos não-ficcionais também devem ser considerado literatura? Pesquisadores, como Fábio Alcides de Souza (2016, p. 5), afirma que, “especificamente no Brasil, um gênero do Jornalismo Literário muito popular e que costuma estar presente nas páginas dos jornais em circulação é a crônica”. O fato arduo presente na constatação do pesquisador é que, além da crônica ter surgido antes do termo jornalismo literário, entender a crônica como produto desse tipo de jornalismo é cair na problemática de que a literatura também agrega textos não ficcionais, tendo em vista que há crônica mais factual e mais ficcional, de acordo com as concepções teóricas que veremos mais adiante.

Concordamos com Sergio Vilas Boas, que diz que “para aceitar o casamento do J com o L precisamos acreditar que o conceito de literatura precisa também englobar o texto de não ficção, esse termo tão negativo quanto negador, tão certo quanto indiscreto, tão confortável quanto arduo” (VILAS BOAS, *apud* BRITO, 2007, p. 21). Com isso, vemos o quão astucioso é tentar conceituar e enquadrar a literatura e os gêneros literários. Desse modo, consideramos mais adequado burlar essas definições fechadas e pensar não mais se textos não

ficcionalis são literatura, mas o modo como os leitores leem esses textos não ficcionais. Dessa forma, “uma grande reportagem pode ser um trabalho literário. O leitor é quem diferencia.” (VILAS BOAS, apud BRITO, 2007, p. 21), mesmo que certos teóricos discordem.

Outro grande problema de colocar a crônica como produto do jornalismo literário é que a crônica, como sabemos, se apresenta em variados formatos, que estão relacionados ao estilo e à própria poética de cada autor. Assim, encontraremos crônicas voltadas apenas para fatos do cotidiano, sem qualquer estrutura ficcional e, outras, estritamente, ficcionais. Por isso, a nosso ver, revisitar as teorias da crônica pode ajudar a ampliar a visão, embora o objetivo das discussões travadas aqui sejam sempre problematizar para fugir das definições estanques, que mais negam e limitam do que acrescentam algo ao debate, além de nos jogar num arcabouço teórico da ordem do indecível.

1.2 Revisitando as teorias da crônica

O gênero literário em questão encontra-se delineado em uma ampla rede conceitual. Críticos literários como Afrânio Coutinho (2003), Massaud Moisés (1968) e Antonio Candido (1992) tentam compreender o fenômeno, cada um à sua maneira, e propõem pensar a crônica em subgêneros.

No texto “Ensaio e crônica”, Afrânio Coutinho (2003) focaliza a marca estrutural da crônica e propõe a divisão em: 1) Crônica-narrativa; 2) Crônica-metafísica; 3) Crônica-poema em prosa; 4) Crônica-comentário e 5) Crônica-informação. Por crônica-narrativa, Coutinho entende o texto que elabora a história nos moldes de episódio e, assim, estaria próxima ao conto. A crônica-metafísica é aquela na qual o autor faz abordagens de cunho filosófico, levando em consideração os acontecimentos e o homem. Na crônica-poema em prosa estaria o tratamento de conteúdos líricos, a qual difere da crônica-comentário, porque esta comenta assuntos variados. Por outro lado, a crônica-informação divulga os acontecimentos a partir de curtos comentários. Sobre a crônica-comentário e a crônica-informação, Ribas (2013, p. 68) diz: a crônica-comentário é uma “miscelânea de assuntos, o chamado ‘bazar asiático’, na expressão de Eugênio Gomes, pois trata de vários assuntos diferentes (Machado e Alencar); e a crônica-informação que, segundo Coutinho, se aproximaria mais do sentido etimológico, por divulgar os fatos com breves comentários”.

Ressalta-se que Afrânio Coutinho foi precursor do New Criticism no Brasil, corrente literária que propõe uma análise intrínseca do texto literário, em sua unidade e autonomia. Desse modo, o New Criticism desconsiderava qualquer referência imediata e incontestável ao contexto social, histórico e biográfico, escolhendo focalizar no que os teóricos chamavam de *Close Reading*, ou seja, a leitura atenta “enfocando a ambiguidade, o paradoxo, a ironia e os efeitos da conotação e das imagens poéticas, o New Criticism procurava mostrar a contribuição da forma poética para uma estrutura unificada” (CULLER, 1999, p.119). Assim sendo, as influências do New Criticism sobre Afrânio Coutinho encontram-se manifestadas na visão que o crítico tem sobre a literatura. Vejamos o que ele diz:

A literatura é uma arte, a arte da palavra, isto é, um produto da imaginação criadora, cujo meio específico é a palavra, e cuja finalidade é despertar no leitor ou no ouvinte o prazer estético. Tem, portanto, um valor em si, e um objetivo, que não seria de comunicar ou servir de instrumento a outros valores – políticos, religiosos, morais, filosóficos. Dotada de uma composição específica, que elementos intrínsecos lhe fornecem, possui um desenvolvimento autônomo. A crítica é, sobretudo, a análise desses componentes intrínsecos, dessa substância estética, a ser estudada como arte e não como documento social ou cultural, com um mínimo de referência ao ambiente sócio-histórico. (COUTINHO, 1986, p 52.)

Como se vê, as colocações que Coutinho (2003) levanta no Capítulo “Ensaio e crônica”, sobre o gênero crônica e os enquadres colocados por ele, estão relacionados ao estudo da análise da estrutura interna, ou seja, “a forma-conteúdo, artifícios técnicos (esquema métrico, ritmático e prosódico, [...] caracterização, tipologia, convenções dramáticas, estilo, vocabulário, linguagem poética, etc.)” (COUTINHO, 1986, p. 53). Para o crítico, a crônica “somente será considerada gênero literário quando apresentar qualidade literária, libertando-se de sua condição circunstancial pelo estilo e pela individualidade do autor” (COUTINHO, 2003, p. 123). Logo, o crítico considera como qualidade literária esse conjunto de características que melhor aponta, segundo ele, para uma definição de literatura.

Em contrapartida, Massaud Moisés pensa o gênero apenas na qualidade de 1) Crônica-poema e 2) Crônica-conto. Na visão de Moisés, a crônica-poema organiza “uma prosa emotiva que chega ao verso e na crônica-conto o “cronista narra um acontecimento que despertou sua atenção, como se fosse um conto” (RIBAS, 2013, p. 68). Antonio Candido (1992, p. 21) amplia a abordagem e sugere a divisão entre 1) Crônica-diálogo – quando o cronista dialoga com o seu leitor e com ele troca opiniões; 2) Crônica-narrativa – em que vemos o texto em formato de ficção e próximo ao conto; 3) Crônica exposição-poética – quando tece reflexões sobre um acontecimento ou uma personalidade; e 4) Crônica biográfica lírica – narra poeticamente a vida de alguma pessoa.

Já Germana Zanettini, escritora gaúcha, no poema *Escola Brasil* (2019), coloca em discussão a temática da criminalidade num período em que a legalização do uso de arma entra em discussão no Brasil: “Na arma a massa crê: MASSA-CRE”.¹ Além da atualidade do tema, o poema de Zanettini é um exemplo para pensarmos o que Afrânio Coutinho nomeia como crônica poema-em-prosa, texto “de conteúdo lírico, mero extravasamento da alma do artista ante o espetáculo da vida, das paisagens ou episódios para ele carregados de significado” (COUTINHO, 2003, p. 133).

Embora chamado de poema, “Escola Brasil” poderia ser pensado como crônica poética ou crônica poema-em-prosa? A indagação surge devido à hibridização da sonorização e do jogo de palavras em uma estrutura muito semelhante à da prosa. Por isso, definir o gênero crônica em enquadres, como fez Afrânio Coutinho, corre o risco de reduzir a compreensão das espécies que estão a surgir no campo literário. Além disso, a ideia de extravasamento da alma do artista só seria possível caso o poeta escrevesse somente crônica poema-em-prosa? Da mesma forma, somente encontraríamos os dados factuais e os comentários ligeiros na crônica-informação? Um poema, um conto, um romance ou um grafite em um muro não seriam também resultantes das impressões de seus criadores?

A nosso ver, tais definições configuram-se redutoras e lançam a discussão em arcabouços teóricos que, “mais cedo ou mais tarde, esfrelam-se em função da sua inconsistência” (RIBAS, 2013, p. 68). Isso ocorre porque as definições desenvolvidas sobre o conceito da crônica são limitadas e insuficientes, uma vez que enquadram o gênero em uma rede de características que são limitadas quando utilizadas para se compreender e analisar certas obras de forma estanque. Ademais, mesmo a alternativa dos subgêneros como tentativa de se fugir do impasse conceitual, conforme as subdivisões formuladas por Coutinho, Moisés e Candido, mostram-se insatisfatórias caso levadas à análise das crônicas de Milton Hatoum, por exemplo.

No capítulo “Gêneros literários”, Roberto Acízelo de Souza (1999) define o gênero pelos traços rítmico (como prosa e poesia) e histórico (lírico, narrativo ou dramático). Por essa classificação, o crítico avança e subdivide o gênero em espécies, colocando o conto, o romance e a novela no rol das espécies narrativas, mas não inclui a crônica. Acízelo justifica a subdivisão da seguinte forma: “subdividindo os gêneros em suas diversas espécies, e ainda associando as duas classificações sem, contudo, misturá-las, pois, como observamos, cada

¹ A escritora Germana Zanettini publica os seus textos na *Internet* e nas redes sociais. O poema “escola brasil” está disponível em: <http://www.poesianaalma.com.br/2019/03/escola-brasil-germana-zanettini.html>. Acesso em 05 de julho de 2019

uma delas se funda em critério próprio” (SOUZA, 1999, p. 59). Sabemos que a crônica é uma textualidade que nasceu menor, devido ao suporte jornalístico. Todavia, tais concepções não são possíveis na prática, porque grandes escritores fizeram dela o seu material de trabalho, assim, ela também desponta para a escrita artística.

No entender de Maria Cristina Ribas (2013, p. 66-67), “o impasse da definição aqui assumido parece estender-se ao estabelecimento de conceitos na contemporaneidade, tendo em vista a experiência da diversidade dos objetos, sujeitos e eventos, interpenetração de fronteiras, rapidez da informação, agilidade dos meios, interdiscursividades”. Em outros termos, a *performance* das novas escrituras e a transitividade do meio cultural contemporâneo não nos deixa reféns da ilusão de um conceito bem definido, perfeito e acabado.

Dessa forma, entendemos que a crônica reúne em sua composição outros gêneros textuais, contribuindo também para a impossibilidade de sua definição. Por sua vez, esse hibridismo contesta a doutrina de que os gêneros são puros, conforme defendia a teoria clássica: “ela não só crê que um gênero difere de outro tanto em natureza como em hierarquia, como também que é preciso mantê-los separados. Tal é a famosa doutrina da ‘pureza dos gêneros’” (MOISÉS, 1968, p. 46).

Cremos que a fragilidade do estudo dos gêneros literários, hoje, vem dos apelos ferrenhos às concepções que, ao longo do tempo, têm se mostrado incapazes de dar conta da fenomenalidade dos fenômenos. Para uma dada época, defender o pensamento de imutabilidade, pureza, fixidez, unidade de emoção e hierarquização dos gêneros pode ter sido uma resposta plausível, tendo em vista as estruturas literárias dominantes e o pensamento crítico daquele período determinado, mas hoje sabemos ser perigoso estabelecer uma classificação segura do que sejam os gêneros e espécies literários. Isso porque os elementos que constituem a diferença e/ou a sintonia entre os gêneros devem ser compreendidos levando em conta a relatividade do momento histórico em que as formas surgem e se desenvolvem, ou seja: a fixidez do gênero somente “justifica-se unicamente por um dado tempo” (TOMACHEVSKI, *apud* STALLONI, 2003, p.175).

Para exemplificar, Aristóteles (1988, p. 24), um dos pensadores da teoria clássica dos gêneros, distinguia a épica e a tragédia da comédia por serem, segundo ele, espécies maiores, superiores, porque as duas são imitações metrificadas de seres considerados superiores: “A diferença está em que aquela se compõe num metro uniforme e é narrativa. Também na extensão; a tragédia, com efeito, empenha-se, quanto possível, em não passar duma revolução do sol ou superá-la de pouco; a epopeia não tem duração delimitada e nisso difere”.

Entretanto, se nos basearmos na concepção aristotélica das três formas canônicas, a lírica, a épica e a dramática, estaremos aprisionando a literatura em esquemas teóricos. Pensando assim, a própria noção do literário encerra em si a ideia de uma espécie em constante processo de evolução, transformação e adaptação que perpassa o tempo.

Desse modo, convém indagar quais são os critérios adotados, hodiernamente, para se considerar certa obra como pertencente a um gênero. É difícil falar sobre critérios dentro dos novos formatos da literatura brasileira contemporânea, uma vez que novas obras surgem e deslocam para outras categorias. Dito isso, é fundamental recordar que a epopeia de Aristóteles já combinava variados tipos de discursos em um mesmo texto, contrariando, assim, a tão defendida pureza e fixidez da teoria clássica dos gêneros.

Os gêneros não são fixos e “com a adição de novas obras, as novas categorias deslocam-se,” disseram Renê Wellek e Austin Warren (1971, p. 286), pioneiros na discussão moderna dos gêneros. Essa ideia de deslocamento das categorias dissemina a reflexão sobre o hibridismo das espécies literárias em questão, tendência que tem sido fortalecida nos campos dos estudos literários atuais, mas que não pode ser entendida como sinônimo de contemporaneidade, mas como a própria especificidade do caminho histórico por que trilharam as obras artísticas, a crônica aí incluída.

Para Wellek e Warren (1971), a teoria moderna dos gêneros é descritiva, ao contrário da perspectiva clássica, que é normativa e prescritiva, “não limita o número das espécies possíveis e não prescreve regras aos autores (WELLEK; WARREN, 1971, p. 297), mas considera que os gêneros tradicionais podem mesclar e, assim, desenvolver novos tipos de gêneros, para além, diríamos, da própria ideia de gênero. A nossa abordagem não pretende teorizar o gênero, mas sim mostrar os limites e alcances dessas teorias, pois compreendemos, ainda conforme Wellek e Warren (1971, p. 298) que o estudo dos gêneros chama atenção para a análise intrínseca da literatura, e “sejam quais forem as relações entre a literatura e os outros reinos valorativos, os livros são influenciados por outros livros; os livros imitam, caricaturam, transformam outros livros – e não apenas aqueles que lhes sucedem em escrita ordem cronológica”.

Nesse viés, não pretendemos defender uma teoria ou outra, mas sim mostrar que as teorias clássica e moderna, como apontaram Wellek e Warren, não esgotam as percepções sobre o gênero literário, visto que as possibilidades de análise e criação obedecem ao tempo histórico e às cadeias de transformação. Além disso, novas concepções vêm surgindo no decorrer da historicidade da literatura, que nos levam sempre a revisitá-las, pois:

A partir do momento em que a criação literária não pode estar presa a nenhuma lei discursiva implacável, nunca será possível alcançar uma tipologia universal, irrefutável e imutável. Wellek e Warren observaram que os critérios para definir os gêneros foram subjectivos, podendo incluir a atitude do artista perante o mundo, as temáticas sociais, as modalizações linguísticas, etc. Todo acto artístico que envolve a criatividade não é, de facto, susceptível de ser guardado numa categoria intemporal. O universo de discursos que podemos estar sempre a (re) descobrir e a (re) inventar obrigar-nos-à a rever constantemente a teoria dos gêneros literários (CEIA, 2009).

Esse processo evolutivo relacionado às espécies genéricas vem do próprio conceito de literatura que, semelhantemente, recebe ao longo da história um acúmulo de conceituação e juízos de valor. Como se vê, portanto, os novos formatos também não resolveram e não resolverão a problemática dos gêneros, já que há discussões incessantes sobre o assunto na esteira dos Estudos Literários, como bem afirma Antoine Compagnon (2010, p. 16):

[...] as respostas passam e as perguntas permanecem. Estas são mais ou menos as mesmas. Há algumas que não cessam de se repetir de geração em geração. Colocam-se antes da teoria, já se colocavam antes da história literária, e se colocam ainda depois da teoria de maneira quase idêntica.

As abordagens defensoras dos deslocamentos das categorias formais, quando supõem a mescla dos gêneros, imprimem uma liberdade ao escritor em sua produção. O cronista, por exemplo, não tem o tempo a seu favor, por isso escreve com agilidade, pois os fatos diários são rápidos e ele “precisa de um ritmo ágil para poder acompanhá-los. Por isso, a sua sintaxe lembra algo desestruturado, solto, mais próximo da conversa entre dois amigos do que propriamente do texto escrito” (SÁ, 1985, p. 11). Nesse sentido, fica a cargo do escritor construir a articulação entre gêneros variados e, no caso da crônica-conto, apesar de arrastar consigo o aspecto transitório e ambíguo herdado propriamente do suporte jornalístico, se ganha um aspecto mais característico, em que se percebe tratamento mais de acordo com aquilo que entendemos ser o ficcional.

Os apontamentos feitos até aqui sobre algumas teorias do gênero nos possibilitaram compreender que o campo de investigação dos gêneros literários se encontra delineado pelo excesso e pela falta. Ao longo da história da literatura encontramos diversas discussões, definições e enquadramentos relacionados aos gêneros, as quais são diluídas “no exagero; juntas aos gêneros autônomos, pseudogêneros, subgêneros, subsubgêneros, cuja multiplicidade e singularidade prejudicam a reputação das categorias mais importantes” (STALLONI, 2003, p. 173). Em contrapartida, essas mesmas classificações foram esmagadas pelos questionamentos, que surgiam, a partir das fragilidades encontradas pelos críticos e teóricos.

Para pensarmos a literatura, não podemos nos ater às afirmações relacionadas ao mito da obra única, embora compreendamos que já existem e ainda estão por surgir obras ligadas por elementos compartilhados entre si. Além disso, quando ressaltamos a liberdade de criação, estamos, também, pregando a autenticidade da obra em ir além das regras do gênero, as quais não conseguem abranger a multiplicidade da literatura, porque “um texto não poderia pertencer a nenhum gênero. Todo texto participa de um ou mais gêneros, sempre existe gêneros nos gêneros, mas essa participação jamais significa um título de pertença” (DERRIDA, *apud* STALLONI, 2003, p. 179-180).

As crônicas da *Terra Magazine* indicam que o gênero não é fixo e imutável, uma vez que as possíveis definições e características são transitórias. Aceitar os conceitos prontos sobre os gêneros e os enquadramentos feitos pelos autores, que tentaram definir a crônica é, de certa forma, negar a transitividade do literário e refutar a evolução e o surgimento de outras espécies textuais. Assim, o gênero ou espécie crônica aqui discutida a partir da série de Hatoum publicada na revista *Terra Magazine* não pode ser aprisionado pelas imposições teóricas feitas por Coutinho (2003), Moisés (1967) e Candido (1992), pois, como veremos, a crônica é avessa a classificações.

Com isso, pretendemos demonstrar que somente se poderá ler a crônica ou qualquer outro gênero por meio do hibridismo textual e que as definições são apenas formas de se estruturar um caminho, um método, mas que não definem nem resolvem o problema.

1.3 A escrita sem papel: entre os blogs e as crônicas virtuais

Na era da mediatização total da experiência, a literatura pode ser considerada como forma liminar de representação social, internamente marcada pela diferença cultural e por novas possibilidades de sentido e significação. (MIRANDA, 2010, p. 142)

A globalização impulsionou a circulação de obras literárias em canais de comunicação, como a *Internet*, comparativamente ao que se via antes do apogeu da tecnologia, em que o texto literário circulava em rodapé de jornais, nas revistas literárias e nos livros impressos. A circulação virtual das obras literárias acaba rompendo com alguns limites e limitações das publicações daqueles espaços que não permitiam um trânsito maior dos leitores e sua interação com o autor e com o próprio texto. Com essa ruptura, romances, contos, crônicas e poemas de escritores diversificados encontram-se disponíveis no formato *e-*

book, são publicados em *blogs*, *sites* e redes sociais, permitindo, assim, uma ampla movimentação no campo literário.

Diante desse cenário, o livro impresso passou a concorrer com o *e-book* e os *blogs*, que servem adicionalmente como instrumento de divulgação para novos escritores. Para Beatriz Resende (2008, p. 17), “a verdade é que os jovens escritores não esperam mais a consagração pela “academia” ou pelo mercado. Publicam como possível, inclusive usando as oportunidades oferecidas pela *Internet*. E mais, formam listas de discussão, comentam uns com os outros [...]”. Essa literatura publicada em *blogs* não é exclusividade deste suporte, pois pode vir também em livros. Esse tipo de publicação em *blogs* atinge o objetivo do escritor de levar a sua produção literária a seu público com mais rapidez, sem ficar dependente das editoras para divulgar a obra.

Ana Paula Maia (1977) é um exemplo de escritor ou grupo de escritores que publicam em *blogs*, rompendo em parte com a hegemonia suporte papel. Em seu *blog*, Maia disponibiliza capítulos de suas obras, além de informações sobre novos títulos e futuras publicações. Maia, após o término do seu terceiro livro, *Entre rinhas de cachorros e porcos abatidos* (2009), optou, conforme afirma Resende (2008, p. 142), por “não esperar mais pelo interesse das editoras. [...]”, e publicou o romance nesse suporte virtual:

Publicada no *blog*, a história mostrou que quem ainda não conhecia a obra não sabia o que estava perdendo. O romance provou não precisar de mediadores e logo conquistou não só leitores como resenhas em revistas virtuais, que também estão lá, ao lado da narrativa, em tempo real. [...] Ana Paula faz parte do time de autores [...] que pratica literatura, fala de literatura, milita literatura (RESENDE, 2008, p. 142).

Em entrevista concedida ao site *Rascunho* em 2011, Ana Paula Maia pontua que a literatura relacionada à *Internet* é malvista, porque “parece que tira o cânone da coisa que tira a literatura do pedestal e a joga num lugar onde todo mundo tem acesso”. Continua: “Acho que a obra precisa sobreviver em qualquer meio, em qualquer lugar, seja *Internet*, jornal ou revista. É uma limitação falar que literatura veiculada na *Internet* não tem qualidade. [...] Gente da velha guarda que diz que nem olha para essa literatura de *blog*” (MAIA, 2011). A fala de Maia nos mostra o perfil da nova geração de escritores que não está preocupada com o olhar da academia e nem com as críticas que poderão surgir, mas deseja, antes, divulgar seu trabalho.

Além dos *blogs*, existem os *sites* e revistas eletrônicas, os quais veiculam variados gêneros, até mesmo textos de crítica literária, resenhas, ensaios, dentre outros. Um dado valioso diz respeito ao fato de os próprios escritores assumirem a função de críticos das obras

de seus pares. Com isso, as editoras, que ainda editam livros, acabam descobrindo novos autores, novas obras literárias e novas tendências.

Os novos suportes de veiculação de obras literárias põem em destaque a *performance* do escritor. De acordo com o *Dicionário Michaelis On-line* (2019), dentre as possíveis explicações para o termo *performance* podemos mencionar: “ato ou processo de realizar algo; atuação, desempenho” ou “apresentação em que o artista tem total liberdade de criação e atuação, associando ideias, teatro, dança, música etc.”. Dito isso, queremos destacar os movimentos performáticos de Milton Hatoum, escritor e intelectual que transita com liberdade na *Internet*, já que habitualmente posta as suas crônicas no perfil do *Facebook*, concede entrevistas virtuais e trava diálogos via *inbox* com o público. A liberdade com que Hatoum circula as crônicas pela *Internet* permite que os leitores façam comentários em tempo real sobre os seus textos, assunto abordado no capítulo 3.

Como veremos ao longo do capítulo 2, Milton Hatoum publicou na Revista Eletrônica *Terra Magazine* textos variados classificados pela revista e pelo próprio escritor como crônicas. O modo como o escritor trabalha os temas, a linguagem e a hibridização dos gêneros legítima, de certa forma, os seus atos performáticos, que vão desde a produção da escrita no papel até a circulação das crônicas no suporte virtual. Tudo isso só é possível, porque “escrever é libertar a linguagem e o pensamento da subordinação ao real e a formas já instituídas: escrever e desconstruir. A liberdade do escritor consiste em fazer da literatura uma estratégia de descentramento, uma dinâmica de transformações [...]” (MIRANDA, 2010, p. 128).

Mediante as questões desenvolvidas neste primeiro capítulo, o segundo capítulo intitulado de “A “crônica de” Milton Hatoum na Revista Eletrônica *Terra Magazine*” apresentará o *corpus* da pesquisa, mas focalizando as análises na ideia de uma poética de autor.

2 A “CRÔNICA DE” MILTON HATOUM NA REVISTA ELETRÔNICA *TERRA MAGAZINE*

O *corpus* desta pesquisa consiste em 56 crônicas do escritor Milton Hatoum (1952) publicado na Revista Eletrônica *Terra Magazine* de 2006 a 2010, a qual já se encontra extinta, logo, não está mais disponível na *Web*. Tivemos acesso às crônicas através do professor Paulo César Silva de Oliveira, que na época das publicações era assinante da *Terra Magazine* no formato digital, e recolhia esses escritos e os salvava em seu arquivo pessoal, uma vez que as obras de Milton Hatoum foram, durante certo período, objeto também de sua pesquisa.

Para uma melhor organização das leituras e análises do *corpus*, consideramos fundamental organizá-los numa coletânea, a qual foi impressa e encadernada, para uso, exclusivo, nesta pesquisa. Além disso, agrupamos as crônicas, de acordo com o ano e mês de publicação, em sequência que vai de 2006 a 2010, as quais se encontram numeradas (de 1 a 56) e agrupadas por ano de publicação numa tabela disponibilizada nos anexos, juntamente, com as 56 crônicas.

Durante as análises, observamos que as publicações aconteciam, na maioria das vezes, às segundas-feiras, com algumas variações às terças, às quartas-feiras e às quintas-feiras. Essas crônicas abordam temas variados – educação, violência, corrupção política, religião, preconceito, desmatamento, memórias, entrevistas, literatura, diversidade cultural e infância – em um regime de textos híbridos – em que Hatoum recorre às formas dos poemas, contos, das cartas, de artigos e ensaios.

Como discutimos, em nossa monografia, intitulada de “A crônica de Milton Hatoum” (FIGUEIREDO, 2018), as crônicas da coletânea supracitada são enquadradas pelo autor e pela revista na espécie crônica, embora muitas delas destoem do formato. A análise revela quase sempre uma espécie literária híbrida, que se vai descortinando na leitura atenta e na estruturação de um conjunto poético que chamamos de “poética de autor”. O conjunto desses textos revela um Milton Hatoum equilibrado entre o escritor tido pela crítica como rigoroso e o escritor que lida com a urgência da crônica, previamente dada pelo tempo de publicação, como exigido pela regularidade que vemos na Revista *Terra Magazine*. Acresce que Hatoum é também um intelectual engajado em causas sociais e nas questões políticas e culturais e por isso também se verifica em seus textos uma vontade de elaborar “uma linguagem que fala de perto”, em que se “pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitada”, nas palavras de Antonio Candido (1992, p. 14). Hatoum

problematiza o senso crítico da comunidade leitora quando demanda a participação do leitor para a discussão travada no texto. Neste sentido, sua crônica, e isso se estende a toda espécie crônica, nos “ensina a conviver intimamente com a palavra, fazendo com que ela não se dissolva de todo ou depressa demais no contexto, mas ganhe relevo, permitindo que o leitor a sinta na força dos seus valores” (CANDIDO, 1992, p. 15).

Nessa monografia da especialização, selecionamos 16 crônicas e as enquadrámos em temáticas, conforme os gêneros, que mais predominavam. Sendo assim, os 5 grupos foram: 1) crônicas jornalísticas-biográficas; 2) crônicas – contos; 3) crônicas-ensaios; 4) crônicas – ensaio – conto; 5) crônica – poema. É importante esclarecer que, apesar de não concordamos com as divisões rígidas da crônica em categorizações, optamos por separar as crônicas de Hatoum em temáticas porque a nossa pretensão não era fugir dos conceitos e de suas armadilhas, mas entender que qualquer categorização esbarrará em uma série infinda de problematizações. Além disso, é válido ressaltar que “isolar a crônica para conceituá-la numa pretendida independência, como se isso lhe garantisse o *status* de gênero e preservasse o seu campo de atuação, é ainda um sonho romântico” (RIBAS, 2013, p. 8).

Vale ressaltar que os aspectos genéricos de uma obra poderão orientar e determinar o modo como ela será lida, uma vez que o horizonte de expectativa do leitor se prepara para recebê-la, “por intermédios de avisos, sinais visíveis e invisíveis, traços familiares ou indicações implícitas [...] ela desperta a lembrança do já lido, enseja logo de início expectativas quanto a “meio e fim”, conduz o leitor a determinada postura emocional [...]” (JAUSS, 1994, p. 51). Entretanto, o leitor poderá recusar o *status* genérico de crônica reivindicado no paratexto, como acontece, por exemplo, no título do livro de crônicas de Hatoum (2013) “Um solitário à espreita: crônica”, mas o leitor poderá recusar-se também a ler alguns desses textos como crônicas pelo motivo de que algumas delas flertam com mais propriedade com a estrutura narrativa dos contos, por exemplo.

Sobre tal questão, a ideia de “gêneros transicionais” nos aparece como bastante produtiva para se entender a crônica. Segundo Roman Jakobson (*Apud* LIMA, 1983, p. 489), “o problema das modificações nas alterações mútuas entre as artes e outros domínios culturais próximos entre si aparece especialmente no que concerne às relações entre a literatura e outros tipos de mensagens verbais”. Jakobson fala de uma instabilidade dos limites, devida à alteração no contexto, em que os gêneros transicionais se mostram de interesse para os pesquisadores, visto que, considerados extraliterários e extrapoéticos, em certos períodos, em outros acabaram por preencher importantes funções literárias, como no caso da crônica que passa a ter um lugar de destaque no palco das Belas Artes. Assim, “esses gêneros transicionais

são, por exemplo, as várias formas de *littérature intime* – cartas, diários, anotações, narrativas de viagens etc. – que em certas fases [...] cumprem papel de destaque entre os valores literários (JAKOBSON, *apud* LIMA, 1983, p. 489), o que nos faz associar essa transição à nossa compreensão do estudo das crônicas contemporâneas, mais especificamente, no caso de Hatoum.

As discussões sobre o conceito artiloso do gênero crônica e as leituras de análises interpretativas dos textos da *Terra Magazine* nos possibilitaram compreender a crônica como filha de seu criador, o que induz pensarmos em estruturas textuais constituídas de características transmitidas no processo de criação. Essas combinações textuais resultam em marcas de estilos e configuram uma singular poética de autor, e por isso preferimos nos aliar à ideia de que a crônica é sempre “crônica de”, em nossa pesquisa, “crônica de” Milton Hatoum. Portanto, leremos a poética de Hatoum como uma produção literária de caráter político-militante e estruturante construída sob um gênero contestado, mas que possui um capital que não pode ser negado de todo, ao mesmo tempo, sem que a ele nos submetamos.

Para analisarmos esse *corpus*, propomos desenvolver leituras críticas, como as de Silvia Molloy (2003, p. 14), para compreendermos sob que aspectos algumas crônicas da *Terra Magazine* podem ser compreendidas como autobiográficas, pois “são fabulações a que recorre uma escrita de si em um certo espaço, em um certo tempo e em uma certa linguagem”. Ademais, utilizaremos as categorias “reflexividade” e “autorreflexividade”, elaboradas por Carlos Ceia (2009) no *E-Dicionário de Termos Literários*, que “são qualidades presentes, potencialmente, em todas as formas de literatura”; “porém a insistência nas últimas décadas na investigação dessas qualidades no romance faz com que sejam paradigmas mais facilmente identificáveis no modo narrativo de produção literária”. Ceia (2009) prossegue, afirmando que:

[...] temos que distinguir os tipos de auto-reflexividade e os modos da sua expressão que mais têm interessado os romancistas das últimas décadas. Considero dois tipos fundamentais de auto-reflexividade: metanarrativa, quando o texto de ficção se ocupa dos problemas técnicos e estruturais da narrativa (originalidade, criação literária, escrita literária, função do narrador, do autor, do leitor, organização das ações, fundação do estilo e da linguagem, problemas de retórica, psicologia e sociologia das personagens, etc.); meta-ideológica, quando o texto de ficção se ocupa da discussão de ideias paraliterárias, normalmente vindas dos campos da filosofia, da ética, da religião ou da política.

Dessa forma, a mescla da autobiografia, da metanarrativa, da metaideológica será utilizada como categoria analítica que revela um modo de entrada na leitura das crônicas da

Terra Magazine. Dito isso, demonstraremos numa tabela a forma como procederemos nas nossas análises, no decorrer neste capítulo 2. Vejamos:

Modo de expressão	Categorias analíticas	Identificação	Totais
Reflexão	Autobiográfica	5; 8; 9; 10; 14; 20; 21; 23; 25; 26; 27; 29; 30; 31; 34; 43; 45; 46; 47; 49; 52;	21
Autorreflexão	Metanarrativa	3; 4; 13; 15; 17; 22; 28; 32; 33; 42; 44; 50; 53;	13
Autorreflexão	Metaideológica	1; 2; 6; 7; 11; 12; 16; 18; 19; 24; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 41; 48; 51; 54; 55; 56;	22

Como está descrito na tabela, o *corpus* foi separado e distribuído conforme o modo de expressão e a categoria analítica mencionada anteriormente. Sendo assim, na categoria autobiográfica, o modo de expressão de caráter reflexivo possui 21 crônicas, que tratam de assuntos ligados à família, à infância, à escola, às amizades, às viagens, à imagem do rio etc. Dessas 21 crônicas, escolheremos 4, como objeto das análises desenvolvidas no subtópico 2.1. Para o modo de expressão baseado na autorreflexão metanarrativa, abordaremos 4 crônicas dentre as 13 destacadas, que serão analisadas no item 2.2. Por último, no 2.3, analisaremos 4 crônicas de um total de 22, a partir do modo de expressão baseado na autorreflexão metaideológica. Optamos por analisar 12 crônicas porque consideramos que este recorte pode dar conta das questões gerais que permeiam as demais e por entender que a análise das 56 crônicas, além de exaustiva, fugiria da proposta da nossa pesquisa que é discutir a posição de Milton Hatoum no parlatório. Assim, as crônicas apresentadas neste capítulo configuram-se como um instrumento linguístico usado por Hatoum no parlatório da *Terra Magazine*.

É importante afirmar que, ao enquadrar as crônicas nas categorias Autobiográfica, Metanarrativa e Metaideológica, não estamos querendo dizer que cada crônica apenas poderá ser analisada por meio dessas categorias, mas sim que consideramos essas formas mais adequadas à nossa proposta neste capítulo. Além disso, há crônicas que mesclam Autobiografia e Metanarrativa, como, por exemplo, “O arquiteto que não fui” (HATOUM, 2008r). Não temos o objetivo de analisar a mescla de categorias em uma mesma crônica, antes, optamos por analisar as obras de acordo com a categoria predominante.

2.1 A infância e ‘os lugares da memória’: as fabulações de uma escrita de si

Talvez o trabalho do ficcionista seja movido por um diálogo tenso entre a memória e o tempo presente. Desse diálogo surgem as palavras com seus personagens, histórias, romances ou relatos que reinventam a vida (HATOUM, 2007i).

Esta citação-epígrafe, retirada da crônica “Escrever em qualquer lugar”, nos leva a pensar o texto como registro não só do tempo presente, mas também como espaço por onde são criadas fabulações movidas por um “eu” narrador que é personagem de sua própria história. As composições textuais de teor autobiográfico presentes nas crônicas “Brasília: trauma e reconciliação” (HATOUM, 2007g); “Prece de um amazonense em São Paulo” (HATOUM, 2007l); “Espingarda e um livro de papai Noel” (HATOUM, 2007m) e “Elegia para todas as avós” (HATOUM, 2008x) serão pensadas com o apoio da teoria de Silvia Molloy (2003, p. 19): “não dependem de acontecimentos, mas da articulação destes eventos armazenados na memória e reproduzidos através de rememoração e verbalização”. Assim, em primeiro lugar, refletiremos sobre a infância como recurso memorialístico agregado nas crônicas “Elegia para todas as avós” e em “Espingarda e um livro de papai Noel”. Em seguida, trilharemos ‘os lugares da memória’ desenhados em “Prece de um amazonense em São Paulo” e em “Brasília: trauma e reconciliação”.

Ler as crônicas de Milton Hatoum na Revista Eletrônica *Terra Magazine* durante o período de 2006 a 2010 é como se aventurar nas estruturas textuais híbridas que nos dão à discussões sobre temas como violência, desmatamento, educação, corrupção política, preconceito, entrevista, infância e memória. Quando percorremos as crônicas, podemos ver o modo como o autor articula sua linguagem poética e sua forma particular de manusear as palavras, projetando para os leitores uma construção textual que, ao mesmo tempo, imbrica escolhas de conteúdo e forma em uma prática de escrever que busca constantemente organizar os signos linguísticos de forma a configurar um campo semântico específico que estamos chamando de “poética de autor”.

Esse exercício de aprimoramento das palavras se reflete sobre seu trabalho como um todo e, no caso de sua produção como cronista, requer de nós, leitores, um método de leitura e avaliação diverso do que utilizamos para o trabalho do amazonense em seus romances, por exemplo. Por isso, o estudo dessas composições narrativas, como um todo, seja para verificar suas correspondências com as temáticas desenvolvidas por Hatoum alhures ou para

compreender a forma como ele se estrutura no texto de encomenda que é a crônica, também motivou este estudo.

Pensar no entrelaçamento dos signos e nas composições temáticas nos direciona para reflexões em torno dos elementos memorialísticos presentes em algumas das crônicas da *Terra Magazine*. Nesse sentido, queremos reafirmar que crônicas como “Elegia para todas as avós” (HATOUM, 2008x) e “Espingarda e um livro de papai Noel” (HATOUM, 2007m) trazem breves recortes da memória de infância que podem se confundir com a entidade autoral.

Há, ao longo de “Elegia para todas as avós”, comentários e relatos em primeira pessoa referentes às avós como “seres inesquecíveis.” Diferentemente da avó desalmada retratada no conto *A incrível e triste história da Cândida Erêndira e sua avó desalmada* (1972), de Gabriel Garcia Márquez, a crônica aponta as avós como mulheres poderosas e “afetuosas além da conta e dispostas a darem tudo pelos netos” (HATOUM, 2008x). Além disso, Hatoum menciona o papel significativo da avó-matriarca na construção do legado e da memória do clã, ou seja, da família, afirmando, por exemplo, a partir do relato testemunhal de uma índia *wanano*, da região do Rio Negro, quando ela diz que: “[...] sua avó quase centenária reunia os netos para contar histórias de sua tribo. Ela nos ensinou os mitos de origem, disse a neta. Mitos esquecidos pelos mais jovens. Agora quero pôr tudo o que ela me contou num livro” (HATOUM, 2008x).

Uma avó também está relacionada às recordações da infância, que habitam a imaginação da criança. De certo modo, algumas avós, mesmo ausentes, conseguem existir seja nas lembranças guardadas, nas fotografias seja nas histórias contadas pelos pais e parentes. Assim, um narrador em primeira pessoa relembra histórias que o pai contava sobre a bisavó, Salma: “Salma, minha bisavó paterna, que eu não conheci [...] deixava a turma de crianças soltar as aves, brincar com elas, engaiolá-las, fazer o diabo com os bichinhos. [...] Salma chorou quando meu pai, ainda jovem, migrou para o Brasil, onde viveu mais de meio século” (HATOUM, 2008x). Desse modo, “Elegia para todas as avós” enquadra-se em um tipo de elegia sentimental, tendo em vista que procura situar o leitor em um tom nostálgico dado na exaltação da figura da avó.

Ao discorrer sobre a avó desalmada, personagem do conto de Márquez, e mediante suas considerações sobre a figura da avó, mulher que habita a imaginação da infância, o narrador ressalta que: “Até mesmo uma criança que não conheceu sua avó, constrói aos poucos uma imagem dessa mulher ausente, evocada com saudade nas conversas domingueiras e admirada nas fotografias dos álbuns de família” (HATOUM, 2008x). Desse modo, a

memória se torna tema da crônica convertido em matéria que constrói a história documental, neste caso, imagem de uma pessoa da infância retomada na memória adulta do “eu”. Nas palavras de Silvia Molloy (2003, p.21), “as referências à infância aparecem, ou são vistas pela prolepse como antevisão das aquisições do adulto, ou são usadas por seu valor documental”. A recordação da avó no tempo da infância ganha forma na escrita de si e, assim, resulta em valor documental, porque é na linguagem e na escrita que essas fabulações se concretizam como autobiografias. A infância, em “Elegia para todas as avós”, consiste na representação satisfatória do passado, pois “a vida é sempre, necessariamente, uma história; história que contamos a nós mesmos como sujeitos, através da rememoração” (MOLLOY, 2003, p. 19).

Se em “Elegia para todas as avós” o “eu” da narrativa revive a infância a partir da avó matriarca, por outro lado, em “Espingarda e um livro de papai Noel” (HATOUM, 2007m, o leitor se depara com recordação de presentes de natal: “Na minha infância ganhei também bolas de futebol, uma bicicleta, um teco-teco de madeira e revistas em quadrinhos; Mandrake, Cavaleiro Negro, Cavaleiro Fantasma... Nada de brinquedo elétrico, muito menos eletrônicos; nenhum urso tocando tambor” (HATOUM, 2007m). O “eu” narrador relata também as três espingardas da infância dos tios que ele herdou de presente quinze anos depois, quando eles já eram homens: “as quatro espingardas apareceram debaixo da minha cama. Nenhuma funcionava; pareciam frutas descascadas e abandonadas. Soube que um dos tios – o caçula – havia feito essa brincadeira tardia de papai Noel” (HATOUM, 2007m). Sabe-se que, de certo modo, a recordação dos brinquedos também traz consigo uma memória coletiva, compartilhada, relacionada aos momentos em família e as comemorações natalinas que permanecem fixadas em nossa memória adulta.

No entender de Vincent Jouve (2002, p. 117), “ler, de certa forma, é reencontrar as crenças e, portanto, as sensações da infância. A leitura, que outrora ofereceu para nosso imaginário um universo sem fim, ressuscita esse passado cada vez que, nostálgico, lemos uma história”. Assim, as recordações do “eu” narrador / personagem inscritas nessas duas crônicas atuam como gatilhos que podem levar também os leitores a reviverem seu passado. Isso acontece porque o texto articula experiências particulares e libertadoras, uma vez que a criança adormecida em nós pode renascer ao se deparar com as cenas da infância.

Na crônica² “Prece de um amazonense em São Paulo” (HATOUM, 2007l), Milton Hatoum esboça o Amazonas, sua terra natal, como “o lugar da memória”, ao se referir à região como lugar de refúgio e proteção. As recordações bem desenhadas da cidade de origem

² Embora seja nitidamente um poema, o autor a chama de crônica.

surtem grafadas nos versos da crônica-poema, quando o eu lírico, ao ver-se no caos da metrópole paulista, clama ao Espírito do Amazonas amparo e proteção: “Espírito do Amazonas, me ilumina, / e sobre o caos desta metrópole, / conserva em mim ao menos um fio/ do que fui na minha infância” (HATOUM, 2007l). Clama por proteção porque deseja conservar as lembranças, as memórias do tempo da infância, época em que foi feliz por habitar a sua terra natal e por não viver no caos, como na cidade de São Paulo.

Notamos os sentimentos de medo e de melancolia nos versos: “Não quero ser pássaro em céu de cinzas / nem amargar noites de medo / nas marginais de um rio que não renasce” (HATOUM, 2007l). Embora o sujeito tenha consciência de que nasceu para ser livre, conquistar e alcançar os seus sonhos, pois saiu da terra de origem com visão de progresso e crescimento, ele fica sem esperança ao se deparar com as dificuldades de adaptação em uma metrópole. Além disso, podemos inferir que o fragmento “nas marginais de um rio que não renasce” alude também à discussão sobre os grupos considerados subalternos, os quais vivem à margem, presos a um céu de cinzas, ou seja, sem voz, sem visibilidade.

A imagem do Amazonas, vítima da ganância de políticos corruptos, “que se lixam para o povo brasileiro” (HATOUM, 2009g), está presente na estrofe “Amazonas:/ Tua ânsia de infinito ainda perdura?/ Ou perdi precocemente toda esperança? Os que te queimam, impunes, / têm olhos de cobre, / mãos pesadas de ganância” (HATOUM, 2007l). Esta imagem é evocada também em crônicas como “Amazônia: um pouco antes do fim” (HATOUM, 2008n) e “Ainda Amazônia” (HATOUM, 2008o). Com isso, notamos a temática da corrupção e do desmatamento como assunto recorrente nas crônicas da *Terra Magazine*. No caso do poema, a voz poética coloca em destaque, através dos vocábulos “olhos de cobre” e “mãos pesadas de ganância”, o interesse dos políticos pelo dinheiro.

Nas estrofes finais, o sujeito poético evoca o espírito amazonense para que ele não o deixe em São Paulo, pois as memórias das suas raízes configuram-se como instrumentos de forças e de ânimo contra os “pesadelos que incendeiam o mundo” (HATOUM, 2007l). O trecho “Se o Brasil te conhecesse / antes do fim que se aproxima, salvaria tua beleza? Teus seres desencantados? Entenderia a ciência tua infinita riqueza?” (HATOUM, 2007l) nos remete à crônica “Amazônia: um pouco antes do fim” (HATOUM, 2008n), tendo em vista que, quando a voz poética constrói essas perguntas problemas, coloca em evidência a riqueza cultural da Amazônia e reitera suas particularidades geográficas, sociais, culturais, simbólicas.

Desse modo, entendemos que ele revive, diante dos transtornos encontrados em São Paulo, a sua própria autoimagem amazonense, mas isso só foi possível porque trazia as experiências “armazenadas na memória e reproduzidas através de rememoração e

verbalização” (MOLLOY, 2003, p. 19). O mesmo processo de recordação acontece quando, em “Brasília: trauma e reconciliação” (HATOUM, 2007g) o “eu” narrador rememora momentos ruins vividos em Brasília, quando recebeu o convite do *Correio Braziliense* para escrever um texto sobre o período de dois anos que morou na capital. Brasília é um lugar da memória porque guarda vivências do período da ditadura, momento de repressão e censura. A imagem do espaço geográfico da capital brasileira também permanecia em suas lembranças, assim como o colégio onde estudou:

Revi alguns amigos e com eles relembrei as noitadas no Beirute, as viagens-relâmpagos para uma cidade-satélite, o movimento estudantil, a leitura disciplinada de Sartre e Graciliano Ramos, o último amor platônico da juventude, o primeiro ato da loucura transgressora dos anos 60, em que a experiência política era inseparável de outras vivências sensoriais e corporais (HATOUM, 2007g).

Dessa forma, Brasília consiste em um “lugar da memória” que relembra acontecimentos marcantes, mas que também possibilitou ao narrador personagem compreender o quanto amadureceu e as transformações pelas quais passou 32 anos depois – “quando observei a cidade com outro olhar, como alguém revê uma pessoa que amadureceu e que te olha sem mágoa, rancor ou ressentimento. Em cada superquadra, o barro de antes se tornara um gramado com um quintal magnífico.” (HATOUM, 2007g).

A cidade de Brasília aparece como “lugar da memória” em crônicas e no romance *A noite da espera* (2017), para exemplificarmos. As menções à capital do Brasil podem ser encontradas na crônica “Exílio”, publicada no livro *Um solitário à espreita* (2013). “Exílio” (HATOUM, 2013, p.53-54) traz para o leitor uma determinada imagem de Brasília e tece relatos sobre as lembranças dos acontecimentos vividos pelo “eu” narrador na cidade. Desse modo, pode-se dizer que essa crônica tem um cunho de autobiografia, embora em certos momentos a imaginação prevaleça. Logo, “Exílio” se posiciona na fronteira entre real, fictício e imaginário. Ao escrever sobre um acontecimento de sua vida, o autobiográfico tenta “dar voz àquilo que não fala, de trazer o que está morto à vida, dotando-o de uma máscara textual” (MOLLOY, 2003, p. 13).

As fabulações de “Exílio” são constituídas por referências a serem recuperadas, ressignificadas, reconstruídas e preenchidas pelo leitor, ao entrarem em contato com o horizonte de expectativa do autor. Segundo Iser, isso acontece porque “o texto ficcional contém muitos fragmentos identificáveis da realidade, que, através da seleção, são retirados tanto do contexto sociocultural, quanto da literatura prévia ao texto” (*Apud* LIMA, 1983, p. 400). Esse efeito ilusório do real poderá levar o leitor a relacionar os eventos descritos na

narrativa com a vida do autor. Isso acontece porque “Exílio” e “Brasília: trauma e reconciliação” são narrativas que apresentam em sua estrutura lances memorialísticos.

A infância e os lugares da memória presentes nas crônicas de Hatoum impactam o leitor quando ele dialoga com seu horizonte de expectativa, tendo em vista que texto e leitor possuem, cada um, um componente de cooperação no processo de leitura. Sobre o leitor, Hans Robert Jauss, teórico da Estética da Recepção, o compreende como uma categoria social, com um ser que possui vivência de mundo, experiências pessoais, um olhar histórico e social, condições afetivas e conhecimentos linguísticos e literários. Jauss chama toda essa bagagem que o leitor aciona para entender o texto de “horizonte de expectativas”. Nesse sentido, a leitura se desenvolve na fusão do horizonte de expectativas do leitor com o horizonte de expectativas do texto. De acordo com Jauss (1994, p. 51):

Ademais, a obra que surge não se apresenta como novidade absoluta num espaço vazio, mas, por intermédio de avisos, sinais visíveis e invisíveis, traços familiares ou indicações implícitas, predispõe seu público para recebê-la de uma maneira bastante definida. Ela desperta a lembrança do já lido, enseja logo de início expectativas quanto a “meio e fim”, conduz o leitor a determinada postura emocional e, com tudo isso, antecipa um horizonte geral da compreensão vinculado, ao qual se pode, então — e não antes disso —, colocar a questão acerca da subjetividade da interpretação e do gosto dos diversos leitores ou camadas de leitores.

No âmbito da estrutura textual encontra-se uma organização preestruturada, ou seja, saberes, um conjunto de conhecimentos inscritos no texto, para que o leitor consiga compreender, logo, experimentar a leitura. Sob essas perspectivas, compreende-se que a leitura envolve os processos relacionados à interação texto e leitor. Nesse sentido, pode-se comentar com as palavras de Jouve (2002, p. 17), segundo o qual “a leitura é uma atividade complexa, plural, que se desenvolve em várias direções”. Isso ocorre porque um texto literário é constituído não apenas de um entrelaçamento de signos, que se originaram das ideias de um ser empírico, ou seja, de seus pensamentos, vivências ou conhecimento de mundo. A leitura, para ter sentido e ganhar vida, depende do encontro com o leitor, um ser pensante, com uma vivência cultural e subjetiva. O modo como esse leitor interpreta as informações veiculadas no texto dependerá também da composição, quer dizer, do modo como os signos estão estruturados. Em outras palavras, do que a obra lhe apresenta na sua estrutura.

Essas referências lançadas na inscrição da narrativa, o modo como os signos são articulados e preenchem a estrutura textual, como também os conhecimentos que o texto exige do leitor, são chamados de “leitor implícito”, que se estrutura visando causar um efeito no leitor. O horizonte de expectativas implícito na obra configura-se, assim, como

conhecimentos, saberes prévios que o leitor precisa possuir para compreender a história narrada. Como mencionado anteriormente, a recepção ocorre quando há a fusão dos horizontes implícitos da obra com o horizonte do leitor, acontecendo assim o preenchimento dos vazios, e levando o leitor à compreensão da obra.

Esse modo do texto se estruturar requer um maior esforço de abstração do leitor, considerando que “a leitura apresenta-se, pois, como uma atividade de antecipação, de estruturação e interpretação” (JOUVE, 2002, p. 18). Assim, o leitor dessas crônicas acaba tendo que diminuir a sua velocidade de leitura, para que consiga compreender os sentidos e as referências assinaladas. Ao frear a progressão da leitura, o leitor focaliza a interpretação em prol do regime de compreensão. Sobre esse tipo de leitura, Barthes (*Apud* JOUVE, 2002, p. 19) afirma que “[...] não deixa passar nada; ela pesa, gruda ao texto, lê se assim se pode dizer, com aplicação e ânimo, enxerga em cada ponto do texto o assíndeto que corta as linguagens- e não a história: não é a extensão (lógica) que a cativa, o desfolhamento das verdades, mas o folhear do sentido.” Além disso, certas questões serão omitidas pelo texto, as quais deverão ser elaboradas e reconstruídas no desenrolar dos acontecimentos.

O leitor criará outras hipóteses interpretativas. Além disso, ao considerar o espaço que o texto deixa para o leitor, este terá de completar as demais informações em seu imaginário e tomar como objetos de auxílio à ordem das ações e a linguagem simbólica. Sobre esse aspecto do texto literário, Jouve (2002, p. 63) afirma que “como as personagens, o espaço e a situação não podem ser descritos inteiramente, o leitor completará a narrativa na sua imaginação segundo aquilo que lhe parece verossímil”. Em outras palavras, caberá ao leitor reunir toda a significação da obra.

As reflexões sobre a infância e ‘os lugares da memória’, temas caros articulados na composição das crônicas apontam para breves relatos autobiográficos que podem ter relação com algum momento da vida do autor. Notamos que a cidade de Brasília é cenário, muitas vezes, de algumas crônicas de Hatoum, assim como aparece também no novo romance *A noite da espera* (2017). As referências à capital do Brasil configuram, de certa forma, retorno a um passado que ainda se encontra bem presente pelo aspecto marcante dos acontecimentos e das experiências e vivências.

2.2 A criação literária e o leitor: uma leitura da metanarrativa

Conforme citado no início do capítulo, Carlos Ceia (2009) diz que a reflexividade e a autorreflexividade consistem em “qualidades presentes, potencialmente, em todas as formas de literatura, porém a insistência nas últimas décadas na investigação dessas qualidades no romance faz com que sejam paradigmas mais facilmente identificáveis no modo narrativo de produção literária”. A partir dessa compreensão, identificamos a qualidade autorreflexiva em algumas das crônicas de Milton Hatoum, das quais nos concentraremos na leitura de “O arquiteto que não fui” (HATOUM, 2008r); “Escrever em qualquer lugar” (HATOUM, 2007i); “A vez do leitor” (HATOUM, 2008g) e “Fim de romance” (HATOUM, 2007d), obras que leremos como tipos de autorreflexividade metanarrativa, já que são textos ficcionais que tratam de questões relacionadas à reflexão sobre o fazer literário. Em outras palavras, eles tratam dos “problemas técnicos e estruturais da narrativa” (CEIA, 2009) dentre eles, a criação literária e a função leitor.

Iniciaremos a discussão com a leitura da crônica “O arquiteto que não fui” (HATOUM, 2008r,) em que a voz enunciativa divaga sobre as produções escritas iniciais de Hatoum, que já demonstravam uma preocupação com o desenho narrativo, característica que o definiria aos olhos da crítica. Encontramos, nessa crônica, uma reflexão sobre a condição de escritor jovem, mas não inexperiente. Nela, o sujeito da enunciação reflete sobre sua insatisfação com a profissão de arquiteto, mas reconhece que o curso e o período na universidade ampliaram a “sua visão crítica da cidade e da sociedade” (HATOUM, 2008r). Durante o período de desilusão com a profissão, tendo em vista que jamais se considerou um arquiteto e um urbanista, ele e os colegas de universidade idealizaram projetos com objetivos de construir moradias populares dignas. Visitaram favelas e sonharam construir espaços nobres para a população carente, inspirados nos versos do poema “Fábula de um arquiteto”, de João Cabral de Melo Neto: “Portas por-onde, jamais portas-contra”. Entretanto, tais versos pareciam uma utopia diante das paisagens tristes, das portas contras e janelas de cárcere, como descreve a crônica. Após lecionar História da Arquitetura e fazer alguns projetos, ele nos conta:

[...] percebi, enfim, que andava de mau-humor com a profissão. Sublimei até o limite do suportável o desejo de escrever. Fui um poeta frustrado, cometi a

imprudência de publicar um livrinho de poesia, esqueci este livro³, invejei meus poetas preferidos e joguei fora todos os contos que escrevi naquela época. Depois, no fim da década distante, tive a sorte de ganhar uma bolsa de um instituto espanhol e pulei o muro (HATOUM, 2008r).

Hatoum apresenta um modo de autorreflexão do tipo metanarrativa, quando discorre sobre a morosidade da escrita: “tanta morosidade que eu mal percebia o andamento da narrativa. Mas percebia. Com clareza, que o arquiteto morria em mim. Morria também a frustração, o desgosto, a imobilidade. E a amargura, herança do meu país e do tempo que me tocou viver” (HATOUM, 2008r). Como se vê, o “O arquiteto que não fui” (HATOUM, 2008r) coloca em cena a discussão sobre o processo de criação literária e atua por meio de uma espécie de aproximação entre passado e presente, “visando o futuro e, neste projeto, a memória tem um papel preponderante como reminiscência e não apenas como memorização de várias experiências” (Cf. CEIA, 23 de maio de 2018).

Sabe-se que a palavra, por diversas vezes, expressa sentimentos e desejos presos no tempo e no subconsciente e que são reprimidos nos meandros daquilo que pensamos conhecer: a memória. O retorno do recalcado se apresenta em frases secas, objetivas, como o fragmento: “Como foi pesada a década de setenta” (HATOUM, 2008r). “Pesada”, porque enuncia não só o fardo de o autor ter cursado uma universidade e não se sentir parte dela, mas também por ter sublimado até o limite sua possibilidade produtiva enquanto escritor. Ademais, queremos destacar o trecho “[...] sonhei com o futuro numa época de pesadelo” (HATOUM, 2008r), época da ditadura. A idealização, imbricada no vocábulo “sonhei”, é desconstruída quando o sujeito da enunciação, ao descrever a realidade desoladora na qual se encontra se frustra porque não consegue sentir satisfação pessoal, daí a necessidade de ressaltar a dificuldade de ser um arquiteto “num país em que os pobres sequer merecem uma janela para o exterior.” (HATOUM, 2008r). Entendemos que a inquietação surge do fato dele nunca ter se considerado um arquiteto por ofício e também por sempre encontrar “portas-contra”, nunca “portas por-onde”, seja na esfera social seja em sua própria condição de escritor.

De acordo com o *Dicionário Michaelis on-line* (2018), o substantivo “pesadelo” é a derivação irregular de *pesado* + *elo* e significa “sonho aflitivo com sensação opressiva, sonho mau” ou “situação ou pensamento que importuna, molesta, atormenta ou preocupa de maneira desagradável”. Desse modo, se por um lado a crônica estrutura a reflexão em estilo confessional, que revela anseios minados pela opressão e pelas moléstias sociais, num

³ Cf. HATOUM, 1979.

contexto em que o pobre é tratado com desdém, por outro ela mostra que a escrita de um romance ou poema, por exemplo, é pesada, no sentido de cansativa, enfadonha, demorada e conflituosa, como é exemplificado na abordagem metanarrativa da crônica “Escrever em qualquer lugar”: “Eu era escravo da minha lentidão” (HATOUM, 2007i).

O modo de expressão autorreflexivo metanarrativo está também na estruturação da crônica “Escrever em qualquer lugar” (HATOUM, 2007i), pela qual a voz enunciativa coloca em questão os meandros do trabalho de escritor. Por meio dessa lógica, a voz pondera sobre os conflitos e contratempos, ao tentar desenvolver a criação literária: “Lembro que joguei fora muita coisa: contos e relatos sem vida, sem pulsação, textos que eram apenas um exercício de estilo para aquecer as mãos. Quando você descobre o livro que quer escrever, então o ritmo flui e as mãos desembestam atrás das palavras” (HATOUM, 2007i). Esse fragmento nos apresenta a imagem de um escritor inseguro com a sua produção, mas que, ao apontar os contos e relatos sem vida como exercícios para testar os pensamentos, as formas e as linguagens, consegue ver esses estilos como caminhos de escritas.

Tempo e isolamento são elementos presentes no percurso de criação de qualquer autor, porém, na leitura analítica de “Escrever em qualquer lugar” (HATOUM, 2007i) nota-se que a palavra é o único centro visível: “a única coisa que se mantém viva é a luta diária com as palavras”. Junto a isso, há a morosidade da escrita, refém do tempo e do sentimento da ausência dos amigos e dos familiares, saudades que só fazem perdurar. Assim, escrever é estar alheio de tudo, mas, ao mesmo tempo, estar atento aos acontecimentos sociais, para se “manter o olhar crítico na sociedade, no processo histórico, no mundo insano que nos tocou viver” (HATOUM, 2007i). Dessa forma, o modo de expressão autorreflexivo metanarrativo possibilita um diálogo entre as crônicas “O arquiteto que não fui” e “Escrever em qualquer lugar”, refletindo sobre a prática de escrever e discutindo a importância do tempo na ideia de um contexto específico, ligado a uma dada época.

Além dessas duas crônicas, analisaremos “Fim de romance”, publicada em 2 de abril de 2007, que contém referências a Gustave Flaubert, Honoré de Balzac, Stendhal e Émile Zola:

[...] vários romancistas sofrem quando escrevem uma obra de ficção. Alguns fazem uma apologia do sofrimento, que Flaubert tanto evocava em sua correspondência para amantes, leitores, amigos e parentes. Na verdade, ele resmungava contra a dificuldade de escrever, às vezes traduzida por uma cólera autopunitiva ou por palavras que prefiro não mencionar nesta crônica. Flaubert estava inaugurando o romance moderno [...] (HATOUM, 2007d).

Em outras palavras, todo trabalho literário passa pelo exercício com as palavras, pelo manuseio da linguagem, que vai ganhando forma ao ser organizado no texto. A dificuldade maior do romancista e do cronista relaciona-se ao seu cuidado e à exigência com o que Hatoum chama de arquitetura do texto, com cada personagem ganhando vida em meio a um pano de fundo que contextualiza fatos diversificados. Em “Fim de romance” (HATOUM, 2007d), esse trabalho árduo de escritor é exemplificado a partir da figura de Flaubert: “Prefiro dizer que Flaubert trabalhava como um louco: reescrevia mil vezes cada parágrafo, duvidava da eficácia de cada frase, procurava uma melodia e um ritmo para dar mais densidade à linguagem” (HATOUM, 2007d).

Para Flaubert, “a arte de escrever era inseparável do talento (ou da intuição) de selecionar, cortar, editar” (HATOUM, 2007d). Todavia, como nas crônicas “O arquiteto que não fui” (HATOUM 2008r) e “Escrever em qualquer lugar” (HATOUM, 2007i), a prática de escrever relaciona-se também ao tempo de preparo e à reclusão do escritor, tendo em vista que o tempo de produção desenvolve a experiência. Assim, não é presunçoso passar da ideia da arte da escrita como inseparável do talento, proposta por Flaubert, à prática de escrever como consequência da experiência e da relação com o público e a crítica.

Se nas crônicas “O arquiteto que não fui”, “Escrever em qualquer lugar” e “Fim de romance” a voz enunciativa reflete sobre a atividade do escritor, em “A vez do leitor” (2008g) insinua-se uma breve reflexão sobre o papel do leitor no romance: “[...] agora só o leitor pode interferir no texto publicado e imaginar situações diferentes, multiplicar conflitos, refletir sobre coisas que jamais passariam pela cabeça do autor-narrador” (2008). Em outros termos, os vazios e os por dizeres presentes nas entrelinhas do texto ficarão a cargo da imaginação e interpretação do leitor, “ou melhor, com a “escrita” invisível do leitor, porque este é soberano” (HATOUM, 2008g).

Aqui, entende-se, não a concepção de certas correntes teóricas que valorizam e concedem um grau de importância ao leitor em detrimento do autor, por exemplo, mas as percepções de que há estratégias que buscam colocar o leitor em diálogo com o texto. Vê-se o leitor na condição de um ser que mantém uma espécie de relação com a obra, alguém que a continuará reescrevendo, tendo em vista que “o gesto do leitor faz parte de um processo sem fim porque sua imaginação não para de reescrever o livro” (HATOUM, 2008g). Nesse viés, a voz enunciativa compreende o leitor como um coautor, pois “com o tempo, o autor e sua biografia são justamente esquecidos ou relegados a um plano secundário, um plano que pouco tem a ver com a literatura. Do leitor depende a vida mais ou menos longa de um livro” (HATOUM, 2008g). Para Hans Robert Jauss (1994), o leitor deve ser compreendido como

categoria social, um sujeito com vivência de mundo, experiências pessoais e sociais e conhecimentos linguísticos e literários, como dito anteriormente. Dessa forma, a leitura se desenvolve na fusão de horizontes de expectativas do leitor com o horizonte de expectativas do texto; logo, os vazios que ficarem serão completados no e pelo imaginário do leitor.

Em “A vez do leitor”, destacaremos duas afirmações: 1) “prevalece a sensação de impotência e frustração” (HATOUM, 2008g); 2) “Só o leitor pode interferir no texto publicado.” Prevalece o sentimento de impotência após a publicação da obra, o que nos leva a conjecturar uma possível insegurança do autor, “que poderia ter melhorado uma cena, um diálogo, um personagem”, porém o andamento do enredo, o preenchimento das faltas estará agora à mercê do leitor, para “refletir sobre coisas que jamais passariam pela cabeça do autor-narrador” (HATOUM, 2008g). Além da insegurança, a voz enunciativa articula elementos que apontam para a frustração da falta que certas palavras fazem para conseguir descrever o que se passa no âmbito da imaginação ou se discute através da voz presente na crônica “A vez do leitor”, por exemplo: “às vezes você imagina uma orquídea rara e descreve uma alcachofra qualquer, com pétalas insossas e coração seco. [...] O jeito é mastigar e expelir essa salada indigesta e tentar tudo outra vez” (HATOUM, 2008g). Tais considerações reforçam a ideia de que o autor não controla o sentido do texto, que está sempre por ser completado.

As ponderações referentes ao modo metanarrativo presentes nessas três crônicas de Milton Hatoum também nos levam a pensar nos três conceitos, *Mathesis*, *Mimesis* e *Semiosis*, descritos por Roland Barthes (2013) como sendo as três forças da literatura. Barthes nomeou de *Mathesis* a capacidade que a literatura tem de incorporar muitos saberes, destacando que ela faz “girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso” (BARTHES, 2013, p. 19). Esse mecanismo potencial de fazer girar os saberes consiste na capacidade intrínseca da literatura que, por meio da linguagem, é capaz de falar sobre a vida dos homens nos contextos individual e coletivo, como bem encontramos nas crônicas da *Terra Magazine*.

O conceito de *Mathesis* ganha forma e sentido na crônica “O arquiteto que não fui” (HATOUM, 2008r), quando a voz enunciativa fala de sua vida como escritor, os sonhos e as frustrações na carreira de arquiteto. “O arquiteto que não fui”, crônica que contempla uma variedade de temas, testifica o que Barthes afirma, quando diz: “o saber que ela [a literatura] mobiliza nunca é inteiro nem derradeiro; a literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa; ou melhor; que ela sabe algo das coisas – que sabe muito sobre os homens” (BARTHES, 2013, p. 19).

Para Barthes, a segunda força da literatura é a *Mimesis*, ou seja, a representação do real. No entender do crítico e semiólogo, “o real não é representável, e é porque os homens querem constantemente representá-lo por palavras que há uma história da literatura” (BARTHES, 2013, p. 23). No entanto, a representação do real, além de inatingível, não pode ser descrita em sua inteireza e, por isso, resiste ao modo como a linguagem é trabalhada, pois quer reduzir a ficção à fotografia do real. Tal incompreensão ocorre em razão de o real pertencer a uma ordem pluridimensional, enquanto a linguagem é da ordem do unidimensional, conforme entende Roland Barthes (2013, p. 23).

A terceira força da literatura, a *Semiosis*, “consiste em jogar com os signos em vez de destruí-lo, em colocá-los numa maquinaria de linguagem cujos breques e travas de segurança arrebentaram, em suma, em instituir no próprio seio da linguagem servil uma verdadeira heteronímia das coisas” (BARTHES, 2013, p. 30). A partir do pensamento de Barthes, podemos entender de que forma a discursividade das crônicas se apresenta no modo de encenar um espetáculo linguístico permeado por indícios do realismo, que marca os romances do século XIX, e por uma estrutura narrativa que explora as ambiguidades do jogo próprio da *Semiosis*. Nossa abordagem, corroborando a leitura de Roland Barthes (2013, p. 16), entende que a literatura não é:

[...] um corpo ou uma sequência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou de ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever. Nela viso portanto, essencialmente, o texto, isto é, o tecido dos significantes que constitui a obra, porque o texto é o próprio aflorar da língua, e porque é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é o instrumento, mas pelo jogo das palavras de que ela é o teatro (2013, p. 17).

Por esse ângulo, a literatura põe em cena a linguagem, que estrutura um entrelaçamento de signos que, por sua vez, extraídos do âmbito do real e de elementos da memória, criam no mundo ficcional elementos, significados e sentidos muito próximos da realidade. Desse modo, os jogos linguísticos constituintes de forças de sentido se formam a partir do exercício realizado pelo “grafo complexo de uma prática” (BARTHES, 2013, p. 17), os quais são capazes de atuar na recuperação de momentos e acontecimentos.

2.3 Crônicas contra a barbárie: análises metaideológica

Às vezes, o assassinato de um ser humano é o triunfo da violência covarde contra a inteligência e o conhecimento. Aprender a ler bons livros é uma forma de liberta-se. Dificultar ou barrar o acesso das artes e da cultura livresca a pessoas humildes é, no mínimo, uma miopia política e um preconceito de classe. Talvez seja uma das maiores indignidades deste país, em que certos investidores, políticos e banqueiros saqueiam a nação de um modo vil e quase sempre impune. (Milton Hatoum, 2008q).

A epígrafe integra a crônica “Casas de leitura contra a barbárie”, publicada em 2008 na *Terra Magazine* e é bem adequada para iniciarmos a discussão sobre a variedade de temas tratados no decorrer dos quatro anos em que Hatoum publicou na Revista. Nesse fragmento, a voz enunciativa, ao mesmo tempo em que discorre criticamente sobre as dificuldades das pessoas humildes para terem acesso à cultura livresca, excita a seguinte reflexão no público: Enquanto eu, leitor, sou levado a pensar e a reagir contra os problemas sociais, existem, em várias ruelas, becos, esquinas e regiões, pessoas vítimas de “uma miopia política e um preconceito de classe” que não são apenas excluídas, como também aprisionadas por determinados grupos fomentadores de informações de seus interesses. Portanto, não poucas vezes, mas sim de forma rotineira “o assassinato de um ser humano é o triunfo da violência covarde contra a inteligência e o conhecimento”.

Assim, esse clamor por direitos iguais, justiça, respeito, dignidade, conhecimento, diversidades, culturas, identidades e as críticas feitas aos governos, aos políticos corruptos, ao baixo salário dos professores são assuntos, os quais permitem fazermos uma leitura metaideológica das crônicas “Esperança roubada” (HATOUM, 2007c); “Desprezo pelos professores” (HATOUM, 2007k); “Lei Rouanet para a igreja Universal” (HATOUM, 2007f) e “Marina candidata” (HATOUM, 2008k). Como dito anteriormente, o modo de expressão metaideológico parte da ideia proposta por Carlos Ceia no *E-Dicionário de Estudos Literários*, para quem o conceito de Autorreflexividade metaideológica acontece “quando o texto de ficção se ocupa da discussão de ideias paraliterárias, normalmente vindas dos campos da filosofia, da ética, da religião ou da política” (CEIA, 2009). Nesse caso, o que encontramos nas crônicas relacionadas são denúncias, problematizações e críticas sobre questões sociais, as quais servem para alertar e elucidar os leitores.

Tais considerações, atreladas aos saberes contido nas crônicas, exibem o manejo poético nessas produções da *Terra Magazine*, que configuram obras que não podem ser equiparadas a uma escrita de cunho panfletário, mas sim a textos de fruição. Isso ocorre

porque tais obras podem ser compreendidas na qualidade de texto de fruição, como mostrou Roland Barthes em *O prazer do texto* (2015, p. 20): “aquele que desconserta (talvez até um certo enfado), faz vacilar as bases históricas, culturais, psicológicas, do leitor, a consistência de seus gostos, de seus valores e de suas lembranças, faz entrar em crise sua relação com a linguagem.” Logo, crônicas são adicionalmente textos de fruição, não apenas por conta da temática variada que desconserta o leitor, levado a avaliar o mundo e a si mesmo, mas também por estabelecer interlocuções com outros gêneros textuais, o que nos leva a ressaltar um exercício de aprimoramento textual que produz efeitos sobre o leitor interessado e disposto a completar a obra.

Desse modo, a leitura das crônicas de Milton Hatoum na *Terra Magazine* mostra tecidos textuais embebidos de argumentos críticos, problemáticas sociais, reflexões de todo tipo, sem perder o tom de conversa com o leitor, bastante característico desta espécie. Nessa perspectiva, as crônicas “Esperança roubada” (HATOUM, 2007c), “Desprezo pelos professores” (HATOUM, 2007k), “Lei Rouanet para a Igreja Universal” (HATOUM, 2007f) e “Marina Candidata” (HATOUM, 2008k) – alertam para as pedras no meio do caminho dos leitores que porventura passem distraídos pelo texto. Para que o leitor não tropece nas pedras ideológicas da política, que enganam, aprisionam e alienam, conforme evocou Drummond, esses textos propõem, à moda de Antonio Candido, que o leitor atue de forma a que se torne consciente, ou seja, mirando a “militância, isto é, participação decidida na realidade com intuito de mudá-la” (CANDIDO, 1992, p. 20).

Em “Esperança roubada” (HATOUM, 2007c), a violência e a corrupção brasileiras, ontem e hoje, são temas caros. A crônica está dividida em três partes e em cada um desses movimentos há uma discussão diferenciada. De forma geral, analisa aspectos da violência no Brasil – no campo, na floresta, nas reservas indígenas – e reflete sobre os crimes de corrupção, as negociatas e o desrespeito às crianças. Além disso, discute a violência racial, a amplitude do racismo (crime inafiançável) e o ataque a um indígena perpetrado por homicidas de classe média, que atearam fogo na vítima. Em uma passagem, lemos:

Não menos monstruosa do que essas práticas é a impunidade, que faz parte de uma falha estrutural da sociedade brasileira. Todo o sistema é falho, a começar pelos três poderes. Se as instituições que embasam a democracia não dão bom exemplo e funcionam como castas superiores ou clubes de privilégios, o que fazer? Se cada Poder da República luta mesquinamente apenas por seus interesses, o que se pode esperar desse Poder? Ou da República? (HATOUM, 2007c).

“Esperança roubada” nos mostra ainda que “os últimos casos de violência no Brasil aconteceram ontem, estão acontecendo hoje, agora mesmo, enquanto você lê essa crônica” (HATOUM, 2007c). A passagem aponta genericamente para a atualidade do tema, mas adverte que ele é parte do processo histórico-social.

A primeira parte da obra configura um movimento de apresentação inicial do tema, mais desenvolvida no decorrer da crônica, que trata da descrença de brasileiros, pais e avós, sobre um futuro melhor para o Brasil, nos anos 1960 e hoje: “Diziam aos filhos e netos: “Nós não temos mais esperança, talvez vocês ainda possam viver num país melhor”. Trinta anos depois, o que podemos dizer aos nossos filhos?” (HATOUM, 2007c). Em outra passagem, encontramos o seguinte questionamento: “Se cada Poder da República luta mesquinamente apenas por seus interesses, o que se pode esperar desse Poder? Ou da República?” (HATOUM, 2007c).

Essas questões se dão em um contexto de país com grande desigualdade social, o que persiste até hoje. Sobre esse aspecto, Antonio Candido (1992, p. 19) diz que a crônica vai depurando “a nossa visão das coisas”, como na passagem: “Os escravos foram libertados para serem escravizados no dia seguinte. Ou seja, ano século seguinte. Seres livres, mas sem emprego, sem formação educacional, sem assistência de saúde, sem moradia digna” (HATOUM, 2007c). Problematizações de uma esperança roubada, a escravidão, o preconceito racial, corrupção, a prática dos favorecimentos não foram desmontados, ao contrário, as desigualdades se perpetuam, conforme o texto, que pergunta, a partir do terceiro movimento da crônica: porque “o salário de um professor da rede pública ou de um policial vale menos do que um jantar de três deputados” (HATOUM, 2007c). Alguma coisa mudou depois de 10 anos?

O baixo salário do professor e as péssimas condições da educação pública brasileira são também assuntos protagonizados na crônica “Desprezo pelos professores” (HATOUM, 2007k), que estabelece em seu intertexto um diálogo com uma reportagem da *Folha de S. Paulo* de 16/10/07, no caderno “Cotidiano”. Nela, lemos que “os salários dos professores no Acre, significativamente maior que o de seus pares paulistas” (HATOUM, 2007k). Um narrador autodiegético inicia a crônica descrevendo uma ligação que recebeu de um amigo, professor de história de escola pública em São Paulo. Segundo o narrador, o amigo ligou para protestar contra o salário que recebe: “Com esse salário, sou pouco mais do que um escravo, disse o professor. Gostaria de trabalhar no Acre, onde o custo de vida é mais barato e os professores da rede pública ganham mais” (HATOUM, 2007k). Esse trecho narrativo, que dá início a crônica, reafirma o que Carlos Ceia diz: “[...] o texto de ficção é muitas vezes um

ensaio de ideias que usa uma história ficcional como ilustração e não como matéria fundamental do literário, ou seja, ilustra-se uma ideia forte com um episódio romanesco, numa espécie de alegoria filosófica [...]” (CEIA, 2009).

Dito isso, o relato da ligação do amigo, que “protesta contra o salário baixíssimo que recebe por seu trabalho de professor” (HATOUM, 2007k) configura-se, desse modo, como uma história ficcional construída para ilustrar, legitimando os pensamentos e argumentos tecidos na crônica, conforme mostra Carlos Ceia (2009): “[...] cuja demonstração é necessária para credibilizar o pensamento e cuja ficcionalização é suficiente para nos convencer de que qualquer fragilidade nos argumentos deve ser atenuada pela natureza não científica do texto”.

A crônica informa, discute e critica a opinião dos burocratas, que justificam o salário do Acre pelo motivo de ser um estado pequeno, mas ao refletirmos percebemos que “de fato, o PIB de São Paulo é superior ao da Argentina. E então, como ficamos?” (HATOUM, 2007k). Diante dessa pergunta-problema, a conversa instalada na crônica vai ganhando indignação: “Afirmar que uma remuneração mais elevada dos mestres não melhora a qualidade de ensino revela insensibilidade e desprezo por uma profissão que é crucial para desenvolvimento do país” (HATOUM, 2007k). A voz de um professor de Educação da PUC-SP ganha destaque, quando este menciona na crônica:

Uma das questões fundamentais na qualidade de ensino é a remuneração do docente. O professor precisa ter condições de estudar, comprar livros, ir ao tetro. Tudo isso é formação. E não dá para cobrar bom trabalho de um funcionário a que se paga mal. (HATOUM, 2007k)

De certo modo, a crônica, desde os seus formatos mais anteriores, tinha a pretensão de tratar de assuntos e fatos do cotidiano, apontando temas das mais variadas formas. Nesse sentido, a seleção é um artifício utilizado quando o cronista opta por abordar um determinado tema em detrimento de outro. São esses aspectos de seleção e registro que textos/crônicas acabam funcionando como documentos de denúncia, de memória e de história de um tempo. Em outras palavras, “se apresentam como “imagens de um tempo social” e “narrativas do cotidiano”, ambos considerados como “construções” e não como “dados”, que as crônicas são aqui consideradas como “documentos” (NEVES, 1992, p. 76).

Muitas das crônicas de Milton Hatoum publicadas na Revista *Terra Magazine*, nos anos de 2006 a 2010, passam por “documentos”, já que construídas a partir do contexto do período abordado, mas não cessam de ecoar e instigar o público leitor, após 10 anos de publicação. Portanto, ao leitor cabe deixar-se atingir, ser desafiado e tocado. Dessa forma, não

é presunçoso refletir sobre as inúmeras sementes, fruto de bom senso, razão e pensamento crítico que as crônicas fazem germinar na comunidade leitora.

Se em “Desprezo pelos professores” fala-se do baixo salário, em “Lei Rouanet para a Igreja Universal?” (HATOUM, 2007f) há uma discussão sobre um projeto de autoria do senador Marcelo Crivella, que pretende incluir as igrejas universais como beneficiárias do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). Desse modo, a discussão ocorre a partir de uma notícia publicada por uma jornalista do jornal *O Globo*, em 18 de abril de 2007, dois meses antes da publicação da crônica. Tal fato permite conjecturar que a escrita das crônicas da *Terra Magazine*, não poucas vezes, também se delineia, à moda da conceituação mais clássica do gênero crônica, através da observação dos fatos do cotidiano. Mas, isso se dá pela arquitetura de um desenho textual atraído por assuntos polêmicos.

Ainda nessa perceptiva de discussão, “Lei Rouanet para a Igreja Universal” (HATOUM, 2007f) mostra a seus leitores uma estrutura textual dividido em três momentos, sendo cada um deles, respectivamente, composto por passagens mais próximas aos gêneros textuais reportagem, depoimento e documento de lei, que legitima os argumentos. O fragmento “A insensatez não tem limites. Insensatez? Melhor seria dizer: oportunismo” (HATOUM, 2007f). Há uma crítica inicial sobre o projeto de lei criada pelo senador Crivella. Segundo a voz enunciativa, o bispo distorceu as ideias de Gilberto Freyre para justificar seu projeto de lei e “legislar em prol de sua igreja”.

Em um segundo momento desta obra, o leitor é chamado à discussão, no fragmento: “o leitor talvez se lembre de um escândalo recente, conhecido como “Dizimão”, que envolveu um político da Igreja Universal” (HATOUM, 2007f). Desse modo, a crônica faz menção a outra manchete do jornal *O Globo*, de julho de 2007, e destaca o depoimento de um deputado-pastor. A partir desse depoimento, a crônica critica:

[...] se para a Igreja Universal R\$ 10 milhões não é nada, então ela tem dinheiro de sobra para investir em seus templos, alguns dos quais construídos sobre ruínas de belos cinemas históricos. Em vez de querer usar para a sua Igreja os benefícios de uma lei destinada à arte e à cultura do país, o bispo-Crivella deveria pensar na carência educacional e cultural de milhões de brasileiros pobres. *Ou será que o imenso rebanho de crentes não merece ler textos literários consistentes, frequentar bons museus, assistir a peças de teatro e a shows de música e dança?* (HATOUM, 2007f, grifos nossos).

O exemplo acima remete ainda à crítica à alienação promovida pela Igreja Universal, como abordado na crônica, tendo em vista que há casos em que a Universal pode reprimir e oprimir alguns de seus fieis, pregando “sofismas a seu rebanho de crentes” (HATOUM,

2007f). Além disso, menciona a importância das artes para o pensamento crítico, o que pode ajudar a expandir os horizontes das pessoas que se deixam influenciar. Por fim, pode-se pensar em pares dicotômicos religião/arte; literatura/teatro; teatro/dança. O modo como certos fieis vivem sua religiosidade leva à alienação e, por isso, o sujeito estaria “cego” e não conseguiria enxergar o discurso de poder pregado por alguns líderes religiosos, que pensam apenas no lucro. Em contrapartida, as artes têm função de informar e de trazer reflexões sobre as questões humanas e sociais. Ao final da crônica, lemos: “milhares de brasileiros já assinaram uma petição contra esse absurdo. Resta saber se o Estado laico será derrotado pela insensatez de certos políticos que apoiam o projeto do bispo-senador” (HATOUM, 2007f) e o leitor é convidado a assinar a petição.

Voltando à questão da atuação participativa no cenário político, vemos que a crítica à política brasileira ganha formato diverso na crônica “Marina Candidata” (HATOUM, 2008k), espécie de minibiografia da senadora que, naquele momento, era candidata à presidente da República: “Mineiros, gaúchos, nordestinos, paulistas e cariocas já exerceram o cargo de primeiros mandatários do país. Que uma humilde acreana seja candidata a esse posto máximo, é algo que não pode ser minimizado, muito menos desprezado” (HATOUM, 2008k). Em tom irônico, a crônica apresenta dados biográficos da candidata Marina Silva e uma crítica às propostas políticas do Partido Verde (PV).

No decorrer do texto, é possível verificar uma abordagem histórica do Acre, com menção a fragmentos do livro *À margem da história*, de Euclides da Cunha: “Marina Silva nasceu no interior do Acre, conheceu o trabalho árduo nos seringais, “a mais criminosa organização de trabalho”, para usar as palavras de Euclides, cujo livro póstumo, *À margem da história* (1909), reúne seus ensaios amazônicos” (HATOUM, 2007k). Encontra-se, ao longo da crônica, uma leve e irônica comparação da candidata do PV com Lula, presidente na época, e um breve histórico da carreira política de Marina Silva, culminando com seu discurso de descontentamento com a “política ambiental do governo Lula” e a sua filiação ao Partido Verde, o qual, segundo o texto, é frágil em termos de representação política, ou seja, o Partido necessitará de força no congresso, caso Marina seja eleita.

Na crônica, vemos Marina Silva sendo descrita como uma “humilde acreana [...] à semelhança de Lula, [...] é uma brasileira que veio do mundo dos desvalidos. Mas, ao contrário do atual presidente, ela frequentou uma universidade, diplomou-se [...]” (HATOUM, 2008k). Marina Silva pode até ser considerada uma humilde acreana, mas, assim como Milton Hatoum e tantas outras pessoas, ela critica o governo Bolsonaro. Em conferência na Universidade de Bogotá, na Colômbia, a ex-senadora discursa sobre o descaso do governo

atual com o Fundo Amazônia, como consta no texto “Sem fundo” publicado na *Folha de São Paulo* no dia 22 de agosto. Diz Marina:

É o governo Bolsonaro que está rifando o futuro da Amazônia. É muito grave tudo isso que está acontecendo no Brasil. São violações que terão um custo muito elevado para o país. A sociedade brasileira não pode ficar refém desses inúmeros abusos de poder. E não é abuso de autoridade, porque autoridade é algo que falta ao presidente e a vários outros representantes do seu governo.

O discurso da ex-ministra do meio ambiente é elucidativo, não só porque discorre críticas sobre o desgoverno bolsonarista, ao dizer que a “autoridade é algo que falta ao presidente”, mas também ao chamar atenção para o abuso de poder, de que os brasileiros não podem ser reféns. A fala de Marina Silva se aproxima da discussão irônica na crônica “Marina Candidata”, porque o abuso de poder presente nas ações e falas do presidente pode ser ironicamente equiparado à farra dos políticos, os quais “legislam conforme a dança e as cores da festa. Verde, vermelha, azul ou amarela, pouco importa as cores. O que interessa é a festa. Ou a farra, para ser mais exato” (HATOUM, 2008k). Por fim, apesar de o discurso de Marina Silva, no período de sua primeira candidatura, não ter, talvez, ameaçado e desarmado “a polarização entre tucanos e petistas” (HATOUM, 2008k), hoje ela se mostra indignada com as ações do grupo bolsonarista.

Esse grupo de crônicas abordado nesse terceiro subtópico espelha temáticas sobre os *faits divers*, agrupando ainda a discussão sobre a relação entre realidade e ficção nas estruturas dessas metanarrativas híbridas. Esse hibridismo é possível devido à linguagem inserida em um sistema (composto por língua, códigos, sinais etc.), possibilitando a interação social dos sujeitos em dado contexto de fala. Nessa perspectiva, não é coerente pensar que exista uma linguagem espontânea ou que a crônica como discurso seja uma escrita textual livre, desatenta aos critérios normativos dos gêneros. Entretanto, por que não há uma liberdade da língua não quer dizer que não haja outras formas de liberdade: “o texto é o próprio aflorar da língua, e porque é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é o instrumento, mas pelo jogo das palavras de que ela é o teatro” (BARTHES, 2013, p. 17).

3 O ESCRITOR NO PARLATÓRIO: AS PRODUÇÕES DO SUJEITO INTELECTUAL

O autor, durante muito tempo, foi visto como o bode expiatório (COMPAGNON, 2010, p. 48) de vários debates e discussões no campo das correntes críticas. Sobre ele recai/recaiu a “culpa” pela intenção textual, ou seja, do suposto controle do sentido e da significação da obra. Para alguns, o autor morreu (BARTHES, 2004) e o que nos resta agora é a escritura, o neutro, destituído de identidade e corpo e, assim, passou-se da centralidade do autor à da escritura.

Os embates teóricos sobre a literatura, o autor, a noção de gênero literário, de valor, etc., permanecem firmes no cenário dos estudos literários. Podemos citar os estudos intrínsecos da literatura, contrários às análises da obra com foco na biografia, na vida do escritor. Todavia, enquanto certos teóricos seguem defendendo suas concepções, enterrando o autor, existe, neste mesmo instante, outro sujeito lendo biografias ou fazendo conjecturas psicológicas para analisar um romance, um conto, uma crônica ou um poema, por exemplo. O fato é controverso, porém comum, pois todo esse debate teórico, que já existia antes do advento da teoria literária, diz respeito não só ao vaivém das definições, mas à impossibilidade de se dar uma resposta final a qualquer teoria, seja ela de viés moderno ou nas trilhas da tradição.

A metáfora da morte do autor causou grande desconcerto naqueles que faziam análises biográficas, psicológicas e sociológicas do objeto literário. Segundo Barthes (2004, p. 1), “o autor reina ainda nos manuais de história literária, nas biografias de escritores, nas entrevistas das revistas, e na própria consciência dos literatos, preocupados em juntar, graças ao seu diário íntimo, a sua pessoa e a sua obra;” Sendo assim, ao substituir o autor pela linguagem, passou-se a enfatizar e focalizar a escritura, o texto. Dessa forma,

O autor cede, pois, o lugar principalmente à escritura, ao texto, ou ainda, ao “escritor”, que não é jamais senão um “sujeito” no sentido gramatical ou linguístico, um ser de papel, não uma “pessoa” no sentido psicológico, mas o sujeito da enunciação que não preexiste à sua enunciação mas se produz com ela, aqui e agora. Donde se segue, ainda, que a escritura não pode “representar”, “pintar” absolutamente nada anterior à sua enunciação, e que ela, tanto quanto a linguagem, não tem origem. Sem origem, “o texto é um tecido de citações”; [...]. (COMPAGNON, 2010, p. 50).

Na visão barthesiana, “a escrita é destruição de toda a voz, de toda a origem. A escrita é esse neutro, esse compósito, esse oblíquo para onde foge o nosso sujeito, o preto-e-branco aonde vem perder-se toda a identidade, a começar precisamente pela do corpo que escreve” (BARTHES, 2004, p. 1). Surgem, assim, as concepções da crítica estruturalista sobre o esvaziamento do interesse pela vida do autor. A dessacralização do autor empírico desenhada por Roland Barthes teve como consequências o nascimento do leitor, a polissemia textual e a liberdade interpretação.

Com o domínio da tecnologia, com a emergência da *Internet* e das mídias sociais, o livro físico ganhou concorrentes, como o *e-book*, os *blogs* e os *sites*. Além disso, a própria imagem do autor seria utilizada como dispositivo midiático para a divulgação da obra, pois as entrevistas, as rodas de conversa e os perfis nas redes sociais não só possibilitam a aproximação com o público, mas também propagam o tratamento do livro como objeto de consumo. Em decorrência dessas transformações trazidas pela tecnologia para o campo literário, surgiu para nós a ideia de um escritor no parlatório, com o qual passamos a lidar mais especificamente a seguir.

Segundo o *Dicionário Houaiss on-line* (2017), o substantivo “parlatório” é o mesmo que “locutório”, “recinto separado por grades, no qual é permitido às pessoas recolhidas em conventos ou mantidas em prisões conversar com as de fora que as visitam”. Como se vê, de início, a definição se dá pela separação entre sujeitos enclausurados e visitantes. Há, então, uma relação primeira entre dentro/fora, entre aquele que recebe a fala do outro em um lugar fechado, que, no entanto, permite o diálogo. Mas o parlatório também pode ser o lugar da “conversa informal, agradável, sem assunto específico”; ou uma “conversa barulhenta”, um “falatório”; ou ainda, algo que se pratica “em prédios públicos, espécie de balcão onde as autoridades se apresentam para discursar”. Assim observa-se, a ideia de uma fala controlada, de recolhimento em prisões e conventos, que mantém uma separação entre os de dentro e os de fora, pode muito bem servir de elemento simbólico para um começo de discussão sobre a situação do escritor e da escrita.

No parlatório, o escritor é impelido a se posicionar criticamente em relação às mazelas enraizadas na sociedade. Desse modo, ele subverte a imagem do escritor em silêncio fantasiada por alguns críticos, passando a utilizar sua voz para se posicionar em favor dos direitos iguais, da justiça, do respeito à diferença, da dignidade, do conhecimento e da diversidade de culturas e identidades. Ouve-se, assim, “um falatório”, um alarido que pode soar como crítica “de um povo heroico” por “um sonho intenso, um raio vívido”, “de amor e

de esperança” aos saqueadores da nação.⁴ A imagem do escritor que quer “dar a cara a tapas” e se põe à prova em um contexto contemporâneo permeado por vozes antagônicas representativas de enunciados ideológicos os mais diversos pode ser, muitas vezes, algo que exclui os sujeitos pertencentes a grupos com ideias opostas.

O parlatório desconstrói a imagem do escritor como sujeito instalado em seu gabinete, alheio ao que chega das ruas, mas este novo escritor de quem estamos falando está longe de ser o *dândi*, o andarilho moderno, com sua atração pelas ruas. Se ele fala, é por meio da máquina, da palavra digital e no ambiente poroso da virtualidade. A imagem de um Charles Baudelaire descartando a aura e encantado com as passantes e com o fluxo de vitalidade que a modernidade e o progresso lhe entregam, para o bem ou para o mal, dá lugar ao escritor que dialoga com o mundo a partir de (paradoxalmente) um gabinete.

Quanto a isso, em um primeiro momento, faremos uma pequena digressão, a fim de estabelecer uma comparação entre o parlatório em Milton Hatoum e o parlatório em Machado de Assis, visando ainda a mostrar que a ideia do escritor recluso em seu gabinete por si só é insuficiente ao longo da história da literatura, se queremos dar conta de aspectos mais complexos da realidade em que autor, obra, texto e contexto se inscrevem no campo intelectual. Em um segundo momento, nos valeremos do conceito de tribo, proposto por Dominique Maingueneau (2001), para pensar o posicionamento de Milton Hatoum e Bernardo Carvalho, escritores intelectuais que fazem da praça pública da *Internet* seu parlatório. Para finalizar, analisaremos, a partir da leitura do texto “O barulho democrático” de Leandro Karnal (2019) e da definição de paratexto (GENETTE, 2009; 2010), a questão da liberdade de expressão existente no epítexto digital do *Facebook*, que envolve Milton Hatoum e seus seguidores.

3.1 A desconstrução da imagem do escritor em silêncio: a do gabinete ao parlatório

Historicamente, pode-se dizer que Machado de Assis (1839-1908), nas séries de crônicas *Bons dias!* (publicadas de abril de 1888 a agosto de 1889) e *Balas de estalo* (publicadas de julho de 1883 a janeiro de 1886), ambas na *Gazeta de Notícias*, já se posicionava no parlatório, como faz, pelos mesmos meios e por outros, Milton Hatoum, no

⁴ Trecho retirado do Hino Nacional Brasileiro

século XXI. Machado já problematizava a ideia de autor em silêncio, preso em seu lugar de solidão, no vácuo do gabinete/escritório. Obviamente, antes dele, outros se colocaram neste lugar, como José de Alencar, Joaquim Nabuco ou Joaquim Manuel de Almeida, este tido por muitos como o primeiro cronista do Rio de Janeiro (Cf. ALMEIDA, 2011).

A leitura das crônicas de Milton Hatoum e de Machado de Assis nos confirma que tanto um quanto o outro, embora se resguardem no silêncio do escritório para escrever, não podem ser considerados homens de gabinetes, uma vez que não são avessos ao convívio social, ao debate de ideias e à polêmica. Ao contrário, ambos assumem a postura de interventores, pois se colocam a denunciar os problemas sociais e a criticar as esferas políticas do Brasil. Se colocam na crônica, sobem a tribuna do jornal, da revista ou da *Internet* “sem papas na língua, e é para vir a tê-las que escrevo. Se as tivesse, engolia-as e estava acabado [...]” (ASSIS, 2019), conforme disse o bruxo em crônica de 05 de abril de 1888, em *Bons dias!*

Logo no início da publicação desta crônica, salta nitidamente aos nossos olhos a imagem da figura do sujeito que fala do alto de uma tribuna, quando lemos: “Bons dias! Não de reconhecer que sou bem criado. Podia entrar aqui, chapéu à banda, e ir logo dizendo o que me parecesse; depois ia-me embora, para voltar na outra semana”. Notamos nesse primeiro parágrafo que, o sujeito, ao saudar o público com a expressão “Bons dias!” procura romper com o distanciamento entre o claustro e o leitor-visitante. Esse sujeito, ou melhor, este tipo de narrador, faz chegar a sua voz através da crônica, em tom semelhante a alguém que fala de uma tribuna e dela se dirige à plateia indiferenciada. Assim, o trecho “depois ia-me embora, para voltar na outra semana” se assemelha muito ao ofício do cronista que publica semanalmente em revistas e/ou em jornais, como fez Machado de Assis, outrora e o faz agora Milton Hatoum.

A imagem da tribuna ganha forma através do uso dos vocábulos “entrar aqui” e “chego à porta” que nos remetem ao movimento feito por alguém que se posiciona para comunicar algo diante de um público, semelhante ao um lugar elevado, onde ideias, argumentos e discursos são desenvolvidos e travados com a plateia. Além disso, há uma movimentação do sujeito que precede sua fala na tribuna, a qual se instala no instante em que o narrador entra e sobe ao púlpito. Ele se vê como um indivíduo bem criado, inteligente, formado, crítico, ou seja, um homem de opinião definida, porém não usará os seus atributos para desdenhar e inferiorizar o público. Pelo contrário, o sujeito narrador, antes de começar a falar, cumprimenta os ouvintes desejando obter uma proximidade e, numa breve análise, o ato de dar “bons dias!”, cumprimentar e chegar à entrada do recinto da tribuna compõe todo um

gestual do corpo do narrador e da atividade narrativa que entra em cena por meio da enunciação literária.

Partindo da imagem da tribuna, a crônica do dia 5 de abril de 1888 permite que pensemos os termos “locutório” e “falatório”. Vejamos. De acordo com a definição do *Dicionário Michaelis on-line* (2019), locutório “diz-se de ato linguístico que é resultante da ação de se emitir um enunciado; locucional.” Junto a tal definição, nós encontramos os vocábulos “parlatório e palratório”, isto é, um lugar “onde as pessoas recolhidas conversam com as visitas”. Nesse sentido, o narrador da crônica citada de Machado de Assis expõe o que espera do público ouvinte/leitor: “Agora, se o leitor não me disser a mesma coisa, em resposta, é porque é um grande malcriado, um grosseirão de borla e capelo [...]”. (ASSIS, 2019). Desse modo, o enunciador quer ouvir e ser ouvido para que possa dialogar, trocar, prostrar, falar. Outro detalhe valioso para a discussão que estamos levantando é que o narrador, logo no início de seu pronunciamento, entende “que há leitor e leitor, e que eu, explicando-me com tão nobre franqueza, não me refiro ao leitor, que está agora com este papel na mão, mas ao seu vizinho.” O ouvinte/leitor idealizado pelo narrador machadiano é um sujeito que lhe dará respostas, caso contrário será tido como um malcriado, grosseirão, segundo ele, que são atitudes características daqueles usuários de “capelos e borla”, ou seja, sujeitos de opinião formada, que não aceitam os argumentos contrários aos seus, atitudes próprias de pessoas autoritárias, egoístas e/ou individualistas, como bem fazem os políticos, no caso, alvo preferencial tanto de Machado quanto de Hatoum.

Na afirmação “[...] há leitor e leitor [...]” (ASSIS, 2019), o narrador constrói, em nossa concepção, a vinda de um leitor ideal também pressuposto como um leitor íntimo, já que é “o seu vizinho”. Se o leitor ideal é aquele com o qual o narrador dialoga dentro do texto, o leitor da época, que chamaremos de leitor comum, é visto como alguém desavisado, que não possui conhecimento crítico sobre o assunto tratado na crônica, sendo assim, vulgarmente, o que chamamos de leitor desinformado. Portanto, a ideia de que “há leitor e leitor” aponta para nós uma ambiguidade dentro da leitura das próprias crônicas de Machado, uma vez que na mesma crônica o narrador diz ter proferido um discurso no Beethoven, Club onde Machado exerceu a função de bibliotecário e, segundo consta, assumiu cargo administrativo. De acordo com o *Site da Academia Brasileira de Letras* (2019),

[...] inaugurado em 4 de janeiro de 1882, o Club Beethoven abrigava saraus com os principais nomes da música clássica em uma casa no Catete. Com a admissão de Machado de Assis no clube, é possível que o local tenha construído uma seção de jogos. O escritor era um apaixonado por xadrez e tinha posição destacada nos círculos enxadrísticos no tempo do império.

O fato é que essa ideia de recolhimento vai ganhando configurações mais ricas em relação ao que entendemos quando pensamos o gabinete do escritor como local de recolhimento. Na tribuna, o locutor não quer ficar alheio às questões do mundo da vida, ele não quer ser neutro frente a causas sociais e por isso deseja (precisa) discursar, opinar, polemizar. Ademais, ele ergue a voz não apenas para alertar e alarmar, mas também para advertir, sobreavisar, logo, alvoroçar os que o ouvem. Daí a recorrência ao chamamento, em que a referência ao leitor por meio de um “bom dia”, nas crônicas de Assis, passa a ser um signo catalisador do papel de interlocutor privilegiado, visto que tem papel de protagonista no meio que possibilita o envio da mensagem, neste caso, o jornal.

A partir de uma breve análise comparativa entre o posicionamento de Milton Hatoum nas crônicas da *Terra Magazine* e o de Machado de Assis no caso específico da crônica publicada na *Gazeta de Notícias* em 1888, cabe pontuarmos que 1: Tanto Machado quanto Hatoum colocam em cena discussões relacionada ao tempo histórico de sua escrita. Em outras palavras, cada um, ao seu modo, produz uma poética resultante da relação imbricada entre estruturas textuais e temas sociais. Por essa análise, queremos destacar em Hatoum uma produção artística marcada pela denúncia e pelo protesto, tal como encontramos em *Bons dias!*, publicada no dia 26 de junho de 1888 (ASSIS, 2019), em que vemos, por exemplo, uma crítica irônica à abolição dos escravos: “Eu, se tivesse crédito na praça, pedia emprestados a casamento uns vinte contos de réis, e ia comprar libertos. Comprar libertos não é expressão clara; por isso continuo”. E á política em *Bons dias!* na crônica do dia 19 de maio de 1888:

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes de abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposição) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do Céu. (ASSIS, 2019).

Em tom semelhante, a crônica de Hatoum (2007s), intitulada “Esperança roubada”, contesta uma liberdade escravocrata que mantinha os escravos presos porque “os escravos foram libertos para serem escravizados no dia seguinte. Ou seja, no século seguinte. Seres livres, mas sem emprego, sem formação educacional, sem assistência de saúde e moradia digna.” Semelhante ao Pancrácio, personagem da crônica machadiana, o qual recebeu de seu dono uma espécie de liberdade mascarada, pois, como veremos a seguir, continuava escravo e sujeito ao dono:

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos. Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do Diabo; coisas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre (ASSIS, 2019).

No enlaço textual dessas duas crônicas, podemos questionar, ao estilo hatouniano: “Haverá espaço para os desvalidos? Que tipo de inclusão social ou de cidadania é possível num país cujas instituições estão desmoralizadas? Ou já nasceram desmoralizadas?” (HATOUM, 2007c). De fato, o Brasil carrega até hoje as marcas da colonização, período que devastou o país em vários quesitos, tanto que a sociedade foi desvalorizada, desmoralizada e “explorada até o osso”.⁵ Hoje, o nosso país vive um retrocesso no campo político, pois a censura e a repressão são dilemas que retornam e apontam um Brasil em direção ao precipício social. Outro fator está na desigualdade social, um dos tipos de problemas crônicos desde a época da República. Concluímos, então, como fez Hatoum em entrevista à *Rádio França Internacional*: as vozes do mundo: “Enquanto os brasileiros mais ricos, da classe média ou da elite, não entenderem que há uma parte considerável do povo que é excluída socialmente, economicamente, não chegaremos a lugar algum” (HATOUM, 2018, p. 1).

A escravidão é, como vimos anteriormente, tema da crônica de *Bons dias!* – 26 de junho de 1888 (ASSIS, 2019) que já se inicia com o próprio narrador discutindo a falta de clareza na expressão: comprar libertos. Há nessa expressão uma incoerência, pois só é possível comprar os escravos libertos a menos que eles não estejam livres. O grande problema colocado em questão nessa afirmação diz respeito a uma libertação da escravatura que, de certa forma, na época de Machado, só teria acontecido no papel. Assim, podemos observar que Machado de Assis constrói, no decorrer dessa crônica, uma crítica à libertação disfarçada. Diante disso, encontramos um diálogo com o público, que é constituído por meio da criação de um leitor pressuposto pelo narrador. Em outras palavras, a própria crônica vai desenhando o seu leitor e, também, conjecturando as atitudes, os movimentos de leitura e de interpretação feitas por ele. Os vocábulos “suponha”, “espanto do leitor”, “leitor assombrado”, “calcula o leitor”, “depois refletindo” são utilizados para fazer menção à postura desse leitor ficcional, marcando, desse jeito, a interação com o narrador. Tal construção aponta para o diálogo que Machado buscava travar com o leitor no interior de seu texto, pois as respostas eram dadas na

⁵ Expressão retirada da crônica “Esperança roubada”, publicada no dia de março de 2007 na revista *Terra Magazine*.

crônica seguinte, logo, não eram imediatas. Sob outra perspectiva, o parlatório de Hatoum na Revista Eletrônica *Terra Magazine* e no *Facebook* nos leva a refletir sobre a concepção de um epitexto (GENETTE, 2009) virtual (tema que será abordado mais adiante), muito diferentemente das respostas produzidas textualmente por Machado nas crônicas supracitadas.

Mencionamos o imediatismo como um aspecto configurador do parlatório de Milton Hatoum, porém queremos ressaltar que na crônica “Leitor intruso na noite” (HATOUM, 2006c) nos deparamos com a existência de um leitor ficcional, semelhante ao leitor de Machado, com o qual se trava um diálogo. Nessa crônica, um narrador autodiegético relata o encontro com um leitor dentro de um bar e uma leitura atenta nos mostra que esse interlocutor é um dos leitores do livro escrito pelo narrador. Diz o leitor: “Sou um leitor e vim acertar as contas com você. [...] Por dois motivos: o primeiro, é que você me excluiu do seu romance. O segundo e o mais grave, é que você matou meu pai nesse mesmo romance” (HATOUM, 2006c). A fala do leitor traz espanto para o narrador-escritor, que não compreende claramente as reivindicações literárias do indivíduo. Com isso, se instala um ambiente de angústia e tensão, quando o leitor desequilibrado enfia a mão no bolso da roupa e tira uma lâmina enferrujada e murmura em tom grave:

Para um mentiroso e covarde como você não há saída. Assustado, apenas murmurei: Há uma. Fechou a mão, olhou furtivamente para a porta e perguntou com desprezo: Qual? Escrever outro livro, incluir um terceiro irmão na trama e ressuscitar seu pai. E assim fiz, escrevendo como um louco durante a madrugada, bebendo e escrevendo quase sem fôlego até o amanhecer quando enfim me livreí do pesadelo (HATOUM, 2006c).

“Leitor intruso na noite” termina, assim, em tom de humor, possibilitando que o leitor empírico desengaje-se do real, escape de si próprio e fuja dos problemas em torno de sua existência. Esse processo é possível porque ler, segundo Vincent Jouve (2002, p. 109), “é uma viagem, uma entrada insólita em outras dimensões que, na maioria das vezes, enriquece a experiência: o leitor que, num primeiro tempo, deixa a realidade para o universo fictício, num segundo tempo volta ao real, nutrido da ficção”. Além de permitir que pensemos na fruição do imaginário, “Leitor intruso na noite” remete à discussão sobre o conceito de pacto ficcional (ECO, 1994) em duas direções. Primeiramente, o leitor ficcional presente na crônica exemplifica, com suas atitudes, a imagem de alguém que rompe o pacto da ficção porque se dirige ao criador da obra, reclamando por ter sido excluído da narrativa e por ter associado o pai, personagem ficcional, com seu próprio pai, ou seja: ele vê na história contada pelo romance a sua própria vivência. Outra interpretação nos direciona para a nossa própria

postura no decorrer da leitura, tendo em vista que, se não aceitarmos firmar o pacto ficcional, tenderemos a pensar que o narrador, de fato, seria o escritor Milton Hatoum, já que as poucas referências sobre o romance na crônica nos levariam ao romance *Dois irmãos* (2002).

Para não tornar a análise comparativa entre a posição de Hatoum e Machado uma discussão extensa, uma que vez esse não é o objetivo proposto aqui (embora saibamos que tal abordagem é, certamente, apropriada), pois o campo da investigação é vasto, dado a grandeza poética de ambos. Passemos, portanto, para o item 2: o modo como os autores se apresentam em seus parlatórios, com ênfase nos aspectos que diferenciam esses espaços, especialmente por conta da configuração de cada época histórica.

No final do século XIX, escritores como Machado de Assis, Aluísio de Azevedo e Olavo Bilac formavam uma confraria de escritores cariocas, os quais se encontravam em pontos específicos da cidade, como os cafés, bares, clubes etc., para conversar sobre política, cultura, literatura. Além disso, a participação na confraria possibilitava não apenas a participação no debate intelectual, mas também que os escritores respirassem outros ares, fora do ambiente do escritório. Daí a importância de pensarmos o posicionamento do escritor como cronista, que se assemelha à ideia do Boêmio e do *flâneur*. Muitos dos conteúdos abordado nas crônicas desses autores são oriundos dos grandes acontecimentos e fatos miúdos do cotidiano da sociedade. Nesse sentido, a rua oferece elementos que vão se tornar assuntos do jornal do dia seguinte e temas da próxima crônica, já que, durante o caminhar à espreita, o cronista procura entender a cidade e os sujeitos que a compõem. O cronista pode ser considerado um *flâneur*, pois está imerso nas questões do dia-a-dia, mas, além disso, ele as recolhe em sua movimentação pelos espaços onde o acontecimento corriqueiro e o fato mais amplo se dão. São essas problemáticas sociais, políticas e cotidianas que alimentam sua escrita e fazem nascer o texto, seja a crônica de jornal, em *blogs*, revistas ou *sites*, por exemplo.

No século XIX, o parlatório dos escritores tinha o jornal como espécie de *ágora*, praça pública que, no exemplo de Machado de Assis, era o palco da discussão sobre as impressões políticas, sociais e literárias dos escritores, e por isso não é possível falar sobre o imediatismo nas respostas dos leitores, visto que o tempo do jornal não é o mesmo tempo das mídias tecnológicas de hoje. Em contrapartida, o parlatório de Milton Hatoum tem a *Internet* como sua praça pública preferencial, devido ao formato desse veículo de comunicação, em que o público tem acesso imediato às crônicas e às respostas a elas são dadas nos moldes do “aqui e agora”. Outro fator importante é a disseminação em larga escala do “alarido” da crítica, seja ela pautada em critérios de valor ou de base teórico-literária.

O lugar de fala dos escritores boêmios – a praça pública, os bares – é um aspecto que aproxima, de certa forma, aquilo que entendemos como o parlatório, pensando no posicionamento de Milton Hatoum em relação ao campo virtual. O ponto de congruência entre esses lugares de fala é a subversão da ideia de um escritor em silêncio, recolhido em seu gabinete, que não estabelece, ou estabelece poucos contatos com seu público-leitor. De acordo com nossa abordagem, Machado e Hatoum são vistos como homens engajados no embate crítico acerca dos problemas sociais e políticos da sociedade de seu tempo e representam coerentemente a imagem do escritor no parlatório, embora cada um dos espaços em que vivem e escrevem tenham suas peculiaridades históricas, obviamente. Portanto, as obras de Machado e de Hatoum representam aquele sentimento íntimo de nacionalidade que Machado (1973) apontara, ou seja, elas demonstram uma preocupação em pensar os assuntos próprios do tempo e da época de cada escritor. Por essa perspectiva, o instinto de escrever as peculiaridades da nação vai além do retrato de época ou de costumes, pois tende a colocar em discussão as temáticas sociais para um público amplo, composto pelos destinatários subentendidos no corpo dos textos.

Nas crônicas, Machado de Assis demonstra a sua inquietação para com as questões relacionadas à política do Brasil de sua época. Desse modo, na série *Balas de estalo*, publicada no jornal carioca *Gazeta de Notícias*, de julho de 1883 a janeiro de 1886, o autor inicia a crônica do dia 8 de julho de 1885 com a pergunta: “O que é política?”. A ousadia da pergunta lançada no jornal está no âmbito da provocação, porque Machado não só pretende obter respostas para a questão, a qual será conseqüentemente, material de discussão dessa crônica ou de uma próxima, mas também fazer o assunto “ruminar” nos ouvidos e mentes dos leitores. Nos comentários construídos pela crônica, o narrador relata as variadas respostas recebidas:

Uma das cartas dizia simplesmente que a política é tirar o chapéu às pessoas mais velhas. Outra afirmava que a política é a obrigação de não meter o dedo no nariz. Outra, que é, estando à mesa, não enxugar os beiços no guardanapo da vizinha, nem na ponta da toalha. Um secretário de club dançante jura que a política é dar excelência às moças, e não lhes pôr alcunhas quando elas já têm para esta. Segundo um morador da Tijuca, a política é agradecer com um sorriso animador ao amigo que nos paga a passagem (ASSIS, 2019).

Para espanto do narrador, não há, em meio às cartas, respostas dos senadores e deputados, mas certo Sr. Zama o responde indiretamente, dizendo que quer a abolição imediatamente, mas afirma que aceita o projeto passado e aceita este. Wiliam Moreno Boenavides, no artigo “Política nas crônicas de Machado de Assis: literatura e intervenção”,

afirma que “O segundo projeto era o da Lei do Sexagenário, o que representou, na verdade, uma forma de retardar a abolição imediata”. A outra resposta à pergunta veio também de forma indireta de um deputado no discurso daquele que seria o futuro presidente da República do Brasil, Sr. Rodrigues Alves, pois “este tachava um presidente de interventor, não porque recomendasse candidatos, mas porque fez favores a amigos destes”. Contesta o deputado: “Queria que os fizesse aos amigos de V. Exa.?” (ASSIS, 2019). Diante das respostas dos políticos, o narrador confessa que a política é oportunismo.

Essa crítica à política oportunista é levantada na crônica “A proposta revolucionária” (HATOUM, 2006c), que discute a postura dos políticos indiferentes às deficiências da sociedade. Dessa forma, há uma crítica à corrupção na política brasileira, pois desviam recursos dos municípios “e fazem o diabo com o dinheiro público. Qual é a lógica desses brasileiros que desprezam a sociedade e pensam apenas em enriquecer ilicitamente? Que os pobres continuem pobres e sem instrução. Que o país desmorone com seus milhões de jovens que mal sabem ler e escrever”.

Se a ideia do escritor recluso e da fala controlada começa a ser desconstruída já nos tempos de Machado, hoje, em nosso contexto literário do século XXI, a compreensão que temos do parlatório possibilita construir uma análise minuciosa da atuação de Hatoum no campo literário. Assim, queremos interpelar a visão de alguns críticos literários sobre a imagem que construíram para Milton Hatoum, como “arquiteto do tempo” ou de algumas reportagens da revista *Época* (2017, p. 1), onde se lê: “Depois de nove anos em silêncio, Milton Hatoum publica *A noite da espera*, o primeiro romance de uma trilogia que se passa em Brasília, São Paulo e Paris, durante a ditadura”.

Já de imediato compreendemos que Hatoum é um autor prolífico que, se por um lado demanda de si um tempo longo para entregar os produtos de sua criação artística, por outro lado, sua atuação consistente e constante no ambiente cultural do país revela uma prolixidade, digamos, incomum, que é refratária à fama de escritor silencioso. Daí a ideia do parlatório como uma estratégia de entrada na produção do autor, o que, como se verá, mostra-se bastante pertinente a nossa discussão inicial acerca de uma poética autoral que vê em suas atividades como cronista um elemento-chave.

3.2 A tribo dos escritores da Internet: Milton Hatoum e Bernardo Carvalho

Na era do mercado, a condição paratópica (MAINGUENEAU, 2001) se reveste de peculiaridades, pois o sistema paratópico é desenhado por um contexto que vai dos aspectos sociais ao campo literário, espaço onde o escritor está submetido a regras. Uma delas é a impossibilidade do escritor conseguir um lugar, que seja seu, verdadeiro, mas, se até a própria inserção desse campo literário na sociedade tem um viés problemático, o respingo no escritor só poderia ser perigoso mesmo. Isso, porque “a pertinência ao campo literário não é, portanto, a ausência de qualquer lugar, mas antes uma negociação difícil entre o lugar e o não lugar, uma localização parasitária, que vive da própria impossibilidade de se estabilizar.” (MAINGUENEAU, 2001, p. 28).

Nesse lugar de instabilidade, chamado de paratopia por Dominique Maingueneau, o escritor precisa decidir se escolhe “aderir e pertencer, recusar e resistir, posicionando-se diante de desafios como a atração pelo sucesso comercial em detrimento do “autêntico” trabalho criador” (HELENA; OLIVEIRA, 2016, p. 221-222). Desse modo, o escritor se encontra diante de dois dilemas: a liberdade de criação de sua obra ou o sucesso de vendas, porém ambos são desejáveis e importantes para o sujeito escritor-intelectual, habitante desse entre-lugar problemático. Logo, “como pode, então, o artista se colocar em relação a um suposto ideal artístico, sem desconsiderar as prerrogativas do mercado, com suas leis e regras?” (HELENA; OLIVEIRA, 2016, p. 222).

A pergunta problema colocada por Lúcia Helena e Paulo Oliveira (2016) nos direciona para pensarmos a *Internet* como um meio de publicação e divulgação da obra, que beneficia o escritor no mercado, devido à divulgação rápida e o diálogo com o público, afirmando o papel do escritor no campo literário e propagando a sua posição no campo intelectual. Dessa forma, a circulação do escritor e de suas obras na *Internet* acaba sendo uma das prerrogativas do mercado, tendo em vista que há um público na *Web* cada vez mais consumidor de livros nos mais variados formatos. Por isso, alguns escritores, de certo modo, são obrigados a ceder às regras desse meio, e fazem da *Internet* o seu parlatório.

Nesse sentido, a partir do conceito-chave de paratopia, queremos propor a discussão sobre a ideia da tribo dos escritores (MAINGUENEAU, 2001, p. 29). As tribos são constituídas dentro do campo literário e podem ser pensadas como: grupo, escola, confraria, círculo, etc., mas não estão definidas segundo os mesmos pressupostos sociais valorativos canônicos. Os sujeitos, membros das tribos literárias, são oriundos de famílias, embora a tribo

não tenha relação com a concepção de família. Além do mais, o pertencimento a uma mesma tribo não garante que os escritores coabitem lugares semelhantes, pois até mesmo as trocas de correspondências, influências de certos autores, as atitudes de militâncias em defesa de causas sociais convergentes, por exemplo, podem resultar numa tribo:

Existe desse modo um certo número de ‘tribos invisíveis’, que desempenham um papel na arena literária, sem por isso terem tomado a forma de um grupo constituído. Ademais, qualquer escritor se situa numa tribo escolhida, a dos escritores passados ou contemporâneos, conhecidos pessoalmente ou não, que coloca em seu panteão pessoal e cujo modo de vida e obras lhe permitem legitimar sua própria enunciação. Essa comunidade espiritual que usa o espaço e o tempo associa nomes numa configuração cuja singularidade se confunde com a reivindicação estética do autor (MAINGUENEAU, 2001, p. 31).

Os escritores, Bernardo Carvalho (1960 –) e Milton Hatoum, conforme propõe Maingueneau (2001), com a ideia de tribo, integram o grupo de autores, homens intelectuais, que produzem narrativas de militâncias para retratarem as mazelas do tempo atual e, portanto, são capazes “de perceber e apreender o seu tempo” (AGAMBEN, 2010, p. 58-59). Outro fator que os une é a tribuna da *Internet*, espaço onde eles travam “uma conversa barulhenta”, um falatório que os situa no mercado e os coloca numa posição instável, “mesmo quando entre eles falta um diálogo mais evidente” (HELENA; OLIVEIRA, 2016, p. 222). Dessa forma longe de fazermos uma análise comparativa exaustiva, queremos traçar alguns apontamentos que permitem refletirmos sobre as sensibilidades de tribo composta por esses dois escritores-intelectuais.

Bernardo Carvalho, jornalista, tradutor, contista e romancista, publicou romances como *Nove noites* (2002), *Mongólia* (2003), *O sol se põe em São Paulo* (2007), *O filho da mãe* (2009), *Reprodução* (2013) e *Simpatia pelo demônio* (2016). Atualmente, Carvalho é colunista da *Folha de São Paulo*, onde escreve, mensalmente, sobre política, literatura, outras artes, etc., por isso o nosso interesse em elaborar um diálogo com as produções de Milton Hatoum, também, colunista, mas do *Jornal O Estado de São Paulo*. Apesar dos romances não serem objetos de nossa pesquisa, convém dizer que a prosa carvaliana é constituída por vários tipos textuais e coloca, no circuito da produção literária contemporânea, as temáticas da história, da memória e da criação ficcional, que se entrelaçam e dialogam. Ainda podemos dizer que:

[...] a atuação de Carvalho no campo intelectual também deve ser destacada, especialmente no que diz respeito as suas convicções políticas e estéticas, que vão desde o papel da literatura no campo cultural às formas de atuação dos escritores na sociedade do mercado. Figura presente na cena cultural, Carvalho transita com

desenvoltura pelos campos intelectual e literário. Sua relação com editoras, bolsas de financiamento de escritores, feiras literárias, programas de TV e mídias eletrônicas é notória (HELENA; OLIVEIRA, 2016, p. 77).

Queremos destacar que a participação de Bernardo Carvalho na cena cultural é marcada também por seu posicionamento como intelectual perante o cenário político atual do Brasil, quando o escritor tece análises e críticas às atitudes e às falas de alguns integrantes da corja presidencial. Assim, os escritos de Carvalho registrados na *Folha de São Paulo* autenticam o seu engajamento mediante as questões da sociedade. Em entrevista concedida à *Rádio França Internacional: vozes do mundo*, Bernardo (2017, p. 1) explica: “A literatura que importa, a literatura que me agrada, é a literatura de dissenso. Dissenso radical”. Nesse sentido, o escritor não se refere a uma dissensão contra um partido político no poder, mas é uma “literatura com uma singularidade que vem atrapalhar os consensos, que vem perturbar as ideias consensuais em estética, em arte, em literatura, em política. É a ideia de uma voz que seja perturbadora da domesticação do consenso, em nome da inteligência, em nome da verdade” (CARVALHO, 2017, p. 1). Continua:

A realidade brasileira contesta, contradiz toda a vontade que se pode ter de identificação com a nação. Como é que você pode se identificar com uma nação que te dá tão pouco, que não te dá educação, não te dá saúde, não te dá trabalho, não te dá garantias básicas de sobrevivência. (...) A vontade de acreditar numa identidade nacional no Brasil demanda uma espécie de cegueira muito grande, uma teimosia muito grande (CARVALHO, 2017, p. 1).

Com esse modo de transitar no campo literário, como faz na coluna da *Folha de São Paulo*, Carvalho se apresenta como um sujeito inquieto, atuando em razão da verdade, da inteligência e contra a boçalidade que quer nos vencer pela exaustação. Isso ocorre, porque a verdadeira crise, hoje, no Brasil, não é de cunho econômico, segundo diz, “mas a perda de vista desse bem comum, de um país onde se pode viver com direitos constitucionais preservados, bom senso e em liberdade” (CARVALHO, 2019a, p. 1).

O Brasil se tornou um país de ideias fora do lugar; democracia é qualquer outra coisa exceto democracia, como bem aponta o autor de *Nove noites* (2002) no texto “Justiça, no caso de Moro, é ideia fora do lugar” publicado na coluna da *Folha de São Paulo* no dia 23 de junho. Nele, Bernardo Carvalho discorre criticamente sobre aqueles indivíduos que, de tão resignados pela imbecilidade do bolsonarismo, “não veem “nada de mais” na revelação de conluio entre um juiz e um procurador da República” (CARVALHO, 2019b, p. 1).

O escritor refere-se às mensagens trocadas entre o atual Ministro da Justiça Sérgio Moro, na época juiz na Operação Lava Jato, com Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato

em Curitiba. Esses diálogos divulgados pelo site *The Intercept* mostram um suposto conluio armado pelo juiz Moro e a acusação para prender e condenar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, nesse caso, a ideia fora do lugar é a Justiça brasileira que deveria julgar, investigar e manter a ordem social, preservando a democracia, mas passa a ser considerada a própria vilã no desmonte dos direitos dos cidadãos. Em conformidade com as palavras de Bernardo Carvalho (2019b, p. 1), as ideias fora do lugar “permitem aos nossos ilustres contemporâneos apoiar homens errados em lugares errados, tomando decisões erradas que terão as piores consequências para todos nós”. Semelhante a Bernardo Carvalho, Milton Hatoum demonstra lucidez e indignação, quando comenta em sua página no *Facebook* o conluio da Lava Jato:

Essa é a “Democracia” brasileira. Chamá-la de caricatura é um eufemismo. Enquanto o conluio da Lava Jato é revelado, o governo corta algo em torno de 350 milhões de reais que seriam destinados ao Estudo Básico. E isso porque o EB era prioridade. Lembrar que mais de 80% das crianças e jovens estudam em escolas públicas (HATOUM, 2019a).

Assim, vemos que, além das crônicas publicadas no Jornal *O Estado de São Paulo*, Milton Hatoum, em seu perfil no *Facebook*, esbraveja contra as atitudes, falas e decisões do governo bolsonarista. Recentemente, após o MEC apresentar o “Future-se”, plano que propõe alterações no financiamento das universidades federais, Hatoum postou em sua página no *Facebook* sua aversão: “O diversionismo é uma manobra sórdida para confundir e enganar as pessoas. A raposa astuta lança uma ideia ou proposta execrável, enquanto a privatização do ensino público é um dos objetivos da política insidiosa do atual governo” (HATOUM, 2019b). Sabemos, assim como qualquer pessoa consciente, que esse plano não resolverá o problema e jogará na conta da educação pública a responsabilidade para solucionar as deficiências da economia.

Cientes das dessemelhanças entre a produção literária de Hatoum e de Carvalho, a questão crucial ressaltada nessa discussão é a “barulheira” que ambos protagonizam, seja no *Facebook* seja nas colunas da *Folha de São Paulo* ou do *Estadão*. É uma “conversa barulhenta” que também inclui os leitores, pois estes tecem comentários contra ou a favor do desgoverno brasileiro (discutiremos o posicionamento dos leitores/seguidores de Hatoum no tópico a seguir). O posicionamento dos escritores aponta, também, para a ideia de uma “escrita em tempos de desassossego” (HELENA; OLIVEIRA, 2016), ou seja, um tipo de produção textual da inquietude, que pensam as crises sociais, políticas, econômicas e os dramas dos sujeitos. Além de estimular o pensamento crítico e o engajamento do leitor frente

às lutas para um Brasil democrático. Portanto, a tribuna da *Internet* configura-se como um parlatório, espaço onde Milton Hatoum e Bernardo Carvalho verbalizam as suas impressões críticas e raivosas, compartilhando, dessa forma, o mesmo sentimento de tribo.

Os nossos escritores confrontam, dessa forma, a imagem do escritor solitário quando se reúnem numa tribo, mesmo que os contrastes poéticos entre suas obras sejam nítidos e seus encontros ocasionais. Nessa perspectiva, podemos desconstruir a visão da singularidade do escritor, defendida pela visão romântica. Em razão disso, o próprio conceito-chave de tribo nos faz crer, a partir da escrita e da posição no campo intelectual, na imagem de um escritor que, não apenas mantém uma filiação a escritores antepassados, mas também busca conquistar um espaço no campo literário, quando “insere-se em comunidades discursivas, afetivas, estéticas” (HELENA; OLIVEIRA, 2016, p. 231).

3.3 O barulho democrático no parlatório da *Internet*: uma leitura do epitexto digital

Sabemos que a posição de prestígio de Milton Hatoum no campo intelectual é nítida pela atenção que os leitores dão aos seus escritos, por exemplo, na velocidade das respostas e comentários postados no *Facebook* e na *Revista Eletrônica Terra Magazine*, suporte em que Hatoum dedica, com exclusividade, uma crônica para responder ao comentário de um de seus leitores. Desse modo, verifica-se um imediatismo no campo virtual, onde as conversas são travadas e o diálogo entre romancista/cronista e leitor está sendo cada vez mais fortalecido. Se, por um lado, esse imediatismo é fundamental para o escritor no campo literário, pois difunde a obra, fazendo com que ela alcance um maior número de leitor, por outro lado, ele fortalece o papel do escritor como intelectual que revela em suas obras literárias e postagens nas redes sociais sua preocupação diante dos problemas da sociedade.

Os meios digitais – redes sociais, colunas de jornais e revistas, *chats* e *blogs* – dão liberdade para que qualquer pessoa possa opinar e expor pensamentos, ideias e argumentos sobre um determinado assunto. Nesse sentido, concordaremos que as opiniões têm relação com os gostos, os desgostos, as experiências e as subjetividades, ou seja, “Todos nós dialogamos com o mundo do senso comum e da subjetividade. Argumentos objetivos e verificáveis existem, mas escasseiam nas discussões diárias” (KARNAL, 2019, p. 1). Nesse circuito desenfreado pela opinião, cada um quer dizer o que pensa, resultando em debates constantes nos meios digitais. Muitas vezes, a TV e o rádio, também, são cenários de

discussões que terminam em ofensas e em violências. Para Leandro Karnal (2019, p. 1), esses motivos levaram “Umberto Eco a emitir sua antipática (e verdadeira?) sentença de que a *Internet* (e principalmente as redes sociais) deu a certeza ao idiota da aldeia de que ele não apenas tem voz; concedeu-lhe a certeza de que tudo sabe; de que sua opinião é a melhor, a mais correta”. Apesar de todo embate, ainda é preferível ouvir os idiotas a ter de conviver com a mordaca da ditadura (KARNAL, 2019).

Com isso, ocorre, hodiernamente, no campo virtual, uma corrida apressada pela opinião, que nomearemos, a partir das considerações de Leandro Karnal em texto publicado em sua coluna do *Estadão* em março de 2019, de “O barulho democrático”. Nesse texto, Leandro afirma a existência de uma tripla força geradora de opiniões, sendo assim, na primeira linha, está o estado democrático de direito, que na Constituição é o espaço onde todo indivíduo deve ter preservada sua liberdade de expressão. Sobre a segunda e terceira forças, o historiador brasileiro explica:

A segunda força é o crescimento do sujeito como definidor de uma realidade que deve ser respeitada por causa da vontade. “Por que essa profissão? Porque fez tal escolha de casamento?” A resposta que encerra tudo é “porque eu gosto”. O declínio do dever ou da norma e a ascensão do desejo como instaurador de validade são recentes e mereceriam muita análise. A terceira e última força se chama rede social. Não apenas eu tenho o direito, eu também penso assim e, por fim, posso publicar para milhões a minha infinita subjetividade. Estamos no apogeu da *doxa* como o grande critério da comunicação (KARNAL, 2019, p. 1).

Assim sendo, compreendemos que o parlatório da *Internet* tem a rede social como terceira e última força, fazendo com que as opiniões pessoais ganhem destaques e sejam motivos de contendas e polêmicas. Nessa perspectiva, o escritor no parlatório, que para nossa pesquisa é representado por Milton Hatoum, ao publicar suas crônicas e defender suas opiniões em sua página pessoal do *Facebook*, atua no campo intelectual de forma a contribuir para o barulho democrático, que conta com a participação de seus inúmeros seguidores. Dessa forma, com base na ideia de barulho democrático proposta por Karnal (2019), daremos continuidade à nossa discussão, pensando o espaço situado abaixo da coluna do jornal/revista ou da postagem do *Facebook*, onde os leitores esgrimam o que pensam. Logo após, faremos a análise das crônicas “Amazônia um pouco antes do fim” e “Ainda Amazônia” publicadas na *Terra Magazine* em 2008 – esta última é lida por nós como uma espécie de resposta ao comentário de um leitor.

Antes de prosseguir com a abordagem, vale reafirmar que o parlatório é um local que propicia a liberdade do leitor/público expressar as suas ideias e opiniões. Portanto, é comum

veremos os colunistas, os blogueiros e os jornalistas travarem debates fervorosos que mais parecem uma corrida para ver quem chega primeiro ao pódio da razão.

O espaço localizado abaixo das publicações e das postagens e destinado aos leitores pode, a nosso ver, ser classificado como epitexto digital. Convém relembrar que, segundo Gerard Genette (2009), o peritexto (elementos internos à obra: nome do autor, título, intertítulos, ilustrações, epígrafe, capa, orelha, quarta-capa, etc.) e o epitexto (aspectos externos, por exemplo, resenhas, comentários, notas de rodapé, entrevistas, etc) integram a categoria, chamada por ele, de paratextualidade, que forma os cinco tipos de transtextualidade, ou seja, “tudo que o coloca em relação, manifesta ou secreta, com outros textos” (GENETTE, 2010, p.13). Dessa forma, o termo “digital” é empregado, tendo em vista que esses epitextos se encontram na *web*. Nesse formato de epitexto, a agilidade da interação é algo próprio e inseparável, que, com o passar dos anos, se consolida. Além do mais, o modo como o epitexto digital vem organizado já prevê a interação do leitor com o texto, que ocorre através da modalidade da escrita, da imagem, do vídeo e da linguagem dos *emoticons*, dos *stickers* e dos *emojis*.

Essa variedade de ferramentas permite que o leitor tenha mais opções para construir os comentários e respostas, os quais ganharão forma e sentido ao entrar em contato com o texto publicado acima dos comentários. Dessa forma, para Genette (2009, p. 9), “o paratexto é aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público”, estabelecendo uma continuidade. Embora o conceito paratextual esteja relacionado à literatura e ao livro, o modo como o paratexto se configura vem passando por inovações ao longo das épocas. Tais transformações ganham força e destaque facilitando, assim, a divulgação e propagação do discurso em grande escala. Portanto, entendemos, conforme Edson Fernando Dalmonte (2009), que:

A partir da premissa de que não existe texto sem paratexto, tal realidade abre uma série de questões quando se pensa nas potencialidades abertas pelas novas mídias. Merece relevo, a partir da nova fluidez textual dos ambientes digitais, a forma como os textos podem se desdobrar em blocos que se espalham pela web, de autorias diversas, mas conectados ao assunto em questão. Entre opiniões favoráveis e contrárias, outras narrativas são estabelecidas a partir do texto original, conservando, contudo, a ligação com o protótipo, passando a compor um só texto, multilinear e multivocal (DALMONTE, 2009, p. 116).

Pensaremos a interação do leitor no epitexto digital, analisando dados retirados da página pessoal do *Facebook* de Milton Hatoum, a fim de refletir sobre os temas abordados e o formato desses textos desdobrados em blocos. No dia 25 de julho de 2019, Milton Hatoum

compartilhou uma reportagem do *site* da Folha de São Paulo, que tem como título “Investir na educação e exercer autoridade em sala de aula, diz Bolsonaro”. A reportagem de Fabiano Maisonnave, datada também de 25 de julho de 2019, relata e comenta a visita do presidente às escolas da Polícia Militar, em Manaus. Aborrecido com a fala de Bolsonaro, em que se lê: “Investir na educação é dar meios para que o professor possa exercer a sua autoridade em sala de aula e, dessa forma, poder fazer com que os alunos realmente aprendam”. Hatoum compartilha a notícia e, em texto curto de sua autoria, escreve:

Há visão mais rasa sobre Educação? Esse retrocesso será trágico para uma geração de jovens. Aliás, trágico para o país. Cortaram as bolsas da Capes, e este é apenas um dos tantos absurdos. No fundo, é a privatização do ensino público que está no horizonte (nefasto) dessa gente. Que maneira destruidora de ver o mundo e a sociedade! (HATOUM, 2019c).

A partir dessa postagem de Hatoum, os seguidores (leitores também de suas obras literárias) expressam opiniões e, em tempo real, verificam e comentam a publicação de outros seguidores. Com isso, instaura-se no epítexto um “barulho democrático”, pois cada um escreve o que compreende como mais coerente e correto. Por vezes, é possível encontrar pessoas discordando sobre o comentário uns dos outros ou tecendo críticas à posição política defendida por alguns, tendo em vista que, para espanto nosso, há quem defenda as colocações do presidente. Além disso, notamos que certos seguidores usam argumentos de autoridades para embasar e construir o seu pensamento. Vejamos:

Figura 1 - Exemplos de comentários de seguidores de Milton Hatoum publicados no dia 25 de julho de 2019

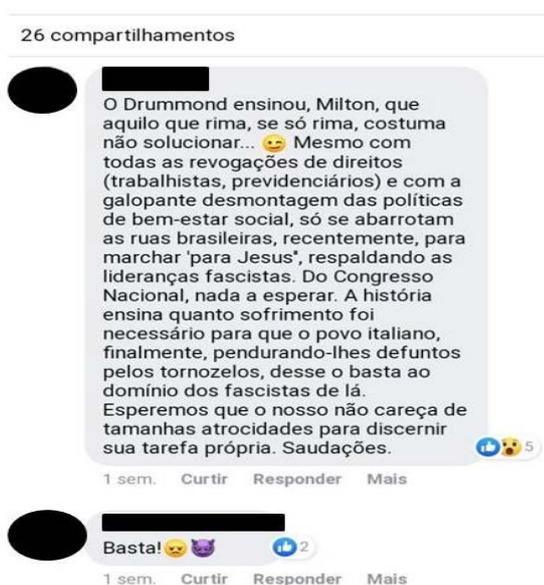
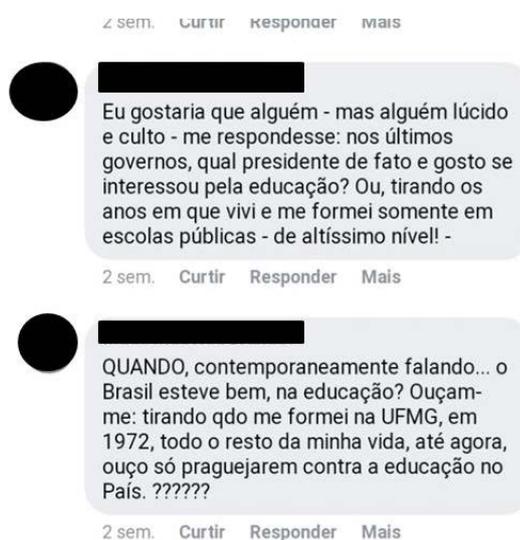


Figura 2 - Exemplos de dois comentários da mesma seguidora publicados no Facebook de Milton Hatoum também no dia 25 de julho de 2019



Na primeira figura, podemos observar ferramentas diferentes utilizadas pelos interlocutores para construir as suas respostas. Dito isso, encontramos *emojis* que marcam a preferência do comentarista e também a dos outros seguidores simpatizantes, pois as escolhas deixam claro o que eles pensam e expressam emoção. Além disso, nota-se uma coerência no emprego dos *emojis* com o texto grafado, por exemplo, no último epíteto digital, a mistura da frase “Basta!” aos *emojis* enfatiza a irritação e a fúria, podendo indicar, numa possível leitura, o desejo do comunicador de intervir e de protestar contra o desgoverno atual.

De acordo com as nossas leituras, entendemos que o autor do comentário inicial da figura 1, quando menciona com base em Carlos Drummond de Andrade, “[...] aquilo que rima, se só rima, costuma não solucionar [...]”, está fazendo referência às opiniões convergentes de uma grande parcela dos brasileiros que discordam das decisões e das afirmações do presidente. Nesse sentido, ele parece afirmar que as pessoas insatisfeitas devem se unir, a fim de abarrotar as ruas das cidades do país em protestos, isto é, irem à luta, mostrando nas ruas a força do povo brasileiro. Para fundamentar a sua fala, esse seguidor de Hatoum, aborda a história do povo italiano que “ensina quanto sofrimento foi necessário para que [...], finalmente, pendurando-lhes defuntos pelos tornozelos, desse o basta ao domínio dos fascistas de lá.” Tais colocações supõem que ele tem o intuito de chamar a população contrária ao desgoverno para irem às ruas protestarem.

Na segunda figura, os comentários da interlocutora nos fazem pensar nela, supostamente, como adepta das ideias bolsonaristas no que diz respeito à educação. Em primeiro lugar, na indagação presente no comentário número 1: “Eu gostaria que alguém – mas alguém lúcido e culto – me respondesse: nos últimos governos, qual presidente de fato e gosto se interessou pela educação?”. Ela não só enfatiza os problemas educacionais do Brasil, mas também diz que os maus investimentos já são, estatisticamente, dados advindos das últimas administrações governamentais. Todavia, de acordo com a seguidora, os anos em que ela se formou as escolas públicas eram “de altíssimo nível!”, semelhantemente ao período em que ela estudou na UFMG, em 1972. O ponto polêmico da discussão é que ela considera o ano de 1972, período do Regime Militar, como a época em que “o Brasil esteve bem na educação”, por isso, supomos que a interlocutora é simpatizante da proposta do presidente mencionada na reportagem de Fabiano Maisonave supracitada. O uso dos pontos de interrogação, ao final do comentário, realça a ênfase na pergunta levantada.

As novas tecnologias virtuais possibilitam uma fluidez textual, pois acontece um compartilhamento em outros veículos de comunicação, onde um determinado texto, a partir da interação dos internautas, se desdobra em novos blocos sem perder a relação com o texto central da discussão. Reiterando Dalmonte (2009, p. 116), “Entre opiniões favoráveis e contrárias, outras narrativas são estabelecidas a partir do texto original, conservando, contudo, a ligação com o protótipo, passando a compor um só texto, multilinear e multivocal.” Nesse caso, a reportagem da *Folha de São Paulo*, produzida por Fabiano Maisonave é o texto original formado por um hipertexto, o qual abriga uma multiplicidade de outras informações, porque é “constituído de nós (os elementos de informação, parágrafos, páginas, imagens, sequências musicais etc.) e de ligações entre nós (referências, notas, indicadores, “botões” que efetuam a passagem de um nó a outro)” (LÉVY, 1996). Ademais, depois de compartilhado nas redes sociais, dá margem para o surgimento de várias vozes discursivas contrárias ou favoráveis entre si presentes nos epitextos digitais do *Facebook*. Com essas discussões, pensamos que a participação de Milton Hatoum nessa rede social possibilita a sua participação numa nova comunidade: a comunidade discursiva da *Web*.

Além do diálogo presente no epitexto digital do *Facebook*, encontramos um “bate bocas” democrático nas crônicas “Amazônia: um pouco antes do fim” e “Ainda a Amazônia”, ambas publicadas em julho de 2008, porque existe uma conversa entre o escritor e o leitor, apesar de não ser em tempo real, visto que as crônicas eram publicadas quinzenalmente. Vale destacar que, durante a pesquisa das crônicas na página eletrônica da *Terra Magazine*, nós não conseguimos ter acesso à página e ao comentário do leitor, porque o *site* da Revista não

está disponível. Logo, só tivemos acesso às considerações desse leitor através da leitura da crônica “Ainda Amazônia”.

Em “Amazônia: um pouco antes do fim” (2008m), o cronista amazonense inicia o texto lançando o leitor dentro da discussão e situando-o sobre as atitudes insanas e os interesses econômicos diante das derrubada de árvores. Uma discussão de denúncia que, se por um lado, ecoa um tom de urgência para as florestas, enquanto governadores e ministros dividem um jogo de poder e visam seus egos durante as eleições, por outro lado, do seu parlatório, Hatoum problematiza e chama a atenção das diversas camadas da sociedade para saírem de seus lugares de recolhimento e reaverem criticamente a situação:

[...] quem autoriza os governantes de Rondônia e do Mato Grosso a defender um desmatamento selvagem por conta de um “desenvolvimento” não menos selvagem? Por que não se discute uma série de planos alternativos e viáveis para a Amazônia com a participação de pesquisadores, cientistas, economistas, antropólogos e outros representantes da sociedade civil [...] os ribeirinhos, os índios, os milhões de brasileiros que moram nas capitais da região não têm nada a dizer sobre os lugares que conhecem profundamente? [...] (HATOUM, 2008m).

O perfil de escritor intelectual de Milton Hatoum se apresenta em “Amazônia: um pouco antes do fim” de modo múltiplo, seja ao evocar a participação social dos sujeitos oriundos dessas regiões da Amazônia seja por sua crítica a impunidade dos políticos. Com base no fragmento “A Amazônia é um infinito que deve ser dosado”, do livro *À margem da história* (1909), de Euclides da Cunha (1866 – 1909), Hatoum considera a importância de estudar a Amazônia em seus detalhes, tendo em vista que, “cada rio tem uma história com particularidades geográficas, sociais, culturais, simbólicas. Cada trecho da floresta possui uma riqueza ambiental e humana que deve ser estudada, analisada” (HATOUM, 2008m).

A escrita de Hatoum na crônica supracitada se desenvolve como uma composição fragmentada, em quatro partes, pois é notório um movimento de expressão não apenas no modo como a discussão vai sendo construída, mas também pelas informações que fundamentam as justificativas e os pressupostos apontados. Nesse sentido, a crônica é composta de um fazer crítico e literário, comum nas obras literárias, até pela liberdade do autor ao se expressar nos veículos de comunicação, *sites*, *blogs*, redes sociais, etc.

As considerações do autor de *Dois irmãos* (2000) sobre o desmatamento de florestas pertencentes aos territórios da Amazônia produziram opiniões variadas e contraditórias, resultaram, portanto, em comentários e em assunto para outra crônica, intitulada “Ainda a Amazônia” (HATOUM, 2008n). Nela, o autor tece diálogo com um leitor, que o critica por generalizar o assunto em questão. Desse modo, pensa-se que há alguma autonomia do escritor

ao dedicar a crônica de 23 de junho de 2008 uma resposta ao leitor, pois, se a crônica demanda um tempo de escrita, conjectura-se que “Ainda a Amazônia” elabora uma “conversa barulhenta” em que se percebe a necessidade do autor de responder a esse leitor, mostrando com brevidade linguística que as grades que separam autor e público apresentam um enfraquecimento produzido pelas mudanças do contexto mercadológico cultural contemporâneo:

Vários leitores me enviaram mensagens com comentários sobre a crônica Amazônia: um pouco antes do fim. Um senhor simpático – que há trinta anos mora em Rondônia – argumentou que o plantio de soja fertiliza o solo duro da região. O solo nu, desmatado; o solo que acolhe o novo milagre redentor, o maná do novo eldorado: a soja. Esse leitor criticou a generalização do meu texto, dando a entender que eu desconheço a região amazônica (HATOUM, 2008n).

A condição do autor no parlatório, separado do público por grades ou em outros termos sua condição de intelectual pode ser problematizada e questionada, quando este se apresenta como intelectual engajado, tendo em vista que discute um problema social, faz uma escrita de denúncia com vistas a provocar a sociedade. Pode se concluir que o modo como escritor e público leitor dialogam nas crônicas “Amazônia: um pouco antes do fim” (HATOUM, 2008m) e “Ainda a Amazônia” (HATOUM, 2008n) e seus efeitos nas redes sociais indicam que o distanciamento entre escritor e comunidade leitora começa a ruir nessa fase atual do mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conversa informal com Milton Hatoum, no lançamento de seu livro *A noite da espera*, primeiro volume da série *O lugar mais sombrio*, na Livraria da Travessa de Ipanema, no Rio de Janeiro, comentei o impacto emocional sobre mim de suas crônicas publicadas na *Terra Magazine*. Durante o diálogo com o autor, pude relatar as minhas experiências, não só como leitora, mas também como pesquisadora. Compartilhei as vivências de leitora das crônicas que, após horas de leituras e trabalhos de análise, as sentia em mim, como se tivessem absorvido minhas subjetividades. Em outras palavras, eu as levava comigo e conseguia ouvi-las ressoando em meu interior, perfazendo a sua função catártica de purificação dos meus sentimentos. Nesse sentido, concordo com Vincent Jouve (2012), quando diz que o texto literário é capaz de manifestar as dimensões do ser humano. Isso tudo porque a literatura, em seus modos de narrar e de mostrar, nos lê e nela o leitor se encontra, se liberta.

Refletir sobre as crônicas como textos de fruição nos possibilitou questionar a ideia do gênero menor. Sabemos que tal nomeação refere-se ao tempo de escrita da crônica, mais breve do que o tempo da produção de um romance, por exemplo. Entretanto, a qualidade de gênero menor diz respeito também a seu caráter extraliterário, já que se encontra à margem ou em outras dimensões, diversas do processo de elaboração, difusão e consumo dos gêneros considerados canônicos ou prestigiosos. Compreendemos que as leituras das crônicas da *Terra Magazine* descontroem essas afirmações e mostram que o enquadramento dessa produção na qualidade de gênero menor não é mais pertinente, uma vez que, como texto que age de forma mais imediata sobre o horizonte de expectativa do leitor, ganhando constantes reconfigurações, especialmente na contemporaneidade, com seus meios mais velozes, diretos e democráticos, podemos concluir que a espécie literária crônica adquiriu ao longo de seu percurso histórico “uma identidade literária coletivamente reconhecida” (JOUVE, 2012, p. 32) para desespero dos críticos opositores.

Nesse viés, a nossa pesquisa destaca a força potencial crítica e argumentativa, presente em crônicas que discutem o tempo presente, pois, embora contextualizadas com fatos ocorridos em sua época, elas ainda se mantêm atuais, quando pensam a corrupção, pobreza, educação e violência. Se, por um lado, os temas-problema e o hibridismo desviaram a nossa atenção das características do gênero crônica, por outro lado, nos permitiram contestar certas definições e afirmações de teóricos. Ressaltamos aqui, que não pretendíamos construir

respostas ou definir crônica como um gênero, mas sim, repensar e criticar visões que, mediante as leituras das crônicas publicadas por Hatoum na Revista Eletrônica *Terra Magazine*, se mostram insuficientes.

Nesse sentido, as discussões travadas no capítulo 1 nos levaram a compreender que as questões de gênero continuam sendo temas propagados na contemporaneidade e prometem persistir em épocas futuras, uma vez que novos autores vêm surgindo e juntamente com eles novas maneiras de manejar a escrita. Assim, as discussões sobre os gêneros literários ganharam novas vozes, porque são abordadas por pesquisadores com ideias e perspectivas inovadoras, mas a raiz tradicional oriunda do pensamento clássico, de fato, permanece. Vimos que, embora ocorram vários questionamentos sobre as visões mais clássicas do gênero, comumente esta ainda é usada como material de pesquisa.

Ainda pensado o gênero, o fato de a crônica ser um híbrido, como falamos no tópico 1.1, porque transita nos espaços jornalísticos e literários e, muitas vezes, porque imbrica aspectos desses dois circuitos em um mesmo texto, faz com que ela se aproprie de diversos saberes (Cf. BARTHES, 2013). Desse modo, na tribuna do parlatório, Milton Hatoum faz da crônica uma maquinaria em que as palavras tecem e destecem críticas e argumentos relacionados às questões sociais. Como vimos no capítulo 3, os textos compartilhados na página do *Facebook* funcionam, de certa forma, como “explosões”, ao entrar em diálogo com os diferentes seguidores, porque contextualizam assuntos hodiernos, que nem sempre estão ao alcance de todo o público e também por isso seguidores comentam, concordam e discordam do escritor e uns dos outros.

Os pensamentos referentes ao posicionamento do escritor no parlatório nos levaram a indagar as reconfigurações da categoria autor no cenário contemporâneo, problematizando suas ressignificações a partir da noção de *participação*, tanto física, quanto digital, em espaços públicos. Isso porque observamos que há um grande número de cronistas que não se limitam ao trabalho “de gabinete”, se colocando em constante interação com o público e participam do campo intelectual (Cf. MAINGUENEAU, 2010). Essa participação coloca em questão alguns princípios das teorias da literatura e provoca nossa reflexão sobre a emergência de um novo perfil do escritor, um escritor no parlatório.

A metáfora da morte do autor (Cf. BARTHES, 2004) ressalta o neutro da escrita e a perda da identidade do sujeito escritor. Todavia, quando discutimos a postura, a fala e os comentários de Milton Hatoum no parlatório do *Facebook*, duvidamos se, de fato, ainda é possível continuar ressaltando a dessacralização do autor empírico proposta por Roland Barthes. Isso porque as redes sociais nos permitem encontrar um Milton Hatoum que deixa

nítido, em seus textos e comentários no epíteto, seu posicionamento cidadão e sua visão crítica sobre a política e outros temas atuais. Milton Hatoum atua, a nosso ver, na qualidade de autor empírico, falando por vezes compulsivamente e expondo com ênfase suas críticas ao status quo e a nossa realidade brasileira problemática. Dessa forma, as questões referentes ao posicionamento do escritor no parlatório coloca em discussão a representação do sujeito intelectual, que, no cenário brasileiro contemporâneo, vem mostrando novas reconfigurações e uma liberdade de atuação diante do público leitor.

No caso do cronista, a atuação no parlatório da *Internet* ou em eventos públicos ressalta a ideia do escritor-intelectual, enquanto ganha espaço também no campo literário e no campo intelectual. Esse surgimento de um novo perfil de autor no cenário atual nos leva a levantar as seguintes indagações, as quais as respostas ficarão para um trabalho futuro: como o posicionamento no campo literário e no campo intelectual influi no novo perfil do escritor? Quais as correlações existentes entre os jogos de forças presentes nesses campos com a reconfiguração desse novo escritor?

Além de Milton Hatoum, escritores como Bernardo Carvalho, Antônio Prata e Djamila Ribeiro nos servem para exemplificar o novo perfil do escritor no campo literário contemporâneo, porque também escrevem crônicas e se posicionam no parlatório da *Internet*. Temos pensado que essa reconfiguração da imagem do novo escritor advém do próprio meio digital, o qual apresenta formas diversificadas de discutir, divulgar e consolidar a obra literária. Mediante à liberdade no campo da *Internet*, no caso de Milton Hatoum, o escritor contemporâneo “dar cara a tapas”, possibilita que uma análise com foco no texto, no autor e no leitor, a fim de contestar as concepções estruturalistas sobre o esvaziamento do interesse pela vida do autor. Justamente porque, no parlatório, o sujeito intelectual pode falar de si, tornando públicas suas abordagens acerca das mais diversas questões.

Ao fazermos tais apontamentos, buscamos explicar, por meio desta dissertação, que, embora saibamos que vasculhar a vida/biografia do autor para daí tentar compreender e analisar sua obra é cair em um tipo de crítica do vago e do senso comum biográfico. Isso porque compreendemos que se a metáfora da morte do autor não é suficiente para explicar seu papel no hoje e se queremos desconstruir a imagem de um Milton Hatoum recluso, em silêncio, como fizemos no tópico 3.1, propomos o espaço do parlatório como possibilidade de trazer à discussão outro Milton Hatoum, aquele que construímos a partir de nossas leituras e pesquisas, que fala a partir de suas experiências reais e subjetivas.

Entretanto, diferentemente de alguns de seus seguidores e críticos, pensamos um Hatoum que (se) constrói seus textos, faz postagens e lida com o agora através de argumentos

fundamentados e de fragmentos de textos literários, críticos, jornalísticos, em que se observa o escritor-intelectual em ação/criação na *ágora* digital por onde transitam incessantemente poemas, narrativas, ficções as mais diversas, autores, personagens do cotidiano, sujeitos anônimos e outros famosos; por onde são encenados os nossos dramas do dia a dia, o destino do país, o que no fundo expressa o desejo de formular um pensamento subjetivo que ao mesmo tempo dialogue com a experiência coletiva, retirando deste dialogismo um pensamento sobre o Brasil ou sobre o que quer que esteja abrigado neste conceito poroso, indelével, difuso e indecível que é a ideia de nação.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Academia Brasileira de Letras revive o Club Beethoven. Disponível em: <http://www.academia.org.br/noticias/academia-brasileira-de-lettras-revive-o-club-beethoven>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. Vínicius Nicastro Honesko. 2. reimp. Chapecó, SC: Argos, 2010.

ARISTÓTELES. *A arte poética*. In: _____. BRANDÃO, Roberto de Oliveira (Org.). *A poética clássica*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1988, p. 19-52.

ASSIS, Machado de. *Bons dias!* Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26?order=year&start=12>. Acesso em: 01 de agosto de 2019.

_____. *Balas de estalo*. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26?order=year&start=12>. Acesso em: 17 de agosto de 2019.

_____. Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In: _____. *Obra completa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 801- 809.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.

_____. *O prazer do texto*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2015.

_____. A morte do autor. In: _____. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: _____. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 13-22.

CEIA, Carlos. Memória. In: _____. *E-Dicionário de Termos Literários*. Disponível em: <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/memoria/>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

_____. Gêneros Literários. In: _____. *E-Dicionário de Termos Literários*. Disponível em: <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/generos-literarios/>. Acesso em: 04 de setembro de 2019.

_____. Reflexividade e Auto-reflexividade. In: _____. *E-Dicionário de Termos Literários*. Disponível em: <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/reflexividade-e-auto-reflexividade/>. Acesso em: 12 de agosto.

CARMO, Cláudio do; CONCEIÇÃO, Douglas Rodrigues da; OLIVEIRA, Paulo César Silva (Orgs). A literatura em busca de um lugar neste século. *Revista Solettras*, São Gonçalo, Rio de Janeiro, n. 36, jul.-dez. 2018.

CARVALHO, Bernardo. Entrevista. Rádio França Internacional: vozes do mundo. 30 de mar. 2017. Disponível em: <http://br.rfi.fr/brasil/20170330-rfi-convida-o-escritor-bernardo-carvalho>. Acesso em: 29 de julho de 2019.

_____. Convicção da boçalidade é tal que fica difícil não ser vencido pela exaustão. *Folha de São Paulo*, 27/01/19a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardo-carvalho/> Acesso em: 10 de setembro de 2019.

_____. Justiça, no caso Moro, é ideia fora do lugar. *Folha de São Paulo*, 23/06/19b. Disponível em: Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardo-carvalho/> Acesso em: 10 de setembro de 2019.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

CONY, Carlos Heitor. Apresentação. In: _____. BRITO, José Domingos (Org.). *Literatura e jornalismo*. V. 3. São Paulo: Novera Editora, 2007, p.15-17.

COUTINHO, Afrânio. Prefácio da primeira edição (1955). In: _____. *A literatura no Brasil*. Introdução geral. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 1986. Vol. 6.

_____. Ensaio e crônica. In: _____. *A literatura no Brasil: relações e perspectiva*. Conclusão. São Paulo: Global, 2003, p. 117-143. Vol. 6.

CRISTO, Maria da Luz Pinheiro de. *Arquitetura da memória: ensaios sobre os romances Dois irmãos, Relato de um certo Oriente e Cinzas do Norte*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas; UNINORTE, 2007.

CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. São Paulo: Beca Produções, 1999.

DALMONTE, Edson Fernando. A esfera paratextual: o lugar do leitor-participante no webjornalismo. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.113-124, dez. 2009.

DICIONÁRIO MICHAELIS ON-LINE. Pesadelo. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/pesadelo/>. Acesso em 01 de maio de 2018.

_____. Performance. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/performance/>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

_____. Locutório. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/locutório/>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

ECO, Humberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo : Companhia das Letras, 1994.

E-DICIONÁRIO HOUAISS. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1>. Acesso em 22 de outubro de 2017.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília, DF: Editora da UNB, 2001.

FIGUEIREDO, Ana Carolina da Conceição. Ficção, realidade e recepção em “Exílio”, de Milton Hatoum. *Revista do Fórum de Literatura Brasileira contemporânea da UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 2017, p. 1-13.

_____. *A “crônica de” Milton Hatoum*. Monografia (Especialização em Estudos literários), Departamento de Letras, Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

GABRIEL, Ruan de Souza. Milton Hatoum, o arquiteto do tempo. *Revista Época*, São Paulo, 21 de out. 2017. Disponível e: <https://epoca.globo.com/cultura/noticia/2017/10/milton-hatoum-o-arquiteto-do-tempo.h>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Trad. Álvaro Faleiros. São Paulo: Ateliê, 2009.

_____. *Cinco tipos de transtextualidades, dentre os quais a hipertextualidade*. Trad. Luciene Guimarães. In: *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Belo Horizonte: Edições Viva Voz, 2010, p. 13-21.

HATOUM, Milton *et al.* *Amazonas: palavras e imagens de um rio entre ruínas*. Fotografias de Maria Isabel Gouvêa, Sônia da Silva Lorenz e João Luiz Musa. Texto e poemas de Milton Hatoum. São Paulo: O Autor, 1979.

_____. Exílio. In: _____. *Um solitário à espreita*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. Machado de Assis, 180 anos: seu pessimismo era fruto de uma reflexão correta sobre o atual. *O Estado de S. Paulo*, Caderno 2, 21 de junho de 2019.

_____. Entrevista. Rádio França Internacional: vozes do mundo. 2018. Disponível em: <http://m.br.rfi.fr/brasil/20180411-rfi-convida-milton-hatoum>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

_____. Milton Hatoum. Perfil do Facebook. São Paulo, 08 de agos. 2019a. Disponível em: https://m.facebook.com/profile.php?id=100006340536397&ref=content_filter. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

_____. Milton Hatoum. Perfil do Facebook. São Paulo, 18 de jul. 2019b. Disponível em: https://m.facebook.com/profile.php?id=100006340536397&ref=content_filter. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

_____. Milton Hatoum. Perfil do Facebook. São Paulo, 25 de jul. 2019c. Disponível em: https://m.facebook.com/profile.php?id=100006340536397&ref=content_filter. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

HELENA, Lúcia; OLIVEIRA, Paulo César de. Cenas da textualização: mobilidade e clausura. In: _____. *Uma literatura inquieta: memória, ficção, mercado e ética*. Rio de Janeiro: Caetés, 2016, p. 221-243.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa. (Org.) *Teoria da literatura em suas fontes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984, v. 2.

JAKOBSON, Roman. A dominante. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da literatura em suas fontes*: v. I. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, p. 485-4991.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

JOBIM, José Luís (Org.). *Introdução aos termos literários*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

JOUBE, Vincent. *A leitura*. Trad. Brigitte Hervot. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. *Por que estudar literatura?* Trad. Marcos Bagno; Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2012.

KARNAL, Leandro. O barulho democrático. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 03 de março de 2019. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,o-barulho-democratico,70002740826>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

LAGE, Nilson. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 94, 1996.

LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da literatura em suas fontes*: v. I. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

LUCAS, Fábio. Prefácio. In: _____. BRITO, José Domingos (Org.). *Literatura e jornalismo*: v. 3. São Paulo: Novera Editora, 2007, p.9-13.

MAIA, Ana Paula. Entrevista. Paiol literário. Disponível em: <http://rascunho.com.br/ana-paula-maia/>. Acesso em: 04 de julho de 2019.

MIRANDA, Wander Melo. Ficção virtual. In: _____. *Nações literárias*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2010, p. 121-129.

MAINGUEANEAU, Dominique. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade*. Trad. Marina Appenzeller. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAISONAVE, Fabiano. Investir na educação é exercer autoridade em sala de aula, diz Bolsonaro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25/07/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/investir-na-educacao-e-exercer-autoridade-em-sala-de-aula-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a crônica. In: CANDIDO, Antonio. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 93-133.

MOISÉS, Massaud. Gêneros Literários. In: *A criação literária: a introdução à problemática da Literatura*. 2. ed. rev. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

MOLLOY, Silvia. *Vale o escrito: a escrita autobiográfica na América Hispânica*. Chapecó, SC: Argos, 2003.

MOREL, Marcos. *Palavra, imagem e poder: o surgimento na imprensa no Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NECCHI, Vitor. A (im) pertinência da denominação “jornalismo literário”. Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, SP, 29 de agosto a 02 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0527-1.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2019.

NETO, Aídes José Gremião. Milton Hatoum: um escritor à espreita da linguagem. Entrevista. In: _____. OLIVEIRA, Luis Manoel da Silva; CARREIRA, Shirley de Souza Gomes; FONTES, Maria Aparecida Rodrigues (Orgs). *Poéticas em trânsito. Revista Solettras*, São Gonçalo, RJ, n. 38, jul.-dez. 2019.2, p. 431-444. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/45172/30872>.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: _____. CANDIDO, Antonio. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 75-92.

PENA, Felipe. O jornalismo literário como gênero e conceito. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/77311256385591019479200175658222289602.pdf>. Acesso em: 11 de janeiro de 2019, às 16 horas.

PIRES, Orlando. *Manual de teoria e técnica literária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1985.

RESENDE, Beatriz. *Contemporâneos: expressões da literatura no século XXI*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Biblioteca Nacional, 2008.

RIBAS, Maria Cristina. Destecendo a rede conceitual da crônica: discussões em torno da crítica e projeções no ensino do gênero menor. *Revista Encontro*, Departamento de História do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, 2013, p. 63-85.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1985.

SATALLONI, Yves. *Os gêneros literários*. Trad. e notas Flavia Nascimento. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

SIEBERT, Silvania. A crônica brasileira tecida pela história, pelo jornalismo e pela literatura. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-140313-4713> Acesso em: 20 de janeiro de 2019, às 10 horas.

SILVA, Camilo de Melo. *Jornalismo Literário [manuscrito]: uma estrela de sete pontas no jornal do Commercio de Pernambuco*, 2014. Orientadora: Ma. Maria do Socorro Tomaz

Palitó Santos. 71 f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

SILVA, Marina. Sem fundo. Folha de São Paulo, SP, 22/08/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/08/sem-fundo.shtml#comentarios>. Acesso em: 31 out. 2019.

SOUZA, Roberto Acízelo. Gêneros literários. In: JOBIM, José Luís. (Org.) *Introdução aos termos literários*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

SOUZA, Fabio Alcides de. O jornalismo literário em crônicas de Cecília Meireles. *Darandina Revisteletrônica*, Programa de Pós-graduação em Letras / UFJF, v.9, n. 1, 2019, p. 1-14.

VILAS BOAS, Sergio. Introdução. In: _____. BRITO, José Domingos (Org.). *Literatura e Jornalismo*: v. 3. São Paulo: Novera Editora, 2007, p. 19-24.

WELLEK, René; WARREN, Austin. Gêneros Literários. In: _____. *Teoria da Literatura*. 2. ed. Mem Martins, PT: Publicações Europa-América, 1971, p. 285-318.

Crônicas da *Terra Magazine*

HATOUM, Milton. Domingo sem cachorro. (17 abr. 2006a). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2007.

_____. Uma filha de Fayum. (15 mai. 2006b). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2007.

_____. Leitor intruso na noite. (29 de mai. 2006c). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2007.

_____. Dois meninos. (12 de jun. 2006d). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2007.

_____. Guerra, conhaque e copa do mundo. (26 de jun. 2006e). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2007.

_____. Dança macabra. (9 jul. 2006f). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Futebol, política e religião. (24 de jul. 2006g). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Verdades que vem do olhar. (7 de ago. 2006h). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Rios da nossa aldeia. (21 de ago. 2006i). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

HATOUM, Milton. Meu último cigarro. (4 de set. 2006j). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. A proposta revolucionária. (2 out. 2006k). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2007.

_____. Depois das cotas: os cursinhos para a escola pública. (30 de out. 2006l). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em: 04 de agosto de 2007.

_____. O pai e um violinista. (27 de nov. 2006m). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em 27 de novembro de 2008.

_____. Bandolim e a sua amada. (17 de jan. 2007a). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Iracema e Suely: um diálogo de duas épocas. (4 de fev. 2007b). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Esperança roubada. (5 de mar. 2007c). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Fim de romance. (2 de abri. 2007d). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. São Paulo será um “mostuário” urbano?. (2 de mai. 2007e). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Lei Rouanet para a Igreja Universal?. (4 de jun. 2007f). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Brasília: trauma e reconciliação. (2 de jul. 2007g). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Pavor de voar. (6 de ago. 2007h). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Escrever em qualquer lugar. (3 de set. 2007i). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. A beleza de Buenos Aires. (1 de out. 2007j). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Desprezo pelos professores. (5 de nov. 2007k). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Prece de amazonense em São Paulo. (28 de nov. 2007l). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Espingarda e um livro de papai Noel. (5 de dez. 2007m). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

HATOUM, Milton. Um amigo pessimista. (7 de jan. 2008a). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Um baiano Universal. (14 de jan. 2008b). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Viagem pelo deserto da pátria (I). (11 de fev.2008c). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. No deserto da pátria (II). (25 de fev. 2008d). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Cães da madrugada. (10 de mar. 2008e). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Celebidades, personagens e bananas. (24 de mar. 2008f). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. A vez do leitor. (7 de abri.2008g). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Coração de estudante. (22 de abri. 2008i). <http://terramagaazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Ronaldo, travesti e preconceitos. (8 de mai. 2008j). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Marina Candidata. (19 de mai. 2008k). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Adeus ao senador. (02 de jun. 2008m). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Amazônia: um pouco antes do fim. (9 de jun.2008n). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Ainda Amazônia. (23 de jun.2008o). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. A segunda revolução acreana. (7 de jul.2008p). <http://terramagazine.om.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Casas de leituras contra a barbárie. (21 de jul.2008q). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. O arquiteto que não fui. (13 de ago.2008r). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Viajar cansa. (8 de set.2008s). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

HATOUM, Milton. Machado de Assis: um século depois. (22 de set. 2008u). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Prêmio Nobel: uma polêmica fora do lugar. (20 de out. 2008v). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Cidades destruídas e terroristas de verdades. (24 de nov.2008w). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Elegia para todas as avós. (15 de dez.2008x). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. A paz não passa pelo massacre. (5 de jan.2009a). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Um ilustre refugiado político. (16 fev. 2009b). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Literatura e mundo virtual. (16 de mar. 2009c). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Sobre o fechamento do congresso. (23 de abri. 2009d). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro 2008.

_____. Um sonho estranho. (16 de jun.2009e). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em 27 de novembro de 2008.

_____. Com Chico Buarque na FLIP. (21 de jul. 2009f). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Pestes brasileiras. (17 de ago. 2009g). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 27 de novembro de 2008.

_____. Imunidade rima com impunidade. (08 fev. 2010a). <http://terramagazine.terra.com.br>. Acesso em: 15 de março de 2010.

_____. Neymar na seleção. (10 de mai. 2010b). <http://terramagazine.com.br>. Acesso em: 04 de junho de 2010.

ANEXO – Crônicas da Revista Eletrônica *Terra Magazine*

<p>Crônicas 2006</p>	<p>(1) Domingo sem cachorro – Segunda, 17 abril; (2) Uma filha de Fayum – Segunda, 15 de maio; (3) Leitor intruso na noite – Segunda, 29 de maio; (4) Dois meninos – Segunda, 12 de junho; (5) Guerra, conhaque e copa do mundo – Segunda, 26 de junho; (6) Dança Macabra – Domingo, 9 de julho; (7) Futebol, política e religião – Segunda, 24 de julho; (8) Verdades que vêm do olhar – Segunda, 7 de agosto; (9) Rios da nossa aldeia – Segunda, 21 de agosto; (10) Meu último cigarro – Segunda, 4 de setembro; (11) A proposta revolucionária – Segunda, 2 de outubro; (12) Depois das cotas, os cursinhos para escola pública – Segunda, 30 de outubro; (13) O pai e um violinista – Segunda, 27 de novembro;</p>
<p>Crônicas 2007</p>	<p>(14) Bandolim e sua amada – Quarta, 17 de janeiro; (15) Iracema e Suely, um diálogo de duas épocas – Domingo, 4 de fevereiro; (16) Esperança roubada – Segunda, 5 de março; (17) Fim de romance – Segunda, 2 de abril; (18) São Paulo será um “monstruário” urbano? – Quarta, 2 de maio; (19) Lei Rouanet para a Igreja Universal? – Segunda, 4 de junho; (20) Brasília: trauma e reconciliação – Segunda, 2 de julho; (21) Pavor de voar - Segunda, 6 de agosto; (22) Escrever em qualquer lugar – Segunda, 3 de setembro; (23) A beleza de Buenos Aires – Segunda, 1 de outubro; (24) Desprezo pelos professores – Segunda, 5 de novembro; (25) Prece de amazonense em São Paulo – Quarta, 28 de novembro; (26) Espingardas e um livro de Papai Noel – Quarta, 5 de dezembro;</p>
<p>Crônicas 2008</p>	<p>(27) Um amigo pessimista – Segunda, 7 de janeiro; (28) Um baiano universal – Segunda, 14 de janeiro; (29) Viagem pelo deserto da Pátria (I) – Segunda, 11 de fevereiro; (30) No deserto da pátria (II) – Segunda, 25 de fevereiro; (31) Cães na madrugada - Segunda, 10 de março; (32) Celebidades, Personagens e Bananas – Segunda, 24 de março; (33) A vez do leitor – Segunda, 7 de abril; (34) Coração de estudante – Terça, 22 de abril; (35) Ronaldo, travestis e preconceitos – Quinta, 8 de maio; (36) Marina Candidata – Segunda, 19 de maio; (37) Adeus ao senador – Segunda, 02 de junho; (38) Amazônia: um pouco antes do fim – Segunda, 9 de junho; (39) Ainda a Amazônia – Segunda, 23 de junho; (40) A segunda revolução acreana – Segunda, 7 de julho; (41) Casas de leitura contra a barbárie – Segunda, 21 de julho; (42) O arquiteto que não fui – Quarta, 13 de agosto; (43) Viajar cansa – Segunda, 8 de setembro; (44) Machado de Assis: um século depois – Segunda, 22 de setembro; (45) Prêmio Nobel: uma polêmica fora do lugar – Segunda, 20 de outubro; (46) Cidades destruídas e terroristas de verdade – Segunda, 24 de novembro; (47) Elegia para todas as avós – Segunda, 15 dezembro;</p>

Crônicas 2009	(48) A paz não passa pelo massacre – Segunda, 5 de janeiro; (49) Um ilustre refugiado político – Segunda, 16 de fevereiro; (50) Literatura e mundo virtual – Segunda, 16 de março; (51) Sobre o fechamento do Congresso – Quinta, 23 de abril; (52) Um sonho estranho – Terça, 16 de junho; (53) Com Chico Buarque na FLIP – Terça, 21 de julho; (54) Pestes brasileiras – Segunda, 17 de agosto;
Crônicas 2010	(55) Imunidade rima com impunidade – Segunda, 08 de fevereiro; (56) Neymar na seleção – Segunda, 10 de maio;

2006

Segunda, 17 de abril de 2006, 15h01

Domingo sem cachorro

Milton Hatoum

Um dia vou contar numa crônica a lenta agonia do meu gato amazonense quando tive de me separar dele para viver em São Paulo. Agora a história é outra: um cachorro...

Um cão de raça, com pedigree, como se diz. Forte, belo, musculoso, de pelagem castanha, focinho altivo e dentes perfeitos. Um príncipe de quatro patas.

Uma corrente de aço amarrava-o a um poste, enquanto o dono comprava brioques numa das boas padarias afrancesadas de São Paulo.

Gania como um louco. Às vezes parecia chorar de dor, saudade, solidão ou desamparo. Rodeava o poste no sentido horário, até imobilizar-se com a coleira curta; depois repetia os movimentos no outro sentido, e a coleira encurtava-se do mesmo jeito. Era um trabalho de cão que lembrava o mito de Sísifo: dar voltas e mais voltas em redor de si mesmo, e para nada.

Dava dó. E o dono demorava, inebriado por brioques ou algum croissant, quem sabe uma *tarte au citron*. Então os transeuntes se apresentaram. Paravam perto do poste, admiravam a beleza do animal e se condoíam com o sofrimento alheio. Alguém se revoltou com tamanha insensibilidade do dono. Uma mulher se agachou, murmurou palavras ternas ao pobre bicho, acariciou-o com dedos cheios de anéis. Esse gesto comoveu o mundo. E acalmou o cachorro. Dedos e mãos não faltaram para fazer carícias, e eram tantos que a cabeça e o corpo do animal foram cobertas por membros humanos. A solidariedade, que é também um atributo da humanidade, nem sempre tarda, quase nunca falha.

Enfim, ele apareceu à porta da padaria. É natural que o cão tenha sido o primeiro a farejar a presença de seu dono; os transeuntes abriram-lhe passagem, e o reencontro foi um alvoroço, uma festa diurna.

"Ele é mimado", disse o dono, como se falasse de um filho.

O pelourinho foi banido e o poste readquiriu sua função de poste. Solto e livre como um verdadeiro cidadão, o cachorro saltou de alegria, encheu a manhã de esperança; depois, ele e outros bichos foram o centro da conversa.

É uma dádiva não se falar de política num domingo ensolarado. Quem não se toca com a visão de sibipirunas frondosas, cujas copas floridas dão sentido à nossa vida? Mas nada resiste ao sol do meio-dia, nem mesmo um assunto tão ameno como os nossos bichinhos. As vozes amolecem, as sombras abreviam-se e somem, a fome impacienta: é hora de pensar no almoço, na torta de limão e no café com brioche.

A calçada ficou quase deserta. Um homem a poucos metros do poste permaneceu na mesma posição. É um negro desempregado. Nesse domingo de Ramos ele é também um mendigo. O animal roubou-lhe a atenção, mas não desfez seus gestos. Sentado e com a mão espalmada, o homem pede uma moeda ou restos de comida. Murmura, envergonhado, que tem seis filhos.

Já vimos essa cena, já ouvimos mil vezes essa ladainha. Não é um velho, mas aparenta cento e cinquenta anos. Daqui a um século continuará ali, humilde e teatral: coadjuvante de um espetáculo grandioso.

Outro dia, bem cedo, passei pela calçada da padaria e lá estava o homem. Uma roda de curiosos o observava. Sentado no mesmo lugar, mãos e braços caídos.

Morto.

Desde quando?

Continuei meu passeio fútil. E perguntei a mim mesmo, com curiosidade, por onde andaria aquele belo cachorro.

Segunda, 15 de maio de 2006, 07h33

Uma filha de Fayum

Milton Hatoum

Quando me lembro da província que não existe mais, logo me vem à mente Nathalie Vesúvia Fayum.

Era a mais velha das onze filhas do viúvo Germano Fayum, que ainda tinha duas adotivas. Godor, o único varão, dividia com o pai a educação sentimental das treze moças. Ou das doze, porque Nathalie era uma espécie de dissidente moral do clã.

A natureza foi generosa com as filhas de Fayum: nenhuma saiu torta, todas eram belas, inclusive as mais ariscas e antipáticas, que eram cinco, se a memória não me trai. Mas sem dúvida Nathalie era a mais abusada e farrista e desbocada. Ainda assim, era a mais sensual. Uma bem-aventurada por ter nascido num país católico, mas devasso, mestiço e caótico desde sempre. Não sei se teria sobrevivido numa sociedade em que o pudor, o moralismo e a fé são razões de Estado.

Aqui (ou melhor, lá no Amazonas), ela sobreviveu e até hoje conta façanhas de arrepiar. Lembro de sua voz aveludada e manhosa que parecia a voz de outra mulher. Soltava palavrões com a maior naturalidade, contava passagens picantes de uma história amorosa, de uma transa por vingança, de casamentos que desfazia só para provar a si mesma que não há alianças eternas e que as alianças no dedo são ornamentos voláteis. Dizia essas coisas no centro de uma roda de rapazes perplexos e medrosos. Confesso que eu era um deles.

Ela provocava as madames da alta sociedade com frases singelas e inocentes: Já dormi com seu filho, que é menos fogo do que seu marido. Essas revelações sutis eram irrespondíveis.

A única coisa que a ameaçava era o ciúme de Godor, seu único irmão. Ele não suportava vê-la nas festas, odiava os sedutores vulgares com pinta de don Juan. Nathalie recorria à cumplicidade das irmãs para ludibriar o ciumento com uma astúcia invejável.

Durante a semana Godor sondava os possíveis destinos de Nathalie na noite do sábado. As irmãs falavam de festas em clubes e em casas de amigas e juravam que Nathalie ia a duas ou três. Eu o acompanhei em duas caçadas. Na primeira, ele acabou por encontrar uma penca de irmãs, menos a mais velha. Godor perguntou a cada uma delas por onde ela andava. E todas deram a mesma resposta com uma ambiguidade maliciosa: Atrás de ti, mano.

Depois fomos comer e beber no Canto da Peixada, onde Godor desabafou:

Não sabes o que é conviver com um exército feminino.

Com um harém?

Não, isso seria um incesto coletivo. Ou um suicídio...

Nem tanto, pensei.

Lembro que na segunda caçada a Nathalie, depois de mais uma noite de busca inútil, Godor me levou para tomar o café da manhã na casa de seu pai.

Amanhecia. No meio do pátio havia uma fonte rodeada por pequenos anjos de pedra. Anjinhos nus, de uma nudez quase inocente: um fiozinho da água do rio Negro escorria do pirulito daqueles querubins risonhos. Godor lavou o rosto na fonte e me olhou com ar interrogativo: uns risinhos vinham da sala como uma melodia íntima, deliciosa.

Contornamos o pátio e fomos espreitar no outro lado da sala, protegida por uma treliça de madeira. Nathalie, debruçada sobre o velho Fayum, fazia-lhe carícias na barriga e no peito. Deitado numa austríaca, Fayum ria, de olhos fechados, o corpo entregue ao prazer, talvez ao êxtase. Nathalie ainda usava a roupa da festa ou da farra, nem removera a maquiagem. Os risos aumentavam enquanto as mãos passeavam na barriga trêmula e nua de Germano Fayum.

Godor ficou pálido. Não era apenas um irmão ciumento, mas também um filho derrotado.

Segunda, 29 de maio de 2006, 08h47

Leitor intruso na noite

Milton Hatoum

Na semana passada, tarde da noite, lia à mesa de um bar um conto de Jorge Luis Borges quando um homem da minha idade se aproximou de mim e engrossou:

"Sou um leitor e vim acertar as contas com você".

Eu ia perguntar alguma coisa, mas ele prosseguiu, com voz áspera:

"Por dois motivos: o primeiro, é que você me excluiu do seu romance. O segundo e o mais grave, é que você matou meu pai nesse mesmo romance".

Fechei o livro do escritor argentino e encarei com medo aquele intruso que falava com a disposição de um inimigo. Não sei como, uma voz saiu de dentro de mim:

Você foi excluído? Eu matei seu pai?

"Isso mesmo. Seu romance é uma calúnia, uma grande mentira. Eu sou o terceiro irmão, que você ignorou de uma forma vil. Além disso, meu pai continua vivo. Meu pai... É um absurdo o que fez com ele".

Olhei para a rua deserta, tentando entender se era verdade o que acabara de ouvir. Chuviscava. Ninguém na calçada. O frio parecia aumentar. Ia tomar um gole de conhaque, mas minhas mãos tremiam e eu achei prudente não revelar meu medo. Levantei com calma, sem olhar para o homem. O garçom havia sumido. Percebi que estávamos sozinhos; quase ao mesmo tempo percebi que ele era mais alto e muito mais forte do que eu. De repente, enfiou a mão direita no bolso do paletó e em seguida abriu a outra mão com um gesto de mágico que me pareceu patético. Vi uma lâmina enferrujada na mão aberta e ouvi uma sentença em voz grave:

"Para um mentiroso e covarde como você, não há saída".

Assustado, apenas murmurei:

Há uma.

Fechei a mão, olhou furtivamente para a porta e perguntou com desprezo:

"Qual?"

Escrever outro livro, incluir um terceiro irmão na trama e ressuscitar seu pai.

E assim fiz, escrevendo como um louco durante a madrugada, bebendo e escrevendo quase sem fôlego até o amanhecer, quando enfim me liberei do pesadelo.

Segunda, 12 de junho de 2006, 01h38

Dois meninos

Milton Hatoum

Quando Seleno voltava da escola de Santa Clara, desgarrava-se de seu irmão Sálvio, não queria jogar futebol com ele, nem caçar passarinho com baladeira, nem trepar num galho alto de uma castanheira para furar os olhos de um camaleão.

Sálvio herdara traços do pai: corpo socado, rosto comprido, narinas grandes e abertas. O pai apelidou-o de Cavalão. E ainda zombava das orelhas de abano: dizia que o filho tinha asas na cabeça e podia voar.

Mas se orgulhava da força do Cavalão. Um orgulho sincero, tão sincero que a mãe intuiu que a educação de Sálvio seria uma sina do marido. Sem esforço, ela foi meiga e atenciosa com o filho, mas a aspereza tosca do pai prevaleceu sobre a ternura materna.

Quando Sálvio ainda era criança, o pai quis fazê-lo homem: jogava-o no paraná do Ramos, o menino se debatia, gritava, chorava, esguichava água pela boca e nariz. Aprendeu a nadar a poucos segundos do afogamento e da morte; depois aprendeu a pescar com zagaia em noites de lua cheia. Na época da vazante, matava peixes e enguias a pauladas. O pai ria. E a mãe se agarrava ao outro filho.

Quando o Cavalão completou doze anos, o pai deixou-o sozinho na mata escura, escutando guinchos de macacos, esturros de onças e o trote assustador de caítitus. Ficou à espreita, perto do filho, brincando de pai invisível. Depois dessa prova de fogo, voltaram para casa, o menino mudo e amarelo de medo, enganchado no braço do pai.

A mãe viu o fundilho borrado da calça do filho: tinha comido porcaria na mata? Se cagou de medo, mas enfrentou os bichos.

Mas eu não pari um bicho, disse ela.

Era tarde demais para reeducá-lo; mesmo assim, ela tentou atraí-lo para junto de si. Num domingo, foi passear com os dois filhos na Rampa do Mercado. O caçula ficou contemplando o rio, o irmão correu para a ponta da ilha, onde atirou pedras nos urubus do matadouro. Quando a mãe o alcançou, ele estava rindo diante de um urubu morto, as asas abertas entre carcaças e carniças.

Aos quinze anos, Sálvio esmurrou uma professora e por pouco não incendiou a escola. Foi expulso. O pai, inconformado, culpou a diretora. Com essa idade, o Cavalão cultivou o hábito de caçar tucano, depená-lo e quebrar-lhe o bico; depois oferecia a ave para jaguatiricas famintas, só pelo prazer de vê-la em pânico antes de ser estraçalhada pelas feras. O pai aprovou essa brincadeira de homem, a mãe proibiu o caçula de brincar com o mais velho.

Um dia, o Cavalão e seu pai viajaram de barco para os quilombos distantes. No Mocambo do Mamuru, trocaram um lampião por pacas, porcos e duas dúzias de mantas de pirarucu seco.

Na cidade, o pai vendeu os animais e as mantas de peixe, e levou o Cavalão para jogar sinuca no bar do mercado. Seleno quis fazer essa viagem. A mãe o acompanhou, temendo algum desastre. Enquanto o pai e Sálvio faziam escambo, o caçula conversava com um velho na beira do Mamuru. De longe, a mãe os observava. Com um

galho, o velho começou a desenhar na areia. Ela se aproximou da margem do rio e viu curvas, estrelas, um círculo que não se fechava. Perguntou o que era aquilo.

O velho olhou para a mulher:

Minha vida, debaixo de outro céu.

Apagou o desenho com as mãos e deu uma gargalhada. A mãe, assustada, pensou: o caçula podia enlouquecer naquele lugar. E avisou ao filho: Mumuru nunca mais. Foi a primeira e última viagem de Seleno. O pai e o irmão continuaram a fazer escambo, vendiam animais de caça na cidade, jogavam e bebiam no bar do mercado. Quando havia arruaça, o Cavalão defendia o pai, desafiava todo mundo, o bar fechava.

Os dois passavam semanas viajando, e quando chegavam, ficavam juntos, como pai e filho de uma família ausente.

A mãe lavava roupa na beira do lago da Francesa. Cobrava trinta centavos por peça; Sálvio a ajudava a espremer lençóis, calças, vestidos. Depois quarava a roupa no cipó esticado entre dois jambeiros. Sentiu a infância terminar na margem daquele lago. A escola, no outro lado do rio, aparecia como uma miragem. No fim da tarde, exausto, ele contemplava a água escura que se perdia nas ilhas distantes. De repente o céu se enchia de estrelas, a lua brilhava, e ele se deixava hipnotizar por tanta luz na escuridão.

A mãe perguntava em que ele estava pensando.

Com os olhos para o alto, o menino dizia em voz baixa:

Na minha vida, debaixo de outro céu.

Segunda, 26 de junho de 2006, 08h08

Guerra, conhaque e copa do mundo

Milton Hatoum

Tenho um amigo pacifista que não me deixa em paz. Por ironia do destino, o sobrenome dele é Guerra e o apelido, Guerrinha. Por temperamento - e também amizade -, Guerrinha me telefona a qualquer hora do dia, embora ele saiba que antes da 14 horas nunca estou em casa. Mas sabia que no dia 18 de junho, a partir das 13 horas, eu estaria diante da TV assistindo à vitória tranqüila, quase blasé da seleção brasileira, que por muito pouco não deu uma goleada na Austrália.

Todo aquele nervosismo da torcida era em vão. Cedo ou tarde, o esquema ofensivo de Parreira ia funcionar. Durante o intervalo, eu podia escutar a respiração ansiosa de milhões de torcedores. O silêncio nervoso, o almoço adiado, os xingamentos... Mas eu estava sereno, confiante. Afinal, nosso time reserva existe para evitar resultados inesperados, senão aberrantes. Não estamos acostumados a engolir sequer um empate. Uma derrota seria inadmissível, um trauma para muitos anos, um ruído escabroso nas nossas conquistas num campo de futebol.

O que me perturbou no intervalo do jogo foi um telefonema do Guerrinha. Mais do que isso: sua insensibilidade à paixão nacional. Perguntou o que eu estava fazendo.

Esperando, eu disse.

O mundo acabar?

Uma coisa mais modesta: o início do segundo tempo. O mundo não pode acabar antes da vitória da seleção brasileira.

Guerrinha se impacientou. Disse que havia lido nos jornais uma notícia alarmante: dez países desenvolvidos gastam por ano alguns trilhões de dólares em armamento e material bélico.

De fato, é uma notícia trágica para um pacifista, eu disse.

É o fim do mundo, lamentou Guerrinha.

E com uma voz exaltada, ele acusou as indústrias de armamento, as máquinas mortíferas, os governos tirânicos, as democracias hipócritas e mascaradas.

Olhei o relógio: faltavam quatro minutos para o segundo tempo. E disse calmamente ao meu amigo que era difícil ser pacifista num mundo em que os poderosos sempre se armaram para as guerras de conquista e espoliação. Menos ingênuos são os que vêem a História como um conflito permanente de interesses políticos e econômicos.

Não sou ingênuo, protestou Guerrinha.

Nem eu sou pacifista, observei, sem protestar.

Faltavam dois minutos e minha paciência com Guerrinha estava no limite.

As armas nucleares, os tanques, os mísseis, ele gritou.

O conhaque, murmurei.

Conhaque? Você endoidou? O que é isso?

Li nos jornais que os bilionários brasileiros pagam quase mil reais por uma dose de um certo conhaque. Vamos pedir para que nossos sofisticados bebedores tomem cem doses desse conhaque e ofereçam cem outras, em dinheiro, para a construção de uma creche na periferia. Além de saciarem seu supremo prazer, vão deixar muitas mães felizes.

Mas eu estava falando de guerra, disse Guerrinha. Milhares de mortos...

Homero e Tolstói falaram disso muito antes de você, e bem melhor do que toda a humanidade. Mas não falaram de conhaque nem de creches.

Bateu o telefone com tanta força, que quase me esqueço de que Guerrinha era um militante da paz.

Tirei o fone do gancho e pude, enfim, assistir ao começo do que seria nossa vitória espetacular.

Domingo, 9 de julho de 2006, 19h21

Dança Macabra

Milton Hatoum

I

Lembrei de uma crônica do cubano Guillermo Cabrera Infante quando, há uns oito anos, fui a uma festa de escritores latino-americanos.

Saí da tertúlia apavorado. O mais correto seria dizer: saí de uma festa apavorante. Ninguém dançou. Alguns beberam, outros viajaram para paraísos artificiais, mas todos falaram mal de todos. Por distração ou excessivo teor alcoólico, alguém falou mal de mim para mim mesmo. Quando o desavisado se deu conta, soltei uma gargalhada e disse que ele tinha razão: a sinceridade, mesmo depois da sétima dose é uma virtude. É preferível um bêbado sincero a um sóbrio falso.

Nas voltas que dei pelo salão daquela festa de letrados, ouvi o escritor F esculhambar o escritor H, o poeta G amaldiçoar o L, e este o M, P e J. A dupla NB ria das invectivas lançadas contra duas duplas reunidas: CH e IT. Depois, esses pares se dispersavam e formavam outros, que faziam o mesmo com seus ex-desafetos. No fim, as letras corriam num círculo de ódio e calúnia, de modo que todos eram vítimas de todo mundo e a festa mais parecia um abecedário da infâmia.

Desde essa noite, jurei: festa de escritores, nunca mais. Não vale a pena, pois a vaidade é isso mesmo que diz o étimo latino: vazio, vácuo, coisa vã.

II

Invoquei essa noite nefasta e sem dança porque algo muito pior e certamente mais sórdido está acontecendo com os partidos políticos brasileiros. Nas reuniões, convenções e jantares, dizem que ninguém se entende: aliados traem aliados; inimigos históricos se reúnem, se abraçam e atraem adversários circunstanciais; siglas nanicas são disputadas e logo descartadas; grandes partidos bajulam essas mesmas siglas e dois dias depois as esquecem. O eleitor - e o leitor, já confuso e atordoado antes da campanha eleitoral, corre o risco de ficar deprimido muito antes das eleições. Ainda não vimos socos, pontapés e tiroteios, mas ouvimos ameaças de agressão física e golpes baixos. O agredido de hoje será o bajulado de amanhã. Além disso, as palavras "verticalidade" e "horizontalidade" foram sequestradas da geometria e atiradas no jogo esdrúxulo de conveniências e alianças do momento.

Enquanto isso, não sabemos dos políticos quais são suas propostas concretas para acabar com a guerra civil no país, pois 45 mil jovens - quase todos negros ou quase negros, mas todos pobres - morrem assassinados na periferia das cidades brasileiras. Aos que bradam pela pena de morte, sinto dizer que ela já existe com uma expressão que é apenas um eufemismo: execução sumária.

Nada sabemos de concreto para minimizar o sofrimento de 80% da população que depende do atendimento médico-hospitalar do governo. E o que dizer de milhões de mães que, sem ter onde deixar suas crianças, não podem trabalhar. Mesmo assim, muitas trabalham, deixando os filhos com parentes e vizinhos. Ou sozinhos.

Fala-se o tempo todo de taxa de juros, como se a taxa e os juros (altos ou baixos) atenuassem a barbárie e nos soprassem o hálito da civilização.

III

Festa de escritores pode ser um evento fútil. Com ou sem dança, nunca será algo nocivo à sociedade. Poetas e romancistas não são legisladores, não lidam com orçamentos, não controlam dinheiro público. Que todos os escribas falem mal de todos, os satíricos latinos já sabiam disso e faziam isso. Se a tertúlia terminar em festim, forró, rock, bebedeira ou bacanal, tanto faz: qual é o problema? Mas na farra de políticos, como no execrável affair dos deputados sanguessugas, a coisa é séria. É séria porque na orgia de algumas centenas de políticos brasileiros, quem dança são os mais pobres.

Machado de Assis dizia que até a morte dança. Referia-se à dança macabra, que parece ser o destino dos brasileiros mais humildes. Estes, que formam a maioria do povo, já deixaram de lado a promessa de um futuro melhor.

O inferno, como diz o famoso poema de Dante, é o lugar dos que não têm mais nenhuma esperança.

Será essa a mensagem secreta da nossa política baixa?

Segunda, 24 de julho de 2006, 08h07

Futebol, política e religião

Milton Hatoum

I

Depois do fiasco da seleção brasileira nessa Copa do Mundo, uma outra coisa chamou atenção dos bilhões de espectadores: a chifrada espetacular de Zidane no peito do zagueiro Materazzi.

O jogador francês, ao ser eleito o melhor da Copa, provou que a técnica e o talento falaram mais alto do que seu ato destemperado. Mas, como bem escreveu Luis Fernando Verissimo, tem gente por aí que merece uma boa cabeçada no peito.

II

Refiro-me aos racistas que atuaram fora do campo, antes e depois da decisão final. Quem acompanhou o noticiário, sabe que dois políticos conhecidos se pronunciaram sobre a cor e a origem dos jogadores. São importantes porque lideram partidos de extrema-direita, cuja força na Europa não é nada desprezível. Falo de Jean-Marie Le Pen e Roberto Calderoli. O primeiro disputou o segundo turno das últimas eleições presidenciais na França. Felizmente foi derrotado, mas ainda é o líder do Front National. Uma de suas declarações bombásticas e criminosas foi ter afirmado que as câmaras de gás do regime nazista eram apenas detalhes da Segunda Guerra Mundial. O outro político sinistro - Roberto Calderoli - é vice-presidente do Senado italiano e dirigente da Liga Norte, um partido xenófobo, para dizer o mínimo.

III

Enquanto França e Itália disputavam a final da Copa, os dois políticos se uniam em declarações racistas contra a seleção francesa.

Le Pen disse que "havia negros demais no time de seu próprio país". Calderoli festejou o resultado como "uma vitória da identidade italiana, de uma seleção que escalou lombardos, napolitanos, venezianos e calabreses e que ganhou de uma equipe da França que sacrificou sua própria identidade escalando negros, islamitas e comunistas para obter resultados".

O embaixador da França na Itália considerou a declaração "inaceitável, destinada a fomentar o ódio", e exigiu uma desculpa do presidente do senado italiano.

IV

Calderoli juntou religião, raça e ideologia num coquetel de ódio racista, mas de fundo político-religioso, que é uma das pragas do nosso tempo. Suas declarações são perigosas porque ele dirige um partido separatista, cujos membros e simpatizantes discriminam e insultam não apenas os trabalhadores estrangeiros, como também os italianos do Sul, que nos anos 60 e 70 migraram maciçamente para as cidades do Piemonte e da Lombardia. Além disso, Calderoli manipula a própria História da Itália, cuja sociedade, como todas as demais do mundo, não são blocos impermeáveis a outras culturas e etnias. A identidade da sociedade italiana é plural e difusa, uma das mais ricas da Europa, e mestiça em sua infinita riqueza lingüística, cultural e étnica.

Não sei se um político brasileiro - mesmo de direita -, diria que a seleção brasileira tem negros demais, católicos ou evangélicos demais, esquerdistas demais. No caso de Calderoli, seu ódio cresce quando ele se refere ao islã e aos muçulmanos. Ele e Le Pen ampliam o coro de vozes que tentam transformar o Islã num demônio do nosso tempo.

Essa prática de difamação vem da Idade Média, quando os árabes muçulmanos dominavam uma parte da Europa. A representação negativa do Islã e do profeta Maomé continuou no século XIX, durante a expansão do colonialismo britânico e francês, e alcançou o ápice depois da queda do muro de Berlim e do fim da União Soviética. Com o fim da guerra fria, o *establishment* norte-americano se apressou em eleger um novo demônio: "os seguidores fanáticos do islã". E isso serve para justificar a invasão e ocupação criminosa do Iraque, do Afeganistão, dos territórios palestinos e agora do Líbano.

V

Fanatismo e fundamentalismo existem em todas as religiões, e devem ser criticados tanto no Oriente quanto no Ocidente. No entanto, um movimento de resistência contra uma ocupação militar é muito diferente de um ato terrorista gratuito. Confundir as duas coisas só interessa aos que usam argumentos simplistas, quase sempre cínicos e falaciosos.

Até no Brasil, um punhado de bufões de extrema-direita vê sinais de *jihad* (guerra santa) em todos os protestos no mundo, como aconteceu com o movimento recente de jovens franceses na periferia das grandes cidades da França. Le Pen pensa a mesma coisa sobre a revolta dos jovens descendentes de várias regiões da África, a imensa maioria formada por desempregados que vivem à margem da sociedade francesa.

Não sei o que dirão Roberto Calderoli e seu comparsa francês na Copa de 2010 na África do Sul. Será que daqui a quatro anos a seleção francesa será mais mestiça? Um time de jihadistas? Ou será uma seleção de "raça pura", como quer Le Pen? E a seleção italiana? Terá jogadores muçulmanos, negros ou - com o perdão de uma palavra tão em desuso - comunistas?

Segunda, 7 de agosto de 2006, 07h57

Verdades que vêm do olhar

Milton Hatoum

I

Minha visita ao Líbano foi uma viagem às origens mais distantes e apenas imaginadas. Porque nossa origem é sempre plural: *Origens*, como o título da revista do poeta cubano Lezama Lima.

No romance *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa, o narrador-personagem Riobaldo diz, poeticamente: *Eu sou donde nasci, sou de outros lugares*.

Usei essas palavras de Rosa na epígrafe do romance *Cinzas do Norte* porque traduziam a vida e o destino do personagem Mundo. O sentimento de pertencer a um lugar não é exclusivo dos autóctones. A passagem do gaúcho Raul Bopp pelo Pará e a viagem do paulistano Mário de Andrade pela Amazônia foram viagens de descoberta de um Brasil povoado de mitos, culturas e paisagens que lhes permitiram escrever obras-primas como *Cobra Norato* e *Macunaíma*. Algo de essencial e decisivo na poesia de Murilo Mendes surgiu de sua longa permanência na Itália. A mesma coisa pode-se dizer das muitas referências a Andaluzia na obra de João Cabral, que trabalhou como diplomata em Sevilha.

Quando afirmo: sou do Amazonas, é como dizer: sou também de outros lugares. Nas sete ou oito cidades em que morei em meio século de vida, alguma coisa me tocou: uma paisagem, um corpo amado ou desejado, ou uma amizade que ficou para sempre na minha memória. O conhecimento do outro, de outras culturas, é uma das grandes dádivas da vida.

II

Até julho de 1992, eu não conhecia a cidade onde meu pai tinha nascido: Beirute. Ele morava no Brasil desde a década de 1930 e se naturalizara brasileiro. Já era um homem idoso, beirando os oitenta anos. Eu acabara de ganhar uma bolsa para passar uma temporada numa cidade francesa - Saint-Nazaire -, ali onde o rio Loire deságua no Atlântico. Então meu pai quis saber se eu podia acompanhá-lo até o Líbano.

Mas o que era o Líbano? Na memória do meu pai, era acima de tudo Beirute, a capital de muitas culturas e religiões, o lugar onde tantos Orientes e Ocidentes se encontram. Uma cidade milenar habitada por várias civilizações superpostas, como se fosse um espaço-palimpsesto. Em seu livro magnífico e talvez definitivo (*Histoire de Beyrouth*), o historiador Samir Kassir mostrou como a cidade, apesar de suas sucessivas destruições, foi e ainda é uma metrópole cosmopolita que, já no século 19, havia antecipado o hibridismo das grandes cidades do nosso tempo. A própria paisagem da cidade é um privilégio da natureza, pois se debruça sobre as margens do Mediterrâneo e é envolta por montanhas em que a neve e cedros milenares são paisagens permanentes.

Há mais de dois mil anos evocado por viajantes, poetas e escritores, o Líbano era comparado a uma Suíça do Oriente: uma denominação bem ao gosto de orientalistas e visitantes deslumbrados com o único país da região que não conhece o deserto. Não por acaso o nome do país aparece na mais bela e poética passagem do Antigo Testamento: o *Cântico dos Cânticos*.

São tantos os detalhes, emoções, encontros e surpresas, que essa viagem podia ser matéria de um livro. Meu pai, mais de trinta anos sem ver seus parentes, reencontrou os sete irmãos. Podia entender algo da conversa em árabe, podia expressar-me em francês ou inglês, mas eu preferia olhar e observar. Na perplexidade, na emoção do encontro não havia palavras, só olhares. Lembro que os parentes chegavam em grupos para conhecer os "brasileiros". Ao amanhecer, escutava a voz do muezin no alto do minarete da mesquita de Borj el-Brajneh. Depois, lentamente, as tamareiras saíam da noite e recortavam o céu.

III

Não se podia - ou ninguém queria - falar da guerra civil. Em 1992 a memória do horror ainda era viva. O lixo estava por toda parte. E também ruínas, escombros. E o luto. Beirute ainda estava caída: era uma cidade devastada.

Um tio me levou para conhecer Sabra e Chatila, onde moram milhares de palestinos exilados. Lá, ouvi relatos de um grande massacre.

"Nunca vamos esquecer", disse um dos sobreviventes.

Referia-se a 1982, quando Ariel Sharon invadiu o Líbano e mais de 17 mil libaneses e palestinos morreram. Em setembro desse mesmo ano, milícias de libaneses cristãos executaram o massacre de Sabra e Chatila sob o olhar e a permissão do então coronel Sharon, um cúmplice nada secreto.

"Nunca vamos esquecer".

Porque o esquecimento de todo e qualquer genocídio é uma grave ofensa moral aos parentes e amigos das vítimas. E também à humanidade. O esquecimento é a legitimação de um crime. Por isso o mundo não deveria esquecer tantos holocaustos e massacres.

Não sei se o mundo esqueceu Sabra e Chatila ou se esquecerá dos dois bombardeios da aviação militar israelense que matou mulheres, crianças, velhos. Os dois em Qana, a pequena cidade que os libaneses chamam Qana da Galiléia: o primeiro em abril de 1996, quando mais de cem pessoas morreram num abrigo da ONU. O mais recente, nas primeiras horas do dia 30 de julho de 2006. Nenhum desses massacres está desvinculado dos ataques recentes à Gaza, onde já morreram mais de 200 palestinos, incluindo dezenas de jovens e crianças.

IV

É nesse momento trágico para o Oriente Médio que me vem à memória minha viagem ao Líbano. Agora o pesadelo da guerra civil (1975-1990) e da ocupação israelense (1982-2000) tornou-se realidade. Embora a destruição e o número de vítimas sejam muito maiores no Líbano e nos territórios palestinos, esse conflito é também desastroso para os israelenses. Depois dos ataques ao Líbano e a Gaza, que outra guerra será feita para combater o "terrorismo", essa palavra que estigmatiza até as crianças palestinas que resistem à ocupação militar atirando pedras em tanques?

Segundo o pacifista veterano israelense Uri Avnery, "a terrível arrogância (das forças armadas) tornou-se parte do nosso caráter nacional". E isso pode ser uma verdadeira catástrofe para toda a região e talvez para o mundo. Nesse mesmo artigo (The Knife in the Back, 2-08-06), Avnery criticou com contundência essa guerra insana. Para ele, "o único caminho que leva à resolução do problema é a negociação, e a paz com palestinos, libaneses e sírios. E com o Hamas e o Hezbollah".

Quando a esperança por uma paz justa parece uma miragem, leio uma carta de cineastas israelenses aos seus colegas libaneses e palestinos. Esse documento foi corajosamente endossado por centenas de cineastas e produtores de cinema brasileiros. São palavras de artistas que lidam com imagens. Às vezes, as palavras expressam verdades que vêm do olhar. Diante de um desconhecido - seja ele um estrangeiro ou vizinho -, o olhar é a mediação mais íntima do primeiro contato. É o momento inaugural do conhecimento mútuo, da aproximação, aceitação e compreensão. Nós só podemos compartilhar nossa existência com outros seres humanos se soubermos olhar para eles sem preconceito, arrogância e prepotência.

Essa carta diz muito porque não se deixa impregnar por uma linguagem viciada, que desqualifica o outro. É uma mensagem de pessoas que sabem olhar e compreender (e não culpar) as vítimas. É honesta e ética porque não menciona palavras que são usadas para justificar invasões militares e massacres de civis. Certamente alguns cineastas que assinaram essa carta são filhos, netos ou parentes de vítimas do Holocausto. Também por isso é uma mensagem poderosa que será lembrada como um dos documentos mais relevantes contra essa guerra.

Há algo mais digno no ser humano do que reconhecer o sofrimento do outro?

* * *

CARTA AOS CINEASTAS PALESTINOS E LIBANESES

Na ocasião da abertura da Bienal do Cinema Árabe em Paris (22 de julho de 2006)

Nós, cineastas israelenses, saudamos todos os cineastas árabes reunidos em Paris para participar da BIENAL DO CINEMA ÁRABE. Por intermédio de vocês, queremos enviar uma mensagem de amizade e solidariedade aos nossos colegas Libaneses e Palestinos que estão atualmente açoitados e sendo bombardeados pelo exército de nosso país.

Somos categoricamente contra a brutalidade e a crueldade da política israelense, intensificadas ao máximo nas últimas semanas. Nada pode justificar a continuidade da ocupação militar, do cerco e da repressão na Palestina. Nada pode justificar o bombardeio de populações civis e a destruição da infra-estrutura no Líbano e na Faixa de Gaza.

Permitam-nos dizer a vocês que os seus filmes, aos quais fazemos tudo para assistir e circular entre nós, são muito importantes para os nossos olhos. Esses filmes nos ajudam a conhecer e a compreender vocês. Graças a esses filmes, os homens, as mulheres e as crianças - que sofrem em Gaza, em Beirute e em todos os lugares em que nosso exército exerce sua violência -, têm, para nós, nomes e rostos. Queremos agradecer-lhes por terem feito esses filmes. E também encorajá-los a continuar a filmar, apesar de todas as dificuldades.

No que diz respeito ao nosso trabalho, mantemos o compromisso de expressar - por meio de filmes, de ações pessoais e de voz elevada - , nossa oposição categórica à ocupação militar israelense. E de expressar também nosso desejo de liberdade, justiça e igualdade para os povos da região.

Nurith Aviv / Ilil Alexander / Adi Arbel / Yael Bartana / Philippe Bellaiche / Simone Bitton / Michale Boganim / Amit Breuer / Shai Carmeli-Pollack / Sami S. Chetrit / Danae Elon / Anat Even / Jack Faber / Avner Fainguelernt / Ari Folman / Gali Gold / BZ Goldberg / Sharon Hamou / Amir Harel / Avraham Heffner / Rachel Leah Jones / Dalia Karpel / Avi Kleinberger / Elonor Kowarsky / Edna Kowarsky / Philippa Kowarsky / Ram Loevi / Avi Mograbi / Jud Neeman / David Ofek / Iris Rubin / Abraham Segal / Nurith Shareth / Julie Shlez / Eyal Sivan / Yael Shavit / Eran Torbiner / Osnat Trabelsi / Daniel Waxman / Keren Yedaya

Segunda, 21 de agosto de 2006, 07h23

Rios da nossa aldeia

Milton Hatoum

**O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia
Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia.**

Fernando Pessoa/Alberto Caeiro

**Eu mesmo desisti dessa felicidade deslumbrante,
E fui por tuas águas levado,
A me reconciliar com a dor humana pertinaz,
E a me purificar no barro dos sofrimentos dos homens.**

Mário de Andrade

Mário de Andrade concluiu o belo e longo poema *Meditação sobre o Tietê* em 12 de fevereiro de 1945. Morreu treze dias depois, reconciliado "com a dor humana pertinaz". Talvez seja um de seus poemas mais melancólicos e soturnos, escrito numa época em que a esperança na humanidade era uma espécie de alucinação dos alienados. O tema da *Meditação* não é a morte do Tietê. O rio é um dos ícones da metrópole, mas é também metáfora e testemunho da passagem do tempo: "o tempo de homens partidos", que culminou numa época obscura e trágica, no Brasil e no mundo.

O autor de *Macunaíma* não viu o maior rio de sua cidade morrer, como não tinha visto os rios da Amazônia agonizarem quando viajou para a região Norte em 1927.

O significado simbólico de um rio encontra-se nos poemas de grandes poetas. Os rios do Recife, evocados por Manuel Bandeira e João Cabral de Malo Neto. Ou o rio que corre pela minha aldeia, como escreveu um dos heterônimos de Fernando Pessoa.

Sem aspirar a qualquer ambição poética, penso nos rios da Amazônia, sobretudo o Negro, o afluente que justifica o porto onde nasci. O que seria de Manaus sem esse rio quase mítico que envolve a cidade e expande o seu horizonte? Afluente soberano do Amazonas, o rio Negro banha Manaus e nela se adentra, desdobra-se, multiplica-se com seus igarapés de margens habitadas por palafitas. Para as crianças manauaras de hoje, quais são os significados geográfico, cultural e simbólico de tantos igarapés, esses pequenos afluentes do rio Negro?

Em menos de vinte anos, os igarapés de Manaus tornaram-se canais poluídos onde nem um louco ousaria banhar-se. No entanto, nos anos 60, até os moradores do hospício de Flores freqüentavam os balneários públicos da cidade. Fugiam do inferno para nadar e mergulhar. Lembro da tarde em que um dos fugitivos foi capturado no balneário 15 de Novembro. Ele estava nu, brincando nas águas escuras e limpas do igarapé. Ria de tanta liberdade, os braços erguidos para o céu cheio de nuvens espessas como se fossem blocos de mármore.

O 15 de Novembro era um dos balneários mais populares de Manaus. O outro, o da Ponte da Bolívia, ficava mais longe, bem depois do fim da cidade, onde o mundo acabava e a nossa fantasia começava. Esses braços de rio eram, para muitos jovens de uma cidade ilhada, os cânticos do nosso encanto maior: a fantasia sexual. Sim, porque os clubes de campo promoviam festas carnavalescas à margem dos igarapés... Ou simplesmente festas, sem confetes nem serpentinas: bailes ao som de bolero que culminavam em danças aquáticas nas manhãs calorentas. Por isso os igarapés têm para mim um significado real e simbólico.

Paisagens vivas da cidade, esses caminhos de água foram fontes de prazer, leitões aquáticos de experiência erótica e encontro carnal. Na minha memória, o primeiro encontro com uma mulher aconteceu num desses balneários escondidos, quase clandestinos numa cidade ainda pequena e provinciana. Namoramos no rio, brincamos até o sol da tarde esquentar a água e a areia. Um namoro com tantos volteios e imersões... Amor sem palavras, como se fôssemos estranhos ou mudos... Depois deitamos no areal próximo da floresta e mergulhamos no sono de quem se esquece do mundo. No fim da tarde ela já não estava mais comigo. Na areia vi marcas dos nossos corpos, e as águas do igarapé trouxeram a lembrança de uma manhã-tarde de amor. Eu ainda a procurei no areal e depois no varadouro que conduzia à Ponte da Bolívia. Dois dias depois voltei ao balneário, mas não a encontrei.

Nas noites de carnaval daquele ano pensei encontrá-la em algum clube, ou em alguma festa que terminava na Praça da Polícia, onde os foliões banhavam-se no lago e nas fontes... Foi um carnaval sem muitas cores: meu último carnaval em Manaus, no ano do golpe militar de 1964.

Quando fui embora da cidade, os igarapés ainda viviam... Dez anos depois, na época ufanista de milagres (econômicos) efêmeros, esses pequenos rios começaram a morrer. Agora eu os vejo sem vida, córregos tristes e enlameados que cortam a cidade. Mas correm na memória como se fossem corpos banhados de sensualidade e erotismo. Rios corpóreos num mural que se move no tempo. Imagens embaçadas e distantes, que dão algum ânimo à época obscura em que vivemos.

Não sei por quanto tempo o rio Negro sobreviverá.

Segunda, 4 de setembro de 2006, 07h21

Meu último cigarro

Milton Hatoum

I

Sete vezes tentei parar de fumar e sete vezes fracassei. Mas agora, na oitava - e talvez última - tentativa, derrotei o vício.

Nunca fumei cigarros "industrializados". Comprava tabaco holandês e enrolava cigarro com papel de arroz ou palha de milho, como fazia nosso avô na roça, na aldeia ou na cidade do interior. Ou como ainda fazem muitos europeus, que enrolam seus cigarros com os dedos ou com a ajuda de uma maquininha.

Um fumante é um drogado dentro da lei, uma vítima da primeira tragada. Aniquilar esse vício é uma decisão difícil. A dependência, que é física, causa também transtornos no nosso comportamento, na nossa vida mental. Isso porque o tabaco é uma droga poderosa capaz de transformar um fumante num ser patético.

Lembro de um amigo que começou a tremer e a gaguejar enquanto procurava um maço de cigarros. Foi no inverno de 1982, no outro hemisfério. Tarde da noite meu amigo saiu na madrugada gelada atrás de cigarro e voltou com uma garrafa de vodka para substituir o tabaco que não encontrara. Não tremia mais, nem gaguejava. A bebida mitigara a ansia pela nicotina? Desconfiei. E então ele abriu um pacote cheio de tocos de cigarro que havia catado nas calçadas e ruas desertas.

Um outro amigo conseguiu parar de fumar, mas adquiriu o hábito pantagruélico de devorar seis ovos mexidos com ameixas secas no café da manhã.

Por que as ameixas secas, perguntei.

Pergunte à nicotina, ele respondeu.

II

Penso que ninguém comete suicídio por falta de tabaco, mas é provável que um cigarro tenha adiado vários suicídios. Ou, quem sabe, tenha transformado um ato de loucura num arrependimento redentor.

Um prisioneiro, um exilado, um jogador num dia de azar, um apaixonado solitário, um enlutado e um deprimido, todas essas pessoas têm motivos de sobra para dar uma tragada. Um vigia ou guarda-noturno certamente recorre ao vício maldito para lutar na escuridão contra o tédio da noite longa, que teima em não dar passagem para o amanhecer. E muitos miseráveis, exasperados de tanto esmolar em vão, acabam pedindo um cigarro de algum fumante generoso. O transeunte apressado, que é incapaz de tirar uma moeda do bolso, interrompe sua caminhada e oferece um cigarro ao pobre-diabo. É um momento em que esses dois seres são solidários. Nada como um vício insidioso para aproximar o pequeno burguês do maltrapilho.

O tabaco amolece nosso coração, nos torna generosos na hora do desespero. Você, leitor felizardo que nunca fumou, talvez não entenda essa insólita filantropia.

Ainda me lembro do último cigarro. Parece que foi ontem. E, de fato, *foi* ontem. Mas jurei que ia escrever esta crônica sem dar uma única tragada. É verdade que tremi um pouco, devorei meio quilo de castanha e caminhei na noite chuvosa como um desesperado.

Depois do adeus à nicotina, o único vício que me atormenta e dá prazer é a literatura.

Segunda, 2 de outubro de 2006, 08h01

A proposta revolucionária

Milton Hatoum

I

Escrevo esta crônica antes das eleições. Uma lei recente proibiu outdoors com fotografias de candidatos. É uma lei que diz respeito à propaganda eleitoral, mas essa restrição visual foi um alívio para o nosso olhar, um

descanso para as cidades brasileiras, que são poluídas, pobres e precárias. Mesmo assim, muros e carros ainda ostentam nomes, siglas, fotografias e promessas.

Aos poucos, tudo isso será apagado e esquecido. Tudo, menos as promessas. A meu ver, a promessa mais importante de todas veio de um candidato perdedor. Cristovam Buarque insistiu em fazer uma revolução educacional. Este foi o seu mote de campanha. Mais do que isso: uma obsessão de uma vida.

II

Antes de ser político e escritor, Buarque foi professor da Universidade de Brasília, profissão que talvez volte a exercer depois das eleições. A maioria da população certamente concorda com as propostas e metas de Buarque. Por exemplo: dobrar, em quatro anos, o salário dos professores da rede pública. E investir maciçamente na capacitação do corpo docente, nas bibliotecas, no espaço físico e equipamentos das escolas. São propostas concretas, sem proselitismo, e que contêm uma boa dose de realismo. Se isso fosse feito em quatro anos, haveria uma revolução no Brasil. Uma revolução "doce", sem traumas, como costuma dizer Buarque.

Mas isso é factível? Há verbas e recursos para tanto? Penso que sim. Uma intensa campanha nacional pode mobilizar políticos, educadores, empresários, trabalhadores, profissionais liberais e intelectuais. Já existem movimentos nessa direção. E também dezenas de ONGs que trabalham com a educação. Os maiores empecilhos são os sanguessugas, que também infestam secretarias de educação municipal e estadual.

Nossos males não são saúvas e formigas, como dizia com sarcasmo *Macunaíma*, o herói sem nenhum caráter da rapsódia de Mário de Andrade. Tampouco acredito que uma elite branca e engravatada seja a única a ocupar o banco dos réus no tribunal que julga nossa eterna desgraça.

III

Nas pequenas e grandes cidades, nos 27 Estados e nos milhares de municípios do centro e da periferia do Brasil há vereadores, deputados, prefeitos e secretários preocupados em melhorar a qualidade do ensino público. Mas há também os indiferentes, incompetentes e corruptos. Estes não são poucos, e também fazem parte de uma elite. São políticos sem compostura, que desviam recursos destinados a seus municípios e fazem o diabo com o dinheiro público.

Qual é a lógica desses brasileiros que desprezam a sociedade e pensam apenas em enriquecer ilicitamente? Que os pobres continuem pobres e sem instrução. Que o país desmorone com seus milhões de jovens que mal sabem ler e escrever. Que o nosso povo seja submetido a um jejum secular de saber, conhecimento, leitura e senso crítico. Que os brasileiros humildes sejam eternamente uma população de Fabianos, o personagem de *Vidas secas*, de Graciliano Ramos.

Esses assaltantes da educação pública continuam soltos. Vários deles foram reeleitos, e outros ocuparão cargos administrativos. Impunes em Estados e municípios onde a injustiça prevalece, eles vão expandir o já enorme círculo de exclusão social.

Buarque afirma que uma fiscalização severa pode inibir a corrupção. De fato, o Executivo pode fiscalizar os repasses de verbas, mas os poderes são autônomos e, às vezes, o poder judiciário não pune com rigor os que são indiciados pelo Ministério Público.

IV

A revolução educacional depende de uma postura ética dos três poderes. Não sei se é tarde demais para que isso ocorra. Os vícios e as distorções na política brasileira são mais poderosos do que as virtudes, mas quando um candidato - mesmo derrotado - elege a educação como vetor de sua campanha, alguma coisa pode mudar.

A esperança, sem pressão social e política, é apenas uma palavra vã.

Segunda, 30 de outubro de 2006, 08h00

Depois das cotas, os cursinhos para escola pública

Milton Hatoum

I

Já sabemos quem foi eleito presidente do Brasil. Não sabemos quem será seu Ministro da Educação. Na última crônica (**2 de outubro**), comentei a importância de se priorizar a qualidade do ensino público no País. Penso que esse tema é uma obsessão da maioria dos brasileiros. Mais do que um tema, a educação pública é uma questão que diz respeito à sobrevivência da nação. Distribuição de renda e educação com qualidade são questões inseparáveis, e delas depende nossa passagem para o futuro. Nem é preciso insistir na situação precária do ensino público, nos salários vergonhosos dos professores, no abandono e na repetência de inúmeros estudantes, na violência nas escolas. Para um jovem pobre e às vezes sem amparo da família, freqüentar uma escola, estudar e ter uma boa formação profissional é muito mais do que um ato heróico: é um milagre.

Como não sou economista, prefiro evitar sugestões aventureiras ou duvidosas sobre a distribuição de renda. Mas como lecionei durante quinze anos numa universidade pública, e estudei e me formei também em escolas públicas, talvez possa dar uma sugestão modesta para democratizar o acesso às instituições de ensino superior.

II

O sistema de cotas para negros pode aumentar o número de negros nas universidades públicas de qualidade. No entanto, como declarou o professor e antropólogo Kabengele Munanga à revista do Instituto de Estudos Avançados (USP):

"As cotas são uma medida provisória, para acelerar o processo. No entanto, julgo que não somente os negros, mas também os brancos pobres têm o direito às cotas. Se as cotas forem adotadas, devem ser cruzados critérios econômicos com critérios étnicos. Porque meus filhos não precisam de cotas, assim como outros negros da classe média".

O que de fato deve ser implementado é uma política educacional que combine qualidade de ensino com salários dignos. E isso não apenas para negros, e sim para todos os pobres. Minha sugestão é que sejam criados cursinhos de excelência para os jovens da escola pública que vão prestar o exame vestibular. Isso já existe em São Paulo, no Rio e em outras cidades, mas são experiências pontuais. Por que não implantar cursinhos de qualidade em dezenas, talvez centenas de cidades brasileiras? Claro que tal medida exigiria planejamento e recursos. E, acima de tudo, decisão política. Penso que seria uma medida eficaz para acelerar o processo mencionado pelo professor Munanga. Os municípios poderiam usar o espaço físico das escolas existentes; poderiam fazer um acordo com o governo federal para pagar um bom salário aos professores. Em poucos anos, o contingente de jovens pobres nas universidades públicas certamente aumentaria.

III

A periferia não pode mais esperar, pois é o retrato mais cabal de uma sociedade segregada. Já que prefeitos e governadores não se empenham em pagar bons salários aos educadores, o governo federal pode criar mecanismos de compensação que permitam o ingresso dos jovens pobres na universidade pública.

Os Pontos de Cultura e o PROUNI são experiências que têm dado certo. Não seria o caso de pensar num PROVESTIBULAR para a periferia do Brasil? Seria pedir muito? Será que o assassinato de mais de 40 mil jovens (a imensa maioria de pobres e negros) por ano não justifica uma política educacional mais ousada?

Segunda, 27 de novembro de 2006, 07h55

O pai e um violinista

Milton Hatoum

I

Há consolo no mundo que alivie a perda de um pai ou de uma mãe? No romance *Paradiso*, o escritor e poeta cubano José Lezama Lima diz que um ser humano só começa a envelhecer depois da morte de sua mãe. Freud atribui à morte do pai um dos grandes traumas para um(a) filho(a).

Quem já perdeu um pai sabe disso e sente essa ausência com pesar. Ausência é um vazio na vida. Aos poucos vem a lembrança de imagens e vozes que a língua portuguesa resume numa palavra intraduzível: saudade.

A amizade e a cumplicidade prevalecem sobre as discussões, discórdias e outras asperezas de uma relação às vezes complicada, mas sempre profunda. Às vezes você lamenta não ter conversado mais com o seu pai, não ter convivido mais tempo com ele. E essas lacunas se perdem para sempre. No outro lado do espelho não há mais nada, apenas silêncio e memórias.

II

Mas há também pais terríveis, opressores e tirânicos, e todos nós conhecemos alguns, na literatura e na vida. *Carta ao pai*, de Franz Kafka, é o exemplo mais cabal do pai castrador, que interfere nas relações amorosas e na profissão do filho. Um pai que não se conforma com um grão de felicidade do jovem Franz. *A Carta* é o inventário de uma vida infernal, na excelente tradução de Modesto Carone. Não se sabe - ninguém saberá - até que ponto o pai de Kafka invocado no livro é totalmente verdadeiro. Pode ser também uma construção ficcional. Ou uma mistura de ambas as coisas. Mas isso atenua o sofrimento do narrador? O leitor acredita na representação desse pai. Em cada página, o que prevalece é uma alternância de sofrimento e humilhação, imposta por um homem prepotente e autoritário.

III

Na minha juventude, conheci alguns pais demoníacos, que oprimiam seus filhos, pensando que os educavam. Na época em estudava na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP), o pai de um amigo me chamou para uma conversa formal.

O senhor pode adiantar o assunto?

Meu filho, respondeu.

Ele queria que eu convencesse o filho a abandonar a música para se tornar um grande arquiteto.

Argumentei que o meu amigo nunca ia ser arquiteto, nem grande nem pequeno. Ele tinha talento para música, ia abandonar a faculdade para ser violinista. Acrescentei que o meu caso era semelhante: eu estudava arquitetura para ter um diploma e, eventualmente, ganhar a vida como arquiteto.

Dois idiotas, você e meu filho, disse o pai. Vão morrer de fome.

Um artista da fome é o título de um outro grande relato de Kafka. Ainda vejo aquele pai enfurecido e atormentado que tentou por todos os meios sufocar o desejo e o talento de seu filho. Lembro que meu amigo rompeu com o seu pai e viajou para a Alemanha, onde tentou aprofundar seus estudos em música instrumental. Naquela época eu morava na França; quando soube que ele estava doente, fui visitá-lo. Para sobreviver, havia trabalhado com instalação hidráulica, pois era cobra nessa disciplina ministrada por um professor da Escola Politécnica que apavorava os estudantes da FAU.

Ganho dinheiro como operário, ele me disse. Mas tive que parar de trabalhar. Não tenho mais força...

E o teu pai, perguntei.

Não fala comigo há quatro anos.

Estava fraco e deprimido. Parecia a pessoa mais triste do mundo. Ele me deu a impressão de que não era um expatriado, e sim um exilado de seu país e de sua família. Falou no desejo de reconciliar-se com o pai e perguntou se eu poderia ajudá-lo.

Telefonei para São Paulo, ouvi um sermão e desliguei.

Meu amigo morreu ainda jovem, sem realizar o desejo de reconciliação com um homem que podia ser tudo, menos generoso.

IV

A vida é sempre mais complexa e imprevisível do que a literatura. O encontro aconteceu numa praça de São Paulo. Por ironia, eu passeava com o meu filho, que se afastou de mim e parou diante de um velho sentado num banco de madeira. Sozinho, entre uma estátua e um cachorro. Eu me aproximei e reconheci o pai do meu amigo. Já não era - nem podia ser - o homem intransigente e ríspido que eu tinha visto antes. Ele pôs a mão na cabeça da criança que o observava e demorou um ou dois minutos para reconhecer o pai do menino. Eu me lembrei da nossa conversa em algum dia de 1978. Quase ao mesmo tempo me lembrei do meu amigo, o violinista. Não sei o que aquele homem velho e abatido pensou enquanto me olhava. Nem soube decifrar no olhar o sentimento dele. Parecia um estranho.

De fato, éramos estranhos.

Fui embora de mãos dadas com a criança, pensando como a incompreensão ou a loucura de um pai pode abismar o destino de um filho.

Nunca mais voltei àquela praça.

2007

Quarta, 17 de janeiro de 2007, 16h20 ©Atualizada às 23h07

Bandolim e sua amada

Milton Hatoum

Raimundo da Silva Duprat, o único Barão de Duprat, nasceu em Pernambuco e foi prefeito de São Paulo na primeira década do século passado. Não sei se foi um bom prefeito. Aliás, não é do barão nem do ex-prefeito que quero falar. É que para chegar ao assunto, devo mencionar a rua Barão de Duprat, próxima ao formigueiro humano da 25 de Março. Agora que citei a rua, o barão e o político, passo para o brasileiro comum.

Conheci esse brasileiro em dezembro de 1998, duas semanas antes da minha primeira noite natalina em São Paulo. Tinha ido até a 25 de Março para fazer uma pesquisa de campo sobre imigrantes árabes e armênios que se estabeleceram há mais de um século na famosa rua comercial e seus arredores. Andava pela rua Barão de Duprat quando me deparei com um vendedor de água mineral. Gritava Áaaaagua, água mineral geladinha, mineraaaaal. O homem esgoelava, suave, e os gritos desesperados me deram tanta sede, que pedi uma garrafa. Ofereceu duas: que eu escolhesse a mais gelada.

Quanto custava?

Oitenta centavos.

E quanto você ganha por cada garrafa?

Vinte centavos.

Era um homem de uns 50 anos de idade. Vinte centavos por garrafa.

Quantas vendia por dia?

Quando Deus tá de bem comigo, mais de trinta.

Fiquei por ali, na calçada da rua Barão de Duprat, observando o vendedor de água mineral. Não era exatamente um camelô ou um ambulante. Era um homem cansado. Magro e pálido, sua força estava na voz. E a voz significava: vontade de sobreviver. Mas não parecia triste, nem derrotado. Quando a polícia se aproximava, ele segurava a caixinha de isopor e pisava na outra caixa, que se transformava numa placa de papelão. E diante dos policiais, pegava uma garrafa vazia, fingia que era um microfone e começava a cantar um chorinho. E que voz! Reconheci um dos chorinhos porque é um hino de São Paulo: *Jamais te esquecerei*, do grande compositor e violonista Antônio Rago. Quando a polícia se afastava, ele armava de novo a caixa de papelão e o canto era substituído pelos gritos. Perguntei o nome dele.

Nome? Pode me chamar de Bandolim.

Voltei para a Barão de Duprat nos sábados seguintes, mas não ouvi os gritos nem o chorinho cantado por Bandolim. Terminei de fazer a pesquisa, passou o Natal, passaram alguns anos e perdi Bandolim de vista.

Oito anos depois, no dia 12 de dezembro, quando eu atravessava uma pracinha escondida em Pinheiros, vi um velho sentado na grama. Triste, cercado por dois violões toscos e belos. Quando me aproximei, reconheci Bandolim. Mas ele não me reconheceu. Em 1998, eu era apenas um transeunte, um dos muitos compradores de uma garrafinha de água mineral. Aquele homem parado que gritava para vender e depois cantava na presença dos policiais, era inconfundível. Envelhecera. Mal vestido e mais pobre do que no outro Natal. Mas Bandolim não era mendigo. Ainda não. Ele mesmo fabricava os violões. Havia quatro anos morava nas praças e ruas de São Paulo, catando pontas e placas de madeira e pedaços de arame e invólucros de latas. Com esse lixo fazia seus violões e os vendia por dez reais. Ou por quinze, quando dava sorte.

Não cantava mais?

Minha voz calou, disse ele, sem vontade. Não canto mais.

Observei os dois violões, decidido a comprá-los.

Por que calou?

Por que eu tocava e cantava para ela.

Sua mulher?

Bandolim me encarou e murmurou:

Minha amada, minha vida. Ela morreu...

Domingo, 4 de fevereiro de 2007, 21h31 **Iracema e Suely, um diálogo de duas épocas** **Milton Hatoum**

I

Vocês não viram Iracema?

Não, disse um dos jovens cinéfilos com quem conversava.

Eu percebi que estava envelhecendo. Quase ao mesmo tempo, percebi que os jovens desinformados de uma metrópole podem envelhecer precocemente. Porque quem gosta de cinema deveria ver Iracema, o clássico de Jorge Bodansky.

O filme fez a cabeça da minha geração e sua atualidade é notável. É um documentário que pode ser visto como uma ficção. Mas é também uma ficção arraigada no cotidiano da Amazônia. Iracema dilui as fronteiras entre a ficção e documentário. É uma mescla muito habilidosa de gêneros e, nesse sentido, foi um marco do cinema brasileiro. Há poucos e bons atores profissionais, mas a personagem principal é construída durante a filmagem. Uma menina de quinze anos. Uma atriz que se forma na estrada, diante da câmera, nos descaminhos de uma vida inventada, mas profundamente vivida. É como se o roteiro contivesse a própria maleabilidade da vida. E do imponderável que surge como um fantasma. Essa espontaneidade pensada e construída com rigor é própria da grande arte. Além disso, no caso de Iracema conta muito a experiência de Bodanzky na região Norte. O olhar do fotógrafo tarimbado - sua atividade anterior e de sempre - está registrado em cada cena. Um olhar em movimento, que capta a expressão dos personagens - o há no íntimo de cada ser. E, num ângulo mais aberto ou em panorâmica, capta os quadros calcinados e tristes de uma natureza destruída pela ganância e ignorância. A brutalidade da vida brasileira não está na denúncia política, e sim onde interessa à arte: no drama particular de uma personagem.

O subtítulo - Uma transa amazônica - alude a uma das alucinações da ditadura militar: a estrada que corta a floresta e inaugura a devastação sistemática do meio ambiente. O filme começa no porto de Belém e termina na estrada que fere a floresta, abrindo caminho para madeireiras, queimadas, trabalho escravo e prostituição. Iracema, de carona pela transamazônica, simboliza o descaminho de uma pobre mulher numa região tão rica, comentada e debatida, mas quase desconhecida. Daí a dimensão humana ser tão ou mais importante do que o delírio desenvolvimentista do regime militar.

II

Há pouco tempo fui ver o belo filme de Karim Aïnouz: O Céu de Suely. Entre Suely e Iracema há mais do que uma aliteração. Há, acima de tudo, um diálogo de duas épocas num mesmo país dilacerado. Diálogo que passa por uma poética do olhar: uma maneira singular de ver o mundo, um recorte dramático construído pelo olhar.

Mais de trinta anos separam os dois filmes, mas eles se encontram no interior do Brasil e nos sonhos e pesadelos de suas protagonistas. Apesar das diferenças técnicas entre os dois filmes, alguma coisa une a trajetória dessas duas mulheres tão brasileiras. Talvez sejam histórias que se complementam, num movimento de continuidade que significa também uma ruptura. O fim de cada filme diz algo sobre o destino da personagem principal.

Numa pequena cidade do sertão, Suely rifa o próprio corpo, que será usado e abusado uma única vez. O nome da rifa - Uma noite no Paraíso - podia ser o subtítulo do filme de Aïnouz. Como a imensa maioria dos brasileiros, Suely e Iracema buscam uma vida melhor. As andanças de Iracema terminam na beira da estrada. Ou à margem de uma sociedade que empurra os pobres para um beco sem saída.

Suely deixa o filho com a tia e a avó e parte em busca de um sonho, que pode ser um emprego ou uma nova paixão: um céu diminuto que cabe numa janela. Aïnouz deixa essa janela aberta como uma possibilidade de esperança.

III

No começo da década de 70, a esperança era uma quimera. Nesse sentido, a degradação física de Iracema mostra o impasse de um tempo nublado, para não dizer totalmente fechado. Mais de três décadas depois, em plena democracia, talvez haja alguma razão para sonhar. Não conhecemos o destino de Suely. E essa dúvida ou interrogação dá ao espectador a possibilidade imaginar vários desfechos, inclusive o que há de imponderável na vida de uma sonhadora. Na nossa própria vida.

Segunda, 5 de março de 2007, 08h09

Esperança roubada

Milton Hatoum

I

Os últimos casos de violência no Brasil aconteceram ontem, estão acontecendo hoje, agora mesmo, enquanto você lê essa crônica. Não se trata apenas de violência urbana: os crimes estão por toda parte: no campo, na floresta, nas reservas indígenas, em lugares tão recônditos que só são lembrados quando uma missionária é assassinada ou quando ocorre um massacre como o de Eldorado dos Carajás.

A esses crimes horrendos e monstruosos, somam-se outros: corrupção, negociatas, desrespeito às crianças, mulheres, idosos. Sem falar na violência racial, mal dissimulada nas batidas policiais. E isso num país em que o racismo é crime inafiançável e um índio pode ser queimado na capital federal.

Não menos monstruosa do que essas práticas é a impunidade, que faz parte de uma falha estrutural da sociedade brasileira. Todo o sistema é falho, a começar pelos três poderes. Se as instituições que embasam a democracia não dão bom exemplo e funcionam como castas superiores ou clubes de privilegiados, o que fazer? Se cada Poder da República luta mesquinamente apenas por seus interesses, o que se pode esperar desse Poder? Ou da República?

II

Nos anos 60, muitos brasileiros que já eram pais e avós descrentes ou céticos quanto ao futuro de um Brasil melhor, diziam aos filhos e netos: "Nós não temos mais esperança, talvez vocês ainda possam viver num país melhor". Trintas anos depois, o que podemos dizer aos nossos filhos?

Quando se fala de um país, de uma nação e de sua sociedade, não acredito em fatalidade ou destino. Afirmar que o Brasil está destinado ao fracasso é apenas uma frase de efeito com uma pitada de cinismo.

A maioria das nações tem uma história de dependência ou de dominação. O Brasil foi uma nação dependente, devastada pela colonização. Nossa sociedade foi aviltada e explorada até o osso. Nossa República nasceu sob o signo de uma enorme desigualdade social que, ainda hoje, é uma das maiores do mundo. Os escravos foram libertados para serem escravizados no dia seguinte. Ou seja, no século seguinte. Seres livres, mas sem emprego, sem formação educacional, sem assistência de saúde, sem moradia digna.

Num mundo cada vez mais competitivo, no salve-se quem puder generalizado (ou globalizado?), haverá lugar para os desvalidos? Que tipo de inclusão social ou de cidadania é possível num país cujas instituições estão desmoralizadas? Ou já nasceram desmoralizadas?

III

Fala-se - com toda razão - em punição exemplar a criminosos ou mandantes de crimes. Mas como exige-la num país que se distancia cada vez mais da norma civilizada? A violência não é uma questão isolada. Jamais será resolvida se a corrupção e prática de favorecimento não forem desmontadas. E há questões aparentemente

menores, mas que, na verdade, são cruciais. Por exemplo, o salário de um professor da rede pública ou de um policial vale menos do que um jantar de três deputados.

As elites perceberam que o Brasil está definhando por falência múltipla de órgãos/instituições? Talvez tenham decidido capitular, erigindo fortalezas, andando em carros blindados e repensando uma fórmula paliativa para lidar com descaso histórico aos pobres e, agora, à classe média.

Segunda, 2 de abril de 2007, 08h04

Fim de um romance

Milton Hatoum

I

Vários romancistas sofrem quando escrevem uma obra de ficção. Alguns fazem uma apologia do sofrimento, que Flaubert tanto evocava em sua correspondência para amantes, leitores, amigos e parentes. Na verdade, ele resmungava contra a dificuldade de escrever, às vezes traduzida por uma cólera autopunitiva ou por palavrões que prefiro não mencionar nesta crônica. Flaubert estava inaugurando o romance moderno, sabia que já não era mais possível nem desejável escrever como Balzac, Stendhal e Zola, três grandes escritores que o antecederam e, de certa maneira, justificaram a escrita bem elaborada e exata do autor de *Três contos* e *A Educação Sentimental*. Mas será que escrever ficção é uma atividade que passa apenas pelo sofrimento? Se fosse assim, a literatura seria um ato constante de masoquismo, uma flagelação do corpo e da mente. Prefiro dizer que Flaubert trabalhava como um louco: reescrevia mil vezes cada parágrafo, duvidava da eficácia de cada frase, procurava uma melodia e um ritmo para dar mais densidade à linguagem.

Flaubert foi um dos escritores mais exigentes e críticos com o próprio trabalho. Para que o leitor tenha uma idéia dessa mania pela perfeição, os manuscritos dos rascunhos dos *Três contos* somam mais de mil folhas. Depurou tanto, que o livro tem 120 páginas. Para ele, a arte de escrever era inseparável do talento (ou da intuição) de selecionar, cortar, editar. Foi um mestre nisso. Ele renunciou aos prazeres da vida cultural, mundana e festiva de Paris e preferiu isolar-se numa pacata e tediosa cidade da Normandia. Rompeu essa rotina com viagens ao Oriente Médio e à África - Egito, Líbano, Palestina, Turquia -, e desse mundo exótico pescou temas para escrever parte considerável de sua obra.

II

Agora, ao reler algumas cartas de Flaubert, penso que o prazer pela escrita, mais que o sofrimento, moveu sua vida. Nesse aspecto, ele foi um privilegiado: um herdeiro que dedicou doze ou quinze horas por dia para lutar com as palavras. É um trabalho exaustivo, não poucas vezes exasperador, mas afirmar que é puro sofrimento significa subtrair o desejo que move a escrita. E também a leitura de um texto de ficção.

Sufrimento maior é terminar um romance e cair num vazio, pois os personagens (com seus conflitos, amores, frustrações e ambições) já não existem mais. Ou só existem para o leitor. Nada mais angustiante do que terminar um romance. O fim do mundo fictício gera uma solidão radical, sem os fantasmas que se materializam e falam na imaginação de quem escreve. Porque depois do ponto final, quando cessa o trabalho da imaginação, a realidade cobra seu dízimo. E a realidade é sempre mais complexa e terrível do que a ficção.

Quarta, 2 de maio de 2007, 08h01

São Paulo será um "monstruário" urbano?

Milton Hatoum

A Lei Cidade Limpa obriga os estabelecimentos comerciais e de serviços de São Paulo a redimensionar placas e letreiros das fachadas dos edifícios. A aplicação da lei vai revelar uma das faces da metrópole. Alguns letreiros e placas são tão grandes que o morador da cidade vê a publicidade e o nome de uma empresa onde deveria ver uma forma arquitetônica, com sua textura e cor.

A mudança da aparência já é alguma coisa. São Paulo se esconde nessas placas, algumas mais horrorosas do que as fachadas sem traço de arquiteto. Como nada mais me choca neste planeta que nos tocou morar, não fiquei surpreso com as declarações de um "arquiteto de fachadas". Fachadas de banco. Numa matéria do Estadão (03/04/2007, p. C8), esse arquiteto mencionou um livro de arquitetura comercial - "Aprendendo com Las Vegas" - e fez uma premonição estarrecidora:

"Há dois tipos de arquitetura comercial: a que aposta nos luminosos, decorando o imóvel como se fosse um bolo, e a que o autor (Robert Ventura) chama de *duck* (pato), em referência a um restaurante que vende pato e o prédio tem o formato da ave. Não que isso seja bonito, mas é um exemplo da arquitetura significativa. Penso que a cidade deverá recorrer ao *duck*".

Ao ler essa declaração, confesso que fiquei um pouco deprimido. Se for assim, prefiro São Paulo *dark* ou cinzenta a uma metrópole-pato. Quer dizer que teremos edifícios imitando perus, automóveis, hortaliças,

macarrão, relógios, sapatos e pudins? A mercadoria tornou-se um fetiche tão poderoso que deverá transformar nossa arquitetura num mostruário horripelantemente kitsch? Ou seria um "monstruário" urbano?

Quando eu era estudante da FAU-USP, não aprendia com Las Vegas, e sim com os grandes arquitetos brasileiros e estrangeiros. Será que os projetos de Oscar Niemeyer, Joaquim Guedes, Vilanova Artigas, Severiano Porto, Paulo Mendes da Rocha, Ruy Ohtake, João Filgueiras Lima (Lelé) e tantos outros, vivos e mortos, famosos e desconhecidos, não podem inspirar grandes projetos de arquitetura? Todos eles fizeram projetos de arquitetura comercial, e nenhum recorreu a esse conceito fácil e vazio de "arquitetura significativa", que mais parece um mimetismo hiper-realista e grotesco entre a mercadoria e o edifício destinado a vendê-la.

A arquitetura é uma linguagem muito mais complexa que a mera imitação ou transposição de um "conceito". Um bom projeto depende do tipo de função a que se destina, da geografia e do clima do lugar, da paisagem do entorno, dos parâmetros técnicos e econômicos. Ou seja, depende de uma cultura, de uma tradição histórico-cultural das pessoas que vão morar ou trabalhar no edifício a ser construído. A opção plástica e formal do projeto surge a partir de um estudo exaustivo da cultura do lugar em que a obra será edificada.

Quanto ao pato, prefiro a tradicional iguaria francesa: *canard à l'orange*. Ou o magnífico pato ao molho de tucupi, que os leitores podem saborear nos bons restaurantes de Belém, esta bela cidade da Amazônia que, felizmente, está longe de aprender com Las Vegas.

Segunda, 4 de junho de 2007, 08h09
Lei Rouanet para a Igreja Universal?
Milton Hatoum

A insensatez não tem limite. Insensatez? Melhor seria dizer: oportunismo. Pesquei no site do Ministério da Cultura essa notícia assinada por Adriana Vasconcelos e publicada no jornal *O Globo* (18/04/2007).

"O Senado está a um passo de aprovar um projeto de lei, de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que inclui as igrejas entre as beneficiárias do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Mais conhecido como Lei Rouanet, aprovado em 1991 pelo Congresso Nacional, o Pronac permite que empresas invistam em projetos culturais até 4% do equivalente ao Imposto de Renda devido.

- Nada expressa melhor a formação de nossa cultura que o caldeamento das diversas religiões, seitas, cultos e sincretismos que moldaram o processo civilizatório nacional - argumenta Crivella, sobrinho de Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus."

O senador-bispo (ou bispo-senador) recorreu a um arremedo da tese de Gilberto Freyre para justificar seu projeto de lei. Na verdade, distorceu as idéias do sociólogo pernambucano para legislar em prol de sua Igreja.

Nossa cultura não é fruto de um caldeamento de diversas religiões, nem este moldou o processo "civilizatório" (sic) nacional. A mestiçagem da sociedade brasileira não se embasa na mistura de religiões e sim na de várias etnias (africanas, indígenas e ibéricas) durante mais de três séculos de colonização. A partir da segunda metade do século XIX, milhões de imigrantes da Europa, do Oriente Médio e da Ásia se integraram à sociedade brasileira.

Um cristão, muçulmano, judeu, protestante, budista ou filho de um Orixá não se considera um brasileiro - pertencente a uma sociedade mestiça - por ser religioso. Se há um ethos nacional (ou alguns traços e características comuns que definem a alma brasileira), este certamente não se encontra na religião. Afirmar que o processo "civilizatório" nacional se deve às religiões é apenas o exercício vulgar de um sofisma primário, em que uma aberração pretende passar por uma verdade. O bispo-senador pode pregar sofismas a seu rebanho de crentes, mas não pode inocular seus interesses de chefe religioso num Estado laico como o Brasil.

Usar uma parte do imposto de renda de empresas em templos religiosos é uma afronta à Constituição. O imposto repassado ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) deve ser destinado a atividades artísticas, sobretudo à criação, restauração e ampliação de museus, arquivos, bibliotecas e também do nosso patrimônio histórico-arquitetônico.

II

O leitor talvez se lembre de um escândalo recente, conhecido como "Dizimão", que envolveu um político da Igreja Universal. Isso aconteceu em julho de 2005. Com uma manchete irônica e de ressonância bíblica - A multiplicação das malas -, o jornalista Demétrio Weber escreveu no jornal *O Globo* (12/7/2005):

"A Polícia Federal apreendeu ontem sete malas com R\$ 10.202.690 em dinheiro vivo num avião da Igreja Universal do Reino de Deus que se preparava para decolar de Brasília para Goiânia e São Paulo. Dentro do jato estava o deputado federal e presidente da Universal, João Batista Ramos da Silva (PFL-SP). Ele disse que o dinheiro foi arrecadado com fiéis e que seria depositado numa conta do Banco do Brasil em São Paulo. Até o início da noite, porém, a PF não estava convencida sobre a legalidade da origem dos recursos e decidiu transferi-los para uma agência bancária onde ficariam à disposição da Justiça."

Nessa mesma reportagem, o deputado-pastor declarou:

"A Universal tem de 150 a 200 igrejas por estado, com média de 500 fiéis cada uma, número que pode chegar a cinco mil nas catedrais. Se cada um contribui com R\$ 20, R\$ 10 milhões não é nada - afirmou João Batista."

Se para a Igreja Universal R\$ 10 milhões não é nada, então ela tem dinheiro de sobra para investir em seus templos, alguns dos quais construídos sobre ruínas de belos cinemas históricos. Em vez de querer usar para a sua Igreja os benefícios de uma lei destinada à arte e à cultura do país, o bispo-senador Marcelo Crivella deveria pensar na carência educacional e cultural de milhões de brasileiros pobres. Ou será que o imenso rebanho de crentes não merece ler textos literários consistentes, freqüentar bons museus, assistir a peças de teatro e a shows de música e dança?

III

Sabe-se que esse projeto de lei já foi aprovado pela Comissão de Educação e agora deve ser votado no plenário do Senado. Milhares de brasileiros já assinaram uma petição contra esse absurdo. Resta saber se o Estado laico será derrotado pela insensatez de certos políticos que apóiam o projeto do bispo-senador.

<http://www.petitiononline.com/cult2007/petition.htm>

Segunda, 2 de julho de 2007, 08h08

Brasília: trauma e reconciliação

Milton Hatoum

I

Em 1968 Brasília era quase do tamanho do plano-piloto original, projetado por Lucio Costa. Uma cidade pequena, com suas duas "Asas" (Norte e Sul) ainda inacabadas, divididas pelo Eixo Monumental. Devia ter no máximo 500 mil habitantes e era cercada de barro e de poucas cidades periféricas, conhecidas como satélites.

Havia pouca vegetação: o verde que predominava era o dos veículos de guerra e da farda dos milicos. A capital era um palco de imposturas. Outras imposturas: Atos Institucionais, aparato repressivo, censura e um arremedo grotesco de parlamento. Fábrica de medo e brutalidade, Brasília simbolizava a desonra da Nação.

Ainda jovem, morei dois anos na capital (1968/69), e abandonei a cidade com um travo de amargura no coração, com o sentimento de que viver no Brasil seria um pesadelo duradouro. Deixei Brasília com a promessa de nunca mais voltar. De fato, passei mais de trinta anos sem pisar na capital. Mas quando o acaso passa pela nossa vida, as promessas dão adeus. Em abril de 2002, o *Correio Braziliense* me convidou para rever a cidade e escrever um texto sobre os dois anos em que morei lá. Minha primeira reação foi negativa, mas o editor do *Correio* me convenceu de que eu ia rever uma cidade diferente.

II

A melhor forma de exorcizar um trauma do passado é encará-lo frontalmente, sem muito rebuço. Voltei a Brasília e percebi que devia muita coisa àquela época e cidade. No biênio 1968/69 tive a sorte de freqüentar uma das melhores escolas públicas do país: o Centro Integrado de Ensino Médio (CIEM) da UnB, um colégio de aplicação idealizado por Darcy Ribeiro em 1964 e fechado pela ditadura em 1971. Revi alguns amigos e com eles relembrei as noitadas no Beirute, as viagens-relâmpagos para uma cidade-satélite, o movimento estudantil, a leitura disciplinada de Sartre e Graciliano Ramos, o último amor platônico da juventude, o primeiro ato da loucura transgressora dos anos 60, em que a experiência política era inseparável de outras vivências sensoriais e corporais.

Paradoxalmente a capital sitiada me libertou. Mas só percebi isso 32 anos depois, quando observei a cidade com outro olhar, como alguém revê uma pessoa que amadureceu e que te olha sem mágoa, rancor ou ressentimento. Em cada super-quadra, o barro de antes se tornara um gramado com um quintal magnífico. A cidade resistiu às imposturas do regime militar, modernizou-se e construiu sua própria identidade. A história de Brasília é também a de sua tenaz resistência ao autoritarismo e à repressão.

III

Vinte e cinco anos de brutalidade e censura enterraram o exercício de liberdade democrática e criaram gerações de políticos despreparados, alguns arrivistas e oportunistas, e tão autoritários como os próceres da ditadura. Criaram também a mais cruel concentração de renda do mundo. A gravata de um nobre senador vale mais do que o salário de um pobre peão alagoano ou de um humilde açougueiro de Maceió. Mas essa é outra história. Ou será a mesma, sendo outra?

Apesar de tudo, é injusto crucificar Brasília, cujos moradores não compactuam com os escândalos, as tramóias e as mentiras do Poder. Se fosse assim, todas as capitais brasileiras seriam amaldiçoadas, pois nelas moram alguns políticos saqueadores dos cofres públicos do município e do Estado. Mais do que a corrupção, a impunidade e o privilégio são a herança mais nociva do nosso passado colonial, em que a geografia conta menos do que a história. E os capítulos mais abomináveis da nossa História referem-se aos favores trocados pela elite - ou parte

dela -, que teima em tripudiar e desprezar o povo e se alimenta do privilégio secular de suas relações corporativistas.

Felizmente Brasília não se reduz ao Senado e à Câmara. Penso no seu espaço escultural e grandioso que não barra o horizonte nem a beleza do cerrado; penso na sua juventude irreverente, nos seus poetas, músicos, narradores e atores; na imensa maioria de funcionários públicos e trabalhadores, que nada têm a ver com as falcatruas quinquenais; penso na sua periferia pobre, batalhadora, profundamente brasileira, com seus rostos e sotaques de todos os quadrantes.

É impossível não execrar os escândalos da Capital, mas Brasília está longe de ser apenas isso. E certamente sobreviverá à caricatura grotesca de dramalhão mexicano publicado como folhetim nos cadernos de política, que se assemelham às páginas policiais.

Porque esse roteiro folhetinesco, brega de filme B não se limita à representação da capital da república. É o roteiro da nossa História recente, de uma democracia frágil e tão manca que pode tropeçar e cair nas garras do mais terrível obscurantismo. Será que os nobres e ilustres representantes dos Três Poderes não percebem isso?

Segunda, 6 de agosto de 2007, 07h59

Pavor de voar

Milton Hatoum

Bem-aventurados os que não têm medo de voar, os que navegam com serenidade no reino das nuvens, os que não se benzem na hora da decolagem e (valha-me Deus) da aterrissagem, os que propagam com voz firme a crença absoluta na tecnologia aeronáutica, os que desprezam as tempestades de São Pedro.

Bem-aventurados os seres corajosos - alguns até petulantes - que desdenham da fraqueza humana, porque eu, leitor, leitora, me sinto mais à vontade lendo Baudelaire e Manuel Bandeira no meu quarto do que a dez mil metros de altura.

E o diabo é que eu vôo desde os quatro anos de idade, quando a Amazônia desconhecia a soja e o gado, e ainda era uma vastíssima superfície verde e contínua. Minha mãe dizia que eu ficava rígido, pálido na poltrona como um boneco de cera, os olhos saltados sem pestanejar, perguntando a cada cinco minutos se a viagem tinha acabado. E isso numa época em que o trajeto de Manaus para Brasília demorava quatro horas no Constellation da Panair do Brasil ou no Electra da Varig.

Anos depois, quando comecei a viajar sozinho, entrava dopado no avião, não conseguia ler, nem comer nem beber nada. Viagens sem palavras e sem alimento, com o corpo entorpecido, abandonado a um estado de pavor ou a uma sonolência mórbida. O zumbido das hélices ou turbinas entrava na minha cabeça e reverberava com um estrondo tão grande que prenunciava uma enxaqueca lancinante. Hoje sei a origem das minhas enxaquecas crônicas.

Quando me lembro dos aviões em que viajei pela Amazônia - Catalinas e helicópteros da FAB, o teco-teco cuja cauda foi amarrada ao tronco de uma árvore para facilitar a decolagem num campo de pelada, o bimotor DC-3 que trepidava mais do que cama de motel de quinta categoria -, pergunto a mim mesmo se a minha própria cabeça não estava avoada ou avariada. Ao desembarcar de um desses tubos ou latas voadoras, eu não era um passageiro, e sim um fantasma de carne e osso, um ser mudo e transparente, que mal respirava.

Não há nada mais humano do que o medo... Nada mais banal do que o medo de voar. Sim, banal. Mas tudo o que é banal é também humano. Ainda vejo o rosto sorridente da aeromoça da companhia de aviação holandesa. Sorriso forçado, porque ela também estava amarela de medo quando o Boeing 747 interrompeu bruscamente a decolagem e eu ouvi em uníssono mais de trezentos holandeses gritarem algo parecido a Meu Deus! Gritos protestantes, calvinistas, a que se somou o meu grito de medo atávico, incurável, em plena pista de Amsterdã, palavra que naquele momento de pânico eu confundia com *I don't understand*.

Tenho inveja dos que entram num avião com se entrassem num restaurante ou bar, dos que conversam e riem nas nuvens com um ar blasé, dos que ficam encantados com esse triunfo da tecnologia cujo pioneiro é um compatriota. Mas tenho muito mais inveja dos trens de grande velocidade que absurdamente nunca tivemos: os TGVs franceses que vão de Paris a Londres ou Milão em poucas horas.

Não faltam absurdos por aqui: a falta de planejamento, o estado lamentável das nossas estradas, os motoristas bêbados, irresponsáveis e impunes (como certos políticos), a ganância sem fim de algumas companhias aéreas.

Absurdas são a inércia e a incompetência de todos os governos das últimas décadas, pois nenhum prefeito ou câmara municipal proibiu a construção de edifícios e casas no entorno das zonas aeroportuárias de Congonhas e Cumbica. A especulação imobiliária, em conluio com algumas construtoras e o poder público, inviabiliza a segurança dos passageiros. Se o aeroporto de Congonhas tivesse uma pista mais extensa e uma área de escape, essa tragédia com o avião da TAM poderia ter sido evitada.

Nada substitui o lucro. Eis o primeiro mandamento de uma das empresas do nosso capitalismo bárbaro.

Num país mais civilizado, o primeiro mandamento seria outro: Nada substitui a vida humana, os valores éticos e a dignidade.

Segunda, 3 de setembro de 2007, 13h45

Escrever em qualquer lugar

Milton Hatoum

Em Paris joguei fora um manuscrito e decidi escrever algo que valesse a pena: não um texto qualquer, um arremedo pobre de um livro admirado ou um diário ainda mais pobre da vida parisiense. Passei uns dias num hotel-pardieiro do Bairro Latino, e graças a um casal de amigos aluguei um quarto num apartamento no coração do Marais. Naquele inverno descobri que o desejo de escrever era um modo ao mesmo tempo perverso e prazeroso de se isolar do mundo.

Paris é um convite para passeios. Queria passear por toda a cidade, mas era impossível. Ficava dividido entre os prazeres da vida parisiense, o desejo de escrever e o desprazer de trabalhos avulsos, alguns urgentes, que me permitiam sobreviver. Uns amigos me perguntavam se era preciso tanto tempo para escrever, e minha intuição dizia sim. Foram três ou quatro anos de dúvidas e incertezas, que reaparecem quando se começa um livro. A maior parte do dia lidava com as palavras, as minhas e as dos outros, pois traduzia tudo o que me ofereciam, até textos maçantes sobre economia e agricultura, e os bem mais agradáveis sobre paisagismo e arquitetura. Lembro que joguei fora muita coisa: contos e relatos sem vida, sem pulsação, textos que eram apenas um exercício de estilo para aquecer as mãos. Quando você descobre o livro que quer escrever, então o ritmo flui e as mãos desembestam atrás das palavras. E nunca imaginei que uns onze ou doze anos depois eu voltaria a Paris para divulgar a tradução francesa do meu primeiro romance, o mesmo que começara a escrever no Marais, em pleno inverno de 1981, quando esse bairro maravilhoso da capital francesa ainda não havia sido invadido por lojas de grife e ondas de *yuppies*, quando Paris ainda era a capital da literatura e você podia morar com pouco dinheiro, comer num bistrô barato e assistir de graça a vários concertos e shows. Foi estranho ler uma resenha do romance no *Le Monde*, participar de eventos literários e dar entrevistas para rádio e TV.

Para os padrões franceses, eu ainda era um jovem de 42 anos. Lembro que a recepção do romance me deixou com a vaidade à flor da pele, a ansiedade e a vaidade que tendem a diminuir e a desaparecer com o tempo e com a experiência da própria vida. Percebi que Paris não era mais a mesma Musa, não vibrava como antes, a energia intelectual e artística da Europa se deslocara para a Espanha, Itália e Alemanha. Ou essa energia simplesmente não tem mais centro. O único centro é a palavra, a única coisa que se mantém viva é a luta diária com as palavras. Mas o sentimento de que você poderia conviver muito mais com os amigos e a família ainda perdura.

Às vezes penso que escrever é, de fato, alhear-se de tudo ao nosso redor. Ao mesmo tempo, é preciso estar atento a tudo, manter o olhar crítico na sociedade, no processo histórico, no mundo insano que nos tocou viver. Talvez o trabalho do ficcionista seja movido por um diálogo tenso entre a memória e o tempo presente. Desse diálogo surgem as palavras com seus personagens e histórias, romances ou relatos que reinventam a vida. Para um escritor, é um modo solitário e modesto de suportar o mundo.

Segunda, 1 de outubro de 2007, 08h03

A beleza de Buenos Aires

Milton Hatoum

Não conhecia Buenos Aires. Nas décadas de 70 e 90 viajei pela América do Sul, e nessas andanças visitei a capital e o interior de quatro países andinos. Só agora fui à Argentina, onde passei alguns dias. É impossível conhecer uma cidade em tão pouco tempo. Uma semana não é nada, o visitante pode ficar bem ou mal impressionado com o lugar visitado. Ou indiferente. Mas a primeira impressão é quase sempre decisiva.

A literatura, os mapas e o cinema me convidaram a imaginar Buenos Aires antes de pisar na cidade. Ver uma cidade que, de algum modo, já "conhecemos", mitiga um pouco a surpresa de visitar um lugar pela primeira vez. Não foi isso o que aconteceu. Buenos Aires me surpreendeu por sua beleza e civilidade, por seus cafés, restaurantes, livrarias, praças, parques e jardins, pelo contato cordial com seus moradores. É uma cidade esplêndida no coração de uma América tão desagregada, tão miserável e decaída. Claro que há muitos problemas em Buenos Aires, mas quem sai de São Paulo e do Brasil está farto de problemas. Vi pessoas dormindo sob pórticos e marquises; vi lixo acumulado nas ruas do centro, vi favelas na periferia sudoeste da cidade. Há pessoas pobres em alguns bairros e vários catadores de papelão e dejetos. Há imigrantes bolivianos, peruanos e paraguaios que vivem miseravelmente. Tudo isso é indigno. Mas vivemos num mundo indigno e injusto, para dizer o mínimo. Ainda assim, saí de Buenos Aires com a impressão de que perdemos o bonde na década de 1950, quando as cidades brasileiras - sobretudo Rio e São Paulo - poderiam ter sido planejadas. O que veio depois destruiu nossos sonhos. O toque militar de recolher e a conseqüente barbárie. A extrema desigualdade social. A ganância e a ignorância de políticos, militares e uma parte da elite. Prefeitos e vereadores que entregaram suas cidades ao apetite voraz das imobiliárias e construtoras. Tudo isso fez das metrópoles brasileiras um caos: um conjunto de fortalezas para os ricos, e inúmeras favelas para os pobres e miseráveis. Entre esses extremos, a classe média paga caro para morar em edifícios horrorosos. E isso num país de arquitetos

competentes e premiados, mas banidos profissionalmente, pois não atuaram no planejamento das cidades e no projeto de edifícios.

Buenos Aires é uma lição de arquitetura e urbanismo. Parece uma cidade de várias idades: antiga, moderna e contemporânea. Uma cidade viva e cheia de encantos, que não desprezou suas tradições. Os bairros mais tradicionais - Palermo, San Telmo, Almagro, Caballito, La Recoleta, Chacarita, Flores e outros - não foram desfigurados por uma arquitetura feia e cafona. Um exemplo de projeto arquitetônico inovador em Buenos Aires é o conjunto de edifícios de Puerto Madero, com sua bela área de lazer que dá para o rio. Os portos de Manaus e Porto Alegre - só para dar exemplos do Norte e do Sul - estão absurdamente de costas para o rio. Uma das poucas capitais brasileiras que transformou a área portuária num lugar belo e agradável é Belém, uma cidade que, infelizmente, muitos brasileiros desconhecem.

Quase tudo em Buenos Aires foi e é projetado numa escala humana. Claro que há razões históricas que explicam tudo isso. O populismo e a corrupção estão arraigados na história política da Argentina, mas esse país sobreviveu a uma ditadura sangrenta, que culminou na guerra das Malvinas, a derradeira insanidade dos militares. E apesar dos governos corruptos e populistas, a Argentina reergueu-se, Buenos Aires recuperou algo de seu esplendor e agora acolhe visitantes do mundo todo. O movimento cultural é intenso, e quando você passeia pela cidade, não se sente explorado ao frequentar um restaurante, um café, um teatro.

Triste a cidade cujo lazer depende de visitas a um shopping center. Poderia passar um mês em Buenos Aires sem pisar num shopping. Um mês? Uma vida inteira.

Segunda, 5 de novembro de 2007, 08h08

Desprezo pelos professores

Milton Hatoum

Há poucos dias um amigo me telefonou para protestar contra o salário baixíssimo que recebe por seu trabalho de professor.

Luis Paulo leciona História numa escola pública de São Paulo. Dá seis aulas por dia, passa duas horas e quinze minutos no ônibus e metrô. Os 15 minutos são importantes, pois somam mais de uma hora por semana de trabalho. Luis Paulo mora com a mãe numa casa modesta, próxima do Jardim Ibéria, no histórico bairro da Casa Verde, na zona norte da capital. Não paga aluguel. Se pagasse, passaria fome. Ou moraria em Jembeiro ou no Jardim Ângela, pois só assim poderia comer.

- Com esse salário, sou pouco mais do que um escravo, disse o professor. Gostaria de trabalhar no Acre, onde o custo de vida é mais barato e os professores da rede pública ganham mais.

Referia-se à polêmica recente sobre o salário dos professores no Acre, significativamente maior que o de seus pares paulistas. (Folha de S. Paulo, 16/10/07, caderno Cotidiano). A reportagem irritou mais de um governante paulista.

Os burocratas argumentam que o Acre é um estado pequeno, por isso pode pagar um salário um pouco menos indigno aos mestres. Esse argumento é um sofisma juvenil. Mesmo assim, não deixa de ser uma aberração. Um cidadão comum ou um mendigo pode argumentar que a arrecadação do governo paulista é infinitamente maior que a do pobre e diminuto Acre. De fato, o PIB de São Paulo é superior ao da Argentina. E então, como ficamos?

A questão não é geográfica nem econômica, e sim política. Política educacional. Afirmar que uma remuneração mais elevada dos mestres não melhora a qualidade de ensino revela insensibilidade e desprezo por uma profissão que é crucial para o desenvolvimento do país. É difícil avaliar até que ponto o aumento do salário no Acre foi decisivo no bom desempenho desse Estado do Norte no Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb).

Segundo a reportagem da Folha, a avaliação da educação básica no Acre aumentou 13,8 pontos entre 2003 e 2005, contra apenas 1,1 em São Paulo. Na mesma reportagem, o professor Antonio Chizzotti, da Faculdade de Educação da PUC-SP, declarou: "Uma das questões fundamentais na qualidade de ensino é a remuneração do docente. O professor precisa ter condições de estudar, comprar livros, ir ao teatro. Tudo isso é formação. E não dá para cobrar bom trabalho de um funcionário a que se paga mal."

Perguntei ao meu amigo quantos livros ele compra por mês.

Nenhum, respondeu. Compro dois no Natal, e olhe lá.

Não tive coragem de perguntar se ele ia com certa frequência ao teatro ou ao cinema. Isso eu poderia perguntar a um professor alemão, francês ou americano. Aliás, é melhor não divulgar o salário dos professores na Alemanha. Ou de uma alfabetizadora alemã. Nem é preciso mencionar números: todo mundo sabe como e por que um país quase inteiramente devastado pela Segunda Guerra tornou-se, em poucas décadas, um dos mais prósperos do mundo.

Os professores da rede pública brasileira apenas sobrevivem. A remuneração dos mestres - de Norte a Sul - é uma das indignidades deste país que sonha com normas civilizadas. Se um estado rico como São Paulo continuar a pagar oito reais por hora/aula, o que se pode esperar da formação dos jovens? Ou melhor, da imensa maioria de jovens que dependem da escola pública para romper o ciclo secular da pobreza e marginalidade social?

Quarta, 28 de novembro de 2007, 14h32

Prece de amazonense em São Paulo

Milton Hatoum

Poema inspirado em Carlos Drummond de Andrade

Espírito do Amazonas, me ilumina,
 e sobre o caos desta metrópole,
 conserva em mim ao menos um fio
 do que fui na minha infância.
 Não quero ser pássaro em céu de cinzas
 nem amargar noites de medo
 nas marginais de um rio que não renasce.
 O outro rio, sereno e violento,
 é pátria imaginária,
 paraíso atrofiado pelo tempo.
 Amazonas:
 Tua ânsia de infinito ainda perdura?
 Ou perdi precocemente toda esperança?
 Os que te queimam, impunes,
 têm olhos de cobre,
 mãos pesadas de ganância.
 Ilhas seres rios florestas:
 o céu projeta em mapas sombrios
 manchas da natureza calcinada.
 Tento abraçar a imagem fugidia
 de um barco à deriva no mormaço
 com os mitos que a linguagem inventa.
 Espírito amazonense, tímido talvez,
 e desconfiado para sempre,
 não me fujas em São Paulo,
 nem me deixes à mercê
 dos pesadelos que incendeiam o mundo.
 Se o Brasil te conhecesse
 antes do fim que se aproxima,
 salvaria tua beleza? Teus seres desencantados?
 Entenderia a ciência tua infinita riqueza?
 Abre a janela de um barco
 ante meus olhos,
 e que ao teu profundo rio conduza
 a memória de línguas estranhas
 e tantas histórias ocultadas:
 Amazonas.

(Publicado na *Revista Amazônia, O Estado de S. Paulo*, domingo, 25 de novembro de 2007).

Quarta, 5 de dezembro de 2007, 14h30

Espingardas e um livro de Papai Noel

Milton Hatoum

I

Nunca me esqueci de uma manhã de 25 de dezembro em que encontrei debaixo da cama um livro com belas ilustrações. Esse livro precioso era uma edição espanhola do *Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de la Mancha*. Mais que uma mera adaptação para crianças e jovens das desventuras do Cavaleiro da Triste Figura, a obra de Cervantes vinha enriquecida com belas ilustrações de um mapa das andanças quixotescas e das cenas mais conhecidas do romance. Viajei de Manaus para algum lugar da Mancha e depois para várias regiões da Espanha. Sonhei com Dulcinea del Toboso, essa mulher tão desejada e sonhada pelo Quixote, cujo amor não se realiza. Tampouco se realizam os sonhos de justiça do Cavaleiro, mas esses sonhos povoam a memória de milhões de leitores desde 1605. Alguém - adulto ou criança -, em algum lugar do mundo, deve estar lendo o *Dom Quixote*; alguém deve estar acompanhando com riso ou pesar os atos tresloucados do personagem mais conhecido do

Ocidente: aventuras romanescas que imitavam outros personagens de livros de cavalaria lidos pelo Quixote e, claro, por seu autor.

Aliás, quando se lê o texto integral de Miguel de Cervantes Saavedra, os desencantos se multiplicam. Somente na imaginação de Dom Quixote, Dulcinea é uma bela mulher com ares de princesa ou de dama da corte espanhola; na verdade, Dulcinea - esse nome tão melódico - é Aldonza Lorenzo, uma lavradora robusta e rude, com voz poderosa e nada sensual. Coube ao fiel escudeiro Sancho Pança a incumbência de desmistificar essa e outras idealizações do Cavaleiro.

Na minha infância ganhei também bolas de futebol, uma bicicleta, um teco-teco de madeira e revistas em quadrinhos: Mandrake, Cavaleiro Negro, Cavaleiro Fantasma... Nada de brinquedo elétrico, muito menos eletrônico; nenhum urso tocando tambor. Mas um tambor, sim. Um tambor com pele de cobra que ensurdeceu minha família e os vizinhos.

II

Nenhum dos meus quatro tios ganhou de Papai Noel um livro tão fascinante como o de Cervantes. Mas todos ganharam uma espingarda. Não era uma arma perigosa, apenas uma geringonça de madeira, que disparava uma rolha. O disparo era lento, preguiçoso, incapaz de matar uma barata. Disparo seco, sem som, inofensivo. Como a diferença de idade entre os quatro tios era de dezoito ou vinte meses, Papai Noel lhes deixava uma espingarda colorida no dia 25 de dezembro. Nunca ganhavam uma espingarda da mesma cor. Era a mesma arma inofensiva, mas as cores mudavam de Natal para Natal.

Uns quinze anos depois, quando meus tios já eram homens, as quatro espingardas apareceram debaixo da minha cama. Nenhuma funcionava; pareciam frutas descascadas e abandonadas. Soube que um dos meus tios - o caçula - havia feito essa brincadeira tardia de Papai Noel. Conheci a história das armas coloridas algum tempo depois. Como meu avô não tinha dinheiro para comprar brinquedos nem livros, ele mesmo fez as quatro espingardas toscas e a cada Natal pintava cada uma com uma cor diferente e as dava aos filhos no dia 25 de dezembro. Diziam que os quatro meninos saíam juntos com a espingarda no ombro, como um pequeno exército de Brancalone. Nenhum foi caçador, nenhum se armou de espírito belicoso. E eu, que ganhei as quatro espingardas de uma só vez, não soube o que fazer com elas. Hoje não sei onde elas estão. Acho que sumiram em alguma mudança de casa, e ficaram empoeiradas e esquecidas no porão ou enterradas em algum quintal da cidade em que nasci. Ou, quem sabe, o tempo deu conta delas e viraram pó ou serragem. Mas a edição espanhola do *Dom Quixote* continua na minha estante e na minha memória.

2008

Segunda, 7 de janeiro de 2008, 13h57

Um amigo pessimista

Milton Hatoum

Alguns leitores já ouviram falar do Guerra, o Guerrinha, meu amigo pacifista. Aos que não o conhecem, peço que dêem uma olhada na crônica do dia 26 de julho de 2006, escrita em plena copa do mundo, de triste memória para o torcedor brasileiro. Na passagem do ano, ou para ser exato, às 23 horas e cinquenta e um minutos do dia 31 de janeiro de 2007, telefonei ao Guerrinha para desejar-lhe um 2008 com paz e saúde.

Agradeço o telefonema, ele disse. Saúde, sim, mas paz... Sinto dizer que em 2008 as guerras vão continuar. E outras vão surgir.

Argumentei que não era o momento propício para falar de guerras, as atuais e as vindouras.

É que você anda mais otimista que o Candide do Voltaire, ele disse. Olhe para o mundo. Pense na indústria de armas, pense nas máquinas mortíferas desse planeta. Você acha que a indústria da morte quer paz? Você não leu...

Eu quero paz, interrompi com impaciência meu amigo. Quero paz no Brasil, na Bolívia, na Venezuela, na Colômbia, nas Filipinas, no Sudão, no Paquistão, na Palestina e no mundo todo.

Como você é ingênuo, disse Guerra. Você acredita nos votos de paz e esperança.

Não acredito em nada: apenas desejo coisas boas para a humanidade. Por exemplo: que se construam as 900 creches que fazem tanta falta às crianças de São Paulo; que os professores sejam bem remunerados; que o candidato do partido republicano perca a próxima eleição para presidente dos Estados Unidos; que a obra de Anibal Machado seja reeditada; que as crianças deste país possam ler bons livros; que a polícia brasileira seja menos truculenta, menos bárbara com os pobres e favelados.

Não é pedir muito?, perguntou meu amigo.

Não faz mal, já pedi. E se nada disso acontecer, ao menos registrei alguns anseios.

Registro inútil, disse Guerra, ansioso. A polícia será mais violenta porque o tráfico de drogas só tende a aumentar. E qual governo está preocupado em construir creches para os filhos de mães pobres?

Meu governo, eu disse.

O quê?

Isso mesmo. No meu governo os professores da rede pública vão ganhar um salário digno e haverá creches para todas as crianças.

Seu governo?

Sim, meu governo imaginário, respondi. Nunca mencionei meus planos de governo?

Nem recaída, nem volta aos anos sessenta, eu disse. O fato é que a cada ano eu faço um novo plano de governo, elaboro um orçamento, elejo prioridades, substituo secretários e ministros. Em 2008 as prioridades do meu governo são: aumento salarial para os docentes da rede pública e construção de creches e bibliotecas. Faltam creches em Recife, Fortaleza, Manaus, Belém, Porto Alegre, Rio, Salvador...

Fala sério...

Nunca falei tão sério, Guerra. Você pensa que o mundo vai acabar, e eu penso em construir um mundo melhor. Só isso.

Acho que você está enlouquecendo, disse Guerra.

Os estrondos dos fogos de artifício cortaram a nossa conversa; mesmo assim, disse a Guerra que estava farto de tanto niilismo e pessimismo.

Então leia os romances que você mesmo escreveu, disse Guerra, dando uma risada de hiena. Quanto pessimismo, quanta amargura, quantos dramas. E você ainda me diz que está farto de pessimismo.

Eu não penso nem ajo como os personagens e os narradores dos meus romances, eu disse. Eles não são o que sou. Nenhum vive como eu vivo. São apenas personagens...

Quanta frieza, quanto cálculo, observou Guerra. Nunca chorou por um personagem?

Chorei por vários. Eu e os leitores. Ou você pensa que um romancista é uma caixa de isopor? Mas choro também por outros seres. Seres reais. As crianças, meu caro. As crianças sem futuro... As crianças da África, do Brasil, do mundo todo.

Não consigo te ouvir, gritou Guerra. Essas bombas...

Não são bombas, e sim fogos de artifício. O ano novo... Paz e saúde, Guerra.

Os estrondos se multiplicaram, o céu clareou com o foguetório, e já estávamos a menos de dois minutos de 2008 quando Guerra desligou.

Segunda, 14 de janeiro de 2008, 07h48

Um baiano universal

Milton Hatoum

Infelizmente não posso dizer que fui amigo de Jorge Amado. Nosso único encontro aconteceu em Paris, já não me lembro se em 1994 ou 93. Lembro que lançava na França a tradução do meu primeiro romance, e sabia que Jorge Amado estava por lá. Ele costumava passar a primavera e o verão em Paris, e antes do outono europeu viajava para Salvador, de modo que vivia sempre entre o verão e a primavera, entre dois paraísos. Prometi que um dia iria visitá-lo na Bahia, e por timidez fui adiando essa visita e nunca mais o encontrei. Leseira minha, porque Jorge Amado nada tinha de pomposo nem de formal.

Em 1989 ele me enviou uma carta muito amável, em que comentava meu romance de estréia. Aliás, escrevia cartas a vários autores jovens e desconhecidos. Fazia isso por amor à literatura e também por generosidade, algo que não anda na moda nesta época de competição acirrada. Até mesmo António Lobo Antunes, com seu jeito áspero e sua prosa de inegável alcance estético, até o Lobo foi amigo de Amado e admirador de seus romances. Sem a obra de Jorge, disse certa vez Lobo Antunes, não haveria neo-realismo na prosa portuguesa.

A mesquinha e a inveja passavam longe da alma desse baiano universal. Eu não via nele nenhuma gota de ressentimento, apesar das críticas que faziam à sua obra, algumas justas, outras cruéis e inconseqüentes. Inconseqüentes porque na ficção de Jorge as falhas não apagam, muito menos anulam a dimensão social e histórica: a densa dimensão humana de sua obra.

O espaço evocado nos romances de Amado - a capital da Bahia, o coração de Salvador, de Ilhéus e outros lugares - é tão vivo quanto os personagens que os habitam. O leitor pode quase tocar esses lugares e personagens. Na extensa e variada obra amadiana há, por certo, uma excessiva recorrência de frases e situações, mensagens ideológicas explícitas, desajustes entre a voz dos narradores cultos e a dos personagens populares. Mas, e daí? Jorge Amado preferiu o prolífico e o monumental à exatidão de uma obra exígua. Na história da literatura não são muito numerosos os romances perfeitos, cujo objetivo de seus autores é construir uma obra estética, sem frouxidão, sem deslizes, em que as peças se encaixam com precisão, tal uma máquina perfeita. Nenhuma palavra ou frase fora do lugar. Essas obras perfeitas existem: *A volta do parafuso*, *O coração das trevas*, *A morte de Ivan Ilitch*, *São Bernardo*, *Grande sertão: veredas* e não sei quantas mais. Vamos dizer, com otimismo, que há noventa e nove livros perfeitos nas estantes de uma biblioteca imensa. Uma parte da obra de Jorge encontra-se nessa biblioteca, e nem por isso ele pode ser considerado um escritor mediano. Porque é muito raro uma obra mediana sobreviver meio século ou setenta anos. É o que aconteceu com *Jubiabá* e com *Capitães*

da *Areia* - livros que Albert Camus admirava - e com tantos outros, desde *Gabriela, cravo e canela* até *A descoberta da América pelos turcos*.

Num consistente ensaio sobre a arte da ficção, o escritor inglês Edward Foster escreveu que o romance é uma narrativa "encharcada de humanidade". Não há melhor definição para os romances de Amado, cuja obra será relançada a partir de meados de março. Espero que os leitores a leiam com interesse e olhar crítico, mas sem preconceito. Porque o preconceito, na literatura e na vida, é uma fonte de cegueira e de veneno para a alma.

Segunda, 11 de fevereiro de 2008, 08h02

Viagem pelo deserto da Pátria (I)

Milton Hatoum

Não sei por que fiz aquela viagem, a verdade é que não sabemos a razão de todos os nossos atos e desejos. Foi mais um impulso, um roubo dos 23 ou 25 anos - mas faz diferença? - ou um desejo de sair de São Paulo, do ambiente opressivo de São Paulo. Porque a viagem aconteceu em 1978 e não em 2008, e isso sim, faz muita diferença, você sabe. Então eu e o Palma saímos de Curitiba numa Rural Willys com destino ao Amazonas. Éramos dois manauaras saudosos da terra natal, sem dinheiro para viajar de avião, mas com ânimo para pegar a estrada péssima e quase interminável que unia o Sul ao Norte do Brasil.

Estrada asfaltada é fácil: muito mais difícil é rodar no barro e na lama, enfrentar atoleiros e deslizamento de encostas, e foi o que aconteceu na metade do percurso de Cuiabá a Porto Velho. Passamos um dia com sua noite inteira num atoleiro à espera de ajuda, a Rural afundada no barro: o barro primordial da mata de transição do cerrado para a floresta amazônica.

E agora, doutor Palma?

Meu amigo médico respondeu com uma outra pergunta: Quantas bananas temos na sacola?

Uma dúzia, eu disse. E muita bolacha.

Então vamos comer banana, que faz bem para a memória e para o humor.

Comemos. E jogamos baralho, conversamos, jogamos conversa fora, ouvimos todas as músicas de todas as fitas cassetes do meu gravador, depois ouvimos de novo as mesmas músicas, repetimos um carreado, repassamos a vida amorosa de cada um e contemplamos as estrelas do céu belíssimo do Mato Grosso. Por fim, começamos a passar fome. Às onze da manhã do dia seguinte apareceu um caminhão verde escuro com uma estrela branca no nariz do capô. Parou a uns 15 metros da Rural. Dois militares desceram da cabine: um soldado - o motorista - e um suboficial: o segundo sargento Candorra. Nunca esquecerei este nome nem este sargento: alto, rosto chupado, nariz e olhos de gavião, um olhar de meter medo até em fantasma. Mas o corpo era magro demais para ser membro de um Exército que então nos governava. Ele trabalhava no Batalhão de Engenharia da Selva, que fazia a manutenção da estrada. Pedimos ajuda ao suboficial: que o caminhão puxasse a Rural com uma corrente. O segundo sargento Candorra observou nosso semblante de subversivos: a barba crescida, o cabelo longo e cacheado, a roupa andrajosa. Meu amigo médico usava uma boina escura com uma estrela vermelha, cópia da boina do Che Guevara. Eu não usava a famosa boina, nem precisava: estava na cara - no meu rosto e olhar - que eu queria distância dos milicos. Daqueles milicos que deram um golpe de Estado em 1964.

Para onde vão, perguntou Candorra. Para Manaus, eu disse. Manaus? Isso mesmo: Manaus. O sargento olhou para as rodas da Rural. Na verdade, as rodas haviam sumido no barro. Curvou o corpo, ficou de cócoras, não sei se procurava alguma coisa no chassi. Então começou a revistar o veículo. No banco traseiro ele e o soldado encontraram dois livros sobre urologia, um deles era um manual intitulado *Incidência de câncer de próstata em homens com mais de 50 anos*. Candorra folheou o livro com seus olhinhos de gavião. E eu, curioso, perguntei: Palma, por que 'em homens com mais de 50 anos?' E as mulheres, doutor?

Palma não riu. Quer dizer, segurou o riso e olhou sério para o suboficial: E as mulheres, sargento?

Isso é complicado, respondeu Candorra. Você, que é doutor, devia conhecer essas coisas.

Mas eu conheço, sargento. Meu jovem amigo é que ignorante. O senhor devia prender os jovens ignorantes.

Candorra me olhou e eu olhei para o doutor Palma. Que amigo. Que médico irônico. Depois o sargento revistou a bagageira, pediu nossos documentos e disse que infelizmente não tinha autorização para nos ajudar. O doutor Palma entregou ao militar dois documentos. Candorra observou-os, comparando as fotos e os dados pessoais, até certificar-se de que Palma era, além de médico, o oficial de reserva Luis Olavo Palma Vergueiro.

Meio-dia. Sol de rachar. Mas que céu! Que pássaros lindos, recortados no azul. Pareciam pássaros pintados por Paolo Uccello. Então Candorra devolveu os documentos, ficou em posição de sentido e prestou continência ao meu amigo, que respondeu ao gesto com o mesmo gesto. Palma era tenente-médico das Forças Armadas. Havia feito o serviço militar depois que se formara em medicina.

Assisti perplexo àquela cena estranha: Candorra e Palma, um de frente para o outro, inertes, que nem uma estatuária surrealista numa estrada de barro no coração do Brasil. O caminhão do Exército nos tirou do atoleiro. Ainda tínhamos bolacha de água e sal. E ânimo, muito ânimo. Seguimos o resto do dia pela estrada de barro, os dois calados, famintos, rezando para que o barro não nos devorasse. E assim entramos na noite. Já estávamos

próximos de Rondônia quando tivemos de parar no meio da madrugada. Levei um susto com o estampido. Porque aí aconteceu o pior...
O pior e o mais estranho. Mas isso vou contar na próxima crônica.

Segunda, 25 de fevereiro de 2008, 09h27

No deserto da pátria (II)

Milton Hatoum

E assim entramos na noite. Não estávamos muito longe de Rondônia quando me assustei com o estampido. Porque aí começou a acontecer uma coisa estranha na nossa viagem terrestre a Manaus. O estampido, a Rural Willys desgovernada, rasgando para o lado direito da estrada de barro.

Estourou um pneu, disse Palma, no volante.

Descemos e nem foi preciso acender a lanterna para trocar o pneu: o luar iluminava o barro e a floresta. Eu podia ver o rosto tenso do meu amigo, mas só entendi o motivo da tensão quando ele deu umas palmadas no estepe. Perfeitamente careca. Consultei o mapa: Estamos a 240 quilômetros de Vilhena: será que esse pneu agüenta? Claro que não, murmurou meu amigo. Mas não temos outra saída, eu disse.

A Rural avançou na noite enluarada, eu no volante porque meu amigo estava exausto e adormeceu no banco traseiro. Que luar, eu pensava. Que noite inesquecível nesse ermo: a solidão na estrada, a solidão do viajante na pior estrada do Brasil. A lua e o velocímetro: faltam 210 quilômetros, 186, 158. Como Porto Velho está longe, como o Brasil teima em não terminar. A 120 quilômetros de Vilhena a profecia de Palma foi realizada. Desta vez sem estouro, quase sem alarde: apenas uma trepidação, um repuxo pesado no volante, e a sensação de que o tempo ia parar no meio da madrugada. Quem parou foi a velha Rural. Paramos no meio da estrada, saltei e vi o pneu careca arriado. Murcho. Palma roncava. O rosto do médico e oficial da reserva estava amassado na janela: um rosto desfigurado de dormente entorpecido, a boca estranhamente aberta, as bochechas que ondulavam no vidro, a testa enrugada, o queixo sumido em algum desvão sombrio do banco. Esse rosto meio tétrico iluminado pela lua me fez lembrar, anos depois, uma das figuras lancinantes de Francis Bacon. Então fiquei pensando como ia sair daquela enrascada. Aos poucos, os mosquitos acordaram meu amigo. Assustado, Palma perguntou onde estávamos.

Na mesma estrada, respondi. A mais de duas horas de Vilhena, com o estepe murcho e sem bananas para matar a fome.

Palma entendeu. Quer dizer: nós dois entendemos que dessa vez não surgiria o sargento Candorra, nem qualquer outro suboficial ou soldado ou engenheiro militar. Não tínhamos mais comida. Água, sim. Uma noite úmida, de céu estrelado e luar mitigava nossa aflição. Catamos as últimas bolachas; mastigamos lentamente uns pedaços, sem desperdiçar os farelos. Três e meia da manhã, e o silêncio da espera. De vez em quando eu acendia e apagava a lanterna, como se fosse o aceno de um desesperado na noite deserta.

Fala alguma coisa, disse Palma. Esse silêncio me deixa nervoso.

Vou dormir, eu disse.

Não vais conseguir dormir, ele disse. E com razão, porque ninguém dorme com fome no meio de uma estrada deserta. Em algum momento escutei um ruído. Olhei para o meu amigo e perguntei se ele também havia escutado. Era algo que vinha atrás da Rural. Quase ao mesmo tempo uma luz piscou à nossa frente, lá no fim da escuridão. A luz tremia, apagava, como um vaga-lume crescendo na noite.

O que pode ser isso, Palma perguntou.

O ruído ou a luz, perguntei em voz baixa.

As duas coisas, rapaz.

Calamos para ouvir melhor. E também para ver com mais nitidez. O ruído se aproximava e a luz emitia um clarão difuso.

Será que vamos sair daqui, perguntou Palma. E ele mesmo acrescentou: sair vivos?

(continua na próxima crônica)

Segunda, 10 de março de 2008, 07h51

Cães na madrugada

Milton Hatoum

I

A luz piscava na estrada escura e de repente um farol iluminou o barro e ofuscou nossos olhos. Palma não se movia. Eu também estava quieto, atento ao ruído que vinha de trás. Podia ser um bicho, um homem, mas logo o ruído sumiu e o farol tomou conta da nossa apreensão. Era um fusca velho, que avançou lentamente até parar diante da Rural Willys. O farol e o motor do fusca permaneceram ligados. Eu e Palma saímos da Rural.

"É a nossa salvação", disse meu amigo. "Deve ser um carro de Vilhena".

E era mesmo. O motorista e o carona eram muito jovens, talvez menores de idade. Só depois notei a presença de alguém no banco de trás. Palma explicou que nosso estepe havia murchado e só em Vilhena podíamos encontrar um borracheiro. O motorista concordou em dar uma carona.

"Já íamos voltar mesmo", disse ele. "Levo um de vocês".

"Então vá você", disse meu amigo. "Eu fico cuidando da Rural".

"Sem comida", perguntei.

"Temos água, e isso basta", disse Palma.

Eu ia colocar o pneu furado no banco de trás, mas o motorista disse que o fusca não tinha estepe, de modo que eu podia pôr o pneu na bagageira. Entrei no fusca e partimos para Vilhena. Calculei que viajaríamos menos de duas horas. Um cálculo errado, pois a viagem seria mais longa e perturbadora.

Não me perguntaram nada. O rapaz ao meu lado olhava a beira da estrada; de vez em quando o motorista apagava os faróis: imaginei que fosse uma brincadeira ou um desejo de enxergar mais estrelas no céu. E quantas estrelas. Quanto silêncio lá fora, na floresta rasgada pela estrada, na estrada devorada pela noite. Quando o rapaz acendia os faróis, eu via - ou pensava ter visto - alguma coisa estendida na beira da estrada. Estranhei a baixa velocidade do carro, estranhei o silêncio dos três jovens. Mais de uma hora assim, e a noite persistia, não dava sinal de partir. Repousei a cabeça no encosto do banco, em algum momento cochilei...

II

O primeiro estampido me assustou e sacudiu meu corpo, e logo pensei num sonho porque escutei risadas e urros de triunfo. Perguntei o que estava acontecendo. O jovem ao lado do motorista disse que eles se divertiam na noite do sábado. Virou o rosto para trás e perguntou se eu tinha alguma coisa contra a diversão. Não tive tempo para responder: os faróis piscaram, ele ergueu a mão que segurava um revólver, virou o rosto para a janela e atirou duas ou três vezes na beira da estrada. O rapaz ao meu lado murmurou: Oito.

"Oito", perguntou o motorista. "Só oito?"

Logo adiante mais um tiro, e uma pausa para recarregar a arma. Não havia como cochilar nem fechar os olhos na madrugada em que cães erradios eram executados por três loucos. Por um momento esqueci o estepe e a viagem para Manaus e pensei em Palma, na solidão do meu amigo na noite deixada para trás. Porque agora amanhecia, agora a luminosidade avermelhada revelava os cães esqueléticos e inertes no barro que se confundia com a primeira luz da manhã. Depois dos disparos, os ganidos de dor dos cães abatidos me davam náusea e pena. Pensava nos animais agonizantes, pensava no que ainda estava acontecendo com tantos brasileiros naquele amanhecer. Pensava na viagem ao Amazonas como uma maneira de escapar ao horror da cidade, mas o horror estava também no deserto e talvez em toda parte.

III

Quando apareceram as primeiras casas de Vilhena, pedi ao motorista que parasse o carro. Na verdade, gritei para que parasse o maldito carro. Os jovens não entenderam minha revolta muito menos minha indignação. Retirei da bagageira do fusca o pneu murcho da Rural, sentei na estrada e ainda escutei risadas enquanto os matadores de cães se distanciavam de mim. E esperei o último vestígio da noite ir embora.

Segunda, 24 de março de 2008, 08h01

Celebridades, Personagens e Bananas

Milton Hatoum

Para Luis Fernando Verissimo

Um leitor me perguntou se era possível transformar uma celebridade em personagem de ficção.

Claro que sim. Quando se trata de ficção, tudo é possível. Depende menos da celebridade e muito mais do talento do escritor. Há celebridades extraordinárias: artistas, poetas, cantores, escritores, empresários, dançarinos, jornalistas. E, por que não dizer, políticos, mas estes são celebridades cada vez menos extraordinárias.

Vários romancistas e cineastas se inspiraram em celebridades para compor uma obra. *Cidadão Kane*, o clássico dirigido por Orson Welles, é um grande filme sobre esse tema. *A fogueira das vaidades*, romance de Tom Wolfe, não será o último.

Mas o leitor referia-se a outro tipo de celebridade, a mais vulgar e efêmera de todas, do tipo Big Brother. Aí desconfio quando alguém afirma: "Tal celebridade parece um personagem". Pode até parecer, mas é quase sempre uma figura plana, algo mais chapado do que uma caricatura. Por exemplo: certas celebridades, cansadas de tanta vulgaridade, dificilmente seriam fontes de inspiração para personagens complexos. Escutamos suas gargalhadas de hienas, vimos seus trejeitos e pulos na tela da TV, ouvimos sua voz melosa, mas os abismos do inconsciente passam longe dessa estupidez feliz. Esse tipo de celebridade é apenas o que aparenta: pele sem alma, riso sem mistério. Ou um inventário de tiques e gestos repetitivos.

Mas não queria falar dessas celebridades, que lembram frutas da estação. Algumas apodrecem antes do tempo; ou, mastigadas ainda verdes, são um convite à indigestão. Muitas desaparecem no outono, ressurgem no verão e são esquecidas no inverno. Daqui a algum tempo, todas se tornam casca de banana.

Passei da celebridade vulgar à casca de uma fruta. Então vamos à fruta, que é saborosa, milagrosa para a saúde e custa uma mixaria. Sim, leitor. Banana é coisa séria. Li em algum lugar que os mortais viciados em bananas livram-se da depressão. A banana tornou-se uma verdadeira celebridade nas Filipinas. Dizem até que já não há mais asiáticos deprimidos. Isso porque um estudo de laboratório revelou uma alta dose de um antidepressivo natural nesta fruta cuja casca tem duas cores da bandeira do Brasil. Duas? Com um pouco de imaginação, todas as cores, pois há bananas azuladas e embranquecidas. Coma três por dia e seu humor será maravilhoso. E a coisa não pára por aí. A fruta é rica em vitaminas K, C, A e B6, reduz o risco de lesão cardíaca e aumenta a massa muscular de adultos e crianças.

Mal acabei de ler o artigo científico, corri até a quitanda mais próxima e comprei uma dúzia de bananas. Tracei três antes de dormir. Eu, que sofro de insônia mórbida, dormi como um anjo. O dia amanheceu nublado em São Paulo, mas acordei saltitante, sem sinal de irritação. Depois folheei os jornais e li de relance um bate-boca entre políticos. Por Deus, leitor. Era tanto insulto, tanta agressão verbal, que pensei: Por que eles não comem bananas? Falta-lhes uma bananinha na boca, no estômago. Ou na vida. Só uma banana? Um cacho, uma bananada a cada hora do dia com sua noite. É claro que lhes faltam também um naco de compostura, mas seria pedir muito a celebridades tão ordinárias.

Depois li as coisas mais absurdas do mundo, deste mundo insano que nos tocou viver. Mas não me descabelei. Fui às bananas, reli uns poemas de Drummond e escrevi esta crônica sobre uma fruta célebre.

Segunda, 7 de abril de 2008, 07h56

A vez do leitor

Milton Hatoum

O diabo - um desafio do diabo - é começar uma ficção quando você acabou de publicar um romance. Você deu várias entrevistas sobre esse romance, e em algum momento você não sabe se está falando sobre o livro publicado ou sobre o texto que você gostaria de ter reescrito mais uma vez, antes de a editora enviá-lo para a gráfica.

Depois de dar uma olhada na última prova do prelo parece que o manuscrito caminha para um calvário. Nenhum escritor é plenamente confiante porque escrever é um risco movido pela insegurança. O que prevalece é uma sensação de impotência e frustração, porque você pensa que poderia ter melhorado uma cena, um diálogo, um personagem, mas é tarde demais: agora, só no próximo livro. E o próximo livro é uma outra história, com uma outra linguagem e outros desafios. Agora só o leitor pode interferir no texto publicado e imaginar situações diferentes, multiplicar conflitos, refletir sobre coisas que jamais passariam pela cabeça do autor-narrador.

Não há nada a fazer com as observações, ou melhor, com a "escrita" invisível do leitor, porque este é soberano. Dizem que um escritor pode imaginar tudo. Sim, mas sua imaginação deve ser traduzida por palavras, por uma linguagem e tom que evocam um pequeno mundo inventado, até certo ponto autônomo, mas coeso e estruturado. Na literatura - na arte de um modo geral - o caos é apenas aparente. E isso não é fácil. Às vezes você imagina uma orquídea rara e descreve uma alcachofra qualquer, com pétalas insossas e coração seco. E quanto mais você busca a orquídea ou a imagem de uma flor, mais aparece essa maldita alcachofra ou então uma flor monstruosa e carnívora com cara de repolho de fim de feira. O jeito é mastigar e expelir essa salada indigesta e tentar tudo outra vez.

Escrever significa reescrever até a exaustão, e o ponto final é apenas uma das etapas conclusivas do narrador. O gesto do leitor faz parte de um processo sem fim porque sua imaginação não pára de reescrever o livro. Este é um dos aspectos mais fascinantes da literatura: o leitor anônimo é um co-autor. Com o tempo, o autor e sua biografia são justamente esquecidos ou relegados a um plano secundário, um plano que pouco tem a ver com a literatura. Do leitor depende a vida mais ou menos longa de um livro.

Terça, 22 de abril de 2008, 07h59

Coração de estudante

Milton Hatoum

A morte da menina incendeia as páginas e as telas da imprensa. Haverá redução de pena aos psicopatas assassinos? Até a missa tornou-se espetáculo. Um padre pop se esforça para atrair seu rebanho, mas o sofrimento dos pobres não tem direito nem ao espetáculo. E o que dizer do silêncio terrível sobre tantas crianças e jovens assassinados, quase todos pobres e pretos?

A morte da menina tornou-se uma trama canhestra de romance policial, cujo desfecho é previsível desde os primeiros passos dos personagens. Passos em falso ou passos premeditados? Nenhum lance de suspense,

nenhuma ambigüidade quanto à identidade dos assassinos, cuja frieza só não é mais aberrante que a crueldade: o lado mais sinistro e monstruoso do ser humano.

Mas não pensei escrever sobre esse fato terrível, nem sobre a dengue, que já matou dezenas de crianças e adultos. Isso em pleno século vinte e um, mas neste século abundam prefeitos bufões e cínicos, neste século e neste país cada deputado custa mais de 130 mil reais por mês para os brasileiros comuns, que são todos os brasileiros menos os deputados e seus assessores.

Pensei escrever algo mais modesto e menos deprimente, algo mais literário e evocativo: uma coincidência que aconteceu numa noite recente em Manaus, onde lancei meu último livro. Sempre me emociono quando volto a minha cidade, e dessa vez a emoção me fez verter lágrimas invisíveis quando encontrei a mulher que me alfabetizou. Viva, vivíssima e elegante apesar da idade avançada, lá estava minha professora do grupo escolar, o mesmo colar de pérolas que ela usava na minha infância, a mesma pose hierática da época em que me ensinou a ler e escrever meio século atrás. Ela passou como um cometa no Largo de São Sebastião, iluminando minha alma, fortalecendo meu corpo exaurido na noite de autógrafos, deixando na minha memória um travo de nostalgia que rimava com alegria e não com melancolia. Ela parecia uma deusa tutelar da minha infância, uma matriarca e mestra das primeiras letras que, afinal, são as letras de uma vida inteira. Não sabia por que me lembrava dela antes de começar a escrever um romance, foi preciso abraçá-la na noite de autógrafos para que eu entendesse a dádiva de ter sido seu aluno, e dizer-lhe no ouvido, como um segredo sussurrado, que lhe pagava uma dívida em cada livro que escrevia. Depois pensei nos governos que haviam usurpado a dignidade dos alfabetizadores, pensei na penúria dos professores do ensino público, esses humilhados que teimam em trabalhar quase de graça, enquanto reitores torram dinheiro com lata de lixo e decoração de apartamento e outras futilidades. Pensei com raiva nos deputados que escarnecem a nação e enterram o futuro de milhões de crianças brasileiras.

Quando todos foram embora, sentei à mesa de um bar na praça do teatro Amazonas e tentei descobrir em que momento o Brasil perdera sua dignidade. Andava sem um pinga esperança, mas há poucos dias, quando os estudantes da Universidade de Brasília enxotaram o reitor perdulário, pensei que a nossa única esperança reside, de fato, no protesto e na mobilização.

Quinta, 8 de maio de 2008, 07h51

Ronaldo, travestis e preconceitos

Milton Hatoum

I

Causou escândalo a notícia de que Ronaldo, o Fenômeno, divertiu-se com três travestis.

Um só não bastava, perguntou um amigo moralista.

Não sei, respondi. Por que não quatro? Ou cinco? A pele, a carne, o desejo e a grana pertencem ao Fenômeno, e não a mim ou a você.

Uma reportagem do New York Times atribuiu a reação do público a um fato supostamente machista: no país da tolerância sexual, um jogador de futebol tem que mostrar virilidade fora do campo e dentro da vida. Bom, não sei se isso é verdade. Talvez seja. Ao menos fora do campo de futebol. Mas dentro, quando a bola estufa a rede, a virilidade e o machismo vão para o espaço. Às vezes, o autor de um gol decisivo é beijado e abraçado mais do que mulher em lua-de-mel. Há pouco tempo, quando assistia ao jogo Flamengo e Botafogo, uma amiga solitária desabafou:

Ah, como eu queria ser o Obina.

Referia-se aos abraços e outros apertos carniais que o flamenguista recebeu dos colegas quando marcou o gol que daria o título ao Mengão.

Que os onze jogadores de um time sejam viris, não duvido. Quer dizer, não duvido muito. Mas que a virilidade no momento da comemoração de um gol seja relativa, não tenho dúvida. O caso de Ronaldo com os travestis é totalmente pessoal. E se o Fenômeno foi extorquido, o problema é também dele. Torço para que se recupere da lesão no joelho e que jogue no Flamengo, por acaso meu time desde os cinco anos de idade.

II

Muito mais grave - e inadmissível - foi a declaração do coordenador do curso de medicina da Universidade Federal da Bahia. Perplexo, revoltado (ou talvez ferido moral e intelectualmente) com o baixo desempenho dos estudantes de medicina da UFBA nas provas da Enade de 2007, o professor recorreu a Silvestre de Sacy e a Gobineau para justificar o resultado negativo do curso que ele próprio coordena. Claro que ele não citou os dois escritores de língua francesa, nata do racismo europeu no século XIX. Mas afirmar que "o baiano tem um baixo QI" ou "que (baiano) toca berimbau porque só tem uma corda" é algo típico do discurso racista do século retrasado. Não se trata apenas de uma distração ou de um ato falho. Porque esta é ainda a visão de alguns "doutores" da nossa elite sobre o povo brasileiro. Faz alguns meses, um alto executivo de uma multinacional

tentou desqualificar o Piauí. Que ironia! De acordo com os resultados do Enade, um dos melhores cursos de medicina do país é o da Universidade Federal do Piauí.

Há alguma coisa errada com esses dois senhores. Aliás, com muitos senhores que não aprenderam o ABC da tolerância; é bem provável que nunca aprendam a conviver com a diferença. Infelizmente não há vacina contra o preconceito, uma das maiores taras do ser humano. Mas o racismo e o preconceito podem e devem ser combatidos em qualquer lugar e circunstância.

No caso das notas baixas nos exames da Enade, não adianta culpar os estudantes negros, mulatos, caboclos e pobres, sejam eles paulistas, paraenses ou baianos. Convém lembrar que o coordenador do curso de medicina da UFBA era um dos responsáveis pelo desempenho acadêmico do mesmo. Mas a culpa, como quase sempre, cai na cabeça dos mais fracos.

19 de maio de 2008

Marina Candidata

Milton Hatoum

A provável (ou quase certa) candidatura da senadora Marina Silva para a Presidência da República em 2010 foi recebida com entusiasmo por ambientalistas e por um setor não desprezível da classe média. Salvo engano, ela será a primeira candidata do Acre à Presidência.

Isso, por si só, é surpreendente. Mineiros, gaúchos, nordestinos, paulistas e cariocas já exerceram o cargo de primeiro mandatário do país. Que uma humilde acreana seja candidata a esse posto máximo, é algo que não pode ser minimizado, muito menos desprezado.

O Acre foi um território boliviano até 1903, quando foi conquistado por seringueiros nordestinos, esses "caboclos titânicos que ocuparam e povoaram o deserto", segundo Euclides da Cunha.

Da seringueira da Amazônia foi extraída a borracha, que, entre 1880 e 1915, alimentou vários setores da indústria européia e norte-americana. O trabalho nos seringais era um inferno. O próprio Euclides, que viajou pela Amazônia em 1905, escreveu uma frase lapidar sobre o seringueiro: "é um homem que trabalha para escravizar-se".

Marina Silva nasceu no interior do Acre, conheceu o trabalho árduo nos seringais, "a mais criminosa organização de trabalho", para usar as palavras de Euclides, cujo livro póstumo, *À margem da história* (1909), reúne seus ensaios amazônicos.

À semelhança de Lula, Marina é uma brasileira que veio do mundo dos desvalidos. Mas, ao contrário do atual presidente, ela frequentou uma universidade, diplomou-se, e não migrou para uma metrópole do sudeste. Permaneceu no Acre, onde militou numa Pastoral da Terra e fez uma notável carreira política como militante do PT. Não menos aguerrida é sua luta pela preservação do meio ambiente. Ou melhor, pelo uso dos recursos da natureza em equilíbrio e harmonia com o sistema produtivo.

O desenvolvimento sustentável é um desafio à imensa maioria dos países, e não apenas os da periferia. Basta lembrar que George W. Bush, quando presidente dos Estados Unidos, ignorou, com a arrogância que lhe é peculiar, o Tratado de Kioto. O desenvolvimento a qualquer custo pode ser - e em vários aspectos já é - catastrófico para o futuro da humanidade.

Há poucos dias, descontente com a política ambiental do governo Lula, a senadora Marina Silva filiou-se ao Partido Verde. Sua candidatura à Presidência certamente ofuscará a dos candidatos de outros partidos pequenos, a maioria totalmente inexpressivos. Mas ela deverá enfrentar as contradições, incoerências e até mesmo aberrações de seu novo partido, que fez alianças com o governo do Mato Grosso, cuja política ambiental é, no mínimo, desastrosa.

Falta ao Partido Verde um programa detalhado e claro sobre as grandes questões nacionais. Além da devastação da floresta e da poluição dos rios, há outros problemas gravíssimos na Amazônia: a pobreza, a miséria, o desemprego e a ausência de infraestrutura nas capitais da região.

Além disso, o PV é frágil e esgarçado. Não tem densidade eleitoral nem representatividade nos estados e municípios. Até 2010, talvez não seja possível reestruturar o partido e estabelecer uma relação orgânica entre um projeto de governo e a sociedade. Essa relação será difícil de ser construída em pouco tempo.

Mesmo se Marina Silva for eleita, seu primeiro grande desafio será a governabilidade. Como o PV vai obter uma maioria no congresso nacional? Com minoria no congresso, é impossível governar. É nesse momento que a chantagem e a barganha por cargos entram escancaradamente em cena e minam as boas intenções de qualquer Presidente da República.

Ainda assim, a candidatura da senadora do Acre é bem-vinda, pois dará substância ao debate eleitoral, além de ameaçar ou, quem sabe, desarmar a polarização entre tucanos e petistas. No entanto, penso que o mais urgente para o país é uma mudança radical do nosso sistema político. Entre outras coisas, essa reforma profunda deveria extinguir a imunidade parlamentar, que rima muito bem com a impunidade vergonhosa de deputados e senadores de todos os partidos. Mas são eles que legislam conforme a dança e as cores da festa. Verde, vermelha, azul ou amarela, pouco importam as cores. O que interessa é a festa. Ou a farra, para ser mais exato.

09 de junho
Adeus ao senador
Milton Hatoum

O poder é o lugar privilegiado da mentira. A mão do político que hoje afaga é mesma que amanhã trai e apunhala. Um amigo certa vez me disse que sentia algo semelhante a um calafrio quando um político o abraçava. Até hoje não sei como traduzir esse avatar de calafrio, mas não devia ser uma sensação agradável, muito menos uma sensação de confiança e honradez. Calafrio e tremedeira de febre, talvez.

Lembrei desse amigo quando Jefferson Péres morreu. O senador do Amazonas não gostava de afagos nem costumava mentir. Tinha horror a todos os vícios e hábitos populistas e demagógicos. Durante uma campanha eleitoral ele não fazia comícios com trio elétrico, não se afogava em abraços com crianças, mães e avós, não distribuía cédulas de dez ou dois reais aos miseráveis da imensa periferia de Manaus e aos não menos miseráveis ribeirinhos do interior do Amazonas. Nada de rancho para pobres, nem de brinquedos para crianças, nem de medicamentos e cadeiras de roda para enfermos e paraplégicos. A campanha de Péres era austera como a personalidade do senador.

Ele falava nos meios de comunicação sobre seus projetos sociais e sua atuação política, e apontava problemas gravíssimos em Manaus e no interior do Amazonas. Sério, carrancudo, não vendia simpatia nem risos, nem rifava votos. Sua aparente antipatia ocultava a pessoa afável e culta do professor de economia da Universidade Federal do Amazonas. Péres trocou o magistério pela política e foi eleito vereador de Manaus e senador da república com uma campanha sóbria, sem qualquer estardalhaço. Defendia a ética na política, mas seu discurso não era meramente retórico; ou seja, não era o efeito das palavras que movia o discurso, e sim a prática cotidiana do homem público, cuja vida não foi manchada por falcatruas e negócios escusos.

Às vezes, por preconceito ou excesso de desencanto, pensamos que as pessoas humildes não assimilam a mensagem de um político ético. Também neste sentido Jefferson Péres surpreendeu. Porque muita gente não esperava que ele fosse reeleito senador.

Manaus era sua casa. Até o último dia de vida ele lutou para restaurar edifícios do centro histórico e melhorar a infra-estrutura de uma cidade castigada pelo crescimento vertiginoso e pela falta de planejamento, agravados pela desigualdade social. É tão grande o desplante de certos políticos amazonenses, que um ex-governador, na década de 1960, construiu um prédio em plena praça da Saudade, uma das mais belas de Manaus. Péres empenhou-se na demolição desse disparate urbano, que finalmente foi demolido no ano passado.

Não há dúvida de que o senador vai fazer falta num ambiente político tão desacreditado. Resta ainda um punhado de homens públicos que, de fato, representam com dignidade seus respectivos Estados. Espero que seu nome não sirva apenas para batizar uma rua, praça ou escola. Um vida pública exemplar é a maior herança para os jovens que pretendem aventurar-se no perigoso jogo do poder.

Não me lembro de nenhum político do Amazonas que tenha atraído tanto respeito e admiração dos brasileiros como ele.

Segunda, 9 de junho de 2008, 07h53 ☺Atualizada às 19h26

Amazônia: um pouco antes do fim

Milton Hatoum

I

A Amazônia está de novo na berlinda. Mas agora é pra valer, agora a região não sairá mais do noticiário. A insanidade dos incendiários da floresta equatorial para fazer pasto data da década de 1970, auge do regime militar. A outra loucura - o agro-negócio na selva - é mais recente. Muito mais remota é a prática da derrubada de árvores para exportar madeira nobre. Isso é tão antigo quanto a colonização portuguesa. Nem é necessário dizer que todas essas práticas predadoras são movidas por poderosos interesses econômicos. Mas isso não exclui uma mistura perfeita de ganância com ignorância. A palavra "desenvolvimento" pode ser vazia e até nociva se a ação desenvolvimentista for predadora. Infelizmente é isso que está acontecendo nas várias áreas do Norte do Brasil.

II

É lamentável que na esfera do poder a discussão sobre a Amazônia se reduza a um bate-boca entre um ministro e um governador. Ambos desconhecem a região, ambos possuem ego de ciclope, um ego monstruoso que beira o grotesco. Cedo ou tarde, ministros e governadores serão esquecidos ou derrotados nas próximas eleições. Mas o meio ambiente e a vida humana que dele depende não pode ser refém do jogo do poder.

Nunca fui adepto de teorias conspiratórias, mas já se sabe que as jazidas de minérios, gás e petróleo na Amazônia são enormes, senão incalculáveis. E não me refiro apenas à Província Petrolífera do rio Urucu, como é chamado o complexo da Petrobrás nessa área do Amazonas. A biodiversidade da Amazônia é inimaginável porque desconhecida, sem falar da maior reserva de água doce do planeta. Nesse sentido, toda e qualquer

insinuação visando à internacionalização da Amazônia deve ser rechaçada com veemência e vigor. A floresta equatorial na região norte do país pode ser um patrimônio da humanidade, mas ela é antes um patrimônio de todos brasileiros. Nesse aspecto, soberania nacional é algo inegociável.

O mais preocupante é a destruição da floresta, sem que esta ao menos seja conhecida, estudada, refletida. Até mesmo para planejar a ocupação e o tipo adequado de investimento econômico é necessário conhecer a região. Mas no Brasil a lógica é outra: primeiro destrói-se tudo, depois se pensa nos erros, na catástrofe ambiental. A avidez do lucro fácil enterra qualquer possibilidade de conhecimento da floresta amazônica e dos seres que a habitam. Não quero defender santuários ecológicos nem esse ou aquele modelo de desenvolvimento. O que defendo com urgência é o conhecimento científico, social e antropológico da região, porque o conhecimento de uma cultura - ou de um sistema de culturas da Amazônia - deve anteceder a uma intervenção ou a qualquer ação econômica no meio ambiente.

III

Sei que a palavra "cultura" é vazia de sentido para os que só sabem manejar trator e moto-serra. E também vazia de sentido para os que só pensam em plantar soja, criar gado e extrair madeira sem refletir sobre o desastre ambiental que certamente afetará a produção da lavoura no sudeste e no sul do Brasil. Um país que tem geógrafos do porte de Aziz Ab'Saber e centenas de cientistas e pesquisadores competentes da Embrapa, do Instituto de Pesquisa da Amazônia (INPA), do Museu Paraense Emílio Goeldi, da SBPC, Fiocruz e de tantas universidades federais e estaduais não pode se dar ao luxo de ouvir apenas políticos e governadores-empresários (ou latifundiários travestidos de políticos).

Esses cientistas - aliás, pesquisadores de instituições governamentais - foram convidados a pensar e opinar sobre a Amazônia? A população nativa foi consultada sobre o destino de sua própria região? Quem autoriza os governadores de Rondônia e do Mato Grosso a defender um desmatamento selvagem por conta de um "desenvolvimento" não menos selvagem? Por que não se discute uma série de planos alternativos e viáveis para a Amazônia com a participação de pesquisadores, cientistas, economistas, antropólogos e outros representantes da sociedade civil? Os ribeirinhos, os índios, os milhões de brasileiros que moram nas capitais da região não têm nada a dizer sobre os lugares que conhecem profundamente?

O plantio de soja, a criação de gado e a extração de madeira não beneficiam a maioria dos moradores de Porto Velho, Cuiabá e de tantos municípios do Mato Grosso e de Rondônia, onde a qualidade de vida é péssima e a desigualdade social é alarmante. E o que dizer das cidades do sul do Pará, verdadeiros acampamentos de miseráveis? A extração de madeira sem um plano de manejo florestal só tem revelado a face mais bárbara do país. Ironicamente, Redenção é uma das capitais da barbárie brasileira.

IV

Euclides da Cunha, que em 1905 viajou pela Amazônia, escreveu vários ensaios reunidos no livro *À margem da História*. Nunca esqueci uma de suas frases que, a meu ver, é emblemática: "A Amazônia é um infinito que deve ser dosado". Com isso, o autor do clássico *Os sertões* queria dizer que a Amazônia, além de múltipla e diversa, é dotada de tamanha grandeza e complexidade que deve ser estudada por partes. Cada rio tem uma história com particularidades geográficas, sociais, culturais, simbólicas. Cada trecho da floresta possui uma riqueza ambiental e humana que deve ser estudada, analisada.

Mais de vinte por cento da floresta virgem já foi queimada ou derrubada. O infinito mencionado por Euclides tornou-se finito demais. Daqui a poucos anos só haverá alguns parques e reservas de conservação ambiental. O resto, ou seja, o infinito de que falava Euclides será formado de arbustos de soja, pasto e campos cobertos de cinzas e tocos carbonizados. Triste paisagem! E à custa de quantos crimes ambientais e humanos? De quanta impunidade? De quanta insensatez e ignorância e insensibilidade?

Segunda, 23 de junho de 2008, 07h54 @Atualizada às 19h18

Ainda a Amazônia

Milton Hatoum

Vários leitores me enviaram mensagens com comentários sobre a crônica *Amazônia: um pouco antes do fim*. Um senhor simpático - que há trinta anos mora em Rondônia - argumentou que o plantio da soja fertiliza o solo duro da região. O solo nu, desmatado; o solo que acolhe o novo milagre redentor, o maná do novo eldorado: a soja. Esse leitor criticou a generalização do meu texto, dando a entender que eu desconheço a região amazônica.

Bom, não sei se há alguma vantagem em "fertilizar" um solo de que foram arrancadas centenas de espécies de árvores que abrigavam centenas de espécies de animais e formavam o micro-clima e, mais que isto, o ecossistema de uma região. Reitero que devastar a floresta para plantar soja é um crime contra a natureza e os nativos da Amazônia. Não generalizei nada, caro leitor. Critiquei o desmatamento de grandes áreas florestais no Mato Grosso e em Rondônia, que eu conheci antes da chegada de "empreendedores" (ou aventureiros) que transformaram esses dois estados do Norte num hiper-lucrativo negócio da agroindústria.

Aliás, um negócio movido pela mesma mentalidade predadora dos "arrozeiros" do Sul que se instalaram em Roraima na década de 1970 e agora querem expulsar os índios da reserva Raposa Serra do Sol (Roraima). Todos visam apenas e unicamente o lucro exorbitante, e todos têm ótimos contatos políticos em Brasília. Para esses latifundiários arroteiros, os índios são verdadeiros obstáculos ao "desenvolvimento" da nação. Mas para os índios - que habitam o território de Roraima há mais de quinhentos anos -, esses arroteiros são ladrões de terra. De fato, não conheço toda a Amazônia. Ninguém conhece. Mesmo porque há tantas Amazônias... E o que eu defendo é isso mesmo: o conhecimento da região e o envolvimento dos vinte e cinco milhões de brasileiros nas decisões sobre o destino da Amazônia. Talvez minha visão seja pessimista por eu ter nascido em Manaus e vivido trinta anos na Amazônia. E também por ter visitado tantas cidades e vilas ribeirinhas e viajado por tantos rios.

Uma coisa é certa: a devastação da floresta equatorial produzirá efeitos nocivos à agricultura de outras regiões do Brasil, como alertaram Thomas Lovejoy e Gomercindo Rodrigues em artigo publicado na Folha de S. Paulo (25-09-2007):

"À época que Chico Mendes lutava para assegurar o futuro dos seringueiros e da floresta, um dos mais respeitados cientistas brasileiros, Eneas Salati, analisava proporções de isótopos de oxigênio na precipitação pluviométrica amazônica do Atlântico ao Peru. Sua conclusão foi irrefutável: a Amazônia produz a parte maior de sua própria chuva. A implicação óbvia foi que o excesso de desmatamento poderia degradar o ciclo hidrológico. Hoje, imagens obtidas por sensoriamento remoto mostram que o ciclo hidrológico não apenas é essencial para a manutenção da grande floresta, mas também garante uma parcela significativa da chuva que cai ao sul da Amazônia, em Mato Grosso, em São Paulo e até mesmo no norte da Argentina. Quando a umidade do ciclo, que se desloca em direção ocidental, atinge o paredão dos Andes, uma parte importante dela é desviada para o sul.

Boa parte da cana-de-açúcar, soja e outras safras agroindustriais nessas regiões depende da máquina de chuva da Amazônia. O mesmo acontece com parte importante da geração de energia hidrelétrica no Brasil. A economia brasileira não pode se dar ao luxo de perder a contribuição importante da máquina de chuva amazônica. A grande pergunta científica e política é: quanto desflorestamento prejudicará a máquina de chuva?"

Não por acaso os autores do artigo juntaram ciência e política na "grande pergunta" que relaciona o tamanho do desmatamento com a degradação do ciclo hidrológico. Também no Brasil, o avanço de pesquisas científicas esbarra em interesses políticos muito bem representados em Brasília. Alguns deputados, senadores e governadores desprezam o fato de que a agroindústria e a criação de gado em áreas da floresta equatorial são opções econômicas desastrosas para o meio ambiente e para os nativos da Amazônia.

Por outro lado, contrariando a opinião dos autores do artigo citado, não defendo o desmatamento zero. Além de inviável, isso é historicamente falso. Índios e caboclos queimam ou derrubam pequenas áreas da floresta para "botar roça", como se diz na Amazônia. Queimar cinco, vinte ou trinta hectares não perturba o ecossistema. É um meio de sobrevivência.

Além disso, os nativos da Amazônia aproveitam todos os elementos da natureza. Essas pessoas sabem que a vocação econômica da floresta reside na exploração racional dos produtos da própria natureza, e não na sua devastação criminosa, bárbara, estúpida. Aliás, esse é o teor de quase todas as mensagens que recebi. Os brasileiros de Norte a Sul sabem disso.

E aos leitores que me pediram uma bibliografia sobre a região Norte, sugiro a leitura do livro *Amazônia: do discurso à práxis* (Edusp), de Aziz Nacib Ab'Saber, geógrafo e professor emérito da USP.

Segunda, 7 de julho de 2008, 07h50 @Atualizada às 21h16

A segunda revolução acreana

Milton Hatoum

I

Na minha juventude amazonense, Rio Branco fazia parte das conversas familiares. Meu pai havia morado nove anos no Acre, destino de centenas, talvez de milhares de imigrantes árabes desde o final do século XIX. Atraídos pela economia extrativista da borracha, esses imigrantes deixaram a Síria e o Líbano e foram trabalhar em Rio Branco, Xapuri, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul. Penso que esta saga ainda não foi narrada pelos historiadores. No entanto, todo ser humano tem sua história pessoal, que é um capítulo minúsculo - e às vezes ocultado - da história coletiva.

Em 1904, ano da revolução acreana, meu avô paterno saiu de Beirute e foi morar em Rio Branco. Eram tantos os imigrantes libaneses nesta cidade, que uma das ruas do Segundo Distrito era conhecida como Nova Beirute. Mais de trinta anos depois, meu pai e seu primo Said Farhat desembarcaram em Rio Branco, onde já moravam vários parentes, alguns nascidos no Brasil.

Território da mais recente fronteira brasileira da Amazônia Ocidental, o Acre foi também uma nova pátria desses imigrantes do Oriente Médio e de milhares de nordestinos que, já na década de 1870, foram trabalhar nos

seringais da região. Homens que trabalhavam para escravizar-se, segundo a expressão certa de Euclides da Cunha, que viajou para as cabeceiras do Purus em 1905. No livro *À margem da História* (1909), Euclides reuniu vários ensaios e crônicas sobre essa viagem. Nesses textos indispensáveis para a compreensão da formação social, histórica e geográfica do Acre, Euclides discorreu sobre índios, seringueiros e caucheros. Em outros ensaios ele analisou as péssimas condições de trabalho nos seringais e a importância do Purus como um dos grandes eixos de navegação regional. Por fim, ele mencionou um projeto relevante para o Brasil e seus vizinhos, sobretudo o Peru: um projeto ambicioso e de grande alcance geopolítico, econômico e cultural. Mais de um século depois, esse sonho de Euclides está se realizando: a ligação da Amazônia brasileira com o Pacífico.

II

Visitei Rio Branco pela primeira vez no começo da década de 1990, quando Jorge Viana foi eleito prefeito da capital. Voltei para lá em junho deste ano. Ou seja, depois das duas gestões de Jorge Viana no governo do Estado. O Acre, de fato, mudou. A transformação não foi apenas política, mas também moral, ética, cultural e econômica. Hoje o Acre situa-se na vanguarda de experiências ecológicas e educacionais que vêm gerando avanços sociais significativos. Avanços que têm a ver com uma administração competente que derrotou as máfias da corrupção e do crime organizado. Mas há outro aspecto a ser considerado: as idéias ousadas que se tornam factíveis.

A economia acreana, antes estagnada e quase totalmente dependente de repasses de verbas federais, foi dinamizada. Em seu segundo mandato, o governo Viana fez um rigoroso e detalhado estudo de zoneamento ecológico-econômico a fim de conhecer a potencialidade do meio ambiente, a vocação econômica de cada sub-região, o perfil social e antropológico de índios e caboclos. No fundo, esse estudo contempla um leque fantástico de biodiversidade, que inclui manejo florestal, reservas e assentamentos extrativistas, potencial florestal madeireiro e não-madeireiro, uso da terra e estrutura fundiária, mapeamento e zoneamento em terras indígenas e formação educacional e profissional em aldeias, vilas e municípios. Com suas estações ecológicas, parques estaduais e unidades de conservação de uso sustentável, o Acre está mostrando para o Brasil e para o mundo que é possível alcançar o desenvolvimento sem devastar a floresta. Isto se chama planejamento, visão de futuro. A intervenção criteriosa no presente só é possível a partir do conhecimento científico e cultural da região. E tudo isso só é possível quando se tem um forte laço histórico-afetivo com a Amazônia e seu povo. Aos que só pensam em transformar a floresta em pasto e plantação de soja, sugiro que visitem o Acre e leiam os documentos do Zoneamento Ecológico-Econômico (Governo do Estado do Acre, 2006).

Há outras coisas que me impressionaram em Rio Branco: a Biblioteca da Floresta Marina Silva, as Casas de Leitura e a própria fisionomia da cidade. Sem contar, é claro, a hospitalidade dos rio-branquenses. Mas deixo essas coisas e pessoas para a próxima crônica.

Segunda, 21 de julho de 2008, 07h46 ☺Atualizada às 17h01

Casas de leitura contra a barbárie

Milton Hatoum

Ao Lhé, à família Zannini e aos amigos acreanos: anfitriões fantásticos.

I

No dia 22 de dezembro de 1988 Chico Mendes foi assassinado na soleira da porta dos fundos de sua casa, em Xapuri. Uma casa de madeira, com dois quartos pequenos separados por um tabique, e uma saleta onde mal cabem duas cadeiras, uma mesinha e uma estante. Poderia ser a casa de um homem só, mas nela moravam também a mulher e os dois filhos do líder dos seringueiros.

Uma modesta biblioteca me chamou atenção quando visitei a casa desse homem covardemente executado. No canto da estante havia livros de ficção, história, política, geografia e alguns volumes de uma enciclopédia. Enquanto lia o título de cada livro, imaginei o leitor sentado diante de uma mesinha ao lado de sua cama; imaginei também o escritor anotando idéias, impressões e aforismos sobre a vida na floresta, a vida dos trabalhadores que dependem do meio ambiente para sobreviver. Ou melhor, para viver com dignidade.

A estante com livros tem um forte significado simbólico: a morada de Chico Mendes e sua família é também uma casa de leitura. Às vezes, o assassinato de um ser humano é o triunfo da violência covarde contra a inteligência e o conhecimento.

II

Tão simbólica quanto real é a Casa de Leitura Chico Mendes, situada na zona leste de Rio Branco, num bairro que também tem o nome do líder assassinado. A Casa de Leitura foi criada em 2005 por Gregório Filho, então diretor da Fundação Elias Mansour. É um projeto educacional e cultural simples e despretensioso. Por isso mesmo impressiona. E, por que não dizer, comove. Impressiona e comove por sua ampla dimensão social, e também porque as pessoas envolvidas nesse projeto são educadores apaixonados pela profissão a que se dedicam. Voluntários da própria comunidade do bairro Chico Mendes participam das atividades da Casa. Mais

de cem crianças e jovens de um subúrbio pobre são estimulados a ler, ouvir e contar histórias. Cantam, brincam, lêem e encenam jogos e breves peças teatrais num espaço que não é uma creche, e sim um lugar de descoberta do mundo, viagem do imaginário.

Aprender a ler bons livros é uma forma de libertar-se. Dificultar ou barrar o acesso das artes e da cultura livresca a pessoas humildes é, no mínimo, uma miopia política e um preconceito de classe. Talvez seja uma das maiores indignidades deste país, em que certos investidores, políticos e banqueiros saqueiam a nação de um modo vil e quase sempre impune.

Há outras Casas de Leitura na capital e no interior do Acre, e a idéia da Fundação Elias Mansour é expandir e multiplicar essa experiência em vários municípios acreanos. Um trabalho semelhante é feito pela Expedição Vaga-Lume, uma ONG que atua em muitas cidades e comunidades da Amazônia. Seria interessante estabelecer um diálogo entre essas duas experiências, pois ambas são vitoriosas e servem de exemplo transformador para o Brasil.

III

Desconfio de projetos megalômanos e de discursos pomposos. A Amazônia - plural, complexa, diversa - exige estudos minuciosos, olhar de lupa, conhecimento científico e cultural apurados. Isso está sendo feito aos poucos e sem muito alarde no Acre. A Usina de Artes e a Biblioteca da Floresta Marina Silva são mais dois belos exemplos de intervenção cultural em Rio Branco. A Biblioteca é um projeto de arquitetura ousado que abriga atividades culturais relevantes, exposições permanentes sobre os povos indígenas e descobertas arqueológicas do Acre. Além disso, promove debates sobre questões da Amazônia. É um laboratório vivo e dinâmico que não deixa nada a desejar a uma boa biblioteca de um país civilizado.

O Acre era um Estado esquecido e marginalizado. O fato de hoje situar-se no centro da transformação social da Amazônia não é um milagre, e sim fruto de um processo que exigiu trabalho árduo, luta e participação popular. E ainda a determinação de um grupo político coeso, sonhador e com visão transformadora, movido pela crença na utopia, esta palavra tão fora de moda.

Chico Mendes e outros brasileiros foram assassinados ao longo desse processo. Oxalá o atual governo e políticos progressistas do Acre não se acomodem, nem façam alianças duvidosas com o único objetivo de manter-se no poder. O trabalho de dez anos pode dissipar-se em dez semanas. Sem contar que, no Brasil, a mediocridade e as forças conservadoras têm garras poderosas. No fundo, a luta contra a barbárie deve ser constante, sem trégua e sem descanso. Na sua aparente simplicidade, as Casas de Leitura são marcos pontuais de civilização e pesam muito mais do que uma tonelada de retórica ou propaganda, que, essa sim, não passa de promessa vazia.

Quarta, 13 de agosto de 2008, 08h00 ☺Atualizada às 21h38

O arquiteto que não fui

Milton Hatoum

Naquela época eu queria ser arquiteto.

Aquela época é a década de 1970, que parece mais distante que a última estrela de uma noite esfumada. Como foi pesada a década de setenta. Queimei os miolos para ingressar na Fau-Usp, e o tempo mostrou que meu esforço não foi gratuito. Nada é gratuito, nem o mínimo gesto de dizer adeus ou silenciar.

Mas o fato é que nunca me considereei um arquiteto, nem um urbanista. Debruçado na prancheta - hoje um objeto obsoleto -, sonhava com projetos de habitação popular, projetos para moradias dignas, e não casas e prédios horrorosos, com janelinha de presídio, réplicas de canis habitados por brasileiros pobres. Visitávamos favelas e sonhávamos em projetar espaços nobres para o povo. E tínhamos na mente o famoso poema de João Cabral: *Fábula de um arquiteto*. Um dos versos sugere muita coisa com poucas palavras:

Portas por-onde, jamais portas-contras.

Mas só nos deparávamos com portas contra e janelas de cárcere em paisagens tristes. Era difícil respirar, difícil ser arquiteto num país em que os pobres sequer merecem uma janela para o exterior. Mas bem que tentamos, eu e vários colegas da Usp e de outras faculdades de arquitetura. Dizer que o curso da Fau foi inútil é um exagero, uma ingratidão. Tive bons professores, grandes arquitetos e urbanistas como Joaquim Guedes, cuja morte recente me entristeceu e enlutou a arquitetura brasileira. E também historiadores e críticos de arte como Flávio Motta, Gabriel Bolaffi e os saudosos Luis Carlos Daher e Flávio Império.

Na Fau aprendi a ter uma visão crítica da cidade e da sociedade. Não se dava muita cancha para o cinismo, a alienação, a indiferença. Aprendi que a intervenção no espaço urbano não se dissocia da leitura histórica, cultural e geográfica do lugar a que se destina o projeto arquitetônico ou urbano. Fiz alguns projetos, lecionei História da Arquitetura, sonhei com o futuro numa época de pesadelo. E percebi, enfim, que andava de mau-humor com a minha profissão. Sublimei até o limite do suportável o desejo de escrever. Fui um poeta frustrado, cometi a imprudência de publicar um livrinho de poesia, esqueci este livro, invejei meus poetas preferidos e joguei fora todos os contos que escrevi naquela época. Depois, no fim da década distante, tive a sorte de ganhar uma bolsa de um instituto espanhol e pulei o muro.

Parece que foi ontem. Ainda posso ver o quartinho frio no sexto andar de um edifício em Arguelles, próximo à Gran Vía, no coração de Madri. Nos meses de inverno, quando saía do Instituto Ibero-Americano, ia tomar um conhaque no Galiza, uma tasca no bairro onde morava. O dono do bar, um galego de Vigo, me perguntava: E então, brasileiro, como vai o romance? E eu dizia, envergonhado: Não sei do lugar, não vai a lugar nenhum...

Não ia mesmo. Eu era escravo da minha lentidão: a caneta escrevia com tanta morosidade que eu mal percebia o andamento da narrativa. Mas percebia, com clareza, que o arquiteto morria em mim. Morria também a frustração, o desgosto, a imobilidade. E a amargura, herança do meu país e do tempo que me tocou viver. Para onde ia, levava o manuscrito de um romance que parecia não ter fim. Lembro das manhãs de sábado no Parque do Retiro, onde eu sentava no gramado para escrever, corrigir e reescrever; fazia bicos com traduções não literárias, a maioria eram textos pesados sobre economia latino-americana, com os habituais jargões tediosos e inconseqüentes. E quando as traduções rareavam, eu e uma amiga argentina cantávamos canções brasileiras e do Rio de la Plata nos bares de Lavapiés e nos arredores do Mercado El Rastro.

O que mais fazia falta era a prata mesmo, muito mais falta que o Brasil e a Argentina, para onde não queríamos voltar, porque esses países eram reinos de trevas. De cidade em cidade, eu enchia cadernos com palavras, aqui e ali aulas de português e traduções, bossa nova e samba para gringos, o tempo dava cambalhotas como uma ampuheta louca vazando areia por todos os cantos.

E então, brasileiro, como vai o romance? A pergunta do dono do Galiza reverberava nos meus ouvidos, e anos depois, quase num susto, terminei o *Relato de um certo Oriente*. Isso em 1987, quando já morava em Manaus, onde tive a última e desastrosa recaída de arquiteto. O arquiteto que não fui.

Segunda, 8 de setembro de 2008, 07h49

Viajar cansa.

Milton Hatoum

Lembro de uma breve conversa com o escritor norte-americano Don DeLillo, autor de um romance de que gosto muito: *Ruído branco*. DeLillo participava de um evento literário no Brasil, país que ele não conhecia, e provavelmente conheceu muito pouco, pois ninguém conhece um país numa visita de cinco dias ou uma semana. Antes um escritor apenas escrevia livros, disse DeLillo. Agora, quando você publica um romance, você tem que viajar quase tanto quanto uma aeromoça. Isso também acontece no Brasil?

Cada vez mais, eu respondi.

Então estamos todos exaustos, ele observou, com um ar de derrota. Para mim, cada viagem é um martírio. E se eu aceitasse todos os convites, teria que viajar trezentos dias por ano.

Isso não é um exagero para um escritor norte-americano. Nos Estados Unidos há mais de mil universidades e milhares de faculdades, a maioria com cursos de literatura de língua inglesa. E centenas de boas livrarias que promovem leituras e debates com poetas, ensaístas, romancistas e dramaturgos. Já nem falo das bibliotecas públicas, que também convidam escritores para falar de suas obras.

No começo você se empolga com qualquer viagem. Isso acontece com o primeiro livro, que é uma espécie de prova de fogo e você alimenta a ilusão de que a presença física do autor em várias cidades pode ser importante para a divulgação da obra. Aos poucos, você percebe o óbvio: por que um autor deve viajar tanto, se os livros viajam desde sempre? O encanto do lugar desconhecido, o encontro com leitores, escritores e professores, a discussão (infelizmente cada vez mais rara) sobre literatura, tudo isso é importante, sem contar as novas amizades que podem surgir durante uma viagem. Mas o diabo é que no Brasil e nos Estados Unidos, países imensos, um vôo direto a uma cidade distante pode durar mais de três horas. Se houver escalas, a coisa complica e você pode passar um bom tempo num aeroporto, à espera de uma conexão. Entre a terra e o ar, o dia se foi. E como eu detesto barrinha de cereal, sanduíche requentado e pizza emborrachada, a viagem torna-se um exercício de faquir, mas sem o poder de meditação de um faquir. Para mim, é um exercício não deliberado de masoquismo, em que o regime alimentar forçado rivaliza com o cansaço.

Voar com fome e com medo não é uma aventura agradável. Por isso, cada vez mais, peço aos meus livros que viajem por mim. Eles devem - ou deveriam ser - mais verdadeiros e convincentes do que o autor. Eu me contento com as viagens imaginárias. Sentado à mesa de uma saleta, olho a romãzeira e a pitangueira do jardimzinho e viajo por todo o Brasil. E ainda me sobra alento para passear por Madras, Istambul, La Paz. Ontem fui a Buenos Aires e anteontem visitei as ruínas romanas de Balbec, no Líbano. Em algum momento da semana passada, andei por Cingapura e senti, com um sufoco nostálgico, o mesmo calor úmido da Amazônia. De vez em quando escuto o ronco de turbinas e imagino centenas de faquires espremidos num tubo que os conduzirá a outro país, talvez a outro continente. Enquanto isso, eu, aqui, de frente para as romãs e pitangas com suas flores, dou a volta ao mundo nesta manhã iluminada pelo sol desse inverno que mais parece verão.

Segunda, 22 de setembro de 2008, 07h58  **Atualizada às 01h37**

Machado de Assis: um século depois

Milton Hatoum

Uma obra literária que resiste ao tempo é um clássico. E é certamente o caso da prosa de Machado de Assis, sobretudo depois de 1880, quando ele publicou *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Os outros quatro romances e dezenas de contos que publicou até 1908 são antológicos.

Poucos autores brasileiros foram tão estudados, analisados e lidos como o Bruxo do Cosme Velho. Um dos raros erros de Mário de Andrade foi criticar com aspereza a prosa machadiana, talvez por esta obra não se encaixar no projeto modernista da Semana de 22. De fato, há uma distância considerável - no tom, no estilo, nos temas, na maneira de representar e problematizar o Brasil - entre *Macunaíma* e *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Machado não se enquadrava no projeto estético de Mário, mas isso não apaga nem atenua a importância desses dois romances seminais da nossa literatura. A extraordinária produção analítica sobre os romances, contos, crônicas e teatro de Machado, além dos livros sobre a vida e a obra do autor, é uma prova de que a leitura crítica da obra machadiana está longe de ser esgotada. Mas há uma outra leitura, anônima e não menos poderosa que faz de Machado um clássico de todos os tempos. Refiro-me aos leitores que gostam de literatura e que preferem ler Machado sem a mediação de textos críticos. Digo isso porque a leitura crítica, sem a adesão ou amparo do leitor comum, pode ser auto-referente. Ou seja, pode circular apenas nos departamentos acadêmicos, sem encontrar eco e respaldo na comunidade de leitores apaixonadas pela literatura.

Hoje em dia, Machado é lido por jovens de todos os quadrantes e classes sociais, é uma espécie de autor nacional que conquistou leitores com grau variado de sofisticação e repertório cultural. Eu diria que conquistou bons leitores, pois quem lê com atenção e fervor um romance ou conto machadiano talvez não leia, por exemplo, um livro de auto-ajuda.

Como ocorre com todos os clássicos, a obra de Machado é um emplastro poderoso para desintoxicar o leitor viciado em palavras fáceis e fúteis, em receitas de bem viver, em fórmulas de sucesso, em relatos sobre um cachorro amado, ou essa ou aquela celebridade. Todas as efemérides em torno do centenário da morte de Machado são válidas. E se você, leitor, ainda não leu contos como *O espelho*, *Teoria do medalhão*, *A causa secreta*, *Missa do galo*, *Pai contra mãe*, *Um homem célebre*, *Singular ocorrência* e tantos outros, é um homem ou mulher de sorte.

Bem-aventurados os que ainda não conhecem o Machado contista, pois nas narrativas breves do Bruxo vão encontrar os temas dos grandes romances: a loucura, o adultério, o jogo de sedução e poder, os carreiristas e alpinistas sociais, e a combinação de falta de escrúpulos e crueldade nas atitudes de determinada elite brasileira do século XIX. Um século depois da morte de Machado, alguns desses temas perduram, porque fazem parte constitutiva da natureza humana. Quanto à crueldade de uma elite que cultivava privilégios... Até nisso Machado acertou em cheio, e com um pessimismo e uma ironia que nos deixam sem fôlego.

Segunda, 20 de outubro de 2008, 08h04  **Atualizada às 13h41**

Prêmio Nobel: uma polêmica fora do lugar

Milton Hatoum

Em abril de 2006 participei do Pen World Voices, o Festival Internacional de Literatura realizado em Nova York. O PWV é um evento grandioso, que reúne dezenas de escritores de todos os continentes na maior metrópole cultural e econômica dos Estados Unidos.

Naquele ano, o presidente do Pen era Salman Rushdie, um indiano que escreve em inglês, embora pudesse escrever em urdu, sua língua materna. Lembro que no discurso de abertura, Rushdie revelou a esperança de que o Pen World Voices daquele ano "reabrisse o diálogo entre os Estados Unidos e o resto do mundo".

O autor de *Filhos da meia-noite* referia-se não apenas ao isolamento político dos Estados Unidos na era George W. Bush (o pior presidente da história do país, segundo Philip Roth), mas também ao diálogo com outras culturas e literaturas. Um dos temas discutidos durante o Festival foi o crescente desinteresse de editoras americanas por livros estrangeiros. Dizia-se que apenas cinco por cento dos livros de literatura publicados nos Estados Unidos eram traduções, enquanto que em certos países da Europa e da América Latina esse índice alcançava quinze ou até vinte por cento.

Não sei se esses números são exatos. Em todo caso, quando se trata de literatura, não convém dar muito valor às estatísticas, pois a questão não é a quantidade, e sim a qualidade das obras traduzidas. No entanto, esse contraste refletia de alguma maneira a postura auto-referente dos EUA no que respeita à literatura. Sabe-se que alguns agentes literários e editores americanos exercem um forte pressão para que best-sellers ou livros banais sejam traduzidos no mundo todo. Sabe-se também que grande parte desses romances "comerciais" não acrescentam nada ao leitor. Livros que são puro entretenimento e a literatura não se reduz a isso.

Horace Engdahl, secretário permanente da Academia Sueca (responsável pela premiação do Nobel) foi mais contundente ao declarar que "os Estados Unidos são um país muito insular e ignorante para competir com a Europa como centro literário mundial" (Caderno 2, O Estado de S. Paulo, 15-10-08). A declaração de Engdahl suscitou uma resposta áspera de vários norte-americanos. David Remnick, diretor da revista *New Yorker*, observou que a Academia Sueca não premiou Joyce, Proust e Nabokov. Engdahl admitiu que suas declarações foram "generalizadas demais".

Claro que foram, pois Faulkner, Melville, Henry James e Walt Whitman já bastam para justificar a grandeza da literatura norte-americana. Na polêmica travada entre o secretário da Academia Sueca e alguns editores norte-americanos, há uma disputa de poder cultural. Curiosamente, a África, a Ásia e a América Latina foram excluídas dessa disputa. Dentre os autores que injustamente não foram premiados pela Academia Sueca, alguém deve ter citado o argentino Jorge Luis Borges, considerado erroneamente "o mais europeu dos latino-americanos". Outros deveriam ser mencionados: Juan Rulfo, Juan Carlos Onetti, Julio Cortázar e também o mais importante narrador hispano-americano vivo: Mario Vargas Llosa.

Sem patriotismo, sem mesmo um surto de nacionalismo, eu diria que as obras de João Guimarães Rosa, Graciliano Ramos e Carlos Drummond de Andrade são, sob vários aspectos (linguagem, dimensão simbólica e histórica, sondagem psicológica), muito superiores às de vários autores premiados pela Academia Sueca.

O prêmio Nobel de literatura, por ser o mais importante do mundo, não está imune a conflitos de interesses entre países hegemônicos nem à conjuntura internacional. A premiação do escritor Orhan Pamuk em 2006 deve-se à qualidade literária do autor de *Istanbul*, mas também à corajosa declaração de Pamuk a um jornal suíço sobre o genocídio de mais de um milhão de armênios pelo exército turco em 1915-1916.

Quanto à polêmica sobre o Nobel de literatura 2008, convém lembrar uma frase de Octavio Paz: as polêmicas passam, e algumas obras resistem ao tempo.

Segunda, 24 de novembro de 2008, 07h55
Cidades destruídas e terroristas de verdade
Milton Hatoum

Há mais de quinze anos, numa tenebrosa noite de inverno em Iowa City, eu, um amigo argentino e uma espanhola saímos de uma livraria e entramos no primeiro bar à vista. Não me lembro qual era a temperatura externa; mas como estávamos em novembro, devia ser algo próximo a seis graus centígrados, com uma margem de erro de três graus (para baixo). Pedi uma taça de conhaque, folheei um livro de poesia de Walt Whitman e, lá pelas tantas, quando me senti menos esquimó e mais brasileiro, começamos a falar sobre Buenos Aires.

Naquela época eu ainda não conhecia Buenos Aires; no entanto, essa bela cidade existia na minha imaginação: ruas, bairros, parques, bares e personagens com os quais me havia deparado na leitura de contos e romances argentinos. De alguma maneira, a cidade não me era desconhecida, e essa familiaridade livresca foi uma espécie de bússola quando visitei Buenos Aires pela primeira vez. Parecia que estava voltando para lá, e que a viagem anterior, a imaginária, era quase mais real que a verdadeira.

Lembro que o meu amigo argentino, o escritor Rodrigo Fresán, começou a criticar com ironia seu país, e em algum momento nós dois criticamos nossos respectivos países. Minha crítica era um pouco mais amarga. Disse: Há poucos anos (1992) o presidente do Brasil, acusado de corrupção, foi destituído pelo congresso. E isso depois de vinte e cinco anos de ditadura.

Tragédias não nos faltam, disse Rodrigo. Aposto com você que a história da Argentina é muito mais trágica que a do Brasil.

Antes de enumerarmos os desastres de cada pátria, nossa amiga Anatxu interveio: A Espanha não fica atrás. Somos essencialmente trágicos. Mas não vamos falar de coisas tão tristes. Vocês conhecem Barcelona? Na minha juventude eu tinha morado em Barcelona, e as lembranças da capital da Catalunha eram mais ou menos nítidas. Conte para Anatxu e Rodrigo os lugares por onde caminhava por Gracia, o bairro onde morei seis meses; enumerei ruas e bares do bairro Gótico, de Barceloneta e do velho porto mediterrâneo. (Sabe-se que alguma coisa mudou depois das Olimpíadas de 1992, mas a fisionomia da cidade não foi alterada).

Tens uma memória e tanto, disse Anatxu.

Não é isso, eu disse. É que algumas cidades européias foram destruídas durante as guerras. No Brasil, a destruição das cidades é cotidiana. Quem morou no Rio, Recife ou São Paulo na década de 1940, quase não reconhece sua cidade hoje. Quer dizer, reconhece, mas muita coisa da memória urbana foi apagada para sempre.

Tentei explicar como, a partir da década de 1970, a especulação imobiliária, a ignorância de políticos, e a ganância de certas construtoras e instituições destruíram edifícios históricos e logradouros públicos em nome do "progresso". Seria algo como derrubar os belos edifícios da Recoleta e do bairro de Gracia para construir templos religiosos horrorosos ou torres não menos horrorosas de vinte ou trinta andares.

Mas por que vocês não protestam, perguntou Anatxu.

Hesitei, pensei em indicar-lhe a leitura de *Raízes do Brasil*, mas optei pelo silêncio. Um silêncio que traduzia impotência ou vergonha. O mesmo silêncio que me deprime quando vejo um alto magistrado declarar que os brasileiros que combateram a ditadura eram terroristas.

Pensava nas nossas cidades destruídas e na declaração desse alto magistrado quando encontrei por acaso o Jam, um velho amigo advogado. Jam estava revoltado com a declaração do juiz da suprema corte. Que belo exemplo cívico, ele exclamou, com ironia. Quanta lucidez histórica! E quanto menosprezo pelas vítimas dos torturadores, pelos jornalistas e operários e professores e tantos outros profissionais perseguidos e demitidos sumariamente!

Meu amigo tem razão. Esse senhor togado esqueceu que os militares golpistas de 1964 interromperam com ódio e brutalidade um governo eleito democraticamente. Esqueceu que eles, os magistrados, foram humilhados e ridicularizados por esses mesmo golpistas. Quanta diferença entre esse magistrado brasileiro e o juiz espanhol Baltasar Garzón, que moveu uma ação contra o ex-ditador Augusto Pinochet, acusado de assassinar milhares de chilenos.

Talvez seja essa a resposta à minha amiga espanhola: a Lei, na América Latina, não raramente protege os algozes e difama as vítimas. E isso serve para as nossas cidades destruídas, para os julgamentos de corruptos de colarinho branco, e torturadores e assassinos a mando de um Estado de exceção. Esses, sim, foram os verdadeiros terroristas, como disse meu amigo advogado Jam.

Segunda, 15 de dezembro de 2008, 07h54

Elegia para todas as avós

Milton Hatoum

Uma das avós mais terríveis do mundo é também uma das mais populares e continua viva no conto *A incrível e triste história da Cândida Erêndira e sua avó desalmada*. Nenhuma avó é mais vingativa e punitiva do que a personagem desse relato de Gabriel García Márquez.

Os leitores das memórias do escritor colombiano sabem que sua avó verdadeira não inspirou *la abuela* diabólica da ficção. Ao contrário: dona Tranquilina contava histórias e anedotas mirabolantes para o neto. Muito tempo depois, o autor de *Crônica de uma morte anunciada* transformou essas histórias em literatura.

Avós são seres inesquecíveis. Raramente são frágeis ou indiferentes, quase sempre são poderosas, ativas, afetuosas além da conta e dispostas a darem tudo pelos netos.

Tua avó preparava esse prato melhor do que eu. Só a tua avó tinha paciência contigo, diz uma mãe ao filho pequeno.

E quando essa mãe ralha com a criança, esta responde: Minha avó não me trata assim.

Claro, avós geralmente não impõem limites, sua tolerância tende ao infinito, seus netos já nascem anjos, que são seres perfeitos. Às vezes, o mimo e a tolerância excessivos de uma avó transtornam os pais do anjo. Mas cada família resolve isso a seu modo.

Um dos legados de uma avó-matriarca é a memória do clã. Outro dia, uma índia wanano, do alto rio Negro, me disse que sua avó quase centenária reunia os netos para contar histórias de sua tribo.

Ela nos ensinou os mitos de origem, disse a neta. Mitos esquecidos pelos mais jovens. Agora quero pôr tudo o que ela me contou num livro.

As palavras de uma avó terminam nas páginas de um livro, pensei.

Até mesmo uma criança que não conheceu sua avó, constrói aos poucos uma imagem dessa mulher ausente, evocada com saudade nas conversas domingueiras e admirada nas fotografias dos álbuns de família. Ela acaba por se tornar um ente mitológico, um ser sublime que habita a imaginação da infância. Tenho a impressão de que, mesmo ausentes, nossas avós e bisavós existem.

Por exemplo: Salma, minha bisavó paterna, que eu não conheci. Meu pai contava que ela fazia uma armadilha para os passarinhos que freqüentavam o pomar da casa da infância, em Beirute; de manhãzinha, os netos viam as tamareiras cheias de pássaros, os dedinhos presos ao galho pela resina de uma fruta. Salma deixava a turma de crianças soltar as aves, brincar com elas, engaiolá-las, fazer o diabo com os bichinhos. No almoço, os netos comiam outros pássaros, temperados com alho e limão; as crianças sequer suspeitavam da relação entre o cativado noturno das aves e o cardápio do almoço.

Salma chorou quando meu pai, ainda jovem, migrou para o Brasil, onde viveu mais de meio século. Ele era órfão desde os quatro anos de idade, de modo que Salma reunia os atributos de avó e mãe numa só mulher. Ele nunca mais a viu. Mas dela ficaram fotos antigas e histórias que lampejam na minha memória.

Avós também influenciam a economia de um país. Quando vivas, ninguém troca a comida que elas preparam por um almoço num restaurante. Duas amigas, donas de ótimos restaurantes (um italiano e outro árabe), me afirmaram que suas grandes concorrentes são as avós dos clientes. Com freqüência, essas amigas ouvem frases como: "Minha avó fazia melhor essa lasanha... Só minha avó sabia preparar kafta, falafel e tabule".

Os netos, já marmanjos, afirmam isso na bucha, sem o menor constrangimento, dizem minhas amigas.

Bem-aventurados os que ainda têm duas avós. Eu, que só tive uma, sinto saudades dela nessa época natalina, quando a mesa era para lá de farta; e fartos também o carinho e a devoção que ela dedicava aos netos.

Há pouco tempo, um amigo que perdeu sua mãe me contou como o filho dele reagiu à notícia da morte da avó. Ela está sonhando para sempre, murmurou entristecido o neto de cinco anos. Que o leitor perdoe o tom nostálgico desta crônica. Afinal, a nostalgia é também humana.

2009

Segunda, 5 de janeiro de 2009, 07h55 @Atualizada às 17h12

A paz não passa pelo massacre

Milton Hatoum

I

O veterano jornalista israelense Uri Avneri afirmou várias vezes que o governo de Israel deve negociar com o Hamas, com a Síria e com a Autoridade Palestina a fim de obter um amplo acordo de paz na região. Mas Israel prefere agir militarmente a sentar à mesa de negociação. Isso porque, para Avneri, Israel tornou-se um Estado militarista, dotado de uma arrogância típica de uma potência ocupante.

De fato, a ocupação militar da Cisjordânia é a mais longa da história moderna. A ocupação, o muro que usurpou dez por cento de terras palestinas, a construção ininterrupta de assentamentos de colonos ortodoxos na Cisjordânia e na parte árabe de Jerusalém, tudo isso causa desespero à população palestina e impossibilita qualquer perspectiva de paz.

Quanto à Gaza, ninguém concorda com o lançamento de mísseis (mesmo de baixa potência) contra cidades israelenses, mas o bloqueio de toda a região de Gaza é muito mais do que uma provocação. Trata-se de um deliberado exercício de crueldade aplicado a 1,5 milhão de pessoas. Não menos cruel é o recente bombardeio, iniciado no dia 27 de dezembro de 2008 e que já matou mais de 500 pessoas, sendo mais de cem civis, entre mulheres e crianças. Se esse for o preço a pagar para que os partidos do atual governo israelense ganhem as eleições de fevereiro próximo, então mais uma vez Israel mostra que sua "democracia", a única no Oriente Médio, é uma aberração. Não há democracia com ocupação militar, muito menos com massacres sistemáticos, prisões arbitrárias e tortura. Isto serve também ao governo "democrático" de George W. Bush, o pior presidente dos Estados Unidos, segundo o escritor Philip Roth.

II

Algo de errado está acontecendo com Israel e seus cidadãos. Durante a Segunda Guerra, quando milhões de judeus já tinham sido assassinados pelos nazistas, o que fez a "comunidade internacional" para deter o Holocausto? Nada. Essa mesma comunidade - países ricos e poderosos, Estados Unidos à frente, mas também países árabes - continua a ser cúmplice de genocídios na África, no Oriente Médio e em todos os países onde os mais fracos são humilhados e massacrados. Não deixa de ser assustador que a maioria da população israelense aceite e até aprove a matança de civis palestinos e a destruição de escolas, hospitais, mesquitas, universidades e de toda a infraestrutura de Gaza.

Sem dúvida há milhares de judeus no mundo todo que condenam essas ações bárbaras das Forças de Defesa de Israel. Mencionei Avneri, mas há vários historiadores e intelectuais judeus que criticam com veemência a política belicosa e expansionista de Israel. Gostaria de citar dois. O primeiro é Richard Falk, relator especial do "Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas para os Territórios Palestinos Ocupados" e professor emérito de Direito Internacional na Universidade de Princeton. No ano passado, bem antes do atual massacre contra o povo palestino, Falk assim relatou o cerco israelense de Gaza:

"Será um exagero irresponsável associar o tratamento dos palestinos às práticas de atrocidades coletivas dos nazistas? Não creio. Os recentes desenvolvimentos em Gaza são particularmente inquietantes porque exprimem de modo evidente uma intenção deliberada da parte de Israel e dos seus aliados de submeter toda uma comunidade humana a condições da maior crueldade que põem em perigo a sua vida. A sugestão de que este esquema de conduta é um holocausto em vias de ser feito representa um apelo bastante desesperado aos governos do mundo e à opinião pública internacional para que ajam com urgência a fim de impedir que estas tendências atuais ao genocídio não conduzam a uma tragédia coletiva".

III

No artigo Israel e suas bombas nunca quiseram a paz, Haim Bresheeth, professor-titular de Estudos sobre Mídia na University of East London, escreveu:

"O exército de Israel é suficientemente poderoso para destruir todo o Oriente Médio (e, de fato, também para destruir parte importante do ocidente). O único problema é que, até hoje, jamais conseguiu mandar, sequer, no território em que lhe caberia mandar. O mais poderoso exército do mundo está detido, ainda, pela resistência palestina. Como entender essa contradição?"

Bem, para começar, Israel jamais trabalhou para construir qualquer paz com os palestinos; jamais usou outro meio que não fossem os meios do extermínio, da limpeza étnica, do holocausto, para matar as populações nativas e residentes históricas na Palestina, desde a fundação do Estado de Israel, em maio de 1948.

Israel expulsou 750 mil palestinos, converteu-os em refugiados e, em seguida, passou a impedir sistematicamente o retorno deles e de seus filhos (hoje, também, já, dos netos deles), apesar das Resoluções da ONU, ao mesmo tempo em que continuou a destruir cidades e vilas, ou - o que é o mesmo - passou a construir colônias de ocupação sobre as ruínas das cidades e vilas palestinas.

Desde 1967, Israel fez tudo que algum Estado poderia fazer para tornar impossível qualquer solução política: colonizou por vias ilegais territórios ocupados por via ilegal e recusou-se a acatar os limites de antes das invasões de 1967; construiu um muro de apartheid; e tornou a vida impossível para a maioria dos palestinos. Nada, aí, faz pensar em esforço de paz. Antes, é operação continuada e sistemática para a limpeza étnica dos territórios palestinos ocupados ilegalmente.

Assim sendo, se a paz implicar - como implica necessariamente - o fim do mini-império construído por Israel, Israel continuará a fazer o que estiver ao seu alcance para que não haja paz, mesmo que a paz lhe seja oferecida numa bandeja, como a Iniciativa de Paz dos sauditas, recentemente, por exemplo. Outra vez, não se entende: se os israelenses só tinham a esperar esse tipo de oferta, se desejassem alguma paz, porque a rejeitaram, praticamente sem nem a considerar?

Faz tanto tempo que Israel rejeita toda e qualquer possibilidade de paz, que a maioria dos israelenses já nem são capazes de ver que rejeitar a paz converteu-se, para Israel, numa espécie de segunda natureza.

Mas o motivo mais aterrorizante pelo qual nenhuma iniciativa de paz jamais teve qualquer chance de prosperar tem a ver, de fato, conosco, com o ocidente.

Israel continua a ser apoiada pelas democracias ocidentais como uma espécie de força delegada, como batalhão ocidental avançado, implantado na entrada do mundo árabe, mais indispensável, tanto quanto mais dependente do ocidente, que regimes-clientes, como os sauditas e como o Iraque de Saddam até 1990.

Como uma espécie de 'encarnação' da tese do "choque de civilizações" de Huntington, Israel é, como sempre foi, mais exposta ou mais veladamente, um bastião do mundo judeu-cristão, contra os árabes e o Islam.

Isso já era verdade há décadas, mas jamais foi mais verdade do que na última década, quando a Ordem do Novo Mundo entrou em crise terminal, e começou-se a ouvir falar da "Doutrina do Choque", de "Choque e Horror", de várias 'operações' tempestade contra os desertos da Ásia e sempre contra os islâmicos.

Israel, não o Iran, possui armas nucleares e é capaz de usá-las - e várias vezes já ameaçou usá-las. Mas fala-se como se o perigo viesse do Iran, não se Israel. Os que propõem a destruição do Iran são os mesmos mercadores de tragédias que impingiram aos EUA e à Inglaterra o custo altíssimo da guerra do Iraque".(1)

Esse texto do professor Haim Bresheeth resume o que muitos intelectuais pensam sobre o atual massacre. A essas vozes críticas, somam-se o protesto de escritores israelenses como David Grossman e ativistas do movimento Paz Agora. Todos eles exigem a desocupação dos territórios palestinos, o fim do cerco à Faixa de Gaza e uma imediata abertura de negociações com as partes envolvidas no conflito. Reivindicam também - e com justa razão - o fim do lançamento de mísseis contra a população civil no sul de Israel. Mesmo assim, David Grossman pediu uma trégua imediata e incondicional dos bombardeios israelenses. Claro que não foi atendido, como tampouco foi atendido seu clamor pelo fim do ataque israelense contra o Líbano em agosto de 2006. Ele perdeu um filho nessa outra guerra insana, que matou 150 israelenses e mais de mil libaneses, e destruiu milhares de casas e toda a infra-estrutura do Líbano.

IV

Por fim, um artigo recente Robert Fisk, o mais respeitado correspondente europeu no Oriente Médio, contextualiza a atual agressão israelense aos palestinos de Gaza. O artigo de Fisk - Porque bombardear Asklan é a mais trágica ironia - foi publicado no jornal londrino The Independent (30-12-2008). Vale a pena ler o texto de Fisk, pois assim o leitor saberá quem são os miseráveis moradores de Gaza.

"Como é fácil desconectar o presente da história palestina, apagar a narrativa de sua tragédia e evitar a ironia grotesca de Gaza que, em qualquer outro conflito, os jornalistas estariam descrevendo desde suas primeiras reportagens: qual seja, que os habitantes originais e legais da terra israelense almejada pelos foguetes do Hamas, hoje vivem em Gaza.

Por isso existe Gaza: porque os Palestinos que vivem em Ashkelon e campos ao seu redor - Asklan em árabe - foram destituídos de suas terras em 1948, quando foi criado o Estado de Israel e empurrados para onde residem hoje, na Faixa de Gaza. Eles -ou seus filhos, netos e bisnetos- estão entre um milhão e meio de Palestinos espremidos na fossa séptica de Gaza. 80% dessas famílias viviam no que é hoje o Estado de Israel.

Assistindo os noticiários, tem-se a impressão de que a história começou apenas ontem, que um bando de lunáticos islâmicos barbudos antisemitas apareceu de repente nas favelas de Gaza -um lixão povoado por pessoas destituídas de origem- e começou a atirar mísseis contra o democrático e pacífico Israel, apenas para dar de encontro com a indignada vingança da força aérea israelense. Nessa história simplesmente não consta o fato

de que as cinco meninas mortas no campo de Jabalya tinham avós oriundos da mesmíssima terra de onde os atuais habitantes as bombardearam até a morte.

Percebe-se porque tanto Yitzhak Rabin como Shimon Peres declararam, ainda na década de 1990, que desejavam que Gaza simplesmente desaparecesse, ou que sumisse no fundo do mar. A existência de Gaza é um indício permanente das centenas de milhares de Palestinos que perderam suas casas para o Estado de Israel, que fugiram apavorados ou foram expulsos por temor à limpeza étnica executada por Israel há 60 anos, momento em que uma imensa onda de refugiados varria a Europa no pós Segunda Guerra Mundial, e um punhado de árabes expulsos de suas propriedades não importava ao mundo.

Mas agora o mundo deveria se preocupar. Espremido nos poucos quilômetros quadrados mais densamente povoados do mundo, há um povo destituído, vivendo no isolamento, no esgoto, e, durante os últimos seis meses, na fome e no escuro, sancionados pelo Ocidente. Gaza sempre foi insurrecional. A "pacificação" sangrenta de Ariel Sharon, começando em 1971, levou dois anos para ser completada e não vai ser agora que conseguirão dobrar Gaza. Infelizmente para os palestinos, perderam sua mais poderosa voz política - refiro-me a Edward Said e não ao corrupto Yasser Arafat (e como os Israelenses devem sentir sua falta)-, ficando a sua sorte, em grande medida, sem explicação, no que depender dos seus atuais porta-vozes ineptos. "É o lugar mais deplorável que já vi", disse Said, certa vez, sobre Gaza. "É um lugar terrivelmente triste devido ao desespero e à miséria em que vivem as pessoas. Não estava preparado para encontrar campos que são piores do que qualquer coisa que eu tivesse visto na África do Sul".

Claro que ficou a cargo da Ministra de Relações Externas, Tzipi Livni, admitir que "às vezes os civis também pagam o preço", um argumento que ela não usaria se a estatística de mortes fosse invertida. Foi certamente educativo ouvir ontem um membro do Instituto Empresarial Americano -repetindo fielmente os argumentos israelenses- defender o indefensável número de mortos palestinos, dizendo que "não faz sentido entrar no mérito dos números". No entanto, se mais de 300 israelenses tivessem sido mortos, contra dois palestinos, pode ter certeza que se entraria "no mérito dos números", e a violência desproporcional seria absolutamente relevante. O simples fato é que as mortes palestinas importam muito menos que as mortes israelenses. É verdade que 180 dos mortos eram membros do Hamas, mas e o restante? Se a estatística conservadora da ONU de 57 civis mortos for verdade, ainda assim seria uma desgraça.

Não é de surpreender que nem os EUA nem a Grã-Bretanha condenem o ataque israelense e ponham a culpa no Hamas. A política norte-americana para o Oriente Médio é indistinguível da israelense, sendo que Gordon Brown está assumindo a mesma devoção de cão à administração Bush, já demonstrada pelo seu antecessor.

Como sempre, os Estados árabes clientes - pagos e armados pelo Ocidente - permanecem absurdamente em silêncio, convocando uma cúpula árabe para discutir e (se chegar a isso) apontar um "comitê de ação" que redigiria um relatório que jamais será escrito. É assim que funcionam o mundo árabe e seus líderes corruptos. Quanto ao Hamas, este terá, é claro, que suportar a desmoralização dos Estados árabes enquanto cinicamente esperam que Israel fale com eles. É o que farão. De fato, dentro de alguns meses, chegará a notícia de que Israel e Hamas mantêm 'diálogos secretos' - assim como outrora ouvimos falar em relação a Israel e a ainda mais corrupta OLP. Mas, até lá, os mortos estarão enterrados e estaremos ingressando na próxima crise do Oriente Médio". (2)

(1) tradução de Caia Fitipaldi.

(2) tradução de Arlene Clemesha.

Segunda, 16 de fevereiro de 2009, 07h51

Um ilustre refugiado político

Milton Hatoum

Não visitava Brasília havia mais de trinta anos. Voltei para o Distrito Federal em 2002, convidado pelo Correio Braziliense para escrever um texto sobre o biênio 68/69, quando morei na Capital e fui estudante de um colégio de aplicação, o extinto CIEM.

Estava ansioso para rever os lugares que havia frequentado; a cidade, que na década de 60 suscitava medo e angústia, agora era um espaço de liberdade, sem os ameaçadores tanques do exército e viaturas policiais que circulavam nos Eixos, na estação rodoviária, na entrada do campus da Universidade de Brasília.

Antes de irmos para o hotel, meu amigo do Correio deu uma volta pelo Plano Piloto. Me lembrei do poema Brasília enigmática, de Nicolas Behr:

*Brasília, faltam exatos 3.232 dias
para o nosso acerto de contas
me debes um poema
te devo um olhar terno*

*na beira do paranoá pego um pedaço de pau
entre um pneu velho e um peixe morto
(uma garça por testemunha)
não me reconheces
não te reconheço.*

Não me reconheces, não te reconheço. E então paramos diante do Lago Norte, de onde avistei a cidade que escondia sua periferia pobre: as outras cidades habitadas pelos filhos e netos de imigrantes que construíram a NOVACAP. Quase não reconheço a Brasília da década de 60, mas minha memória girava e dava cambalhotas e eu podia rever cenas de brutalidade e terror.

De longe, eu contemplava a Asa Norte quando notei, perto da beira do lago, uma figura sentada entre dois homens altos e fortes. Me aproximei da beira e olhei o ombro caído e a cabeçorra de um homem muito idoso. Um velho magro, sentado numa cadeira de rodas, contemplando um lago. Era um quadro quase sublime, um desses quadros que inspiram um poema sobre a decadência, o fim, a fugacidade de tudo. Perguntei ao meu amigo quem era aquele pobre ancião.

Você quer saber?

Claro, respondi.

É Alfredo Stroessner, nosso mais ilustre refugiado político, respondeu meu amigo.

Senti um calafrio. Pensava que era apenas um lance de humor do meu amigo. Mas não. Ali estava ele, o personagem em carne e osso, um dos ditadores mais sanguinários desta América.

Ele contemplava a água calma do lago, como se a superfície escura refletisse o passado glorioso do homem agora sentado, um passado encharcado de sangue e sofrimento. Sangue e sofrimento do povo paraguaio.

Antes de escrever esta crônica, li alguns artigos sobre a investigação dos crimes de Alfredo Stroessner, que governou seu país no período de 1954 a 1989. O relatório da Comissão de Verdade e Justiça, presidida pelo bispo católico Mario Medina é um inventário de atrocidades: 128 mil vítimas de perseguições, quase 20 mil registros de tortura e detenções arbitrarias, mais de 3 mil exílios forçados, além de centenas, talvez milhares de mortos e desaparecidos.

Lembrei da leitura de *Yo el Supremo*, de Augusto Roa Bastos, um dos mais importantes romances históricos da América Latina. A loucura feroz e homicida do ditador Gaspar Rodríguez de Francia só encontra paralelo no poder tirânico, absoluto e não menos homicida de Alfredo Stroessner. *Yo el Supremo* é ambientado na primeira metade do século 19, mas pode ser lido como se estivesse situado no longo e terrível governo de Stroessner, reeleito várias vezes presidente em eleições fraudadas pelo partido Colorado, que era um grotesco arremedo de uma agremiação política democrática. Por isso o livro de Roa Bastos foi proibido no Paraguai e na Argentina, quando esses dois países foram governados por ditadores.

O velho sentado numa cadeira de rodas pensava nos milhares de paraguaios assassinados, torturados, exilados? Nos índios e fazendeiros cujas terras foram usurpadas e doadas aos amigos do ditador? Ou pensava com nostalgia no tempo em que Ele, o Supremo, era o próprio Estado e seu aparelho repressivo? O Estado que, este sim, é o supremo terrorista da era moderna, capaz de assassinar deliberadamente crianças, mulheres e civis indefesos. Não por acaso os arquivos descobertos depois que Stroessner deixou o poder são conhecidos como "Os arquivos do terror".

Alfredo Stroessner contemplava todas as manhãs o Lago Norte. Ele morou quase 17 anos em Brasília, onde morreu no dia 16 de agosto de 2006. Não sei se dormia com sonhos nostálgicos do poder tirânico, ou se despertava com os gritos de homens e mulheres torturados pelos subordinados do ditador.

Aos leitores que desconheciam a longa e tranquila temporada desse ilustre senhor em Brasília, convém lembrar que, em 1989, o governo brasileiro concedeu abrigo político a Alfredo Stroessner. Não sei se isso aconteceu no governo Sarney ou Collor, mas isso tem alguma importância? Isso muda o nosso pendor à bondade e à política de boa vizinhança?

Segunda, 16 de março de 2009, 08h13

Literatura e mundo virtual

Milton Hatoum

Alguns leitores me perguntam se a internet prejudica a literatura. Outros, em tom apocalíptico, afirmam que o mundo virtual vai acabar com a poesia e com a prosa. Discordo dos últimos, mas antes vou tentar responder aos primeiros.

O mundo virtual permite o acesso de milhões de pessoas a obras de autores cujos direitos autorais caíram em domínio público. Há discussões literárias em salas virtuais, onde geralmente debatem-se ideias sobre livros, e não sobre a vida dos autores, que ajuda pouco quando se quer fazer uma leitura analítica de uma ficção ou de um poema. Na internet você pode encontrar vários ensaios literários de qualidade, mas muitos - talvez a maioria - só existem nos livros. Por exemplo: se os admiradores da obra de Julio Cortázar quiserem aprofundar sua leitura

dos contos "As armas secretas" ou do romance "Rayuela" (O jogo de amarelinha) e as relações dessas narrativas com o jazz, o surrealismo e outras influências importantes na ficção do escritor argentino, certamente terão de ler o livro "O escorpião encalacrado", de Davi Arrigucci Jr. Depois dessa leitura os leitores podem promover um debate na rede virtual sobre a obra de Cortázar.

Mesmo se o assunto a ser pesquisado for vulgar, escabroso, ou eticamente desastroso, como a "Era Collor" - sim, esse mesmo que assumiu a presidência de uma comissão no nosso triste senado - o pesquisador terá de recorrer aos livros sobre aquele momento histórico.

Penso que o livro, enquanto fonte de saber, de invenção e conhecimento, não sairá tão cedo de circulação. Curiosamente, muitos textos disponíveis na internet foram ou serão publicados em brochura. Mais do que uma ironia, trata-se de uma simbiose entre a comunicação eletrônica e a tradicional, ou entre a tela e o papel. Essa interação me parece irreversível, mas é provável que a sobrevivência do livro seja muito mais longa que a dos jornais impressos. E isso por vários motivos: a imprensa escrita foi consolidada no século XIX, enquanto o livro data de 500 anos atrás. O culto ao livro como objeto está tão arraigado que dificilmente será substituído - ao menos nas próximas décadas - pelo livro eletrônico. Uma outra razão diz respeito à prática da leitura e ao hábito do leitor. Sei que é possível ler um jornal inteiro na internet; mas é menos provável que alguém leia Guerra e Paz (de Tolstói) na tela, pois há milhões de leitores acometidos de um mal crônico: a fotofobia. Para esses leitores, que gostam de fazer anotações na margem das páginas e que têm uma relação quase sensual, senão passional com a palavra escrita, o livro é insubstituível.

Quanto aos apocalípticos, que veem na mídia eletrônica o fim da literatura, penso que o suporte da palavra literária não é nem será decisivo para os bons textos em prosa ou poesia. Se isso acontecer, então o destino da humanidade será um mundo em que a imaginação e a fantasia não terão lugar nem vez. Mas abolir tudo isso significa antes abolir a essência mesma do ser humano: a capacidade de inventar por meio da palavra. E essa capacidade não é atributo apenas dos escritores, mas também dos leitores, que são mais numerosos e, não poucas vezes, mais aptos de dar forma e sentido aos sonhos e pesadelos da língua literária.

Quinta, 23 de abril de 2009, 09h05
Sobre o fechamento do Congresso
Milton Hatoum

Há pouco tempo o Parlamento tremeu com uma declaração do senador Cristovam Buarque. Isso foi no dia 6 de abril, segunda-feira, quando todos os brasileiros trabalham, exceto os parlamentares e os desempregados. Enquanto estes estão à procura de serviço, os políticos esticam o fim de semana e retomam a árdua labuta na quarta-feira, dia de trabalho duro.

De fato, havia poucos senadores no plenário quando Cristovam Buarque disse a outro senador o que havia declarado domingo, 5 de abril, numa entrevista radiofônica: "A reação é tão grande hoje contra o Parlamento, que talvez fosse a hora de fazer um plebiscito para saber se o povo quer ou não que o parlamento continue aberto".

Foi um Deus nos acuda. Os colegas do senador pedetista se revoltaram. Houve um surto de moralidade na Casa. Alguém - um cacique carrancudo do PPS - acusou Buarque de golpista. É injusto, nobre Cacique. Conheço o trabalho do senador do PDT, li seus ensaios e seu romance político. É um intelectual sério, um democrata histórico, convicto. O desabafo contra a vergonhosa situação política e administrativa do Congresso foi impensado. Às vezes um desabafo surge como o diabo quer: as palavras saem aos borbotões, terríveis como um rio de serpentes. Ou terríveis e venenosas como as serpentes do cerrado.

Confesso que fiquei comovido com a indignação de alguns senadores, as "Excelências" do DEM, do PMDB e de outros partidos. Mas se houvesse um plebiscito sobre o fechamento do congresso nacional, qual seria o resultado? Se a proposta do fechamento ganhasse, seria uma lástima para a nossa combalida democracia, e um triunfo para golpistas assumidos e enrustidos.

Os desmandos e escândalos no poder legislativo se reproduzem como coelhos de uma cartola sem fundo. Parte dessa bandalheira é consequência da interrupção arbitrária e violenta da democracia. No Brasil e na América Latina sempre houve corrupção e impunidade escancaradas, mas os sucessivos golpes militares nesse triste continente travaram o processo democrático. Em vez de plebiscito, sugiro que o povo vá às ruas e às praças para protestar contra os desmandos nos três Poderes; aliás, contra tudo, inclusive contra as privatizações duvidosas e a impunidade dos poderosos do sistema financeiro. Mas tudo indica que o povo está anestesiado, parece que ainda não entendemos que a forma mais eficaz de protestar é a velha e boa militância, a mesma que derrubou a ditadura e encheu as ruas na campanha pelas "Diretas Já". Precisamos de uma "Moralização Já".

Se tudo isso soa como um sonho ou uma utopia, tenho uma outra proposta. Que Deus ou o próprio Congresso vote uma lei que institua apenas um dia de trabalho no Parlamento. Por exemplo: quarta-feira. Se os nobres colegas trabalharem oito horas de um único dia, haverá mais dinheiro para investimentos básicos. Um só dia de trabalho. Em contrapartida, o número de assessores, de passagens aéreas e de dezenas de regalias deve ser

dividido por cinco. E que se enterre de vez essa vergonhosa "verba indenizatória". Quem precisa ser indenizado é a imensa maioria do povo brasileiro: as crianças, os enfermos, os idosos e as mães pobres e miseráveis.

Terça, 16 de junho de 2009, 08h17

Um sonho estranho

Milton Hatoum

Um amigo de Brasília me telefonou e contou um sonho, que aqui registro com poucas alterações. Eram milhares de crianças. Surgiram de todos os cantos da Capital: crianças morenas, brancas, negras, índias. Corriam e brincavam, e não paravam de chegar; vinham a pé, sem os pais, mas pareciam felizes. Formaram grupos e entraram no edifício dos ministérios, do senado, da câmara, nos tribunais. Eu estava no alto da torre e vi essa multidão de meninos e meninas caminhando em direção a todos os edifícios públicos de Brasília.

Era um dia de abril; admirei a manhã, o céu azul sem nuvens. De repente, não vi mais as crianças. O extenso gramado central, deserto. E tudo ficou silencioso. Desci da torre e entrei no senado e vi crianças sentadas diante de um professor; depois vi outras crianças na câmara, e outras nas salas dos ministérios. Todas as salas dos três Poderes estavam cheias de crianças e em cada sala havia um professor ou uma professora. Ninguém me via nem falava comigo, mas eu as via fazer algazarra e brincar. Quando o professor ralhava com elas, a zoadia cessava, e todas elas ouviam com atenção uma história contada pelo professor; depois escreviam e desenhavam.

Era esquisito ver Brasília tomada por tantas crianças, a Capital sem militares, sem políticos e funcionários, sem nenhum adulto, a não ser os professores. Eu não existia, eu era um fantasma no sonho, mas não tinha consciência de que estava sonhando. Não havia carros, nem ônibus, nem motocicletas e aviões; não havia movimento no planalto, apenas pássaros que não reconheci, ou pássaros que nunca havia visto. Mas vi uma lua cheia no céu claro, uma lua pálida, e então voltei para a torre, respirei o ar matinal, o silêncio da manhã e admirei o cerrado, o lago, a vegetação baixa e bonita. As mangueiras. Essa beleza me comoveu. Mas como tudo isso é insólito, pensei. Depois pensei: onde estou? Porque a cidade deserta parecia uma cidade morta, uma paisagem depois da batalha, mas não havia escombros nem ruínas, não tinha havido guerra, nem luta ou confronto. Não havia sinais de sacrifício. Sabia que as crianças estavam ali, entre as paredes de Brasília, e isso me confortava. Sentei-me no chão, adormeci; acordei com uma gritaria, não eram gritos de alegria, eram vozes de desespero, de medo. Quando me levantei, vi uma multidão de crianças correndo, tentando sair de Brasília. Fugiam ou pareciam fugir. A multidão atravessou o eixo monumental em direção às cidades satélites, em pouco tempo era apenas uma mancha no cerrado. Uma mancha enorme, coesa. Todas as crianças de mãos dadas. Não vi os professores, mas vi Brasília cheia de carros, ônibus, muita gente na estação rodoviária; carros oficiais estacionavam ao redor da praça dos Três Poderes; havia soldados do exército e da aeronáutica por toda parte, mas nenhum sinal de violência nem de ameaça. Depois você apareceu.

Eu?

Você mesmo. Por isso estou contando esse sonho. Você me deu um livro de um autor francês, um livro fino de capa azul: *A cruzada das crianças*. Depois você sumiu do sonho e uma voz, acho que tua voz disse: Elas caminham para o abismo ou para o céu. Só os demônios vão ficar aqui.

E nesse instante eu abri os olhos.

Terça, 21 de julho de 2009, 07h47

Com Chico Buarque na FLIP

Milton Hatoum

Não foi fácil participar de uma mesa com Chico Buarque na Festa Literária Internacional de Paraty. O assédio a um dos artistas mais talentosos e queridos do Brasil inibe qualquer um. Leitores e fãs viajaram das cidades mais distantes para ver e ouvir Chico Buarque. Encontrei gente de Manaus, do interior da Bahia, do Piauí, de Goiás e do Rio Grande do Sul. Alguns leitores subiram em árvores para fotografar seu ídolo, e por pouco não se jogaram lá de cima. Essa idolatria - que revela um grau exacerbado de admiração - é compreensível. Mas o foco do debate, com a ótima mediação de Samuel Titan Jr., foi mesmo a literatura, como o leitor pode constatar na internet.

Entre vários recursos técnicos bem realizados, duas coisas me impressionaram no romance *Leite derramado*: a concisão da obra e a linguagem que forjou esse mandamento da brevidade. Em duzentas páginas, a vida de Eulálio e de várias gerações da família Assumpção são evocadas por pinceladas rápidas, mas fortes.

No excelente texto da orelha, Leyla Perrone-Moisés assinalou justamente essa originalidade em relação ao gênero literário. Sagas romanescas pedem centenas de páginas, quando não vários volumes em que se expandem os conflitos e as mudanças de sucessivas gerações de uma família. Chico fez de uma saga balofa um romance fino, e o que poderia ter sido um mural ou painel, reduziu-se a uma bela iluminura.

Na fala delirante de um personagem senil - que às vezes lembra um velho patriarca de García Márquez -, o leitor se depara com personagens de vários estratos sociais do Rio de Janeiro. No tempo em zigzague da narrativa, o

Rio é a sede da corte portuguesa, a capital da República e também a metrópole ferida pela violência da ditadura. Ou seja, é uma cidade em diferentes momentos de sua história, antes e depois da fundação de Brasília.

Em apenas noventa minutos de debate não foi possível abordar alguns aspectos do romance de Chico. Um dos mais interessantes é a oralidade. O velho Eulalio se dirige a sua filha e às enfermeiras do hospital, mas é o leitor quem ouve essa voz, cuja inflexão melódica é pontuada pela dicção do narrador. O romancista francês Ferdinand Céline disse que um escritor deve encontrar sua "petite musique", ou seja, sua voz narrativa. Esse é um dos achados bem urdidos do *Leite derramado*: a voz de quem conta a história em sintonia com a matéria narrada.

A repetição de cenas e situações - que reflete as hesitações e lacunas da memória -, a construção de frases coloquiais em contraponto com um vocabulário anacrônico, a confusão de personagens na mente nebulosa de Eulalio, as palavras e expressões pronunciadas com ar pedante em francês, tudo isso dá forma e consistência ao tom do narrador. Nesse sentido, a maestria do músico, cantor e compositor foi usada pelo escritor.

Por coincidência, a novela *Órfãos do Eldorado* tem afinidades temáticas e no modo de narrar com o romance de Chico. Isso provocou uma bem-humorada acusação mútua de plágio. Chico leu meu livro pouco tempo antes do evento da FLIP, e durante o debate ele disse, apontando para mim: Esse cara me copiou.

No *Leite derramado* há uma negociata em torno da concessão do Manaus Harbour durante o ciclo da borracha. O episódio, como revelou Chico, foi contado pela mãe dele, e dizia respeito a um conhecido da família. Na mesma época, Amando Cordovil - pai do narrador do *Órfãos do Eldorado* - também se envolveu com a concessão da rota de um cargueiro entre Manaus e a Europa. Mais do que um plágio literário, esses dois episódios revelam as "tenebrosas transações" de norte a sul do país.

Não por acaso, o título dessa mesa da FLIP era "Sequências brasileiras". As tenebrosas transações dentro e fora do senado e da câmara revelam que o Brasil de ontem não é muito diferente do atual. Refiro-me à impunidade e à imunidade parlamentar, essas duas pragas que emperram qualquer tentativa de transformar o país numa verdadeira democracia.

Segunda, 17 de agosto de 2009, 08h15

Pestes brasileiras

Milton Hatoum

Hoje é segunda-feira e há três dias estou no mesmo lugar, que nem boi no confinamento. Um boi sem internet, sem telefone, sem família e amigos. Sozinho numa cabana, como se estivesse ilhado, mas sem a vocação de um Robinson Crusoe, pois não pretendo colonizar nenhuma ilha, muito menos passar vinte e oito anos na solidão absoluta. Se tiver sorte, esta crônica, escrita a lápis, será enviada por um amigo que mora na cidade mais próxima, a noventa quilômetros do meu confinamento rural.

Na manhã da quinta-feira passada, quando plantava raízes de beterraba, fui atacado por um enxame de abelhas ferozes, levei duas ferroadas e passei três dias com febre, falando sozinho e dando tapas no ar. Na minha face esquerda nasceu um calombo tão feio que parei de fazer a barba e até hoje me esquivo do espelinho do banheiro.

As abelhas enlouqueceram, estão revoltadas, disse um amigo camponês. A rainha sumiu. Por isso, o enxame ataca todo mundo. Elas querem ordem, querem comando.

Jogamos óleo queimado num feixe de lenha, ateamos fogo e esperamos a fumaça afugentar essas voadoras loucas e perigosas, à procura de sua rainha. Fugiram, mas voltaram na manhã seguinte, me picaram e aprisionaram nessa cabana. Pensei nas beterrabas, nos pés de alface, na minha pequena horta sem agrotóxicos. Um dia as abelhas vão embora, mas a revolta do enxame, a ideia de milhares de abelhas revoltadas me atraiu.

Pensava nisso quando um cavaleiro chegou de uma cidade distante e me entregou dois jornais velhos. Notícias da semana retrasada.

Leio, sem surpresa, que um juiz de Brasília censurou o jornal *O Estado de S. Paulo*. O caso, escabroso, envolve um dos filhos do presidente do Senado e está sendo investigado pela Polícia Federal.

Entendi as causas da investigação, mas não entendi a decisão do desembargador, que proibiu o jornal de noticiar o descalabro.

Pobres leitores! Já não temos sequer o direito à informação. Vejo a fotografia desse magistrado-censor na festa de casamento da filha de um ex-chefe da burocracia do Senado. Uma fotografia incrível, pronta para ser transformada em peça de ficção, em tom buslesco ou sarcástico. Se fosse um concurso de cafonice e mau gosto, todos os personagens da fotografia seriam premiados. E quantos prêmios maravilhosos, querido (a) leitor (a)!

Ah, um lindo anel de rubi falsificado à mulher mais cafona da pátria! Ou seria rubi legítimo, importado clandestinamente por meio de um ato secreto?

Penso na promiscuidade entre os três poderes, na imunidade dos parlamentares e magistrados, na impunidade dessa gente que se lixa para o povo brasileiro. Os políticos pomposos, corruptos, autoritários. Lembrei dos sonetos de Camões, das receitas de bolo e dos quadrados pretos que substituíam as matérias censuradas do *Estado de S. Paulo* durante a ditadura. Sonetos e receitas inesquecíveis. Viro a página e vejo uma foto de Collor,

escutando Renan Calheiros e o presidente do Senado. Pensei: sou um convalescente de duas picadas de abelha, ainda sinto o corpo febril. Estou delirando? Ou esses fatos e fotos são verdadeiros? A rainha das abelhas se extraviou. Leio que o rei do Senado e o filho do rei são réus, mas neste país só as abelhas se revoltam. Isso é injusto. Uma aberração da natureza. Será o reino animal mais consciente, mais revoltado e mais organizado que o nosso triste e conformado reino humano?

Se ao menos houvesse abelhas sem rainha em Brasília. Milhões de abelhas ferozes investindo em alguns magistrados, políticos e seus acólitos. Ia escrever alcoólicos, mas não tenho nada contra eles, e eu mesmo, sem ser viciado, gosto de tomar umas e outras.

2010

08 de fevereiro de 2010

Imunidade rima com impunidade

Milton Hatoum

Já não recordo o nome de um jovem promotor público que acusou, com provas cabais, uma das quadrilhas de políticos que assaltavam a nação. São tantas denúncias, tantas "tenebrosas transações", que os brasileiros acabam por esquecer o que aconteceu há cinco ou dez anos. Ou há duas semanas. Seria saudável para a nossa memória se um jornal ou outro meio de comunicação listasse - com atualização semanal ou diária - os casos de bandalheira ocorridos nas duas últimas décadas.

Mas nem tudo é esquecimento. Não esqueci a declaração bombástica, mas verdadeira do jovem promotor. Em resumo, ele afirmou que os corruptos eram assassinos em potencial. O dinheiro roubado matava crianças brasileiras, pois a verba desviada podia ser investida em políticas sociais.

Ninguém sabe o valor anual do desvio de dinheiro público. Certamente bilhões de reais, mas é impossível calcular com exatidão o volume do roubo. As projeções de crescimento econômico para 2010 e uma euforia exagerada ofuscam a imensa miséria do povo brasileiro.

Não é preciso mencionar as áreas mais pobres do Nordeste e as periferias de todas as capitais. A miséria está presente no coração do Planalto Central, na capital do País. "Cidades-satélites", mais do que uma palavra composta, é um eufemismo de inspiração futurista para nomear um aglomerado de favelas ao redor de Brasília.

O governador e alguns deputados do DF são exemplos abjetos de um tipo de político pós-ditadura. Mais de vinte anos de autoritarismo, censura e repressão usurpou qualquer promessa - ainda que tênue - de civilidade e cidadania, gerando esse tipo de político monstruoso, hiper-cínico, jeca e cafajeste. Além disso, a ditadura enfraqueceu o poder judiciário, um poder que solta barões e tubarões vorazes e prende piabas, desmoralizando a polícia federal, a promotoria pública e um setor do judiciário que tenta cumprir com rigor a lei.

O que mais impressiona é a impunidade de certos políticos de conduta moral duvidosa, uma impunidade protegida pela imunidade parlamentar, essa obra-prima de corporativismo e uma das excrescências da nossa democracia. Se os políticos estão imunes à lei, então eles podem tudo, inclusive praticar atos explicitamente delituosos, sem medo de sofrer qualquer punição. Daí a recorrência de casos escabrosos de corrupção, e não apenas em Brasília - a Capital dos escândalos escancarados -, mas em todo o País.

Uma parte não desprezível dos impostos pagos pelos contribuintes é dragada pela corrupção. Por isso, a grande maioria dos aposentados vive à míngua; o salário dos professores da rede pública e dos policiais é baixíssimo, faltam creches em todas as cidades brasileiras, falta um sistema de transporte eficiente, falta investimento na infra-estrutura das cidades. Na verdade, falta o essencial para a maior parte da população, que desconhece a cidadania.

Recentemente um grupo de manifestantes cobriu com estrume o jardim da câmara legislativa do Distrito Federal. Esse ato de protesto mostra como o brasileiro comum, sem privilégios e favores, vê os legisladores da Capital. O protesto é válido, pois expõe as virtudes da esperança e da revolta num País em que reinam as virtudes do fracasso e da impotência diante de tanto desmando, cinismo e impunidade. Mas não bastam o estrume e seu fedor, metáforas da Casa que representa o povo. É preciso aplicar a lei aos meliantes fantasiados de homens e mulheres públicos.

Segunda, 10 de maio de 2010, 10h34 ☺Atualizada às 10h36

Neymar na seleção

Milton Hatoum

Não sou um cronista esportivo, mas sou um torcedor do Flamengo desde os seis anos de idade, quando Manaus era rubro-negra e, numa escala menor, vascaína. Por acaso, eu estava em Manaus quando o time da Gávea conquistou o título de campeão brasileiro de 2009. Os leitores do sudeste e do sul não imaginam a festa que os amazonenses fizeram para comemorar esse título. O Flamengo é um time carioca com uma torcida brasileira...

Aliás, devo fazer um desabafo: não entendi por que o técnico Andrade foi demitido sumariamente. Por Deus, quanta ingratidão! No meio do Brasileiro de 2009 o Flamengo corria o risco de ser rebaixado. Andrade assumiu a posição de técnico e levou o time à conquista do título mais importante e cobiçado do futebol brasileiro. Lembro muito bem do jogo contra o Santos na Vila Belmiro. Na tarde daquele domingo o Flamengo virou o placar e Andrade comemorou sua estréia como técnico. Lembro que ele chorou. E agora os torcedores não sabem o que aconteceu. Mas sabem que Adriano perdeu um pênalti num jogo decisivo contra o Botafogo. O Imperador foi poupado. O técnico, demitido. Coisas do nosso futebol...

Mas não posso negar minha simpatia pelo Santos, em qualquer época e circunstância. Toda a minha família paulistana é santista, vários amigos são santistas, sou um rubro-negro cercado de peixes por todos os lados. É verdade que o técnico Dorival Junior tem que arrumar a defesa do time que dirige. Mas apesar das falhas em sua defesa, que timaço, esse do Santos.

Acredito que Ganso será convocado para a seleção brasileira. Parece óbvio que o paraense Paulo Henrique Ganso é muito mais talentoso que Gilberto Silva, Josué, Julio Baptista, Elano e Kléberson. Um desses jogadores deve ser substituído por Ganso, que me faz lembrar Zidane, esse outro milagre do futebol. Até as crianças sabem disso e torcem por isso.

Mas por que Dunga não convocaria Neymar? O argumento centrado na inexperiência de um jovem jogador é totalmente frágil. Quando Pelé e Clodoaldo vestiram a camisa da seleção, eram mais jovens que Neymar. O que significa, objetivamente, a inexperiência de Neymar? Dizem que ele cai muito ou simula quedas. Bom, qual jogador não dissimula uma jogada para cavar uma falta ou um pênalti? E por que falar de inexperiência quando se sabe que Neymar joga bola desde o tempo em que usava fraldas? Ou desde que mamava? Qual defesa - de qualquer seleção - não temeria uma jogada ofensiva de que participassem Robinho, Neymar e Ganso?

Um amigo corinthiano - sim, há milhares de corinthianos que admiram o craque santista - me disse o seguinte: "Vamos supor que, num jogo da seleção brasileira com uma seleção forte, o resultado do primeiro tempo seja um empate. O que fazer aos 10 ou 15 minutos do segundo tempo, quando o empate ainda persistisse? Substituir Adriano - ou Luis Fabiano, ou Robinho - por Neymar".

Acho que milhões de torcedores brasileiros dizem a mesma coisa. Milhões afirmam que Neymar - e não Nilmar - deve ser convocado. Não vejo qualquer razão objetiva para que o craque do Santos não participe da nossa seleção. Talvez haja, por parte da comissão técnica, algum motivo oculto, subjetivo, inaudito. Ou, quem sabe, a retranca - o jogo defensivo, feio e insípido - esteja no horizonte estreito dessa comissão. Então vamos torcer nos lances de contra-ataques. Vamos esquecer que o futebol - o verdadeiro futebol brasileiro - está sendo praticado pela garotada do Santos. Vamos trocar o espetáculo pelo tédio, vamos substituir os dribles desconcertantes e a arte de fazer gols belíssimos pela oportunidade do contra-ataque. Vamos trocar a alegria e o desatino da molecada pela retranca medrosa.

Mas se nada disso der certo, se essa tática defensiva falhar, o povo vai cobrar... E vai cobrar caro, muito caro. E com juros ofensivos...